UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE COMUNICAÇÃO E ARTES

LILIAN CRISTINA RIBEIRO ROMÃO

Educomunicação e Participação Cidadã de Adolescentes e Jovens, no Brasil

São Paulo

2016

LILIAN CRISTINA RIBEIRO ROMÃO

Educomunicação e Participação Cidadã de
Adolescentes e Jovens, no Brasil

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação, da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Ciências da Comunicação.

Área de Concentração: Interfaces Sociais da Comunicação

Orientador: Prof. Dr. Ismar de Oliveira Soares

São Paulo

2016

Nome: ROMÃO, Lilian Cristina Ribeiro

Título: Educomunicação e Participação Cidadã de Adolescentes e Jovens no Brasil

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação, da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Ciências da Comunicação.

Área de Concentração: Interfaces Sociais da Comunicação

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

DEDICATÓRIA

Dedico à Lis Maria, ao Marcos, à Cecília, ao José e ao Luciano.

AGRADECIMENTOS

Ao professor orientador Ismar de Oliveira Soares, pela orientação paciente diante dos meus atropelos e por cada sorriso ao receber Lis e a mim em suas aulas.

A todos da família que se mobilizaram para auxiliar.

À equipe Viração Educomunicação, sempre.

Ao amigo Paulo Lima.

Aos adolescentes e jovens da Renajoc, que concederam as entrevistas.

Aos colaboradores ECA/USP e PPGCOM.

Aos amigos Clarissa, Batera, Patrícia, Tche, Logan, Anna, Sérgio e pequenos Violeta e Téó, que acompanharam algumas etapas finais.

Ao Douglas Lima, amigo (do coração) do inglês amigo.

A Mario Volpi, pela entrevista.

Ao irmão Luciano, pelas palavras de coragem na última hora.

À Thais Chita, pelos materiais encaminhados.

À Jurema Brasil, pela mão estendida na hora da entrega.

À banca de qualificação que tanto auxiliou nos caminhos da pesquisa, composta pelas professoras doutoras Heloiza Matos e Michelle Prazeres.

RESUMO

ROMÃO, L. C. R. **Educomunicação e participação cidadã de adolescentes e jovens, no Brasil**. 2016. 198 p. Dissertação (Mestrado) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

A comunicação e seus novos formatos de expressão, diálogo, mobilização têm modificado as dinâmicas sociais, principalmente com as tecnologias digitais. Ações sociais relacionadas à garantia e efetivação dos direitos à comunicação e à participação de adolescentes e jovens, pautadas nos princípios da educomunicação, estão desenvolvendo novos formatos de ação cidadã desse público na sociedade, mais democráticos, colaborativos, participativos, autônomos e criativos (SOARES, 2011). A partir dos objetivos de identificar a relação existente entre participação cidadã de adolescentes e jovens e a interface comunicação e educação e problematizar como as instâncias articuladoras de políticas estão construindo estratégias relacionadas ao paradigma educ comunicativo para fortalecer a ação cidadã juvenil, a pesquisa analisou a experiência da Viração Educomunicação e da Rede Nacional de Adolescentes e Jovens Comunicadores (Renajoc) para entender as conexões que estabelecem entre a comunicação-educação e a participação infanto-juvenil, além de entrevistar 31 integrantes da Renajoc durante o *V Encontro Nacional de Adolescentes e Jovens Comunicadores*. Entre as principais conclusões, é possível perceber que os espaços e formatos de participação existentes não são suficientes ao perfil e necessidades sociais do jovem. O campo educ comunicativo se propõe a pensar a participação e a comunicação menos como instrumentos e técnicas para o exercício cidadão e mais como direitos humanos fundamentais para o sujeito social e possibilita que a adolescência e juventude sinta-se integrante e ativa na construção de estratégias e espaços de ação para o bem comum. Os jovens valorizam os princípios que pautam as práticas do campo comunicação-educação, mas estão atentos para não formatarem a interface como única possibilidade de cidadania comunicativa ou de ativismo social.

PALAVRAS-CHAVE: educomunicação, participação cidadã, adolescentes e jovens, direito humano, comunicação e educação

ABSTRACT

ROMÃO, L. C. R. **Educommunication and citizen participation of young people in Brazil**. 2016. 198. p. Dissertação (Mestrado) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

The communication and its new formats of expression, dialogue, mobilization has changed social dynamics, especially with social technologies. Social actions related to the guaranty and enforcement of the rights to communication and participation of young people, guided by the principles of educommunication are developing new formats of citizen action from this public in the society, more democratic, collaborative, participatory, autonomous and creative (SOARES, 2011). Aiming to identify the relationship that exists between citizen participation of adolescents and youth and the communication-education interface; and problematizing how instances and politics articulators are building strategies related to the educative paradigm to strengthen citizen participation of adolescents and youth, the research analyzed the experience of Viração Educomunicação and the Rede Nacional de Adolescentes e Jovens Educomunicadores (Renajoc - National Network of Adolescent and Young Educommunicators). Among the main conclusions, it is possible to perceive that the existing spaces and formats of participation are not addressing the profile and social needs of the young people. The field of educommunication intends to think the participation and the communication less as instruments and techniques for the exercise of citizenship, and more like fundamental rights for the social subject and enables adolescence and youth to feel integrant and active in the construction of strategies and spaces of citizen participation. Young people value principles that guide practices in the communication and education field but they are careful not to format the interface as a unique possibility of communicative citizenship or social activism.

KEYWORDS: educommunication, citizen participation, adolescents and youth, human rights, communication and education.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
METODOLOGIA DE PESQUISA.....	15
PARTE I: EDUCOMUNICAÇÃO, PARTICIPAÇÃO E NOVAS TECNOLOGIAS21	
Capítulo 1: Educomunicação, um campo latino-americano.....	22
1.1. Educomunicação e educação popular.....	22
1.2. Um histórico educ comunicativo.....	24
1.3. O termo e o conceito da Educomunicação	26
1.4. Aspectos relevantes sobre a Educomunicação.....	28
Capítulo 2: Participação	32
2.1. Conceituando a participação	32
2.2. A participação e o ato de comunicar	34
2.3. Aspectos da cidadania comunicativa	35
2.4. As mudanças tecnológicas e sua influência na ação do cidadão	37
2.5. Aspectos sobre o cidadão-audiência.....	40
2.6. Participação cidadã e os desafios da educomunicação	43
Capítulo 3: Comunicação pública, cidadania e a Educomunicação	47
3.1. Comunicação pública e cidadania	47
3.2. Conferências como espaço de participação cidadã.....	50
3.3. Convergências da comunicação pública e educomunicação	51
PARTE II: Juventude, participação, cidadania e a educomunicação	53
Capítulo 4: Os espaços do adolescente e jovem	53
4.1. Quem são esses adolescentes e jovens?	54
4.2. Juventude e as tecnologias da comunicação	56
4.3. Juventude e Participação.....	57
Capítulo 5: A construção do direito à participação da juventude.....	60
5.1. Referências legais para a participação da juventude.....	60
5.2. Estatuto da Criança e do Adolescente e o Estatuto da Juventude	62
5.3. As políticas de juventude no Brasil	65
Capítulo 6: Um olhar educ comunicativo para a juventude.....	66
6.1. Educomunicação e a juventude	66
6.2. Tecnologias, a juventude e as desigualdades sociais	70
6.3. Desafios para o futuro	71
6.4. Unicef e o fomento de ações participativas e educ comunicativas.....	74
PARTE III: Redes de participação cidadã de adolescentes e jovens.....	78
Capítulo 7: A inovação da Viração.....	79
7.1. A participação na Viração	80
7.2. A Revista Viração	81
7.3. As coberturas educ comunicativas.....	83
7.4. Conferências da Criança e do Adolescente	84

7.5. Espaço de rupturas.....	87
Capítulo 8: O surgimento da RENAJO	89
8.1. Renajoc e a participação cidadã.....	89
8.2. Outras atividades da Renajoc.....	94
 PARTE IV: A voz dos adolescentes e jovens comunicadores	 97
 Capítulo 9: O que dizem os jovens sobre educomunicação	 106
Capítulo 10: O que dizem os jovens sobre participação cidadã?	112
Capítulo 11: O que dizem os adolescentes e jovens sobre a relação entre educomunicação e a participação cidadã	118
 CONCLUSÃO	 122
 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	 131
 ANEXOS	 142

INTRODUÇÃO

A pesquisa *Educomunicação e participação cidadã de adolescentes e jovens, no Brasil* surgiu para estudar, descrevendo e analisando, aspectos sociais da relação estabelecida entre os direitos humanos à comunicação e à participação em práticas sociais que envolvem o público infanto-juvenil, a partir da interface comunicação-educação.

As razões que levaram à escolha do objeto é o contexto dos direitos humanos relacionados a crianças, adolescentes e jovens no Brasil e os esforços realizados, por parte de organizações da sociedade civil, gestores, especialistas e dos próprios jovens na criação políticas públicas capazes de considerar e validar opiniões e encaminhamentos de meninas e meninos sobre assuntos de interesse social.

A comunicação, nos diversos formatos e espaços que ocupa, tem interferido amplamente nas dinâmicas sociais. As possibilidades de expressão, diálogo, mobilização, inclusive daqueles com idades entre 0 e 29 anos, estão mais diversificadas e facilitadas com as tecnologias digitais. E essa capacidade também se amplia diante de pautas de interesse público.

Mesmo com um cenário promissor, as iniciativas implementadas para a prática cidadã de adolescentes e jovens carecem ainda de conteúdos e métodos capazes de responder efetivamente à demanda de participação desse público. O que se verifica, em muitos casos, é a criação de espaços hipotéticos de fala, guiados e conduzidos pelos adultos. O Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) tem procurado fomentar experiências e sistematizar conhecimentos para dar base a uma política efetiva de participação cidadã para os adolescentes e os jovens. O relatório da organização, produzido em 2009 sob o título de *Situação Mundial da Infância: Celebrando 20 Anos da Convenção sobre os direitos da Criança*, encerra seu capítulo dedicado ao tema afirmando que “a teoria e a prática de participação de crianças estão ainda em estágio inicial, mas avançam significativamente ao longo das duas décadas que se passaram desde que a Convenção foi adotada pelos Estados Partes das Nações Unidas” (2009, p. 35).

O Unicef dedica um capítulo para tratar do conceito e a prática da participação relacionada ao universo da criança e do adolescente. Entre outros temas, demonstra como a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança versa sobre o direito à participação. O documento faz ainda referência a práticas de participação de

crianças e adolescentes pelo mundo, no contexto das ações fomentadas pelas Nações Unidas. Uma das iniciativas exemplares destacada pelo órgão foi a cobertura educ comunicativa infanto-juvenil coordenada pela Viração Educomunicação (organização social focada em processos participativos de adolescente e jovens), durante o *III Congresso Mundial de Enfrentamento da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes*, realizado no Rio de Janeiro, em novembro de 2008.

Objetivos similares ao do Unicef movem os promotores da Educomunicação, no Brasil. Trata-se de um esforço que passa, obrigatoriamente, pela capacidade das experiências em favorecer a livre expressão de opiniões e de ideias de meninos e meninas. Desde a aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em 13 de julho de 1990, muitos passos foram dados para a garantia dos direitos desse público.

Inúmeras organizações estão desenvolvendo propostas capazes de transformar o lugar da ação social da juventude. Mas a Viração, com a proposta da Revista, com as coberturas educ comunicativas e o fomento à criação da Rede Nacional de Adolescentes e Jovens Comunicadores (Renajoc), tem fortalecido uma cidadania comunicativa, construindo práticas capazes de garantir a participação e a comunicação desse público ainda tão carente de espaços de fala e de escuta.

E a presente pesquisa move-se em direção às práticas da comunicação e educação enquanto integradoras e incentivadoras de espaços nos quais os próprios adolescentes e jovens são capazes de construir suas propostas e debates políticos.

Contudo, como essas políticas estão levando em consideração o direito de crianças, adolescentes e jovens a participar ativamente no debate e contribuir na formulação de suas próprias políticas, inclusive aquelas de tratam do direito humano a participar e comunicar? O que se entende por participação cidadã de adolescentes e jovens? O que está demandando processos participativos desse público, em suas ações cidadãs? A garantia do direito humano à comunicação é capaz de efetivá-los como participantes na construção de suas próprias ações políticas? A educ comunicação é capaz de responder a essa necessidade de participação? Como um novo contexto da comunicação está favorecendo a mobilização de adolescentes e jovens em torno de seus direitos?, são algumas perguntas que serão respondidas até o final da pesquisa.

Questões como essa foram decisivas na formulação e delimitação dos três seguintes objetivos de pesquisa:

1. Identificar a relação existente entre participação cidadã infanto-juvenil e a interface comunicação e educação;
2. Problematicar como instâncias articuladoras de políticas estão construindo estratégias relacionadas ao paradigma da educomunicação para fortalecer a participação cidadã de adolescentes e jovens;
3. Contextualizar a relação da educomunicação em espaços e redes de atuação política da juventude que atuam pela defesa do direito humano à comunicação.

Para alcançar os objetivos, a pesquisa analisou diferentes pesquisadores da interface comunicação-educação latino-americanos, assim como da comunicação pública. Também traçou um perfil do adolescente e do jovem, sua relação com as novas tecnologias e a educomunicação. E por fim, descreveu e analisou práticas de organismos sociais que atuam tendo a comunicação e educação como base das ações.

A meta desse caminho proposto foi demonstrar também interferências provocadas pelas novas tecnologias, descrever o sujeito que está diante das telas, seja como receptor ou como produtor-emissor de informações, percorrendo sobre alguns desafios da educação-comunicação para o fortalecimento da ação participativa e cidadã do adolescente e do jovem diante do novo contexto de produção, emissão e recepção de informação.

HIPÓTESES

Partindo da premissa de que o campo educ comunicativo, gestado a partir de princípios democráticos e colaborativos, é capaz de favorecer o reconhecimento da voz, assim como a construção e exposição das falas das pessoas, garantindo a multiplicidade de vozes sociais, as hipóteses que pautam essa pesquisa são:

- I. Ações de incentivo à participação dos adolescentes e jovens, empreendidas por organismos da sociedade civil, a partir da aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente, em 1990, estão voltando seus olhares para a interface Comunicação e Educação na busca de espaços, modelos e

propostas de ação colaborativas e democráticas que contem com a voz e a iniciativa dos próprios jovens;

- II. A educomunicação favorece a criação de ambientes participativos e de ação cidadã de adolescentes e jovens de forma colaborativa, horizontal e democrática;
- III. Os ecossistemas educacionais nos quais se inserem crianças e jovens estão sendo transformados pelos constantes avanços e possibilidades de produção e disseminação de informação, o que tem favorecido formatos mais democráticos, colaborativos, diversificados de participação cidadã;
- IV. Redes de ação cidadã e política e adolescentes e jovens estão adotando a interface Comunicação e Educação e atuando na criação de políticas públicas pelo direito humano à comunicação para ampliar espaços de participação infanto-juvenil no Brasil.

METODOLOGIA DE PESQUISA

Para alcançar os objetivos propostos, a pesquisa *Educomunicação e Participação Cidadã de Adolescentes e Jovens, no Brasil* percorreu os seguintes caminhos. Primeiro, com base no modelo metodológico apresentado no livro *Pesquisa em Comunicação* (LOPES, 2010), somados a outros teóricos, prioritariamente do campo da pesquisa-ação como Michel Thiolent, Hugues Dionne e René Barbier foi possível estruturar uma proposta de estudo, levantamento, descrição e análise dos dados.

Devido à natureza do tema, optou-se pela realização de pesquisa participante, qualitativa e descritiva, a partir do paradigma da Educomunicação e sua contribuição na construção da participação cidadã de adolescentes e jovens no Brasil, que seguiu os seguintes passos:

Pesquisa bibliográfica

A perspectiva teórica de referência foi a Educomunicação e suas interfaces (a) com o princípio que defende o direito humano universal à comunicação, (b) com os conceitos de participação cidadã, envolvendo especialmente crianças e jovens, e (c) com a perspectiva política do uso democrático da comunicação e das novas tecnologias em seus novos formatos de produção e disseminação de informação.

Para essa construção, apoiou-se em autores referenciais da interface da comunicação e educação, prioritariamente, mas não exclusivamente, aqueles latino-americanos. A pesquisa procurou traçar o histórico da construção do campo educ comunicativo com base na educação popular e sua relação com o acesso ao direito à comunicação como processo de autonomia e libertação do sujeito. Também tratou do direito humano à participação, descrevendo processos participativos, relacionando-os com o contexto da ação cidadã e procurando entender as influências exercidas pela interatividade e pelo mundo digital na ação do cidadão. A pesquisa bibliográfica procurou ainda contextualizar alguns aspectos da comunicação pública e sua relação com novos formatos da cidadania comunicativa. Foi possível, a partir de dados secundários, descrever o papel das conferências como espaços de participação do cidadão na política (descrição teórica importante na proposta da

pesquisa devido ao foco de descrição da cobertura educ comunicativa nos espaços das Conferências da Criança e do Adolescente e também da Juventude).

Vale lembrar que a epistemologia da Educomunicação vem sendo construída a partir da produção acadêmica da linha de pesquisa em Comunicação e Educação da Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo, além das dissertações e teses de doutorado desenvolvidas e defendidas em centros de pós-graduação do Brasil. No caso da USP, torna-se necessário lembrar da coleção Educomunicação, com cinco volumes publicados: *Educomunicação, o conceito, o profissional, a aplicação*, de Ismar de Oliveira SOARES; *Educomunicação, construindo uma nova área do conhecimento*, de Adilson Odair CITELLI e Maria Cristina Castilho COSTA (orgs).; *Educomunicação, Imagem do professor na mídia*, de Adilson Odair CITELLI (org), além dos livros *Educomunicação, práticas de recepção*, de Guillermo OROZCO-GÓMEZ e *Educomunicação, mais além do 2.0*, de Roberto APARICI, que representaram um importante espaço de estudo e referência, assim como dissertações e teses defendidas em diferentes programas de pós-graduação, em todo o Brasil, com mais de 110 pesquisas registradas no Banco de Teses da CAPES, conforme atesta Rose Pinheiro em sua tese *A contribuição da ECA/USP na consolidação do campo da Educomunicação*, (2013).

Identificação do público da pesquisa

A pesquisa, em sua construção metodológica, procurou descrever o público de adolescentes e jovens, realizando um levantamento teórico descritivo, com coleta de dados quanti-qualitativos secundários sobre o perfil de pessoas entre 15 e 29 anos no Brasil e sua relação com as tecnologias.

Para os referenciais teóricos sobre adolescência, juventude e participação foram analisados alguns documentos legais, declarações e convenções. No nível internacional, a Declaração Universal (1959) e a Convenção Internacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (1989); e no nível nacional, documentos referenciais como o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) e o Estatuto da Juventude (2013).

Para essa construção, o estudo priorizou dois âmbitos distintos de produção de conhecimento sobre esse público: a Secretaria Nacional da Juventude, vinculada à Secretaria-Geral da Presidência da República, responsável pela *Agenda Juventude*

Brasil – uma pesquisa nacional sobre perfil e opinião dos jovens brasileiros (2013) e materiais e estudos do *Fundo das Nações Unidas para a Infância* (Unicef). Foi utilizada ainda como referência e coleta de dados secundários a pesquisa *Sonho Brasileiro de Política*, realizada com recursos provindos de doações voluntárias e que tratou do perfil de ação social da juventude na atualidade. A intenção foi garantir diferentes visões sobre o perfil da juventude brasileira, provindos de análises governamentais e da sociedade civil organizada. Por fim, também foi realizada na coleta de dados uma entrevista com o coordenador da área de juventude do Unicef, Mário Volpi.

Experiências de participação e juventude

Nessa fase, a pesquisa delimitou como campo de observação e investigação duas ações de participação e educomunicação: a organização *Viração Educomunicação* e a Rede Nacional de Adolescentes e Jovens Comunicadores (Renajoc).

Com relação à organização *Viração*, a pesquisa focou o levantamento de dados, a descrição e análise de duas práticas distintas: a *Revista Viração* e as coberturas educacionais, com ênfase na cobertura da *9ª Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente*, realizada em 2012. Para isso, utilizou como material de apoio o *Relatório Final da Comunicação da 9ª CNDCA*. Também foi realizada entrevista com Paulo Lima, fundador e diretor executivo da *Viração*, além da observação e levantamento de dados de a partir dos relatórios de atividades, e outros materiais de referência da organização, como o *Guia de Educomunicação*.

Com relação à Renajoc, a pesquisa realizou a observação e coleta de dados de diferentes formas, a citar:

1. Realizou uma pesquisa de campo acompanhando virtualmente, por cerca de um ano, as redes sociais, grupos de discussão e e-mail, integrando os espaços de diálogo, articulação e planejamento dos integrantes da Renajoc (e-mail, *Whatsapp* e *Facebook*);
2. Realizou a pesquisa documental (teórica e descritiva) analisando as publicações realizadas pela rede como relatório de atividades, guias temáticos e outros documentos e materiais representativos no âmbito dessa pesquisa;

3. Participou, presencialmente, da *Conferência Livre Juventude e Comunicação É Nós que fala!*, realizada em Brasília, no dia 31 de outubro, na sede da Empresa Brasil de Comunicação.
4. Participou integralmente do *V Encontro Nacional de Adolescentes e Jovens Comunicadoras e Comunicadores – ENAJOC*, também em Brasília, entre os dias 01 a 03 de novembro, na Escola Parque 303/304 Norte. O tema do encontro foi *A Renajoc caminhando com os próprios pés*.
5. Durante o encontro, realizou 32 (amostra significativa ou de representatividade social não-estatística) entrevistas semi-estruturadas com todos os adolescentes e jovens participantes do evento, provindos das cinco regiões do Brasil, de 21 diferentes estados. As entrevistas caracterizaram técnicas de investigação ou observação indireta. Vale explicar que foram consideradas as entrevistas de integrantes da Renajoc com idades superiores a 29 anos, pois a pesquisa entende que o limite é uma orientação, mas não invalida a percepção dos integrantes que já ultrapassaram esse padrão etário, no contexto desse estudo.

Lista dos entrevistados (mesmo não caracterizando situação de violação de direitos, exploração, exposição indevida ou desqualificante, foram utilizadas apenas as iniciais dos nomes para os menores de 18 anos, seguindo a orientação do Estatuto da Criança e do Adolescente):

Região Norte:

Claudia Maria Pereira Ferraz, Manaus/Amazonas, 32 anos;
 Christiane Thomazelli Piza, Boa Vista/Roraima, 30 anos;
 Jhony Abreu Silva, Manaus/Amazonas, 26 anos;
 Magliel de Moura Correia, Rio Branco/Acre, 22 anos;
 Naiane Queiroz, Belém/Pará, 19 anos;

Região Nordeste:

Alessandro Muniz Fontenelle, Natal/Rio Grande do Norte, 25 anos;
 Emilae Alana Silva Sena, Salvador/Bahia, 25 anos;
 Franciele Viana, Camaçari/Bahia, 22 anos;
 Luiz Felipe Joaquim da Silva, Recife/Pernambuco, 19 anos;

Maurício Vieira de Paula, São Luís/Maranhão, 21 anos;
 Mayara Rayane Veras de Siqueira Góes, Campina Grande/Paraíba, 22 anos;
 Milena Andrade da Rocha, Teresina/Piauí, 20 anos;
 Ohana Rabelo Tomaz, Maceió/Alagoas, 18 anos;
 Rosilene Serafim Carneiro, Fortaleza/Ceará, 21 anos;
 Sheyla Santos da Silva, Recife/Pernambuco, 20 anos;

Região Sudeste:

Ana Paula da Silva, Niterói/Rio de Janeiro, 34 anos;
 Bruno de Oliveira Ferreira, São Paulo/São Paulo, 29 anos;
 B. M. S, Niterói/Rio de Janeiro, 14 anos;
 Jéssica Cristina Silva Delcarro, São Mateus/Espírito Santo, 23 anos;
 Milena Klinke, São Paulo/São Paulo, 24 anos;

Região Centro-Oeste:

Daniela Rueda, Brasília/Distrito Federal, 31 anos;
 Felipe Marques, Brasília/Distrito Federal, 26 anos;
 J. Q. K. S., Carlinda/Mato Grosso, 17 anos;
 Igor Augusto Pereira Silva, Ivinhema/Mato Grosso do Sul, 21 anos;
 Rayane Soares, Brasília/Distrito Federal, 23 anos;
 Thaís Moreira, Samambaia/Distrito Federal, 25 anos;
 Wanderson Silva e Santos, Terra Nova do Norte/Mato Grosso, 19 anos;
 Webert da Cruz, Brasília/Distrito Federal, 21 anos;

Região Sul:

Caroline de Mendonça Muszkopf, Canoas/Rio Grande do Sul, 18 anos;
 G. S. O., Sarandi/Paraná, 17 anos;
 Juliana Mildemberg, Curitiba/Paraná, 26 anos;
 Marina Alzão Felisberto, Curitiba/Paraná, 24 anos.

As perguntas semi-estruturadas foram:

- O que é educomunicação para você?
- O que é participação (cidadã) de adolescentes e jovens?

- Existe alguma relação entre esses dois conceitos? Se há, explique que relação é essa.

A descrição dos dados ou a análise descritiva foi realizada a partir de procedimentos técnicos de crítica e organização, sendo divididos por campos de sentido (temas relevantes) e da análise de conteúdo, de acordo com a pesquisa bibliográfica anterior.

A proposta concentrou-se em identificar falas e conteúdos relacionados às hipóteses construídas e ao objetivo da pesquisa.

PARTE I: EDUCOMUNICAÇÃO, PARTICIPAÇÃO E NOVAS TECNOLOGIAS

Desde a Declaração Universal dos Direitos Humanos¹, em 1948, a comunicação e a participação são consideradas direitos humanos fundamentais. Ao longo do tempo, as sociedades, em suas dinâmicas, vêm desenvolvendo formatos diferenciados de ação para torná-las direitos menos abstratos, instrumentais e concentrados apenas na liberdade de expressão.

Essa primeira parte da pesquisa *Educomunicação e Participação de Adolescentes e Jovens, no Brasil* pretende trazer aspectos da construção histórica e conceitual dessas duas diferentes áreas, principalmente a partir da perspectiva de autores latino-americanos, procurando identificar os diálogos construídos historicamente entre a comunicação/educação e a participação cidadã.

Para tanto, a pesquisa teórica concentrou-se:

- a. no campo da educação-comunicação e sua relação com a educação popular latino-americana, destacando seu papel na construção dos espaços de falas dos cidadãos;
- b. na conceituação da participação e sua relação com o ato de comunicar, além das influências sofridas e novos formatos de ação dos sujeitos sociais diante das novas tecnologias digitais;
- c. na construção de um conceito de comunicação pública no qual cada organismo social pode assumir uma nova função transformada por uma outra condição de ser/estar diante das telas e identificando diálogos possíveis com a educomunicação.

O percurso permite identificar as transformações provocadas pelo mundo digital na ação do cidadão e como a interface comunicação-educação, para além de mostrar-se como um potencial campo de debate e de construção de novas práticas de participação cidadã, também apresenta desafios e necessita de um olhar vigilante para acompanhar essas novas dinâmicas da sociedade da informação.

¹ Adotada e proclamada pela resolução 217 A (III) da Assembleia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948, estabelece, com relação ao direito à comunicação e à participação:

Artigo 19. Todo ser humano tem direito à liberdade de opinião e expressão; este direito inclui a liberdade de, sem interferência, ter opiniões e de procurar, receber e transmitir informações e ideias por quaisquer meios e independentemente de fronteiras.

Artigo 20. 1. Todo ser humano tem direito à liberdade de reunião e associação pacífica. 2. Ninguém pode ser obrigado a fazer parte de uma associação. **Artigo 21.** 1. Todo ser humano tem o direito de tomar parte no governo de seu país diretamente ou por intermédio de representantes livremente escolhidos. 2. Todo ser humano tem igual direito de acesso ao serviço público do seu país. 3. A vontade do povo será a base da autoridade do governo; esta vontade será expressa em eleições periódicas e legítimas, por sufrágio universal, por voto secreto ou processo equivalente que assegure a liberdade de voto.

Disponível em <<http://www.onu.org.br/img/2014/09/DUDH.pdf>>. Acesso em: 19 ago, 2016.

Capítulo 1: Educomunicação, um campo latino-americano

O conceito “Educomunicação” designando uma prática social específica que emerge na América Latina, na interface comunicação/educação, aparece, pela primeira vez, em 1999, como resultado de uma pesquisa acadêmica do Núcleo de Comunicação e Educação da Universidade de São Paulo (NCE/USP) (SOARES, 1999), no contexto das teorias latino-americanas que procuram analisar a comunicação frente a uma realidade política e social com extremas tensões e desigualdades.

Pesquisadores do campo da comunicação do Programa de Pós-graduação em Comunicação Social da Universidade de São Paulo estiveram preocupados em identificar como os movimentos de defesa dos direitos humanos, atores sociais, lideranças comunitárias e organizações sociais da América Latina eram capazes de desenvolver metodologias e práticas sociais para efetivar o direito humano à comunicação e fortalecer a democracia e a participação das pessoas (SOARES, 2002).

A proposta deste capítulo é entender, a partir de teóricos do campo educacional, o contexto em que se desenvolveram as teorias da interface comunicação e educação até seu surgimento como campo do conhecimento, conceituando e descrevendo alguns elementos importantes capazes de demonstrar sua importância na efetivação de processos de participação e de cidadania.

1.1. Educomunicação e educação popular

O histórico da Educomunicação remonta à construção de um campo do conhecimento com base na realidade social latino-americana. Sua epistemologia vem sendo construída a partir da produção acadêmica da linha de pesquisa em Comunicação e Educação da Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo (ECA/USP), bem como a partir de dissertações e teses de doutorado desenvolvidas e defendidas em centros de pós-graduação do Brasil e de diferentes países (SOARES, 2014, p.14), além de outros organismos sociais que assumiram a interface como base teórica e prática.

Diferentes nomenclaturas surgiram para designar a relação entre os dois campos. Os termos *Media Education* (vigente na Europa, até a presente data) e

Leitura Crítica da Comunicação (em uso na América Latina, entre 1970 e 1980) são anteriores ao emprego do neologismo Educomunicação. De certa forma, eles descrevem situações distintas da interface e englobam diferentes aspectos da relação possível entre a educação e a comunicação. Soares (2014), por exemplo, ao contextualizar os diferentes termos, explica que o designativo Media-Educação, em uso no Brasil por setores dedicados à análise da mídia, encontra seus fundamentos nas preocupações do campo da Educação com o universo representado pelos meios de comunicação; a *Educação para a comunicação* tem relação com a leitura crítica e a educação para a produção de comunicação; e a *Comunicação para a Educação* refere-se à produção de materiais que utilizam a comunicação como ferramenta educativa ou ainda da educação que acontece por meio da comunicação (informação verbal)².

A principal peculiaridade relacionada ao campo sistematizado no espaço da Universidade de São Paulo (USP) é sua relação direta com a realidade latino-americana e com a educação popular freireana, a partir de sua proposta de libertação da palavra, e seu entendimento da comunicação como um direito humano básico. Soares (2011) explica que a prática educomunicativa nasce relacionada aos movimentos de educação e comunicação alternativa e popular, os quais buscavam construir uma perspectiva dialógica em suas ações com as pessoas e com as comunidades. Nessa perspectiva, o diálogo representava a possibilidade de construir uma comunicação mais humana e menos instrumental.

Ao colocar a comunicação no centro do processo educativo, Freire desconstrói o modelo unidirecional e evoca o ato dialógico como razão central do processo de interação e educação entre pessoas. A crítica do educador esteve localizada no que ele chamou de *cultura do silêncio*, isto é, um conjunto de pautas de ação e esquemas de pensamento que conformam a mentalidade e o comportamento e na qual a voz falada apenas reforça a dominação da consciência (BARBERO, 2014, p. 23).

“Freire entendia o diálogo como um elemento crucial para problematizar o conhecimento” (APARICI, 2014, p. 32) e para indagar os saberes mútuos e o conhecimento pré-estabelecido. Era uma metodologia e uma filosofia para o questionamento de um modelo hegemônico de educação.

---

² Informação fornecida por Soares, em 2014.

Ser dialógico é não invadir, é não manipular, é não *sloganizar*. Ser dialógico é empenhar-se na transformação constante da realidade. Esta é a razão pela qual, sendo o diálogo o conteúdo da forma de ser própria à existência humana, está excluído de toda a relação na qual alguns homens sejam transformados em 'seres para outro' por homens que são falsos seres para si mesmos. (FREIRE, 1977, p. 43)

1.2. Um histórico educomunicativo

Em *A educomunicação na América Latina: apontamentos para uma história em construção*, Soares (2014) retoma os caminhos trilhados pelas práticas de “educação para a comunicação” desde 1960, quando são iniciados os programas de análise da produção cinematográfica, até os dias atuais.

De acordo com o artigo, na década de 1970, a leitura crítica dos meios ganha espaço no contexto das denúncias sobre a *invasão cultural* por parte de estudiosos latino-americanos. A década contou com uma dura reação frente à crescente influência dos meios de comunicação, especialmente da televisão e as pesquisas focaram-se em descrever as estruturas econômicas e políticas dos veículos, pautadas na teoria sociológica da dependência cultural. As práticas sociais tiveram a proliferação dos projetos de *educação para a televisão, formação de consciência crítica* ou *leitura crítica da comunicação*.

Tais programas desenvolveram-se fundamentalmente à margem dos sistemas educativos formais, com presença nos bairros, nos subúrbios e nas comunidades camponesas, sob os auspícios de instituições voltadas para a educação e a cultura popular. (SOARES, p. 9, 2014)

É também na década de 1970 que começa a surgir o “planejamento participativo”, uma revisão das teorias de desenvolvimento com a contribuição de importantes agentes latino-americanos como Juan Diaz Bordenave, Paulo Freire, Mario Kaplún, Daniel Pietro, Eduardo Contreras. Soares (2014, p. 10) lembra que as práticas de “comunicação inerentes a uma visão de planejamento participativo levaram ao redimensionamento dos procedimentos investigativos”. No nível acadêmico, essa ação foi consolidada nas décadas subsequentes, principalmente na literatura sobre a metodologia da pesquisa participante.

Nos anos 1980, a América Latina buscava a formulação de uma síntese dos caminhos percorridos para a democratização da comunicação no continente. Além dos referenciais da educação popular, ganha destaque a teoria sobre as mediações

culturais e isso provoca um certo afastamento dos pesquisadores locais da *media education* europeia e da *media literacy* norte-americana e surge o termo *educação para a comunicação*.

As propostas de Paulo Freire, com uma educação crítica, e de Jesús Martín-Barbero, com a Teoria das Mediações, que trata das diferentes influências sofridas pelos indivíduos em sua relação com a comunicação dos tradicionais *mass media*, abrem caminho para a construção de diferentes possibilidades de interação com a comunicação nas pesquisas latino-americanas. Logicamente, são provocadas pela realidade peculiar do surgimento dos veículos de comunicação e a função política que desempenharam.

Não foram somente as limitações do modelo hegemônico que nos forçaram a mudar paradigmas, mas os fatos teimosos, os processos sociais na América Latina é que mudaram nossos objetos de estudo como pesquisadores da comunicação. (MARTÍN-BARBERO, 1987, p. 224)

Jorge Huergo tem um papel importante com sua crítica ao uso instrumental da comunicação e da ideia da tecnologia como suporte para a educação. Para ele, educação e comunicação seriam campos que reunidos poderiam atuar para a liberdade do indivíduo, contra a dominação, para o empoderamento, contra a manipulação. Dentro dessa perspectiva, o que as práticas sociais e as pesquisas pretendiam discutir era o modo como as audiências reagiam e se articulavam ao receber e ressignificar os conteúdos midiáticos, diferente da proposta de identificar o impacto das mensagens sobre as audiências.

No contexto da América Latina, foi muito importante que os estudos não permanecessem concentrados nos impactos dos meios, pois esses nasciam em uma realidade com propósitos políticos e ideológicos específicos e que iam muito além dos econômicos. Diante da impossibilidade de caminhar em um diálogo social para a legitimação do direito humano à comunicação, movimentos sociais e pesquisadores da comunicação se interessavam em debater esses espaços alternativos de fala que iam se criando diante da “cultura do silêncio”, da censura e da extrema concentração de propriedade dos veículos de comunicação. “Enquanto os autores envolvidos com os Estudos Culturais Britânicos investiram teoricamente na identificação das resistências e da formação de identidades, os latino-americanos dedicaram esforços no mapeamento dos modos de ação da resistência”. (OROZCO, 2014, p. 8).

Os anos de 1990 sofrem uma forte influência dos estudos culturais, o que favorece a transição dos objetos de pesquisa de *educação para a mídia* para uma *educação para os processos de mediações*. De certa forma, supera-se a bipolaridade (emissor X receptor) estabelecida pela corrente funcionalista e é fortalecida a perspectiva dialética que reconhece o papel ativo do consumidor de mídias enquanto um construtor de sentidos.

Foi possível, dessa forma, passar de uma teoria fundada no tecnicismo, centrada nos meios, para uma reflexão articuladora das práticas de comunicação, entendidas como fluxos culturais, fixada no espaço das crenças, costumes, sonhos, medos – o que, enfim, configura a cultura do cotidiano. (SOARES, p. 13, 2014)

1.3. O termo e o conceito da Educomunicação

Mário Kaplún, ainda que nunca tenha colocado em discussão a existência, ou não, de um campo de conhecimento autônomo denominado educomunicação, foi o primeiro a escrever sobre o professor-comunicador, designando-o como um *educunificador*, enquanto um voluntário ou profissional capaz de mediar processos de jornalismo alternativo e projetos de rádio comunitária. Kaplún, como lembra Druetta (2014, p. 129), propôs três modelos de comunicação educativa, visivelmente pautados na proposta de educação de Paulo Freire: o *bancário* (aluno receptor, depósito de informação), o *focalizado nos efeitos* (aluno individualizado como receptor dos bens a ele destinados) e o *da educação transformadora* (que valoriza o diálogo como fator de mudança da realidade e reconhece não apenas a construção do próprio conhecimento, como também de seu ambiente social).

Em 1998, o Brasil realiza o *I Congresso Internacional sobre Comunicação e Educação*, iniciativa do Núcleo de Comunicação e Educação da Universidade de São Paulo, associado ao *World Council for Media Education*, com sede em Madri, Espanha. Teve como tema *Multimedia and Education in a Globalized World* e contou com 1.500 participantes, sendo 170 provenientes de 30 países, representantes dos cinco continentes. De acordo com o professor Ismar de Oliveira Soares, o evento foi um grande motivador de um levantamento científico, com base nas práticas e estudos latino-americanos, que impulsionaria a definição e contextualização do termo *educomunicação* (2014, p. 14).

Druetta localiza essas construções teóricas e práticas nos “usos que cada sociedade faz das inovações tecnológicas” e que acabam expressando suas condições econômicas, sociais e históricas (2014, p. 121).

Tanto as propostas da Unesco³ como as de outros organismos internacionais, surgidas no final do século passado, procuram posicionar a educação dentro de um processo de globalização, mas também no marco de um conceito inovador: o da sociedade do conhecimento. Primeiramente focalizada na circulação de informação e, posteriormente, na geração de conhecimento, esse tipo de sociedade dota-se das ferramentas necessárias para processar a informação disponível (incomensurável a partir da digitalização), na medida em que os cidadãos são capazes de utilizar esse conhecimento para resolver suas necessidades culturais e sociais”. (DRUETTA, 2014, p. 127)

Assim, o neologismo polissêmico (SOARES, 2014, p.16) começa a assumir sentidos diferenciados, de acordo com usos e contextos de cada grupo social: sinônimo de educação diante dos meios ou uma prática mais moderna da educação midiática. Foi a partir de 1999 que passou a designar um campo de intervenção social, na interface entre a comunicação e a educação.

Esta terceira opção foi confirmada pela pesquisa que o Núcleo de Comunicação e Educação (NCE), da USP, desenvolveu junto a especialistas latino-americanos, em 12 países do continente, entre 1997 e 1999, momento em que identificou um espaço de produção de sentidos decorrente do reconhecimento da essencialidade do direito à comunicação em todos os espaços da vida social, incluindo o educacional e o próprio espaço comunicacional. Um direito à palavra, reclamado por Paulo Freire em seus escritos, que passava a ser assumido como meta de esforços sistemáticos de organismos da sociedade civil, em sua luta pela democratização das formas de expressão no continente. (SOARES, 2014, p.16)

Maria Cristina Castilho Costa, socióloga integrante do NCE-USP, explica que a investigação concluiu que efetivamente um novo campo do saber, absolutamente interdisciplinar e com certa autonomia em relação aos tradicionais campos da educação e da comunicação mostrava indícios de sua existência, e que já pensava em si mesmo, produzindo uma metalinguagem, elemento essencial para sua identificação como “objeto interdisciplinar de conhecimento” (SOARES, 2011, p. 35).

A partir dessas constatações, o NCE-USP formulou uma definição para o termo *Educomunicação* como um campo de intervenção socioeducativa, que nasce da inter-relação entre a educação e a comunicação e se caracteriza como:

[...] o conjunto de ações voltadas ao planejamento e implementação de práticas destinadas a criar e desenvolver ecossistemas comunicativos abertos e criativos e espaços educativos, garantindo, desta forma,

---

³ Fundo das Nações Unidas para a Educação.

crescentes possibilidades de expressão a todos os membros das comunidades educativas. (SOARES, 2003, p. 17).

O NCE-USP passou a trabalhar com descrições operacionais aproximativas, afirmando que o conceito nomeia “o conjunto de ações inerentes ao planejamento, implementação e avaliação de processos, programas e produtos destinados a” (SOARES, 1999, 2011 e 2014):

- a. promover e fortalecer ‘*ecossistemas comunicativos*’, qualificados como abertos e participativos, garantidos por uma gestão democrática dos processos de comunicação nos diferentes ambientes de relacionamento humano (envolvendo, no caso, em igualdade de condições, a comunidade como um todo, seja ela educativa ou comunicativa);
- b. *ampliar o potencial comunicativo e as condições de expressividade dos indivíduos e grupos humanos*, mediante práticas culturais e artísticas, assim como por meio do uso dos recursos disponibilizados pela era da informação, tendo como meta prioritária o reconhecimento do protagonismo infanto-juvenil, e;
- c. favorecer referenciais e metodologias que permitam às comunidades humanas relacionarem-se, enquanto *sujeitos sociais*, com o *sistema midiático*.

Orozco (2014, p. 9) descreve:

Entenda-se por educomunicação um conceito mais abrangente para pensar os fenômenos de ensino-aprendizagem sob as circunstâncias que matizam a vida contemporânea em sua pluralidade de dispositivos técnicos, estímulos à visualidade, desafios suscitados pelos circuitos digitais, instigações provocadas pelas estratégias de produção, circulação e distribuição da informação e do conhecimento.

1.4. Aspectos relevantes sobre a Educomunicação

Jésus-Martin Barbero, além da relevante *Teoria das Mediações*, que orienta grande parte dos estudos na interface comunicação-educação no continente latino-americano, também é o criador do termo “ecossistema comunicativo”. Barbero explica o ecossistema como o espaço difuso, formado por uma mistura de linguagens e de saberes que circulam por diversos dispositivos midiáticos intrinsecamente interconectados que é descentrado, porque os dispositivos midiáticos que o

conformam vão além dos meios que tradicionalmente vêm servindo à educação, a saber: escola e livros. Ele aponta para a “emergência de uma nova ambiência cultural” (SOARES, 2011, p. 43).

Soares (2011, p. 44) utiliza o termo “como uma figura de linguagem para nomear um ideal de relações, construído coletivamente em dado espaço, em decorrência de uma decisão estratégica de favorecer o diálogo social, levando em conta, inclusive, as potencialidades dos meios de comunicação e de suas tecnologias”. O ecossistema comunicativo reflete sobre as inúmeras possibilidades da interação social com a comunicação e como, em cada ambiente, é possível refletir e analisar as diferentes propostas e formatos de diálogo vivenciados com o mundo.

Seguindo a reflexão sobre a educomunicação, Soares (2011) descreve seis diferentes “áreas de intervenção” nos ecossistemas comunicativos:

- a. A área da *educação para a comunicação*, que é o estudo dos meios de comunicação na sociedade e seu impacto;
- b. A área da *expressão comunicativa por meio das artes* está atenta ao potencial criativo e emancipador das distintas formas de manifestação artística na comunidade educativa, como meio de comunicação acessível a todos;
- c. A área da *mediação tecnológica na educação* trata da tecnologia da informação e sua relação com a comunidade educativa;
- d. A área da *pedagogia da comunicação* na educação formal;
- e. A área da *gestão da comunicação* volta-se para o planejamento e a execução de planos, programas e projetos referentes às demais áreas;
- f. A área da *reflexão epistemológica* dedica-se à sistematização de experiências e ao estudo do fenômeno.

Aspectos importantes, neste contexto da pesquisa, sobre o processo educomunicativo, identificados durante o levantamento realizado por Soares na América Latina foram: *a interconectividade, a coerência de seus procedimentos e o propósito comum de lutar pela liberdade de expressão e direito humano à comunicação*. Além disso, *a gestão participativa de todo o processo de intervenção comunicativa*. A expectativa de resultado dessa construção é a formação para a cidadania e para a ética profissional, tendo como objetivo a educação do “cidadão global”. Além disso, a prática educomunicativa assume como característica ser *inclusiva* (nenhum membro da comunidade será excluído); *democrática*

(reconhecendo a igualdade radical entre as pessoas); *mediática* (valorizando as mediações possibilitadas pelos recursos da informação) e *criativas* (sintonizadas com toda forma de manifestação da cultura local).

O que pretendem os educadores é o reconhecimento do valor estratégico da luta pela liberdade da palavra, como uma utopia que se concretiza em ações efetivas nos distintos espaços educativos. (SOARES, 2014, p. 146)

Algumas *linhas de articulação teórico-práticas* são propostas por Soares (2011), decorrentes ainda de sua pesquisa:

- a. *a dos pressupostos*, que defende que uma comunicação essencialmente *dialógica e participativa*, no espaço do ecossistema comunicativo escolar, mediada pela gestão compartilhada (professor/aluno/comunidade escolar) dos recursos e processos de informação, contribui para a prática educativa, cuja especificidade é o aumento imediato do grau de motivação por parte dos estudantes, e para o adequado relacionamento no convívio professor/aluno, maximizando as possibilidades de aprendizagem, de tomada de consciência e de mobilização para a ação;
- b. *a da interface*, nos quais os olhares se entrecruzam regularmente, na qual a interconexão entre eles é requerida pelas próprias exigências da vida em sociedade, durante seus confrontos ou cooperações. Essa interface reconhece o direito universal à expressão, tanto da mídia, mas principalmente de seu público negligenciado em seu direito à comunicação pelo sistema vigente. A educação trata da ampliação do potencial comunicativo dos membros da comunidade educativa. Conceitos como democracia, dialogicidade, expressão comunicativa, gestão compartilhada dos recursos da informação fazem parte de seu vocabulário. Com relação a tecnologias, o que importa não é a ferramenta disponibilizada, mas o tipo de mediação que elas podem favorecer para ampliar os diálogos sociais e educativos.
- c. *a da prática educativa*, pensada em três âmbitos distintos: da gestão escolar, no âmbito disciplinar e no transdisciplinar. Nos três, a educação trata do uso coletivo e solidário dos recursos para favorecer a comunicação, para aprofundar conhecimentos e para desenhar estratégias de transformação das condições de vida à sua volta.
- d. *a da formação* diante do desafio de formar educadores que dominam as linguagens produzidas socialmente na construção da cultura contemporânea

enfrentando o desafio da redução do conceito e da prática a um conjunto de ferramentas. Seriam habilidades dessa figura educ comunicativa: planejar, gerir e avaliar programas e projetos na interface; usar as tecnologias da informação e da comunicação, de forma colaborativa, nos diferentes âmbitos da prática educativa; assessorar a produção dos veículos de comunicação para a área; desenvolver práticas de recepção midiática; reflexão e sistematização de suas próprias experiências na interface comunicação e educação.

Somados, esses referenciais teóricos representam aspectos sobre a construção de processos participativos e cidadãos, por meio da comunicação, na América Latina, foco desse estudo.

Capítulo 2: Participação

Em meados dos anos 1990, Bordenave (1994, p. 12) constatava que “a participação está na ordem do dia devido ao descontentamento geral com a marginalização do povo dos assuntos que interessam a todos e que são decididos por poucos”. O pesquisador considerava que a participação popular e a descentralização das decisões são importantes para enfrentar os problemas graves e complexos dos países em desenvolvimento.

Processos participativos, de acordo com ele, são importantes em sociedades democráticas, pois favorecem o controle dos governantes, das políticas e das ações públicas por parte do povo. Além disso, facilitam a consciência crítica da população e seu poder de reivindicação, gerando políticas públicas que tendem a ser melhor aceitas pelos cidadãos.

A partir da análise de diferentes pesquisadores da interface comunicação-educação e latino-americanos, o capítulo pretende: abordar conceitualmente a participação e cidadania, demonstrando interferências provocadas pelas novas tecnologias nesses campos; descrever o sujeito que está diante das telas, seja como receptor ou como produtor-emissor de informações; e discorrer sobre alguns desafios da interface para o fortalecimento da ação participativa e cidadã desse usuário.

2.1. Conceituando a participação

De acordo com Bordenave (1994, p. 17), a participação é inerente à natureza social do ser humano e o acompanha desde a tribo e o clã dos tempos primitivos, até as associações, empresas e partidos políticos de hoje. A frustração dessa necessidade constitui uma mutilação do ser social e seu “futuro ideal” só se dará numa sociedade participativa. As pessoas participam em sua família, em sua comunidade, no trabalho, na luta política. Além de instrumental, a ação coletiva é emocional e satisfaz necessidades básicas do ser social como interação, expressão, desenvolvimento do pensamento reflexivo, o prazer de criação e a valorização de si pelos outros.

Ao descrever processos participativos, Bordenave (1994, p.25) diferencia uma *microparticipação* (na qual as decisões interferem em um pequeno núcleo) e uma *macroparticipação* (na qual as decisões interferem na vida da sociedade como um

todo). Os formatos incluem a *participação de fato* (familiar), *espontânea* (alguns exemplos de *gangs*), nas quais existe uma relação de afeto. Existe ainda a *participação imposta* (voto, no caso brasileiro), *voluntária* (cooperativas ou partidos políticos), *provocada* (programas sociais) que em alguns casos pode ser *manipulada* (quando os objetivos não são para o outro, mas para si) e *concedida* (como o planejamento coletivo).

O menor grau de participação descrito pelo pesquisador é o da *informação* (os dirigentes informam os membros da comunidade sobre as decisões já tomadas). Na sequência, o autor reconhece as distintas modalidades de interferência do público, com a consulta *facultativa ou obrigatória* (a decisão final está a cargo de alguém); a *colaborativa* (a aceitação ou não deve ser justificada pelos gestores), a *co-gestora* (com mecanismos de co-decisão e colegialidade) e a *delegativa* (o público concede poderes de decisão aos mandatários). O grau mais alto de participação é representado pela *autogestão*, na qual o grupo determina seus objetivos, escolhe seus meios e estabelece controles pertinentes, sem referência a uma autoridade externa.

Daniel Mato, importante pesquisador latino-americano da área da comunicação intercultural, acrescenta ainda a questão da heterogeneidade da participação que, em sua análise, está sempre condicionada a diversas circunstâncias da vida comunitária.

Essas circunstâncias e problemas que condicionam as formas como algumas pessoas participam das dinâmicas coletivas variam de país para país, de comunidade para comunidade, e dependendo do caso, costumam estar associadas, por exemplo, a fatores de gênero, religião, etnia, condições físicas específicas, localização, horários de trabalho incomuns (como no caso de vigias noturnos, paramédicos etc), compromissos familiares (que impedem a participação das mulheres nas reuniões de bairro) etc. Para entender essas dinâmicas e relações, é necessário estudar a participação com uma abordagem de comunicação intercultural que busque entender as diferenças e relações entre os diferentes grupos no âmbito dos grupos de população que, às vezes, são ingenuamente vistos como comunidades supostamente homogêneas. (MATO, 2012, p. 53)

Alguns pontos fundamentais dos processos participativos descritos por Bordenave (1994) são: a participação é uma necessidade humana e, por conseguinte, constitui *um direito das pessoas*; justifica-se por si mesma, não por seus resultados; é um processo de desenvolvimento da consciência crítica e de aquisição do poder; leva à apropriação do desenvolvimento pelo povo; é algo que se aprende e se aperfeiçoa; pode ser provocada e organizada, sem que isso signifique

necessariamente manipulação; é facilitada com a organização, e a criação de fluxos de comunicação; deve respeitar as diferenças individuais na forma de participar; pode resolver conflitos, mas também pode gerá-los; não pode ser “sacralizada”, pois não é panacéia nem é indispensável em todas as ocasiões.

2.2. A participação e o ato de comunicar

Atuar coletivamente em favor do bem comum é também um processo de luta, transformação e contestação. A estratégia participativa significa uma ameaça para as hierarquias existentes e age na contramão do que Paulo Freire chamou de *cultura do silêncio* (já citada anteriormente), isto é, um conjunto de pautas de ação e esquemas de pensamento que conformam a mentalidade e o comportamento e na qual a voz falada apenas reforça a dominação da consciência (BARBERO, 2014, p. 23).

Barbero descreveu esse processo como *incomunicação* e o localizou dentro da realidade latino-americana da seguinte forma:

A história da América Latina é a de um longo e denso processo de incomunicação. Incomunicação, primeiro, entre os diferentes passados, o que teria permitido decifrar a conquista e a colônia como processo histórico e não como fatalidade de um destino. [...] Escrever sua história é, na América Latina, iniciar a destruição dos muros que a impedem de se comunicar com sua memória, relegada ao vazio ou à nostalgia a partir do dia posterior à conquista, e mistificada pelos próprios processos de independência. [...] Incomunicação, em segundo lugar, com o fazer político das massas, desses milhões de homens e mulheres que ainda por cima têm que desistir de sua língua materna para ter acesso aos meios de comunicação. Até quando os analfabetos não tiveram direito ao voto em um continente onde a maioria da população era analfabeta? A comunicação se carrega de uma significação política irrefutável ao descobrir as muitas faces da “violência simbólica” (Bordieu e Passeron, 1970) adicionada à outra, a da fome e da exclusão social. Incomunicação também das elites intelectuais que, mesmo rompendo sua cumplicidade com o *status quo*, estão longe, isoladas, por conta de sua linguagem exclusiva, da fala e da memória das maiorias. Incomunicação, enfim, de vanguardas, separadas do povo a quem querem libertar, e isso por causa de armadilhas que produzem uma expressividade centrada sobre si mesma, ou seja, negada à comunicação. As estruturas de dominação são múltiplas, mas pode-se dizer que sua expressão privilegiada está aí, nessa frustração que impede “falar”, dizer o próprio mundo e dizer a si mesmo. Ao desmontar os mecanismos que obrigam o oprimido a falar a linguagem do opressor, Freire revela a figura ao mesmo tempo mais profunda e íntima da dominação. É por isso que a alfabetização em Freire toma um caráter deliberadamente subversivo: a coesão do grupo no sistema se rompe em pedaços quando o homem, esse “animal construído de palavras”, do qual fala Otávio Paz, assume a palavra que vem de seu mundo, que emerge de sua terra, de seu trabalho, de sua classe e de sua capacidade criadora. (BARBERO, 2014, p. 27 e 28)

A partir de 1948, com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, a participação passou a ser um direito fundamental, expresso principalmente nos Artigos 19, 20 e 21, que tratam da *liberdade de opinião e expressão* (referentes também ao direito humano à comunicação), *de reunião e associação pacífica*, *sobre tomar parte no governo e acessar o serviço público do seu país* (como vimos anteriormente). No documento das Nações Unidas já é possível identificar a conexão direta estabelecida entre o direito a comunicar e o direito a participar, assim como também fizeram Freire e Barbero.

Bordenave (2011, p. 79) reforça a mesma linha de pensamento ao afirmar que a luta pela democratização da comunicação é a mesma luta pela democratização participativa. Essa conexão, que reforça a perspectiva de direito humano nos dois diferentes campos, é feita e aprofundada por diversos autores que vêm chamando a atenção para o fato de que exercer o direito à participação é conquistar o livre acesso ao poder de comunicar. De acordo com Cicília Peruzzo, as liberdades de informação e expressão postas em questão na atualidade não dizem respeito apenas ao acesso da pessoa à informação como receptor, nem apenas ao direito de expressar-se por *quaisquer meios*. “Mas, de assegurar o direito de acesso do cidadão e de suas organizações coletivas aos meios de comunicação social na condição de emissores – produtores e difusores – de conteúdos” (PERUZZO, 2004, p. 57).

2.3. Aspectos da cidadania comunicativa

A construção da noção de cidadania como é concebida hoje também nasce na mesma época da aprovação dos direitos humanos. Desde 1949, com a criação da teoria pioneira de Thomas H. Marshall sobre “o direito a ter direitos”, esse conceito integra processos que, em sua historicidade, vai adquirindo uma substância sempre renovada, devido a sua interação com a dinâmica da sociedade moderna e contemporânea (RUBIM, 2004, p. 109).

Para Orozco (2014, p. 96), a cidadania pode ser entendida em várias subcategorias: *política* (a relação com o Estado); *econômica* (referente ao trabalho e ao mercado); *social* (está relacionada ao bem-estar mínimo, como educação, saúde, transporte, esporte, habitação); *cultural* (relação entre Estado e cidadão e entre cidadão-cidadão). A última das subcategorias é a *cidadania comunicativa*, que diz

respeito, como já descrito anteriormente, a algo maior do que o reconhecimento do direito ao simples acesso à informação. Ela refere-se a um contexto amplo de recepção, produção, emissão diante das novas telas e caracterizado pela nova condição da comunicação digital, da internet e de toda a reorganização social que representam. Esse posicionamento é recorrente da área da comunicação-educação, na qual a falta de informação e diálogo livres, plurais e disponíveis torna inviável a constituição de opiniões legítimas e independentes ou a tomada de decisões genuínas e democráticas.

Se o característico da cidadania é estar associada ao “reconhecimento recíproco”, isto passa decisivamente hoje pelo direito de informar e ser informado, de falar e ser escutado, imprescindível para poder participar das decisões que dizem respeito à coletividade. Daí que uma das formas mais flagrantes da exclusão da cidadania situe-se justamente aí, na expropriação do direito de ser visto, que equivale ao de existir/contar socialmente, tanto no terreno individual como no coletivo, no das majorias como das minorias. (BARBERO, 2014, p. 107 e 108)

A prática educ comunicativa latino-americana, como visto, surge em um contexto histórico no qual movimentos sociais reforçam a noção da comunicação como direito humano fundamental e que passa a ser um requisito essencial para a realização da cidadania e para a concretização de uma cultura política democrática. A educação está menos focada na instrumentalização dos cidadãos do que na criação e incentivo de processos dialógicos capazes de interferir no desenvolvimento do indivíduo, ao mesmo tempo em que interage e transforma o ecossistema comunicativo que o cerca.

Mário Kaplún defendia que a interface deveria promover uma participação *autogestora* (modelo ideal proposto por Bordenave), *dialógica* e *multidirecional*,

[...] concebendo o educando – segundo um feliz neologismo denominado por Cloutier – como um *emerec*, isto é, como um sujeito comunicante, dotado de potencialidades para atuar alternadamente como emissor e receptor de outros *emerecs* possuidores de iguais possibilidades; proporcionando, portanto, não só receber, como também autogerar e emitir suas próprias mensagens. (APARICI, 2014, p.39).

2.4. As mudanças tecnológicas e sua influência na ação do cidadão

Nos inícios do século XXI, aprender a ler os textos audiovisuais e os hipertextos é condição indispensável da vigência e do futuro dos livros – só se os livros nos ajudarem a nos orientar no mundo das imagens, o tráfico de imagens nos fará sentir necessidade de ler livros – e parte de um direito cidadão fundamental: o direito a participar crítica e criativamente na comunicação cidadã. (BARBERO, 2014, p. 57)

A história da comunicação tem demonstrado que nem sempre a sociedade aceita facilmente determinadas evoluções tecnológicas relacionadas à comunicação. Foi assim com a fotografia, o cinema, o rádio e a televisão. Também com a Internet criam-se muitos medos e resistências que dificultam a criação de estratégias educativas capazes de responderem às mudanças de forma rápida e eficaz.

Preocupado com a rejeição, por parte dos mais adultos, das elites de poder e das instituições da velha sociedade, às tecnologias, culturas e modos de relacionamento da sociedade que nasce e que já vive plenamente nos jovens, Manuel Castells, após uma pesquisa de seis anos, procurou reduzir alguns mitos e medos com relação ao mundo digital. Seu estudo demonstrou que a internet não isola nem aliena, mas é capaz de incrementar a sociabilidade e a atividade das pessoas em todas as dimensões da vida. Para ele, a Internet é, antes de mais nada, um instrumento de liberdade, espaço de comunicação autônoma e de subversão do poder.

[...] os usuários mais ativos e frequentes da internet, quando comparados com os não usuários, são pessoas mais sociáveis, têm mais amigos, mais intensidade de relações familiares, mais iniciativa profissional, menos tendência à depressão e ao isolamento, mais autonomia pessoal, mais riqueza comunicativa e mais participação cidadã e sociopolítica. (CASTELLS in CASTILLO, 2014, p. 51)

As redes virtuais representam novas possibilidades de organização do trabalho em equipe, coletivo, colaborativo, cujas plataformas constituem novas formas de ativismo cidadão e de criação coletiva baseada em alianças voluntárias (CASTILLO, 2014, p. 55).

Orozco nomeia esse contexto como “condição comunicacional”, a possibilidade inédita de transitar do papel de consumidores (passivos ou hiperativos) para o papel de produtores criativos, criadores de informação substancial e, em seguida, para o papel de emissores. A *condição comunicacional* implica ou exige uma atividade ou

administração das audiências que vai além da interpretação e abre a possibilidade de desconstruir comunicacional e materialmente os referentes midiáticos, graças à interatividade que o digital permite (2014, p. 86).

O formato *web 2.0* trouxe inúmeros avanços relacionados às possibilidades de ação e participação virtuais ao focalizar suas aplicações nos usuários, permitindo-lhes expressar, gerar colaborações e serviços originais, interagir com outros usuários e modificar conteúdos. Drueta, com o olhar direcionado para a questão da mudança da perspectiva com relação ao usuário provocada pelo modelo 2.0, explica que estas condições foram definidas como um site interativo de encontros ou redes sociais.

Enquanto os *websites* tradicionais não interativos só mostram passivamente informação ou imagens, a grande mudança da web 2.0 é que se potencializa a capacidade criativa de seus usuários para expressar-se, interagir, relacionar-se através de redes sociais que, em poucos anos, atingiram a posição de importantes lugares de encontro. Trata-se, no entanto, de um tema que deve ser analisado com cuidado para explicar seus defeitos e virtudes. (DRUETTA, 2014, p. 141)

Castells classificou essa condição como autocomunicação massiva, na qual, a partir de diversas posições individuais, coletivas e/ou massivas, vive-se o dia a dia compartilhando dados, emoções e sensações, “conectando-nos analógica ou digitalmente, produzindo informação oral, escrita, audiovisual e conferindo sentido ao fluxo informacional que nos chega e nos envolve sensorial, emotiva, cognitiva e corporalmente”. (OROZCO, 2014, p.104)

Tal condição de interatividade representa uma reconstrução da sociabilidade e da esfera pública, assim como dos mapas mentais, das linguagens e dos desenhos de políticas (BARBERO, 2014, p. 111), modificando as possibilidades de transformação, de criação e de participação real possível (e desejável) dos sujeitos-audiências, a partir de suas interações com as telas (OROZCO, 2014, p. 31).

Contudo, como alerta Orozco (2014, p. 29) há um certo deslumbramento com as tecnologias e a desconcertante participação das audiências nas redes sociais, que provoca um olhar muito pessimista com relação às antigas mídias como a televisão, o livro ou a imprensa escrita. O pesquisador lembra que esses meios continuam reciclando-se em formatos adequados às condições contemporâneas e aos modos de interação das audiências. E essa reciclagem deverá ser feita por todas as instituições (não apenas as de comunicação) diante das novas possibilidades da interatividade 2.0, inclusive da escola, em suas metodologias e na comunicação que pretende desenvolver com a sociedade para ser mais participativa, e de outras entidades

públicas, caso almejem um futuro construído de forma mais dinâmica com os cidadãos-audiências (voltaremos ao tema no capítulo sobre comunicação pública).

É importante perceber que essa torrente de informação segue nas mãos daqueles que detêm o poder político, econômico e midiático, e têm, portanto, o acesso para colocar nas telas, grandes e pequenas, publicidade e propaganda juntamente com a programação. Porém, como analisa Barbero (2014, p. 109), “a nova visibilidade social da política catalisa o deslocamento do discurso doutrinário, de caráter abertamente autoritário, para uma discursividade em que são possíveis certos tipos de interações e trocas com outros atores sociais”.

Valderrama (2014, p. 300) sistematiza e analisa alguns destes aspectos que dizem respeito ao exercício da cidadania no contexto da sociedade da comunicação interativa. São eles:

- *A esfera pública* sofre um redesenho e reconstrução em diferentes níveis e tamanhos, que obrigam ao cidadão a reconsiderar radicalmente os conceitos sobre a vida pública. Novos interstícios da esfera público-comunicativa se constituem “em práticas políticas desinstitucionalizadas e com alto potencial contra-hegemônico”;
- *A territorialidade-desterritorialidade* também foi amplamente alterada por fatores relacionados à condição comunicativa, como o fluxo de capitais, o mercado e as novas dinâmicas do trabalho, além das migrações e a comunicação internacional, fatores que interferem no “surgimento de novas formas de entender a soberania, o sentido de pertença, a adstrição ética e moral, em relação aos limites territoriais”, por parte do novo cidadão;
- *A representação política* e a perda de legitimidade dos partidos políticos, a diminuição dos níveis de identificação partidária, a crescente volatilidade eleitoral e a diminuição na participação política. E nesse aspecto enquadra-se a falência do modelo de participação dos cidadãos nos processos políticos. Valderrama analisa dois pontos relacionados à comunicação no formato posto: o primeiro fala de uma comunicação na qual os governantes não podem expor de fato suas opiniões e a comunicação acontece sempre reduzida a um tratamento icônico publicitário. O segundo é que a representação midiática permanece presa a agendas temáticas ditadas pelas elites políticas. Com isso, existe um amplo campo de renovação que não faz parte dessa pauta, espaços

de visibilização e confrontação, com grandes possibilidades de articulação política de renovação da ação comunicativa nessa área.

- As formas de *organização sociopolítica*: com amplo destaque para a ação em rede que tem transformado o trabalho, dinâmicas da educação e da ação política e da reorganização dos movimentos sociais. Essas redes surgem das resistências de sociedades locais e a internet proporciona a base material que permite a mobilização desses movimentos para a construção de uma nova sociedade.

2.5. Aspectos sobre o cidadão-audiência

Orozco classificou como *audiência* pessoas em interação com a informação e com o mundo sempre mediados por telas, sejam estas grandes, pequenas, intermediárias, massivas ou pessoais, fixas ou portáteis, unidirecionais ou interativas.

Sua participação variável nessa interação mediada é que define hoje a audiência e, ao mesmo tempo, o ser e o estar como audiência é o status que mais caracteriza e continua a diferenciar os sujeitos sociais em suas interações múltiplas a partir da segunda metade do século XX. As telas perante as quais se é audiência multiplicam-se e convergem, transformam-se. Os modos de estar como audiência também. A utopia continua a ser de audiências significativamente distintas, mais críticas, criativas e participativas, que indiquem interlocuções e mudanças de papéis a partir da recepção até a emissão. (OROZCO, 2014, p. 53)

Para Orozco, essa é uma mudança significativa, capaz de influenciar o surgimento de uma nova cultura de participação, provocada pela interatividade. “Aos participantes não cabe mais apenas interpretar simbolicamente, mas é possível desconstruir. É uma nova forma de interação com as telas que sugere a mutação de audiências-receptivas para audiências-usuários” (OROZCO, 2014, p. 55).

Contudo, por mais que pareça natural, o trânsito de receptores para produtores-emissores não é automático e nem definido pela ação de acessar muitas telas e executar múltiplas funções simultaneamente. Independente da tecnologia como instrumento, a participação tem de ser buscada e conseguida a partir de diversas estratégias políticas, culturais, educativas e integradas entre si. A falta de participação *na/com/por meio* da comunicação é resultado de uma maneira histórica de ser e estar das audiências. As relações com os meios massivos sempre foram bastante

unidirecionais, “e não apenas deixaram de convocar essa participação, mas a inibiram e impediram por meio de diversos subterfúgios midiáticos” (OROZCO, 2014, p. 115). Martín-Barbero (2014, p. 39) também considera que o analfabetismo (das letras ou digital) não é apenas uma falta de instrução, mas revela-se como uma consequência estrutural de um sistema injusto, que domina excluindo as maiorias do espaço cultural em que se constitui a participação.

A palavra não é um mundo à parte, mas faz parte da práxis do homem: “a justiça é o direito à palavra”, pois é a possibilidade de ser sujeito em um mundo onde a linguagem constitui o mais expressivo lugar do “nós”. (BARBERO, 2014, p. 33)

A definição de audiência e usuário parece mais apropriada para a realidade da comunicação e a convergência e transição das telas (do que aquela que falava de nativos ou migrantes digitais) dentro da interface comunicação e educação. Para Orozco, permanecemos como audiências, mudando de papéis, mas sempre em relação às telas, que é o que nos confere tal categoria.

Isso é sumamente importante como premissa epistemológica para a investigação das interações na sociedade em rede, por que aponta precisamente para o sujeito da comunicação e sua compreensão na pesquisa que se realiza. Conforme se assume o sujeito participante, assim será a maneira de interpelá-lo, de projetá-lo nas produções audiovisuais e de apoiá-lo, finalmente, nessa grande aventura que é, hoje em dia, ser audiência, ser participante de muitas maneiras ao mesmo tempo, e poder crescer a partir delas. (OROZCO, 2014, p. 32)

Não existe um status do ser audiência, que pode abarcar diferentes modos de estar tanto como espectador passivo, ativo ou hiperativo, mas também usuário interativo, criador e emissor. É uma nova cultura da participação, de acordo com Jenkins (2008). Nunca antes se havia tido a opção real de que as audiências pudessem participar diretamente na interlocução com as mensagens, como seus produtores e emissores. Menos ainda se havia experimentado uma participação horizontal ampliada entre membros da audiência, trocando papéis de emissor e receptor em ambos os casos.

Pioneiro nos estudos da cultura de rede, Henry Jenkins (in FERRÉS i PRATS, 2014) analisou a cultura participativa diante dos meios e descreveu dois níveis distintos de participação pela comunicação:

- *Níveis aparentemente primários de participação:* a mediação mediante o jogo de inferências (todo processo perceptivo é construção); a participação

emocional (envolvimento emocional do espectador); a participação inconsciente (na interação com as telas há uma intensa atividade psíquica, inconsciente).

- *Níveis supostamente superiores de participação:* por meio da interatividade tecnológica (provocada pela interatividade, *emerec*, produtor e receptor, audiência para usuário); participação mediante a relação (por meio das redes que processam, armazenam e transmitem informações sem restrições quanto ao espaço, tempo e volume, nos níveis de relacionamento pessoal, interpessoal ou ainda cultural ou social); participação na construção da inteligência coletiva (integração de conhecimentos individuais para construir um conhecimento coletivo e compartilhado superior, o que, para Pierre Lévy, é uma nova forma de poder); participação para a transformação do ambiente (a possibilidade de criar comunidades virtuais e de potencializar o trabalho em equipe seja colocada a serviço de uma causa potente de ordem social, política ou cultural).

Garcia Canclini (2007) entende que as redes virtuais alteram as maneiras de ver e de ler, as formas de reunir-se, de falar e escrever, de amar e ser amado. E como não modificariam as formas de ser sociedade ou de fazer política? Mesmo fora da mídia tradicional, reivindicações passam a chamar a atenção de organizações internacionais, governos e partidos políticos e a própria sociedade. As tecnologias para os mais jovens, como bem reflete Barbero, são lugares de desenvolvimento pessoal, por mais ambíguos ou contraditórios que possam parecer.

Então, devolver aos jovens espaços nos quais possam se manifestar estimulando práticas de cidadania é o único modo como uma instituição educativa, cada vez mais pobre em recursos simbólicos e econômicos, pode reconstruir sua capacidade de socialização. Cortar o arame farpado dos territórios e disciplinas, dos tempos e discursos, é a condição para compartilhar, e fecundar mutuamente, todos os saberes, da informação, do conhecimento e da experiência das pessoas; e também as culturas com todas as suas linguagens, orais, visuais, sonoras e escritas, analógicas e digitais". (BARBERO, 2014, p. 120)

2.6. Participação cidadã e os desafios da educomunicação

Mas a descoberta da interatividade e da interação soa tardia se se pensa em tudo que foi feito na América Latina para superar essas formas de unidirecionalidade e de poder. A concepção dialógica da educação, as contribuições e a participação da comunicação e da educação popular vêm se sustentando de maneira ininterrupta em nossas terras desde a década de 1960.

E não somente pelo apelo ao trabalho educativo nas relações face a face. A procura da participação se estendeu na década de 1970 à comunicação alternativa com todo tipo de materiais e experiências dirigidos a obter formas participativas de relacionamento. (CASTILLO, 2014, p. 53)

A análise de Castillo diz muito sobre a comunicação e educação na América Latina e alerta para outra reflexão igualmente importante do autor, na qual “uma revolução tecnológica sem uma revolução pedagógica que lhe dê sentido não chega muito longe” (CASTILLO, 2014, p. 52).

Aparici (2014, p. 35) descreve que muitas das experiências educativas em sala de aula costumam recorrer a recursos educativos gutenberguianos e que não deixam de ser apenas por utilizarem a web, “já que continuam repetindo os mesmos modelos analógicos do século passado”. Avalia também que isso não é privilégio da escola ou da educação. A imprensa reproduz a lógica do papel na rede. E vai mais longe, lembrando também dos ensaios e artigos científicos. “A linguagem da Internet ainda está por ser criada, construída e desenvolvida. Ainda se continua muito preso a era Gutenberg”.

A aplicação dos princípios da cultura digital à educomunicação implica a inclusão de paradigmas, conceitos e metodologias que se caracterizam a partir da teoria do caos, dos hipertextos e hipermídia, do princípio de incerteza, da interatividade, da imersão que envolve todo o processo educativo. Isto significa que, de aqui em diante, será preciso pensar em outras alfabetizações, já que a atual respondia ao modelo da sociedade industrial. A sociedade da informação exige o desenvolvimento de outras concepções sobre uma “alfabetização” que não se limite à leitura/escrita, mas que considere todas as formas e linguagens da comunicação. (APARICI, 2014, p. 39)

A participação pode ser aprendida e construída de forma inovadora. Na antiguidade, os gregos davam muita importância para esse processo de formação para uma ação social mais qualificada, como é possível perceber no trecho seguinte:

No clássico *Paidéia*, de Werner Jaeger, vemos a preocupação central que o homem grego da antiguidade conferia à formação do cidadão, processo formativo esse que exigia um amplo esforço pedagógico visando capacitá-lo para a participação nos assuntos da coisa (res)pública. Na tradição filosófica moderna, autores como Maquiavel, Montesquieu e Rousseau igualmente

conferiram grande relevância ao tema do processo pedagógico na formação do cidadão, sendo que, no caso do regime democrático republicano, tal dimensão estava indissociada da capacitação dos membros da pólis para a tomada de decisões coletivas.

(...) Desse modo, mais uma vez fazendo menção a Montesquieu, se o objetivo de um dado regime é gerar cidadãos participativos, a educação dos cidadãos deve ser primada pelo princípio da virtude cívica, no caso, ensinando-os a participar da vida coletiva. (PAIXÃO, 2008, p. 73 e 74)

Assim, é evidente que, para além de um olhar para a apropriação crítica da comunicação e das tecnologias, uma educação para a participação cidadã também precisa de métodos e conteúdos transformadores. Também será necessário romper determinadas barreiras históricas da realidade social, como a alfabetização (com qualidade), a formação crítica, o acesso aos meios e à Internet, o alcance das estratégias educacionais aos ambientes educativos. Por mais que um horizonte de possibilidades esteja aberto para produzir novos *modus operandi*, o acesso a direitos fundamentais básicos é apontado como determinante no desenvolvimento da cidadania e inovação social.

Autores da interface destacam que a formação educacional para a ação cidadã deve ir além da cívica e moral; deve dar a noção dos funcionamentos e processos políticos, identificar agentes e os problemas da convivência, assumir a perspectiva social na resolução de conflitos; desenvolver a autonomia; relacionar política com os processos históricos, políticos, jurídicos, institucional; favorecer a ação coletiva; usar a comunicação e a tecnologia também como ferramentas de participação e mudança, favorecendo a criação de materiais de comunicação, jogos, interações, formatos amplos de expressão escrita, visual, auditiva; e também interferir no ecossistema educacional para o fortalecimento ou criação de espaços de emissão, e não apenas produção, transformando-os em materiais e conteúdos importantes para a prática cidadã de toda a sociedade. É um processo de transformação cultural tanto do ponto de vista da participação, assim como da comunicação e que se refere não apenas ao sujeito, mas a todo o contexto social. A proposta vai além do domínio de um instrumento e situa ativa e criticamente o cidadão acessando seu direito de produzir, consumir, acessar, transmitir, indagar, expressar. (OROZCO, 2014, p. 99)

Não se trata apenas de que certos modelos do que é 'ser cidadão' se propaguem através de algumas das telas[...]. O controle social também passa pelas telas [...]. A inclusão e a exclusão sociais, políticas e culturais das pessoas e dos grupos, bem como de ideias, valores e posições ideológicas diversos se realizam também a partir das telas.

A agressão aos direitos humanos fundamentais e a violação das garantias cidadãs cada vez mais se exercem a partir das telas. Com base nelas se nomeia ou se oculta, exagera-se ou se minimiza, neutraliza-se ou se manipula, reduzem-se ou se descontextualizam os sujeitos sociais, os grupos e os fatos, o que em seguida adquire peso real e consistência nas interações cotidianas dos cidadãos nos diversos cenários por onde circulam.

Por tudo isso é que a cidadania comunicativa é relevante, deve ser imprescindivelmente tratada a partir da educação como um dos objetos mais preciosos de formação humana e democrática na atualidade. E, em certa medida, busca-se abrir uma brecha nessa temática, visto que o conceito de cidadão está focado no político e em menor medida no econômico, mas bem menos no cultural e menos ainda no comunicativo. E é justamente dessa dimensão cultural que o comunicativo adquire sentido. (OROZCO, 2014, p. 95)

A formação que se dá prioritariamente no nível escolar ainda encontra uma escola hierarquizada e com medo da participação, que insiste em uma formação moral, de aquisição de conhecimentos cívicos, oferecida para um sujeito muitas vezes considerado inacabado, em risco, menor, desmoralizado e passivo. É preciso dar à cidadania um novo sentido no espaço educativo, uma nova gramática que considere os indivíduos no espaço público como sujeito de demanda e proposição em vários âmbitos.

Esse novo sentido não apontaria para ampliar o conjunto dos direitos e deveres das pessoas. O que está em jogo são as novas formas de produção do espaço público, do exercício da cidadania, de ação do sujeito político ou cidadão, no âmbito de uma sociedade da informação e do conhecimento. Assim, é preciso repensar a cidadania com base nas falas e construções dos próprios cidadãos, para além dos princípios formais e não renovados que regem essa ação. Também é importante lembrar que as mídias, novas ou antigas, também são agentes políticos, configuradoras de novos espaços da vida pública e geradoras de horizontes de sentido ético-político. Novas perspectivas de participação devem ser fatores decisivos numa nova configuração da comunicação pública, gerando novas dinâmicas de reivindicação, exigência e resistência.

Valderrama (2014, p. 309) pontua aspectos importantes para uma formação para a cidadania participativa dentro de uma perspectiva educomunicativa. São eles:

1. Que esteja embasada não em habilidades técnicas, mas cognoscitivas, afetivas, comunicativas para pensar soluções políticas ou sociais;
2. Que possibilite ao cidadão reconhecer os contextos culturais e sociopolíticos e ressignificar a construção da cidadania em cada contexto;
3. Que facilite a ação em rede como forma organizativa de ação política;

4. Que proporcione uma ação cidadã capaz de identificar problemas, construir argumentos e críticas e, principalmente, soluções para os problemas de forma criativa;
5. Que auxilie na competência comunicativa ampla: de percepção, de diálogo, de construção de possibilidades, mobilizadora, além de entender as características e funcionamento da mídia tradicional e novas e seu papel na construção e formatação do espaço público (além de expressar as várias formas e possibilidades de ser sujeito público);
6. Que facilite o entendimento da relação estabelecida pelo cidadão com seu próprio meio, ampliando suas possibilidades de comunicar suas pautas e se comunicar com outros agentes, administrando dialogicamente um projeto coletivo.

Além dos pontos levantados anteriormente, dois últimos itens parecem relevantes entre os desafios da educomunicação. O primeiro, levantado por Ferres I Prats, alerta que não pode haver uma educomunicação eficaz sem uma educação emocional, pois:

Se, até agora, as instituições haviam exercido seu poder utilizando as telas de entretenimento para gerenciar em benefício próprio as emoções dos receptores, hoje utilizam as telas modernas para conhecer as emoções dos interlocutores e canalizá-las na direção adequada a seus interesses". (FERRES I PRATS, 2014, p. 275)

O segundo, apontado por Bordenave, lembra que conquistar processos de participação pode ser uma questão de capacitação e de transformação social, "mas na maioria dos casos ela é conseguida somente através de árduas lutas contra o *establishment*" (1994, p. 34).

Capítulo 3: Comunicação pública, cidadania e a Educomunicação

A comunicação no contexto das instituições públicas, privadas e do terceiro setor também foi impactada pelas revoluções tecnológicas. Na verdade, como já destacado, toda a concepção do ser/estar “público” sofreu interferências significativas.

A pesquisadora Margarida M. Krohling Kunsch (2013, p.3), ao tratar da comunicação pública e sua relação com a cidadania, considera que com o poder e a relevância que a comunicação assume no mundo de hoje, todas as organizações precisam se pautar por políticas de comunicação capazes de levar, efetivamente, em conta os interesses da sociedade e o novo papel do cidadão.

A construção do campo da comunicação pública é recente (assim como o da educomunicação) e as concepções utilizadas para essa contextualização têm relação com a esfera pública habermasiana, na qual o público contesta livremente, ao mesmo tempo em que sofre a influência de setores sistêmicos. A comunicação pública habermasiana é uma comunicação do público (KOÇOUSKI, 2013, p. 42), na qual as organizações assumem papéis de emissoras de informação, assim como os sujeitos, indo além dos universos dos media.

O terceiro capítulo vai contextualizar alguns aspectos da comunicação pública e sua relação com a cidadania importantes no contexto da pesquisa, tratando de concepções teóricas, até chegar na análise das “conferências” como política governamental de participação cidadã.

3.1. Comunicação pública e cidadania

Koçouski busca alguns autores para fazer uma construção integradora sobre o conceito de comunicação pública, como Pierre Zémor⁴, para quem a concepção que entende a comunicação pública como um serviço prestado ao cidadão é ultrapassada e seu desafio é acionar o lado do cidadão-receptor-produtor-emissor. O segundo autor analisado por Koçouski é o latino-americano Jaramillo López, que segue o conceito habermasiano apoiado no princípio das mediações, de Barbero (forte influenciadora da educomunicação). Para ele, a comunicação pública abarca cinco dimensões diferenciadas: a política (relacionada à construção de bens públicos e propostas

---

⁴ O título mais conhecido do autor é *La communication publique* (1995[2005]).

políticas); mediática (ocorre nos cenários dos meios de comunicação); estatal (entre governo e sociedade); organizacional (privada, mas de interesse público) e da vida social (interações espontâneas que lançam propostas de interesse público).

López, em um processo muito similar com aquele descrito por Bordenave sobre os níveis de participação, estabelece os níveis de ação social na comunicação pública. Partindo da menor intensidade para o formato mais participativo, tem-se (KOÇOUSKI, 2013, p. 47):

- a. **informação:** informar e ser informado;
- b. **consulta:** consultar e ser consultado por entrevistas, pesquisas, mesas de consulta, sondagens de opinião;
- c. **deliberação:** capacidade de deliberar e disposição em reconhecer as outras vozes em ambientes de grupo, debates;
- d. **consenso:** apresentar e negociar os interesses;
- e. **corresponsabilidade:** assumir compromissos na gestão compartilhada.

O autor ainda categoriza o *advocacy* (advogar, defender uma causa, promover políticas), como uma ação de comunicação pública, diferente de *lobby*, que negocia interesses particulares.

Assim como a Educomunicação, a comunicação pública é um conceito recente, que toma forma a partir dos anos 1980, principalmente na Europa. No Brasil, pesquisadores apontam alguns fatos como determinantes para o estudo do termo no meio acadêmico: a redemocratização do país, em 1985, a Constituição de 1988, que garantiu legalmente a liberdade de imprensa, a liberdade de expressão e a divulgação e transparência dos atos de governo. A maior preocupação dos estudiosos concentrou-se em diferenciar comunicação pública e governamental, ou entre o público e o estatal, por mais que o Estado seja o único, entre todos os atores, que tem a obrigação legal de realizar uma comunicação pautada no interesse público.

“A comunicação pública é parte integrante da vida política da sociedade, e como tal, ela não é um poder em si, mas o resultado do poder do cidadão quando organizado e constituído como sociedade civil” (BRANDÃO, 2007, p. 30). Para Matos, é um “processo de comunicação instaurado na esfera pública que engloba Estado, governo e sociedade; um espaço de debate, negociação e tomada de decisões relativas à vida pública”. (2009, p.6)

E Koçouski (2013, p. 54) defende o seguinte conceito:

comunicação pública é uma estratégia ou ação comunicativa que acontece quando o olhar é direcionado ao interesse público, a partir da responsabilidade que o agente tem (ou assume) de reconhecer e atender o direito dos cidadãos à informação e participação em assuntos relevantes à condição humana ou vida em sociedade. Ela tem como objetivos promover a cidadania e mobilizar o debate de questões afetas à coletividade, buscando alcançar, em estágios mais avançados, negociações e consensos.

Kunsch (2013, p. 4) destaca três princípios fundamentais para a comunicação pública estatal. Primeiro, a instituição pública/governamental deve ser concebida como instituição aberta, que interage com a sociedade, com os meios de comunicação e com o sistema produtivo. Segundo, precisa atuar como um órgão que extrapola os muros da burocracia para chegar ao cidadão comum. E, por último, deve ouvir a sociedade, atender às demandas sociais por meio da abertura de canais de comunicação. O sentido da comunicação pública estatal é o interesse público e, nesse sentido, é fundamental prestar contas para à sociedade e ao cidadão⁵.

Partindo do pressuposto de que a razão de ser do serviço público são o cidadão e a sociedade, deve-se avaliar se os órgãos públicos têm dedicado à comunicação a importância que ela merece como meio de interlocução com esses atores sociais e em defesa da própria cidadania. (KUNSCH, 2013, p. 4)

Margarida Kunsch lembra que a cidadania se refere aos direitos e às obrigações nas relações entre o Estado e o cidadão. Na sua visão, para que o Estado cumpra sua missão e promova a cidadania, é necessária uma mudança cultural de mentalidade nos dois sentidos, tanto do serviço público quanto da sociedade. A efetivação da cidadania e da participação está amplamente calcada em um eficiente sistema de comunicação das instituições públicas, dos governos e dos cidadãos que devem estar amplamente informados ou 'empoderados' para realizar uma facilitada comunicação com seus governantes.

---

⁵ O direito do cidadão e o dever dos governantes em informar são defendidos pela Declaração dos Direitos Humanos: a administração pública não pode funcionar sem a compreensão de suas atividades e processos; cabe ao governo manter abertos os canais de comunicação, o Estado democrático deve defender o interesse público; e ser sincero e transparente em seus acertos e erros.

3.2. Conferências como espaço de participação cidadã

O artigo *Quem é o cidadão na comunicação pública?* apresenta uma síntese do percurso da comunicação governamental brasileira entre as eras Vargas e Lula e traz importantes reflexões sobre a necessidade da comunicação pública estar profundamente desvinculada da comunicação de governo que instrumentaliza o poder, “pois demanda a inclusão do cidadão no processo comunicativo – não mais como expectador da política, mas como agente participante para propor e deliberar” (GIL e MATOS, 2013, p. 99).

De acordo com as pesquisadoras, um instrumento de comunicação e de participação de setores da sociedade civil no âmbito político foram as *conferências*, organizadas em etapas municipais, estaduais e nacionais, e em torno de temas como educação, saúde, ciência e tecnologia, meio ambiente, igualdade racial, geração de emprego e renda, comunicação, e as que integram o objeto dessa pesquisa, as Conferências dos Direitos da Criança e do Adolescente e as Conferências da Juventude.

De acordo com as pesquisadoras, pontos diferenciais nas propostas de participação das *conferências* são: a permissão da inclusão de minorias e instituições da sociedade civil no debate público e o fomento de uma nova proposta de comunicação que se diferencia da propaganda política, embora, de acordo com as autoras, não hajam evidências de que políticas e programas efetivos tenham se estabelecido a partir do debate.

O histórico das conferências, que iniciaram no governo Vargas, na área da saúde, mostra que, desde de 1940, foram realizadas 115, sendo 80 delas realizadas nos últimos 20 anos. Dessas, 21 sobre minorias e 11 relacionadas a direitos humanos e 17 sobre educação. A gestão Lula concentrou 74 conferências, alcançando 6,5% de participação da população.

Para Matos e Gil, essa prática abre a possibilidade de relacionar participação e deliberação por parte do cidadão. Mas, apesar de importante metodologia, ainda faltam indicadores para apontar como acontecem as vinculações comunicativas entre as demandas sociais, os debates, sua visibilidade, as ações do governo e a resposta com relação à melhoria das condições de vida das pessoas (2013, p. 100).

As conferências mostram importantes sinais de mudanças na reflexão sobre a comunicação pública, junto a outros processos que se mostram significativos para

essa mudança, como a própria cultura da participação de vigilância mais permanente das ações dos governos (ainda sendo construída, mas inegavelmente, transformada pela Internet, como vimos anteriormente). Uma das mudanças fundamentais nesse formato de comunicação pública é o papel do cidadão.

Todavia, o reconhecimento da esfera pública como locus de expressão exige, por antecipação, a interiorização dos direitos do cidadão – entendidos segundo prismas diferentes. Por exemplo: a capacidade do agente em reconhecer-se como participante social, de elaborar uma posição própria e expressar-se de forma a valorizar a sua posição (e a de seu grupo de referência). Um cidadão que não acredite ter o direito de participar de conversões e de discussões públicas, que não valorize o que tem a dizer e se sinta incapaz de comunicar isso aos outros de forma adequada dificilmente terá condições de integrar a rede social da comunicação pública. (MATOS, 2009a, p. 124-125)

Gil e Matos afirmam que, “para que a comunicação pública se efetive rumo ao reconhecimento dos diferentes agentes e, numa fase além, rumo à deliberação, é preciso empoderar a sociedade para a participação” (2013, p. 101). São apontados como caminhos a redução da desigualdade (como já foi apontado também pelos pesquisadores da educomunicação), projetos de educação e cidadania, e *uma política pública de longo prazo para a comunicação*.

3.3. Convergências da comunicação pública e educomunicação

A partir da reflexão sobre a necessidade de uma política mais profunda de participação e comunicação, com projetos de educação e cidadania, o artigo *Comunicação e educação: um contributo para pensar a questão ambiental* (CITELLI e FALCÃO, 2015, p. 15-26) revela alguns aspectos da comunicação entre cidadãos e poder público e caminhos possíveis de serem trilhados no campo da comunicação e educação.

O contexto do artigo foi uma pesquisa realizada na Vila Guilherme (bairro da cidade São Paulo) que mostrou que das 179 pessoas entrevistadas, 105 (ou 58,66%) sentem algum desconforto em alguns locais por onde passam no bairro onde moram, enquanto 38 (21,23%) declaram sentir frustração e tristeza com a paisagem encontrada nas ruas da região. O desgaste relacionado aos sentimentos negativos diante do espaço circundante acompanha de maneira crescente os moradores.

A maioria, entre os que revelam diferentes graus de mal-estar urbano, revela, entretanto, nunca ter acionado o poder público por meio dos canais de comunicação da prefeitura em busca de melhorias socioambientais para o seu distrito, bem como afirma não haver sido informada pelas autoridades acerca dos problemas que acometem o meio ambiente, ou mesmo sobre ações existentes na região para minimizá-los ou combatê-los. Os entrevistados demonstram conhecer as mazelas ambientais existentes e revelam algum entendimento quanto as suas causas. Falta-lhes, entretanto, disposição maior para a participação nos debates relativos à esfera ambiental urbana.

Ativar a interface comunicação/educação, para Citelli e Falcão, traria contribuições como:

- a. fortalecer o debate do tema (nesse caso do tema meio ambiente, mas poderia ser aplicado em outras áreas de interesse público);
- b. solicitar ações abrangentes do poder público em direção ao aprimoramento dos modelos administrativos que têm como função promover a co-participação do cidadão em projetos, entre eles, com políticas eficazes de comunicação pública;
- c. encorajar os cidadãos comuns a enfrentar interesses (econômicos e políticos) de grupos que ferem o direito, individual e comunitário;
- d. promover transformações em contextos escolares, que conduzam à percepção segundo a qual as salas de aula não estão desconectadas do seu entorno e por isso lhes cabe, de maneira inequívoca, contribuir para tratar dos temas dos cidadãos, assim como contribuir para a formação cidadã e para a prática participativa.

PARTE II: Juventude, participação, cidadania e a educomunicação

A juventude representa uma parte significativa da sociedade brasileira e tem se mostrado bastante expressiva, principalmente nos últimos anos quando ruas passaram a ser novamente ocupadas como forma de expressão social. Além disso, o mundo digital também garante ao jovem a possibilidade de criar um novo lugar de fala e posicionamento.

A segunda parte da pesquisa dedica-se a tratar do universo do adolescente e do jovem, contextualizando quem são nas estatísticas e como estão se relacionando com as tecnologias; identificando quais são as leis que lhes garantem direitos a se comunicar e a participar; e, por fim, analisando como o campo da educomunicação tem voltado seus olhares para favorecer uma formação humana e cidadã das pessoas com idades entre 15 e 29 anos.

Capítulo 4: Os espaços do adolescente e jovem

Importantes estudos e pesquisas têm retratado quem são e o que querem os adolescentes brasileiros, como se comportam diante das telas e o que pensam sobre o poder de ação da juventude brasileira.

Dados do Censo⁶ de 2010 mostram que há no Brasil 51,3 milhões de jovens de 15 a 29 anos de idade, o que equivale a cerca de um quarto da população do País⁷. Para entender o perfil dessa representativa parcela da população brasileira, a Secretaria Nacional da Juventude (SNJ), órgão vinculado à Secretaria-Geral da Presidência da República, realizou, entre abril e maio de 2013, a *Agenda Juventude Brasil: Pesquisa Nacional sobre Perfil e Opinião dos Jovens Brasileiros*⁸. A pesquisa é representativa da população com idades entre 15 e 29 anos e entrevistou 3.300 jovens de 187 municípios brasileiros, em 27 unidades da Federação. Além dessa

⁶ Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), retirados da Pesquisa *Agenda Juventude Brasil: Pesquisa Nacional sobre Perfil e Opinião dos Jovens Brasileiros*. Disponível em <https://issuu.com/participatorio/docs/agenda_juventude_brasil_-_pesquisa_/1?e=12152407/10902032>. Acesso em: 14 jul, 2016.

⁷ O bônus demográfico reflete a existência de uma significativa população de adolescentes e jovens por um período de tempo. No Brasil, fica claro que o País não terá outra presença tão relevante de adolescentes e jovens em sua população. As tendências demográficas indicam que em 2050 o Brasil será composto principalmente por pessoas com idade acima de 35 anos. Os atuais jovens e adolescentes são também considerados um “bônus” por serem mais saudáveis e mais bem educados do que seus pais. Beneficiam-se de melhor acesso a oportunidades, recursos e serviços, o que lhes dá um repertório mais amplo para enfrentar as vulnerabilidades e as desigualdades da sociedade. (UNICEF e SNJ, 2015, p. 8).

⁸ Disponível em <https://issuu.com/participatorio/docs/agenda_juventude_brasil_-_pesquisa_/1?e=12152407/10902032>. Acesso em: 14 jul, 2016.

pesquisa, o capítulo também analisou publicações do Unicef que tratam dos números da juventude e sobre participação, buscou informações sobre a relação desse público com o mundo digital na pesquisa *TIC Kids Online Brasil 2014*, e com a pesquisa *Sonho Brasileiro de Política* procurou aprofundar a visão que a própria juventude tem sobre suas formas e possibilidades de ação cidadã.

4.1. Quem são esses adolescentes e jovens?

Alguns resultados da pesquisa *Agenda Juventude Brasil* (SNJ, 2013) mostram que, com relação à educação, cerca de 59% dos entrevistados chegou ao ensino médio, 10% de 15 a 24 anos tem ensino superior e 19% dos jovens entre 25 e 29 anos que alcançaram a faculdade. A desigualdade social aparece refletida no nível de formação de acordo com a pesquisa da SNJ (2013). Entre os estratos mais empobrecidos, 43% foram até o fundamental, 54% até o médio e 4% até o superior. Nos estratos médios, esses números são 23%, 64% e 13%, enquanto nos estratos altos são 10%, 53% e 37%, respectivamente.

Referente ainda à educação, o Censo do IBGE de 2010, de acordo com o *Marco de Referência sobre a Participação Cidadã de Adolescentes e Jovens*⁹ (UNICEF e SNJ, 2014) também revela que o Brasil tem hoje 3,8 milhões de crianças e adolescentes, de 4 a 17 anos, fora da escola. Além disso, 14,6 milhões entre 6 e 17 anos encontram-se em risco de exclusão por causa do atraso escolar. A exclusão escolar no Brasil atinge, sobretudo, meninas e meninos negros, indígenas, pobres, com deficiência, os que vivem na zona rural, no Semiárido, na Amazônia e na periferia dos grandes centros urbanos. Cerca de 38% dos adolescentes brasileiros de 12 a 17 anos de idade estão em condição de pobreza. Em 2009, 1,4 milhão de adolescentes de 15 a 17 anos abandonaram os estudos no Brasil.

O que mais preocupa os jovens atualmente – na declaração espontânea da pesquisa *Agenda Juventude Brasil* (SNJ, 2013) – é a violência, citada por 43%. O emprego ou profissão é a segunda maior preocupação (34%), seguido da saúde (26%) e educação (23%). Drogas, crise econômica e família aparecem num quarto grau de preocupação para uma parcela entre 17% e 18% dos entrevistados.

---

⁹ Dados publicados no *Marco de Referência da Participação Cidadã de Adolescentes e Jovens*, publicação do Fundo das Nações Unidas para a Infância e da Secretaria Nacional de Juventude (2014). Disponível em <<http://www.unicef.org.br/>>. Acesso em: 19 ago, 2016.

A violência está entre as vulnerabilidades mais preocupantes nas estatísticas. Dados do *Marco de Referência sobre a Participação Cidadã de Adolescentes e Jovens* (UNICEF e SNJ, 2014) mostram que, em 2012, foram registrados pelo Datasus¹⁰, 8.454 mortes por homicídio de meninos e 652 de meninas (respectivamente 50,5 e 3,9 para cada 100 mil habitantes) entre 15 e 19 anos. Isso representa um total de 9.106 óbitos. A taxa de homicídio entre jovens negros chega a ser quase quatro vezes maior do que a registrada entre os brancos (36,9 a cada 100 mil habitantes contra 9,6 entre os brancos). Em sua maioria, eles são moradores das periferias e áreas metropolitanas dos centros urbanos. Nas capitais brasileiras, os homicídios são a principal causa de morte entre adolescentes de 10 a 19 anos (3.287 mortes em 2012, segundo o Datasus). Tais estatísticas colocam o Brasil como o segundo país no mundo em número de homicídios de adolescentes, atrás apenas da Nigéria.

A pesquisa *Agenda Juventude Brasil* (SNJ, 2013) mostra ainda que a corrupção também preocupa 67% dos entrevistados, seguida pelo o poder dos traficantes (46%); a grande desigualdade entre ricos e pobres (42%); o racismo e outras formas de discriminação (34%). Os pontos positivos do Brasil destacados pelos jovens foram as possibilidades de estudar (63%), a *liberdade de expressão* (55%), a estabilidade econômica (46%) e a democracia (45%).

Quanto à mobilidade de classe social que tiveram em relação à geração de seus pais, a *Agenda Juventude Brasil* (SNJ, 2013) revela que 36% dos jovens avaliam que sua vida hoje é melhor, enquanto apenas 8% apontam que sua vida piorou. Cinquenta e seis por cento não percebem alterações. Por outro lado, 94% acreditam que sua vida vai melhorar, ao passo que apenas 1% acha que vai piorar e outros 4% não veem perspectiva de mudança. Perguntados sobre quais elementos são mais importantes: para sua vida presente, 75% responderam a família; para melhorar de vida, 68% indicam o esforço pessoal; e para garantir direitos 47% cita as políticas do governo (SNJ, 2013).

A maior parte dos jovens (53%) apontou que os governos no Brasil conhecem as necessidades dos jovens, mas não fazem nada a respeito. Essa opinião é maior no meio urbano (55%) que no rural (39%) e cresce à medida que a renda aumenta: 46% dos mais pobres, 54% dos jovens de estratos de renda média e 60% dos mais

---

¹⁰ Departamento de informática do Sistema Único de Saúde do Brasil. Trata-se de um órgão da Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa do Ministério da Saúde com a responsabilidade de coletar, processar e disseminar informações sobre saúde.

ricos. Ainda no estudo da SNJ (2013), cerca de 18% disseram que os governos apoiam e promovem programas e ações voltadas para a juventude e 8% indicaram que os governos não conhecem nem se preocupam com as necessidades dos jovens. Mas ainda é significativa a parcela (20%) daqueles que responderam que não sabem nada sobre o tema.

4.2. Juventude e as tecnologias da comunicação

O levantamento da *Agenda Juventude Brasil* (SNJ, 2013) mostrou que 34% dos jovens usam a Internet para participar da vida em sociedade. O computador e internet são usados por 75% dos jovens e 89% têm celular. Para se informar, 83% usam a televisão aberta, 56% a internet, 23% os jornais impressos, 21% as rádios comerciais e 17% a TV paga. Enquanto a TV aberta é o meio de informação mais acessado por 91% dos jovens de baixa renda, a internet figura em primeiro lugar entre os mais ricos (73%).

A pesquisa *TIC Kids Online Brasil 2014*¹¹ constatou que usar a Internet todos os dias é um hábito comum a 81% das crianças e adolescentes brasileiros que possuem acesso à rede. Essa intensidade de uso registrou um crescimento de 18 pontos percentuais em relação a 2013. Outro destaque da terceira edição da *TIC Kids Online Brasil 2014* é a mobilidade: 82% das crianças e adolescentes afirmaram usar a Internet pelo celular. Em 2013, essa proporção era de 53%. O acesso à Internet por meio dos *tablets* segue em expansão: dos 2% registrados em 2012, subiu para 16% em 2013, e alcançou 32% em 2014. A sala ou espaço coletivo da casa ainda é o local de acesso mais comum (81%), seguido pelo próprio quarto (73%).

As principais atividades dos adolescentes na Internet estão relacionadas às redes sociais, ao entretenimento e a busca de informações. Enquanto os adolescentes das famílias de maior renda têm acesso à Internet em suas casas, os de menor renda fazem-no em centros pagos. Escolas e centros públicos gratuitos ainda não

¹¹ Conduzida pelo Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br), por meio do Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (Cetic.br), do Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR (NIC.br), a pesquisa *TIC Kids Online Brasil 2014* foi realizada entre outubro de 2014 e fevereiro de 2015 e está embasada no referencial metodológico da rede europeia *EU Kids Online*, liderada pela *London School of Economics*. Foram entrevistadas 2.105 crianças e adolescentes usuários de Internet com idades entre 9 e 17 anos em todo o território nacional. O mesmo número de pais ou responsáveis dos jovens selecionados (2.105) foi entrevistado para identificar as experiências dos filhos como usuários de Internet. Disponível em <<http://cetic.br/>>. Acesso em: 17 ago, 2016.

representam uma alternativa de acesso, uma vez que menos de 10% dos adolescentes que usam a Internet os citam como opção (CGI, 2014).

Para o Unicef, existe uma demanda por maior apoio, orientação e acompanhamento dos adultos com relação ao uso que os adolescentes vêm fazendo da Internet. No relatório sobre o *Uso da Internet por adolescentes* (UNICEF, 2013, p. 87) a preocupação é de favorecer a mobilização social, educação e informação para garantir que o direito à comunicação seja exercido também no mundo virtual de forma inclusiva, segura e que permita aos adolescentes usufruir desse espaço para o seu desenvolvimento e a realização dos seus direitos.

4.3. Juventude e Participação

Retomando os dados da *Agenda Juventude Brasil* (SNJ, 2013), cerca de nove em cada dez entrevistados na pesquisa considera que os jovens podem mudar o mundo; desses, sete disseram que os jovens podem mudá-lo muito. A política, por sua vez, é valorizada pela maioria: 83% acham que ela é muito ou mais ou menos importante e 16% a consideram nada importante.

Para mudar as coisas no Brasil, a *participação e mobilização nas ruas e ações diretas* é a opção mais mencionada pelos jovens (45%) no levantamento da Secretaria Nacional de Juventude (2013). Em seguida vem a *atuação em associações ou coletivos que se organizam por alguma causa* (44%), a *atuação em conselhos, conferências, audiências públicas ou outros canais de participação desse tipo* (35%), a *atuação pela internet* (34%) e a *atuação em partidos políticos* (30%).

Em termos de participação política, seis em cada sete jovens declararam que participam, já participaram ou gostariam de participar de coletivos e movimentos sociais. Cerca de 55% dos jovens tiraram o título de eleitor antes da idade obrigatória (18 anos) e outros 10% pretenderem tirá-lo dentro do prazo facultativo. Com relação ainda ao título de eleitor, a *Agenda pela Infância 2015-2018*¹², do Unicef, mostrou que enquanto em 2012, 2.913.789 adolescentes de 16 e 17 anos, isto é, 41,22% dos adolescentes dessa faixa etária, se cadastraram para votar, em 2014 esse número caiu para 1.158.707, isto é, cerca de 16% do total.

¹² Documento produzido pelo UNICEF que apresenta um conjunto de temas para o diálogo com a sociedade brasileira, os partidos políticos e os candidatos e candidatas à Presidência da República e governos dos Estados. Disponível em: <http://www.unicef.org/brazil/pt/resources_27991.htm>. Acesso em: 15 ago, 2016.

Referente ao assunto juventude e participação, o *Sonho Brasileiro de Política*¹³ é uma pesquisa realizada em 2013, motivada pelas manifestações ocorridas em junho do mesmo ano. Considera-se independente, suprapartidária e financiada por pessoas físicas em campanhas virtuais para mobilização de recursos (*crowdfunding*) e foi idealizada pela empresa de pesquisa especializada no comportamento jovem, *Box1824*. O levantamento quanti-qualitativo envolveu jovens de 18 a 32 anos de sete capitais de classes ABC e utilizou diferentes formatos de levantamento de dados, como rodas de diálogo, pesquisa online e off-line, que totalizou 1.128 questionários respondidos.

Com relação às manifestações de 2013, a pesquisa mostrou que os jovens acreditam que serviram para demonstrar a insatisfação com a política atual (77%). Paralelamente, 70% acredita que a manifestação é uma ferramenta para mudar a política do país. Além disso, foi possível visibilizar o poder dos jovens e o poder de mobilização pela Internet para 49% (SONHO BRASILEIRO DE POLÍTICA, 2013).

Os entrevistados consideram como formas de expressão política da atualidade a fiscalização do poder público (65%), o voto (70%) e a atuação cidadã (60%). Na visão dos entrevistados, a política no formato atual não consegue dialogar com a juventude, 45% se aproximaria caso o processo político fosse mais transparente e confiável, 35% se os políticos representassem melhor seus interesses, 27% se as informações fossem mais claras e acessíveis e 27% se a política resolvesse questões próximas da sua realidade. Os jovens não participam pois não acreditam na política partidária e no sistema como é hoje em 33% das respostas, mesmo que 45% dos jovens afirmam ser responsáveis pelas mudanças na sociedade. A escola é o local para aprender sobre política, para 65% dos entrevistados, e a universidade, para 43% (SONHO BRASILEIRO DE POLÍTICA, 2013).

A pesquisa classificou três níveis de participação: interesse, mobilização e ação. Os resultados identificaram que 39% *estão alheios à política* (não se interessa, está atrás de suas batalhas pessoais), 17% *estão à deriva* (está aberto a agir, mas é passivo), 28% *são críticos* (informado, com posicionamento político, mas não age e a Internet é sua plataforma de atuação) e, por fim, 16% *são agentes e hackers da política* (auto engajamento e prática cotidiana).

Esse último grupo foi dividido em 8% que atuam em formatos institucionalizados, como projetos sociais, ONGs e movimentos sociais e 8% como

¹³ Disponível em <<http://sonhobrasileirodapolitica.com.br/a-pesquisa/>>. Acesso em: 21 jun, 2016.

hackers da política, isto é, que atuam de forma independente, criando novas formas de atuar politicamente e sua ação está fortemente ligada à transformação do processo político. Unem ação *online* e *offline* na defesa de bandeiras políticas, culturais e artísticas e 25% desses afirma que sua atuação é *online*.

Os *hackers da política* reconhecem que são as escolas e universidades os maiores promotores de mudanças na sociedade e acreditam fortemente no potencial de transformação das pessoas na internet, meio pelo qual procuram influenciar seu entorno. No caso da pesquisa, o termo *hackear* é inspirado no mundo da informática e representa *entender os códigos e construir novas lógicas para transformar o próprio sistema*, por dentro. A meta de participação do *hacker da política* é modificar, criar e desenvolver alternativas para a política, diferente da ideia de se integrar ao que está dado.

De acordo ainda com o estudo *Sonho Brasileiro de Política* (2013), esses jovens atuam a partir de quatro premissas: entender os processos da pólis – bairro, cidade, estado, país; decodificar o funcionamento do sistema; aprender a usar instrumentos políticos e suas ferramentas; criar novos formatos a partir da compreensão desse sistema.

Capítulo 5: A construção do direito à participação da juventude

Em 2014, o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) e a Secretaria Nacional da Juventude, vinculada à Secretaria-Geral da Presidência da República lançaram o *Marco de Referência sobre a Participação Cidadã de Adolescentes e Jovens*¹⁴ (publicação já citada anteriormente, pois além de tratar sobre participação, traz dados sobre a realidade da juventude brasileira). O documento contextualiza a participação de adolescentes e jovens, trazendo os marcos legais, os principais momentos de construção de políticas no Brasil e no mundo, além dos avanços e desafios das políticas de participação destinadas a pessoas com idades entre 15 e 29 anos.

Com base no *Marco de Referência*, esse capítulo pretende traçar alguns caminhos dos tratados e legislações no campo da participação de adolescentes e jovens no Brasil, a partir da ótica dos direitos humanos e seus dispositivos.

5.1. Referências legais para a participação da juventude

A participação de crianças, adolescentes e jovens é considerada um direito já na Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) e na Declaração sobre os Direitos da Criança¹⁵ (1959) e vem sendo regulamentada ao longo das últimas décadas por normativas nacionais e internacionais, a exemplo da *Convenção da ONU sobre os Direitos da Criança*¹⁶ (1989), que reconhece a criança e o adolescente como sujeitos sociais, portadores de direitos e garantias próprias. Outro relevante instrumento é a *Convenção Ibero-Americana dos Direitos da Juventude*¹⁷, primeiro tratado internacional que reconhece especificamente os direitos dos jovens.

A *Convenção dos Direitos da Criança*, em seus Artigos 12 a 15, reconhece e afirma as várias formas de garantia e exercício do direito à participação. O Artigo 12 garante às crianças e adolescentes não só o *direito de expressar suas opiniões*

¹⁴ Já citado anteriormente por trazer dados estatísticos importantes, o documento volta a ser objeto de estudo neste capítulo por sistematizar as principais iniciativas legais referentes à participação de adolescentes e jovens no Brasil. Disponível em <<http://www.unicef.org.br/>>. Acesso em: 19 ago, 2016.

¹⁵ Proclamada pela Resolução da Assembleia Geral 1386, de 20 de Novembro de 1959. Disponível em <<http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Crian%C3%A7a/declaracao-dos-direitos-da-crianca.html>>. Acesso em: 14 ago, 2016.

¹⁶ A Resolução 44/25 da Assembleia Geral da ONU de 1989 é resultado de 20 anos de discussões e apresenta um novo paradigma para pensar as crianças e adolescentes de até 18 anos como sujeitos de direitos, consagrando a participação como um dos seus princípios orientadores. Foi ratificada por 196 países – mais do que qualquer outro tratado de direitos humanos na História. Disponível em <http://www.unicef.org/brazil/pt/resources_10120.htm>. Acesso em: 14 ago, 2016.

¹⁷ Disponível em <<http://www.unfpa.org.br/novo/index.php/biblioteca/publicacoes/populacao-4/376-convencao-ibero-americana-dos-direitos-dos-jovens>>. Acesso em: 14 ago, 2016.

livremente, como também de ter sua opinião ouvida e devidamente levada em consideração, inclusive em procedimentos judiciais ou administrativos que os afetem. O Artigo 13 reafirma o *direito à liberdade de expressão* e de procurar, receber e divulgar informações e ideias de todo tipo, independentemente de fronteiras, de forma oral, escrita ou impressa, por meio das artes ou por qualquer outro meio escolhido pela criança ou adolescente. O Artigo 14 reconhece o *direito à liberdade de pensamento, de consciência e de crença*. O Artigo 15 proclama o *direito de crianças e adolescentes à liberdade de associação* e de realizar reuniões pacíficas. Outros artigos estabelecem o direito de crianças e adolescentes – qualquer que seja sua situação social, familiar e escolar – de ter seus pontos de vista devidamente considerados (Art. 9, 16 e 29) (UNICEF e SNJ, 2014).

Outro documento destacado pelo Marco Regulatório (UNICEF e SNJ, 2014) é o da *Participação de Crianças nas Américas*, do Instituto Interamericano da Criança, de 2010, que não possui natureza jurídica, mas é uma referência importante pois fornece uma base para considerar a participação como um processo com diferentes momentos ou dimensões: o acesso a informação, a formação da opinião e a possibilidade de expressá-la, de tê-la ouvida e levada em conta na tomada de decisões. Nesse documento, a participação inclui (UNICEF e SNJ, 2015, p. 34):

EXPRESSÃO: refere-se ao direito de expressar as próprias opiniões livremente (Artigo 12), o que implica o respeito à aceitação da linguagem das crianças e adolescentes nas diferentes fases do seu desenvolvimento. Também está associada à liberdade de opinião, de consciência e de religião (Artigo 14).

INFORMAÇÃO: liberdade de procurar, receber e transmitir informações de todos os tipos (Artigo 13). Exige que o adulto forneça informações à criança e ao adolescente, conforme a capacidade deles e oferecendo tudo de que necessitem para se apropriar da informação, compreendê-la e usá-la para formar suas próprias opiniões. É preciso garantir a melhor compreensão da criança e do adolescente, sem que isso justifique uma redução na qualidade da informação, ou sua distorção.

OPINIÃO: trata-se do conteúdo da expressão e do direito de a criança e o adolescente fazer pronunciamentos sobre os assuntos que lhes dizem respeito, abrindo o espaço para diálogos intergeracionais. O direito de opinar inclui o direito de ser ouvido e ter sua opinião respeitada. Ouvir implica uma atitude de abertura por parte do interlocutor, compromisso e vontade de aceitar e reconhecer os interesses e as modalidades com que o outro se expressa.

LIBERDADE DE REUNIÃO E ASSOCIAÇÃO: garante o direito à socialização e à comunicação e abre o caminho para participação e expressão em reuniões espontâneas, seja entre iguais ou em processos organizacionais.

Outro relevante instrumento é a *Convenção Ibero-Americana dos Direitos da Juventude*, em vigor desde 2008, primeiro tratado internacional que reconhece

especificamente os direitos dos jovens. A CIDJ estabelece a faixa etária dos jovens entre 15 e 24 anos, fazendo com que os adolescentes entre 15 e 17 anos sejam portadores de direitos no âmbito tanto da *Convenção sobre os Direitos da Criança* quanto da CIDJ, o que tem sido chamado de “paradoxo da condição adolescente”. Cada vez mais os adolescentes (especialmente no final da adolescência) recebem dupla proteção legal por meio das leis ou códigos para crianças e adolescentes e também das leis ou estatutos para a juventude. No seu *Capítulo II – dos Direitos Cívicos e Políticos*, reconhece: a liberdade de pensamento, consciência e religião (Artigo 17), a liberdade de expressão, reunião e associação (Artigo 18) e o direito dos jovens à participação política e exige dos Estados Parte o compromisso de incentivar e fortalecer processos sociais que efetivem sua participação em organizações da sociedade civil e agrupamentos políticos, bem como na formulação de políticas e leis referentes à juventude (Artigo 21). Estabelece direito de participação na educação, na agenda ambiental e de desenvolvimento e as responsabilidades do Estado na promoção de estruturas de participação (UNICEF e SNJ, 2014).

Mas, para além dos tratados internacionais, o Brasil também possui duas importantes regulamentações que tratam dos direitos de crianças, adolescentes e jovens em território nacional.

5.2. Estatuto da Criança e do Adolescente e o Estatuto da Juventude

Ao longo das últimas duas décadas, o Brasil vem estabelecendo normativas relevantes que visam, entre outros aspectos, garantir a participação dos adolescentes e jovens. São instrumentos que refletem avanços importantes no fortalecimento da democracia e da realização dos direitos desses grupos.

Entre as principais está o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)¹⁸, aprovado em 1990. No capítulo II (Do Direito à Liberdade, ao Respeito e à Dignidade), o artigo 16 trata sobre *o direito de ter opinião e expressão, participar da vida familiar e comunitária sem discriminação e a ter voz na vida política*.

No capítulo IV (Do Direito à Educação, à Cultura, ao Esporte e ao Lazer) o artigo 53, sobre Direito à Educação, inclui o direito de organização e participação em

---

¹⁸ Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm>. Acesso em: 20 ago, 2016.

entidades estudantis. No Título sobre as Medidas de Proteção, dentro do capítulo sobre as medidas específicas, é garantido à criança e ao adolescente (em separado ou na companhia dos pais ou responsáveis), o direito a serem ouvidos, a participar nos atos e na definição das medidas de promoção dos direitos e de proteção, e a ter sua opinião devidamente considerada pela autoridade judiciária (UNICEF e SNJ, 2015).

A partir do ECA e da criação do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda), outras resoluções passam a ser elaboradas para dar conta da participação no âmbito das políticas públicas, efetivamente. São exemplos, destacados no *Marco Regulatório* (UNICEF e SNJ, 2014), a Resolução 149, de 4 de setembro de 2013, que trata sobre o processo de participação de crianças e adolescentes nos espaços de discussão relacionados aos seus direitos e estabelece no Artigo 2º que caberá aos Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente dos diversos Estados e do Distrito Federal aprovar resoluções referentes às diretrizes e às orientações para a participação de crianças e adolescentes nos espaços de discussão relacionados aos seus direitos, nas esferas estadual, distrital e municipal, além de articular, acompanhar e monitorar com os Conselhos Municipais a realização de atividades de participação com respeito às diversidades (regionais, de gênero, de orientação sexual, cultural, étnico-racial, religiosa, geracional, territorial, de nacionalidade e de opção política). Vários outros documentos comentam sobre o direito à participação, como o *Plano Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes*, de 2010, a *Resolução CEB* (Câmara de Educação Básica) nº 3, de 26 de junho de 1998, que institui as *Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio*, a Lei Nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012, que institui o *Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo* (Sinase).

Outra legislação fundamental para o campo de estudo dessa pesquisa é o Estatuto da Juventude¹⁹, instituído pela Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013, e que dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e as diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude (SINAJUVE). Prevê, no Artigo 2, a promoção da autonomia e a emancipação dos jovens; a valorização e a promoção de sua participação social e política, de forma direta e por meio de representações; além da promoção da criatividade e da participação no desenvolvimento do País.

---

¹⁹ Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12852.htm>. Acesso em: 20 ago, 2016.

Entre as Diretrizes Gerais, incentiva a ampla participação juvenil na formulação, na implementação e na avaliação de políticas públicas para a juventude e exige a ampliação das alternativas de inserção social do jovem com programas que priorizem o seu desenvolvimento integral e a sua participação ativa nos espaços decisórios.

O Capítulo II – Dos Direitos dos Jovens, Seção I – Do Direito à Cidadania, à Participação Social e Política e à Representação Juvenil – reconhece o direito na formulação, na execução e na avaliação das políticas públicas de juventude, entendendo por participação juvenil:

I – a inclusão do jovem nos espaços públicos e comunitários a partir da sua concepção como pessoa ativa, livre, responsável e digna de ocupar uma posição central nos processos políticos e sociais.

II – o envolvimento ativo em ações de políticas públicas que tenham por objetivo o próprio benefício, o de suas comunidades, cidades e regiões e o do País.

III – a participação individual e coletiva em ações que contemplem a defesa dos direitos da juventude ou de temas relacionados.

IV – a efetiva inclusão nos espaços públicos de decisão com direito a voz e voto.

Mas o Estatuto da Juventude reserva dois comentários especiais no contexto dessa pesquisa: ele é fruto da ação política do Conselho Nacional da Juventude e da ação direta de jovens e é o primeiro instrumento legal que tipifica também o direito à comunicação. A existência dessa seção é fruto de forte ação cidadã e política de jovens e organizações sociais que atuam na área dos direitos da criança, do adolescente e do jovem com foco na garantia do direito humano à comunicação.

Seção VII Do Direito à Comunicação e à Liberdade de Expressão

Art. 26. O jovem tem direito à comunicação e à livre expressão, à produção de conteúdo, individual e colaborativo, e ao acesso às tecnologias de informação e comunicação.

Art. 27. A ação do poder público na efetivação do direito do jovem à comunicação e à liberdade de expressão contempla a adoção das seguintes medidas:

I - incentivar programas educativos e culturais voltados para os jovens nas emissoras de rádio e televisão e nos demais meios de comunicação de massa;

II - promover a inclusão digital dos jovens, por meio do acesso às novas tecnologias de informação e comunicação;

III - promover as redes e plataformas de comunicação dos jovens, considerando a acessibilidade para os jovens com deficiência;

IV - incentivar a criação e manutenção de equipamentos públicos voltados para a promoção do direito do jovem à comunicação; e

V - garantir a acessibilidade à comunicação por meio de tecnologias assistivas e adaptações razoáveis para os jovens com deficiência. (ESTATUTO DA JUVENTUDE, 2013)

5.3. As políticas de juventude no Brasil

De acordo com o *Marco Regulatório* (UNICEF e SNJ, 2014), grandes esforços foram feitos a partir dos anos 2000 no Brasil em resposta ao fenômeno *onda jovem*²⁰, quando a proporção de adolescentes e jovens atingiu um quarto da população brasileira. Os objetivos centrais da mobilização em torno da conquista de políticas públicas eram a criação de uma *Política Nacional de Juventude*, cujos objetivos incluíam a elaboração de um *Plano Nacional de Juventude*, a *PEC da Juventude* (Proposta de Emenda à Constituição 138/03) e o *Estatuto dos Direitos da Juventude*.

Em 2004, foi criado o *Grupo Interministerial de Juventude* pelo poder executivo, responsável por realizar um mapeamento dos serviços, programas, projetos e ações co-financiadas pelo governo federal e por definir diretrizes e prioridades para a ação pública. Paralelamente, a *Frente Parlamentar de Juventude* e a *Comissão Especial de Políticas Públicas para a Juventude*, também em 2004, realizaram audiências estaduais e eventos nacionais que culminaram na criação de secretarias, subsecretarias, coordenadorias, diretorias e conselhos de juventude em cerca de mil municípios e 25 estados.

Em 2005, pela Lei 11.129, foram criados o *Conselho Nacional da Juventude* (Conjuve) e a *Secretaria Nacional da Juventude* (SNJ), vinculada à Secretaria Geral da Presidência da República. O Conjuve é o órgão responsável pela formulação e pela proposição de diretrizes para as políticas públicas de juventude, desenvolvimento de estudos e pesquisas sobre a realidade socioeconômica dos jovens e promoção de intercâmbio entre as organizações juvenis nacionais e internacionais. É composto por 60 membros, sendo 40 da sociedade civil e 20 do governo federal. A SNJ é a instância articuladora da Política Nacional de Juventude e executora de políticas específicas.

A *I Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude* foi realizada em 2008, com o objetivo de debater uma proposta de Plano Nacional. A *II Conferência Nacional de Juventude* ocorreu em 2011, quando foram discutidos o sistema nacional, o plano nacional e o Estatuto da Juventude.

---

²⁰ Já explicada na Nota de Rodapé número 7.

Capítulo 6: Um olhar educ comunicativo para a juventude

Apesar do grande arcabouço legal desenvolvido com relação ao direito à participação de adolescentes e jovens no Brasil, a lei no papel não garante espaços reais de intervenção dos jovens na vida social. Falta ainda ouvir e validar, de forma mais sistemática e cotidiana, as opiniões da juventude no âmbito das organizações. Neste capítulo, a pesquisa procurará entender como o campo da educomunicação tem construído conexões com o público juvenil para favorecer a existência de espaços sociais de fala e escuta da juventude e de exercício dos direitos à participação e comunicação.

6.1. Educomunicação e a juventude

Partimos da premissa de que a educomunicação [...] apresenta-se, hoje, como um excelente caminho de renovação das práticas sociais que objetivam ampliar as condições de expressão de todos os seguimentos humanos, especialmente da infância e da juventude. (SOARES, 2011, p. 15)

Para entender como a educomunicação se posiciona com relação a pessoas com idades entre 15 e 29 anos é necessário entendê-la como um campo que não se limita ao público infantil, adolescente e jovem. Essa ligação não é direta, mas é condicionada, devido ao papel que a educação e a comunicação possuem na sociedade.

Historicamente, essa conexão nem sempre foi harmoniosa, como lembra Barbero:

Obcecados com o poder maléfico dos meios, e muito particularmente da televisão, os educadores acabam se esquecendo da complexidade do mundo adolescente ou juvenil, reduzindo-o à condição de consumidores de música e televisão. Obsessão que foi reforçada por muitos dos estudos sobre *recepção* da televisão que eram menos interessados em compreender a relação entre os adolescentes e a TV que em corrigir o olhar dos telespectadores. Que é para onde levam os preconceitos daqueles que não ocultam seu arrogante desprezo em relação a esse meio, ou seja, daqueles que não veem televisão senão para *estudá-la* e poder assim *educar o olhar e o gosto* dos que a desfrutam. A partir desse olhar, torna-se impossível abordar um debate sobre a relação da sociedade com os meios capaz de inserir aí a formação hoje dos jovens como cidadãos. (BARBERO, 2014, p. 52)

Soares, ao desenvolver o conceito de educomunicação, procura uma visão mais promissora para destacar as possibilidades inovadoras que podem surgir dessa

relação. A educomunicação abre espaço para construções mais participativas tanto no campo da educação como da comunicação.

Pesquisas como *Educação, Comunicação & Participação: Perspectivas para políticas públicas* e *A formação de jovens protagonistas em projetos de jornalismo comunitário em São Paulo* tratam de resultados de ações sociais educacionais com jovens. Destacaram que os adolescentes ampliam ainda mais o vocabulário e seu repertório cultural; aumentam suas habilidades de comunicação; desenvolvem competências para o trabalho em grupo, para negociação de conflitos e para planejamento de projetos, melhoram o desempenho escolar. Surgem grêmios estudantis, cooperativas de trabalho, grupos juvenis de intervenção comunitária e periódicos. Outros resultados são a reflexão sobre o fenômeno representado pela produção de comunicação e mídia, além de um olhar diferenciado para a comunidade, com maior articulação, maior autoestima, inclusão no mercado de trabalho, envolvimento no processo de resolução de problemas, autonomia, visão crítica, atitude ativa, criadora, entre outros.

“Essa participação ativa das crianças, adolescentes e jovens no processo de produção midiática tem demonstrado consequências interessantes. Os jovens participantes desses projetos apontam o desejo de encontrar nas possibilidades de produção da cultura, através do uso dos recursos da comunicação e da informação, os sonhos cotidianos e a transformação da realidade local. Eles se abrem para a compreensão crítica da realidade social e ampliam seu interesse em participar da construção de uma sociedade mais justa, confirmando sua vocação pela opção democrática de vida em sociedade. Tudo isso porque a participação os levou a maior conhecimento e a maior interesse pela comunidade local, inspirando ações coletivas de caráter educacional”. (SOARES, 2011, p. 31)

Uma dinâmica educacional abre possibilidades para que as vozes sejam cada vez mais ouvidas e na gestão, para que os gestores estejam aptos a captarem essas vozes, facilitando a existência de espaços e metodologias em consonância com as diferentes falas sociais. Não é a questão de dizer que a voz do adolescente e jovem é importante. É a questão de afirmar que, a partir de um olhar educacional, todas as vozes são fundamentais para o próprio crescimento e renovação social. Assim, uma escola incapaz de ouvir seus estudantes e se conectar amplamente com seu mundo e sua realidade é tão nociva quanto a instituição política incapaz de dialogar com seus cidadãos. A escola torna-se cada vez mais esvaziada em seu objetivo principal de formação se é incapaz de ouvir as vozes sociais do ambiente educativo, dos educadores, da comunidade, dos pais e se seu parceiro prioritário, a criança, o adolescente e o jovem.

Estamos passando de uma *sociedade com* sistema educativo para uma *sociedade do conhecimento e aprendizagem contínua*, isto é, sociedade cuja dimensão educativa atravessa tudo: o trabalho e o lazer, o escritório e a casa, a saúde e a velhice. E se essa mudança de fundo não é percebida nem assumida pelas nossas enésimas e inerciais reformas educativas, isso condena o sistema escolar a uma crescente esquizofrenia com sua própria sociedade. (BARBERO, 2014, p.121)

As novas dimensões que fazem parte da formação dos estudantes precisam ser assumidas pela escola e educadores, conseguindo interagir com os novos campos de experiência surgidos da reorganização dos saberes, dos fluxos de informação, das redes de intercâmbio criativo e lúdico e com os *novos modos de representação e ação* cidadãos. É fundamental pensar e interagir com “as mudanças culturais que emergem na relação das crianças e dos jovens com os meios e as tecnologias audiovisuais e informáticas” (2014, p. 53).

Construir seu espaço de participação também é diferente de adaptar-se aos espaços de participação como estão postos ou dados. A ampliação das vozes sociais e da necessidade de que encontrem espaços de interferência e contestação da realidade é fundamental para a construção da identidade pessoal, social e do projeto de vida do próprio adolescente e jovem.

Soares destaca o papel que as organizações sociais ocupam na formação educ comunicativa com adolescentes e jovens, devido à atitude reflexiva e crítica que demonstram e que oferecem a esse público. São justamente estas as características que parte da juventude busca encontrar, o engajamento em grupos que desafiam a ordem vigente e sonham com a possibilidade de outros mundos.

Contudo, Huergo alerta para alguns pontos importantes de reflexão (2014, p.98) sobre os espaços sócio-comunitários, destacando três questões com relação ao poder e a hegemonia:

Uma questão é a que se refere à importância dada à comunicação-educação na construção de poder popular. Frequentemente, isso revela um tipo de ‘otimismo’ pedagógico-comunicacional, no qual parece que as ações particulares de comunicação-educação popular e libertadora levam à libertação de toda a sociedade. A segunda questão é o sentido atribuído ao ‘político’ nas organizações e movimentos sociais. Parece que, em geral, “o político” tem a ver com a construção de poder popular, mas, segundo duas alternativas diferentes. Para alguns, construir poder popular é ficar de fora de uma série de organizações e instituições que conformam o Estado (já que tudo isto está ligado à ideia de corrupção), então, para eles, construir poder popular é construir um contrapoder. Para outros (e talvez simplificando as coisas), construir poder popular é debater, lutar, brigar, construir o espaço público, inclusive através, ou fundamentalmente, da concepção e do desenvolvimento das políticas de Estado; ou seja, que o ‘político’ alude à que a construção de ‘outro país’ a partir dos pobres tem dois sentidos: os pobres

têm de estar isolados do Estado ou os pobres têm de disputar a hegemonia do Estado. A partir desses dois sentidos, as estratégias são desenhadas e as ações de comunicação-educação são desenvolvidas.

A terceira questão é a relação da comunicação-educação com a hegemonia, na qual as organizações populares possuem uma autoimagem de pureza com relação à impureza do poder. De um lado fica o poder hegemônico e do outro os marginalizados, onde as organizações e suas ações de comunicação ficam localizadas, como uma espécie de auto-referência. O senso de bipolaridade também fica estendido ao campo da comunicação-educação: uma para “dominação” e, no outro oposto, a educomunicação para a “libertação”.

Além de um alerta importante sobre a bipolaridade possível do campo, Huergo também trata sobre a reflexividade produzida nos espaços juvenis, sejam eles organizados ou não (como já foi possível identificar pelas pesquisas sobre juventude e política). Livres ou críticos aos formatos das instituições educativas, políticas, de comunicação, entre várias outras, libertados de determinados vícios ou modelos de disciplina, nos espaços comunicacionais juvenis, ligados à produção midiática e à criação artística não elitista é possível identificar propostas mais livres, coerentes e inovadoras de participação. Uma percepção educomunicativa dessa relação evidencia que não é o adolescente e o jovem o único a ganhar ao participar e comunicar, exclusivamente. Os ganhos são sociais. Quem ganha é a sociedade, a escola, a família, os processos sociais como um todo, pois assim vão efetivando e vivenciando a natureza democrática, a descentralização de processos, a construção coletiva, a ação em rede.

No caso dos adolescentes e jovens, culturalmente, foi possível impor o silêncio para manter uma situação de dominação com relação a esse público, justificada como disciplina. Historicamente, não indagar sempre foi uma questão de respeito aos modelos ou à voz do adulto. A questão da idade é um fator de dominação da sociedade adultocêntrica. Há um equívoco sobre estar “em formação” ou em “desenvolvimento”, como se isso fosse característico de uma faixa etária (a formação está reservada a um período da vida), além de um uso depreciativo dessa condição (você não está pronto agora, estará quando for adulto).

6.2. Tecnologias, a juventude e as desigualdades sociais

María Teresa Quiroz Velasco faz algumas análises sobre as distâncias socioeconômicas presentes do novo estar e ser jovem ante ao mundo digital. Para ela, especialmente na América Latina, a desigualdade não pode ser reduzida a um assunto material, de recursos técnicos, mas a um acesso desigual aos novos recursos da individualização, muitos dos quais estão vinculados aos conhecimentos facilitados pela digitalização. A desigualdade educacional ou o ambiente familiar com muitas necessidades básicas diferenciam enormemente os formatos de experiências dos jovens nos ambientes digitais.

“À desigualdade econômica se soma a brecha digital, que não se reduz ao acesso aos dispositivos tecnológicos ou à conectividade; também possui uma relação direta com capacidades de simbolização e decodificação, indispensáveis para usar a informação como recurso simbólico e reflexivo para produzir conhecimento e intercambiá-lo”. (VELASCO, 2014, p. 206)

Há igualdade de oportunidades para crianças e adolescentes cujos ambientes ao qual estão inseridos lhes estimula à interpretação das imagens, ao exercício da opinião e ao desenvolvimento de múltiplas capacidades (VELASCO, 2006). Contudo, a pesquisadora considera uma grande dificuldade aproximar a educação das experiências de aprendizagem dos mais jovens, suas formas de comunicação e os usos da Internet.

Velasco também critica uma subjetividade moderna vinculada à necessidade de ser visto, lido ou ouvido por milhares de pessoas. Mas ignora que essa é uma característica motivada, induzida. O que esses jovens reivindicam é o direito de estarem expostos, de serem expostos, de se exporem e escolherem como farão isso. Logicamente, isso poderá ofender a moral, ou a lei, ou a ética, ainda assim, serão constituídas como novas formas de expressão, motivadas por inúmeras outras formas de expressão que vieram anteriormente a isso.

Também não é possível ser inocente no sentido de que, assim como aconteceu fortemente com a juventude e todo o mundo artístico diante da Revolução Industrial, caracterizando movimentos de resistência, crítica, também agora a juventude não esteja pronta a indagar vários aspectos da sociedade contemporânea, como estão fazendo com as estruturas, seus formatos, seus funcionamentos, e como farão com relação ao mundo digital. O movimento dos hackers, por exemplo, além de possuírem uma nova noção de liberdade, que se realiza apenas com o acesso pleno e irrestrito

à informação, está indagando inclusive as estruturas e formas de estar e ser virtuais, criando submundos digitais nos quais o formato e experiência do próprio virtual é outra.

Paralelamente, também surgem várias críticas e outros formatos de expressão (política e artística) das juventudes, de intervenção urbana e ocupação do espaço público. São exemplos o grafite, a pichação, o stencil, as hortas urbanas, as bicicletadas, o próprio movimento musical, como o hip-hop que acontece nas ruas, ou, mais recentemente, as inovadoras experiências dos saraus da periferia e da juventude. O acesso a tecnologias de forma diferenciada também vai estimular e fortalecer criatividade diferenciadas, vivências e expressões nos usos do espaço virtual e físico das diferentes juventudes.

Por fim, essas mudanças questionam as hierarquias e as autoridades antes indiscutíveis na visão de Velasco. O conhecimento valioso não é mais propriedade de especialistas e isso desloca a entidade autorizada a transmitir o saber. A internet e o mundo digital indagaram o sistema tradicional da escola, uma vez que o conhecimento está à disposição (ou é o que acreditamos). As atitudes, normas e valores também provêm de muitos referentes, as bibliotecas foram superadas e a distância entre a escola e o trabalho aumentou, o que coloca sua utilidade em cheque (VELASCO, 2014, p. 211). Barbero analisa essa questão da seguinte forma:

A contradição entre o papel estratégico da educação na sociedade informacional e o tratamento que a escola pública – do primário à universidade – recebe atualmente na América Latina não faz senão agravar a desestabilidade das instituições democráticas, ameaçando a própria viabilidade de nossos países como nações. Pois a escola pública em nossos países é o espaço de encontro das trajetórias socioculturais das maiorias e, portanto, é nela onde se produz a mais ampla e permanente transformação da cotidianidade social e cultural, cujos protagonistas são a maioria excluída. Daí também que essa escola possa e deva ser o lugar mais aberto de desenvolvimento da inteligência coletiva e das biografias educativas. (BARBERO, 2014, p. 124)

6.3. Desafios para o futuro

A comunicação, a participação e as novas experiências sociais, principalmente relacionadas aos adolescentes e jovens, lançam desafios concretos para a educomunicação (como já foi tratado anteriormente) e sua relação dialógica com os adolescentes e jovens (que trataremos neste item).

Jenkins (in BARROSO, 2014, p. 234) aponta para três eixos educativos perfeitamente adaptáveis para uma Educomunicação 2.0: novas alfabetizações incidem em todo o contexto escolar de aprendizagem; necessitam de integração plena ao currículo; e de modelos que se apoiam na inteligência coletiva e nas relações sociais.

Soares (2011, p. 37) considera que a construção desse novo 'ecossistema' exige clareza conceitual, planejamento, acompanhamento e avaliação. No caso, demanda, sobretudo, uma pedagogia específica para sua própria disseminação: uma pedagogia de projetos voltada para a dialogicidade educ comunicativa, em condições de prever formação teórica e prática para que as novas gerações tenham condições não apenas de ler criticamente o mundo dos meios de comunicação, mas, também, de promover as próprias formas de aprendizagem e de expressão a partir da tradição latino-americana, construindo espaços de cidadania pelo uso comunitário e participativo dos recursos da comunicação e da informação.

Soares concorda com Barbero sobre a necessidade dos educadores em compreender que há uma nova cultura juvenil irreversivelmente em formação, vendo nelas mais que ameaças, mas novas e interessantes possibilidades de fazer uma nova aula e uma nova escola.

O que urge é, na verdade, garantir ao jovem a possibilidade de sonhar, não exatamente com um mundo fantástico e seguro que lhe seja dado pelos adultos, mas com um mundo que ele mesmo seja capaz de construir, a partir de sua capacidade de se comunicar. É o que a educomunicação tem condições de propor ao sistema educativo formal. (SOARES, 2011, p. 53)

Acontece que gestores e educadores permanecem concentrados em oferecer possibilidades de comunicação e participação aos adolescentes e jovens, diferente de construí-las participativamente. E o caminho tem se mostrado cada vez mais inverso a essa lógica. Os jovens não necessariamente estão dispostos a participar dentro dos modelos pré-fabricados, que estão sendo, inclusive, indagados. O formato de vivenciar a comunicação não necessita necessariamente da mediação ou interferência do adulto. E com isso, o adolescente e o jovem cria outras lógicas de produzir. A formação educ comunicativa está diante de um adolescente muito capaz de desenvolver comunicação por si próprio. Não estão tão dispostos a ouvir dos adultos sobre a importância da participação e como o mundo adulto quer que o jovem se coloque no mundo.

Os formatos de participação institucionalizados estão retrógrados e atrasados em relação às dinâmicas da juventude. Estão fechados à própria comunicação, criam formatos conduzidos, poucos espontâneos ou capazes de incentivar a expressão. Mantem modelos nos quais as pessoas necessitam seguir determinados procedimentos e lógicas que não necessariamente fazem ainda sentido para os adolescentes e jovens.

Grande parte da literatura sobre a juventude ainda fala em dar respostas, oferecer espaços, dar voz. É sempre um lugar de fala no qual um adulto dará a oportunidade ao adolescente e ao jovem de algo. Transforma cada vez mais o adolescente no objeto das políticas.

Por outro lado, as estruturas políticas de participação não correspondem às necessidades dos cidadãos. Respondem menos à necessidade de participação da juventude, como explica Orozco:

O desafio pedagógico que as diversas mediações institucionais apresentam às sociedades contemporâneas ultrapassa o âmbito estritamente escolar ou instrumental e se situa em todo o espectro cultural-educativo-comunicacional-político. Os partidos, as organizações culturais, perante essa macromediação das instituições, encontram uma arena de conflito e de debate, de redesenho das políticas sociais. (OROZCO, 2014, p. 52)

Huergo (2014, p. 83) reforça que a educomunicação nos espaços educativos precisa se livrar do *ritualismo* e adotar novas dinâmicas, menos regulares, rotineiras, repetitivas e operacionais. Ao retirar as pessoas de uma condição de não-participação do processo e posicioná-la de forma mais ativa a educomunicação acaba induzindo uma nova postura, uma nova cultura, um novo jeito de “estar”. Ela sugere uma vivência do processo comunicativo, orientado, debatido, construído conjuntamente entre grupo, educador, meios, tecnologias, ferramentas (câmera, teclado, celular).

Nossas crianças e jovens vão se movimentar por esse espaço (web 2.0 ou web x.0), com ou sem a formação sistemática que, a partir das instituições educativas, possamos proporcionar-lhes. Os adultos ainda podem ‘resistir’ ou ignorar a nova realidade da sociedade digital. Como educadores, no entanto, não temos direito a fazê-lo. Não podemos aumentar de forma irresponsável a brecha digital entre gerações, nem ficar à margem das novas formas de comunicação e de relacionamento, com o uso de novas tecnologias no novo espaço virtual. Um espaço virtual que está sendo construído, sem aviso prévio, sem licença das autoridades e, em muitos casos, sem o suficiente conhecimento dos educadores. No ciberespaço, estão sendo criadas ‘zonas livres de adultos’, em que os jovens intercambiam seus próprios documentos audiovisuais (MARTIN, 2014, p. 200).

6.4. Unicef e o fomento de ações participativas e educacionais

O relatório do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), *Situação Mundial da Infância: Celebrando 20 Anos da Convenção sobre os direitos da Criança*²¹, de 2009, encerra seu capítulo afirmando que “a teoria e a prática de participação de crianças estão ainda em estágio inicial, mas avançaram significativamente ao longo das duas décadas que se passaram desde que a Convenção foi adotada pelos Estados Partes das Nações Unidas” (2009, p. 35).

O relatório, que trata de diversos aspectos da construção de direitos infanto-juvenis no mundo, dedica um capítulo para falar sobre o conceito e a prática da participação relacionada ao universo da criança e do adolescente e demonstra a necessidade da construção de metodologias que garantam um lugar efetivo e qualificado de adolescentes e jovens nas decisões da sociedade.

Ser capaz de influenciar decisões que afetam o indivíduo constitui uma das características que definem os princípios dos direitos humanos. Quando se trata de criar oportunidades para a participação da criança, é preciso ajustar as condições de acordo com sua idade e maturidade. A criança não deve ser pressionada, constrangida ou influenciada, o que pode impedir que expresse suas opiniões livremente ou levá-la a se sentir manipulada. A participação efetiva e significativa depende de muitos fatores, entre os quais a capacidade de desenvolvimento da criança, a disposição ao diálogo por parte dos pais e de outros adultos e de espaços seguros que permitam esse diálogo dentro da família, da comunidade e na sociedade. (UNICEF, 2009, p. 32)

A proposta do Unicef ao debater políticas de participação é partir do princípio da criança e do adolescente como sujeito de direitos. Nas palavras do coordenador da área de adolescência do Unicef, Mário Volpi²², “todos os direitos são importantes. E a participação e a comunicação fazem parte desse universo”.

A participação foi construída a partir de uma visão muito utilitária na área dos direitos infanto-juvenis, como um instrumento para melhorar o desenvolvimento da criança e do adolescente. Contudo, a perspectiva do direito não tem como meta debater se algo contribui ou prejudica o desenvolvimento.

Mesmo assim, fizemos uma pesquisa em 2007 que demonstrava que adolescentes que participavam em qualquer instância (na igreja, na escola, no escoteiro, na associação de moradores, grupo de futebol, qualquer tipo de

²¹ Disponível em < <http://www.unicef.org/brazil/sowc20anosCDC/>>. Acesso em: 03 jan.2016.

²² Entrevista realizada para a presente pesquisa, em março de 2015. A transcrição completa integra o ANEXO da monografia.

participação) tem menos vulnerabilidade em três áreas principalmente: à exclusão escolar, envolvimento em situações de violência e à gravidez na adolescência. (VOLPI, 2015)

Os gestores de políticas públicas, na avaliação do coordenador, entendem a necessidade em se criar espaços de participação juvenil, mas o país não avançou na criação efetiva desses espaços. É possível identificar algumas ações na área da Saúde ou Educação, mas no cotidiano das políticas sociais ainda é preciso ampliar. “Existem muitas iniciativas no Brasil, mas ainda não é algo massificado e consolidado como um direito” (VOLPI, 2015).

Na nossa avaliação o país tem uma boa visão sobre a participação e agora ele precisa transformar essa visão em práticas das políticas públicas. Já existe a presença de adolescentes e jovens na Conferência Nacional da Criança e do Adolescente, na Conferência da Juventude, mas agora é necessária essa participação no cotidiano dos Conselhos de Direitos, na discussão do orçamento público, dos programas, das ações dos governos. No semiárido, por exemplo, nós temos cerca de 600 Núcleos de Cidadania de Crianças e Adolescentes. Somado aos da Amazônia, são quase 800 municípios com esses núcleos formados. Nossa expectativa é que os conselhos municipais despertem para a importância de criar instâncias para a participação, que não pode ser feita apenas por meio de eventos ou pesquisas. Essa dimensão de criar espaços de incidência no cotidiano é que precisa ser melhorada no país. (VOLPI, 2015)

De certa forma, nos projetos e movimentos sociais para meninos e meninas, a comunicação também configurou por muitos anos como “meio”, instrumento para o desenvolvimento de determinadas capacidades.

O direito à comunicação não pode ser abstrato. A comunicação também necessita deixar essa concepção instrumental para ajudar as pessoas a desenvolverem suas habilidades, a expressarem suas opiniões, para se transformar em um direito inalienável. (VOLPI, 2015)

De forma geral, a área da infância e adolescência não possui um entendimento sobre o direito e a necessidade em democratizar a comunicação para favorecer a criação de espaços de fala dos meninos e meninas na sociedade e a educomunicação não foi amplamente incorporada como possibilidade de favorecer essa dinâmica.

O Unicef tem como uma de suas prioridades de ação o fomento à participação de adolescentes e jovens. Para traduzir esse direito a uma situação concreta é preciso apoiar e desenvolver iniciativas e políticas que estão se propondo a trilhar esses caminhos.

Algumas ações de participação e educomunicação de adolescentes e jovens foram apoiadas desde o início dos anos 2000. São exemplos a parceria com a Rede CEP – Comunicação, Educação e Participação²³ e o projeto *Mudando sua escola, mudando sua comunidade, melhorando o mundo!*, desenvolvido em 2009 e 2010 em cinco diferentes capitais do Brasil (Salvador, Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte e Recife), com o objetivo de influenciar políticas públicas de educação, nas escolas, capazes de fortalecer a participação e a comunicação de meninos e meninas com idades entre 12 e 18 anos. A experiência e seus resultados está relatada em uma publicação²⁴ com o objetivo de propor parâmetros de ação, com os aprendizados já incorporados, para outras instituições, escolas e interessados no tema.

Outro exemplo é a parceria com a Viração Educomunicação, organização social que atua com adolescentes e jovens que, juntamente com a Rede Nacional de Adolescentes e Jovens Comunicadores, é o foco dos próximos capítulos dessa pesquisa.

Várias experiências importantes surgiram das ações conjuntas realizadas entre Unicef e Viração. Nesse contexto da pesquisa é relevante lembrar da Cobertura Educomunicativa realizada durante o *III Congresso Mundial de Enfrentamento à Violência Sexual de Crianças e Adolescentes*, em 2008, no Rio de Janeiro, na qual foi elaborado um “espaço jovem”, com equipamentos de câmera e microfone, rádio instalada dentro do Rio-Centro, no qual os jovens faziam programas, notícias, entrevistas, pegavam depoimentos, além de ser um espaço de convívio para os meninos e meninas do encontro.

Funciona muito bem essa relação do direito à participação com o direito à comunicação. Embora esse fosse um Congresso de chefes de Estado, de dirigentes, ele teve 10% de participação de adolescentes, número bastante representativo (três mil participantes, sendo trezentos delegados menores de 18 anos). Isso permitiu que a presença dos adolescentes influenciasse os debates, diferente da presença simbólica de integrar uma mesa, de falar, dar um depoimento. Todos os grupos de trabalho contaram com a presença dos adolescentes. (VOLPI, 2015)

²³ A Rede CEP reuniu organizações de todo o Brasil para enriquecer o diálogo sobre as relações entre os campos da educação e comunicação, assim como pensar estratégias em nível nacional para criação e fortalecimento de políticas públicas nesse campo. As organizações defendiam uma educação de crianças e adolescentes a partir do entendimento sobre os sistemas de informação, sua vivência, seus usos, a possibilidade de criação e criatividade, a partir de um ambiente no qual a comunicação não se apresenta mais como um simples ou quase invisível acessório. As organizações que integraram a Rede CEP eram: Associação Cidade Escola Aprendiz, Auçuba, Bem TV, Centro de Criação e Imagem Popular (CECIP), Cipó – Comunicação Interativa, Ciranda – Central de Notícias dos Direitos da Criança e do Adolescente, Comunicação e Cultura, Movimento de Organização Comunitária (MOC), Núcleo de Comunicação e Educação (NCE) – USP, Oficina de Imagens, Saúde e Alegria.

²⁴ Disponível no site do UNICEF Brasil: < http://www.unicef.org/brazil/pt/resources_19415.htm>. Acesso em: 03 jan.2016.

A ação dos jovens nesse Congresso foi destacada entre as grandes experiências de participação de crianças e adolescentes na publicação comemorativa dos *20 anos da Declaração dos Direitos da Criança*, pelo próprio Unicef (já citada anteriormente).

Atualmente, o Unicef está direcionando esforços para fomentar as redes de adolescentes e jovens e para fortalecer a participação, a organização, a comunicação entre si e com a sociedade, incluindo com os gestores de políticas públicas e os próprios adolescentes. São exemplos a Rede do esporte seguro e inclusivo (Rejupe), dos adolescentes e jovens vivendo com hiv/aids (RNAJVC), dos adolescentes do Semiárido, da Amazônia, dos adolescentes indígenas e dos adolescentes e jovens comunicadores (Renajoc).

PARTE III: Redes de participação cidadã de adolescentes e jovens

Para entender a continuidade da pesquisa *A educomunicação e a participação cidadã de adolescentes e jovens no Brasil*, é necessário retomar suas quatro hipóteses iniciais:

- a. Ações de incentivo à participação dos adolescentes e jovens, empreendidas por organismos da sociedade civil, a partir da aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente, em 1990, estão voltando seus olhares para a interface Comunicação e Educação na busca de espaços, modelos e propostas de ação colaborativas e democráticas que contem com a voz e a iniciativa dos próprios jovens;
- b. A educomunicação favorece a criação de ambientes participativos e de ação cidadã de adolescentes e jovens de forma colaborativa, horizontal e democrática;
- c. Os ecossistemas educacionais nos quais se inserem crianças e jovens estão sendo profundamente transformados pelos constantes avanços e possibilidades de produção e disseminação de informação, o que tem favorecido formatos mais democráticos, colaborativos, diversificados de participação cidadã de adolescentes e jovens;
- d. Redes de ação cidadã e política de adolescentes e jovens estão adotando a interface Comunicação e Educação e atuando na criação de políticas públicas pelo direito humano à comunicação para ampliar espaços de participação de adolescentes e jovens no Brasil.

A construção teórica procurou favorecer algumas reflexões sobre o campo educacional e a ação cidadã da juventude na atualidade, principalmente diante das novas tecnologias da comunicação e da informação. Esta terceira parte estará focada em analisar as experiências da *Viração*, tanto da Revista como das coberturas educacionais e da *Rede de Adolescentes e Jovens Comunicadores*, como propostas de construção de espaços de participação cidadã a partir da comunicação e educação. A meta é identificar, ao longo do texto, de que forma as hipóteses levantadas são concretizadas ou anuladas diante dessas práticas. Por fim, será efetivamente a Parte IV que trará as bases finais de análise com as falas e interpretações dos próprios adolescentes e jovens integrantes da Renajoc e da

Viração. Vale ressaltar que esse caminho foi metodologicamente construído para descrever práticas de ação cidadã ou cidadania comunicativa de/com adolescentes e jovens, mas entender qual é a visão dos próprios integrantes sobre a educomunicação, a participação e a relação entre esses dois conceitos na prática.

Capítulo 7: A inovação da Viração

A *Viração Educomunicação*²⁵ nasceu como uma revista-projeto social em 2003, chamado *Revista Viração*. Transformou-se em uma organização formalizada em 2009, com a missão de “fomentar e divulgar processos e práticas de educomunicação e mobilização entre jovens, adolescentes e educadores para a efetivação do direito humano à comunicação e para a transformação socioambiental”.

A Viração possui procedimentos exclusivos de trabalho, além de experiência comprovada em processos, projetos e produtos educacionais de mobilização social. Entende o adolescente e jovem como um sujeito de direitos, que precisa ser considerado em sua condição peculiar de pessoa em desenvolvimento, com potencialidades e vulnerabilidades específicas, mas que representa uma grande oportunidade de desenvolvimento para sua família, comunidade, escola, governo e para si próprio.

Dados do *Relatório de Atividades de 2015*²⁶ mostram que a Viração desenvolveu oito projetos, atuando diretamente com 550 adolescentes e jovens, distribuídos em 21 turmas diferentes, que participaram das mais de 150 oficinas promovidas ao longo do ano. Atividades de formação envolveram cerca de 130 educadores. Também foram desenvolvidas três consultorias com foco em educomunicação e direitos da juventude e 16 coberturas jovens de eventos, incluindo espaços de formulação de políticas públicas locais, nacionais e internacionais, como a *Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas de Paris – COP 21*. Os Conselhos Virajovens e os mobilizadores da *Rede Nacional de Adolescentes e Jovens Comunicadoras e Comunicadores (Renajoc)* estão presentes em 20 Estados.

²⁵ Mais informações sobre a organização são encontradas no site institucional <http://www.viracao.org>. Acesso em: 03 jan.2016.

²⁶ Pesquisa embasada nos Relatórios de Atividades na organização, disponível em <<http://www.viracao.org/viracao/pt/a-viracao/relat%C3%B3rio-de-atividades.html>>. Acesso em: 03 jan.2016.

Na Europa, Viração desenvolveu dois projetos internacionais: a *Conferência Europeia Vamos Cuidar do Planeta* e a *Agência Jovem de Notícias Internacional*, que envolveu 30 jovens de 11 países durante 18 dias da COP 21.

A organização também produz publicações para jovens, como o *Guia de Educomunicação: conceitos e práticas da Viração* (S/D), que trata de diversos conceitos que fazem parte da prática da organização. De acordo com a publicação, alguns princípios importantes são:

- a. Foco no processo e no aprender fazendo: sentido de mobilização e transformação, diversidade de falas, de juventudes, de mídias.
- b. Gestão democrática interna/externa: com cooperação e colaboração.
- c. Cidade educadora: com o conhecimento presente em muitos lugares.
- d. Educomunicação entre pares: os adolescentes são ao mesmo tempo aprendizes e educadores.
- e. Inter e transdisciplinaridade: construção do conhecimento com o cruzamento de muitas disciplinas.
- f. Olhar estrangeiro: favorecendo uma abertura, compreensão e solidariedade com a diversidade do mundo.

Além desses princípios, a Viração valoriza a ação em rede, por entendê-la como um sistema de nós e elos capaz de organizar pessoas e instituições, de forma igualitária e democrática, em torno de um objetivo comum. Os fundamentos da ação em rede são: autonomia, valores e objetivos compartilhados, vontade, conectividade, participação, multiliderança, informação, descentralização, múltiplos níveis, dinamismo.

7.1. A participação na Viração

Ouvimos muito que os jovens não estão nem aí para nada. Mas será que fomos convidados a expressar nosso ponto de vista? E quando falamos, será que nossa opinião é levada a sério? Será que sabemos as consequências para nossas vidas de quando não participamos de momentos importantes de decisão? (VIRAÇÃO, S/D, p. 14)

Participação é um conceito que faz parte da ação da Viração e seus significados estão cada vez mais pautados nas percepções da própria juventude sobre o tema. Seu sentido tem a ver com a possibilidade de oferecer ao jovem a escolha, a decisão sobre assuntos que dizem respeito a sua vida, ao seu futuro ou à realidade na qual está inserido. “‘Participar’ é uma das coisas mais importantes para que a gente seja responsável por nossas vidas” (VIRAÇÃO, S/D, p. 14).

Esse pensamento confere ao ato de “participar” a transformação de valores e a redução de injustiças e desigualdades sociais por meio da organização e pensamento juvenil. A Viração confere ao jovem a possibilidade de definir onde e como quer fazer parte de algo, de acordo com sua motivação.

As formas para atuação da juventude incluem sempre a comunicação, ou como ação (em projetos como a Revista Viração ou a Agência Jovem de Notícias) ou como tema (em ações de incidência política sobre o direito humano à comunicação). Mesmo quando possuem temáticas diferenciadas entre si, todos os projetos têm como eixo estruturante a educomunicação e a cidadania comunicativa.

7.2. A Revista Viração²⁷

Trinta e seis páginas? Que nada! Viração não é apenas uma revista de 36 páginas. O que vemos impresso em quatro cores em 10 edições por ano é resultado de um processo arrojado e inovador. Mídia feita para, com e a partir de adolescentes e jovens de todo o Brasil, valorizando o que um Outro Mundo Possível tem de mais valioso: o trabalho em equipe, cooperativo e colaborativo. E a galera reunida em mais de 42 Conselhos Jovens, apelidados de Virajovens, é movida a muito tesão, porque não ganha um centavo. É puro trabalho voluntário. Vontade de mudar o mundo pra melhor. A começar de suas vidas pessoais, coletivas e socioambientais. (VIRAÇÃO, S/D, p. 37)

A revista é uma ação de participação e cidadania comunicativa para adolescentes e jovens brasileiros, que ao longo dos anos tem desenvolvido metodologias inovadoras na interface comunicação-educação. Paulo Lima²⁸, seu fundador e diretor executivo, explica que na época da criação havia um olhar muito focado nas novas tecnologias. “Mas, na nossa concepção, participar não é apenas oferecer espaços nos âmbitos e possibilidades virtuais, para se comunicar. Então, pensamos um espaço físico e virtual, chamado Revista Viração, para que o jovem

²⁷ Disponível em <<https://issuu.com/viracao>>. Acesso em: 08 abr.2016.

²⁸ Entrevista concedida em abril de 2014 para a autora do presente artigo.

pudesse desenvolver seu potencial de ação comunicativa” (LIMA, 2014). Hoje a publicação é semestral, produzida de maneira voluntária e disponibilizada virtualmente. Os integrantes da ação são responsáveis por definir seus temas, seus conteúdos, entrevistas, divisão do trabalho e apenas sua parte visual é realizada na sede em São Paulo, mas debatida virtualmente.

Desde sua fundação, analisando todo o histórico de participação proposto pela Viração, Paulo Lima descreve como barreira inicial da proposta o medo do jovem em fazer parte e a ajudar a construir colaborativamente uma revista. “Escrever com a gramática do jornalismo é impossível para esses meninos e meninas, porque faltam algumas competências” (LIMA, 2014). Isso foi motivo de atenção, pois o espaço de participação estava criado e enfrentava resistência por parte de seu público prioritário. Dessa forma, a publicação criou, em conjunto com os jovens, uma proposta textual acolhedora, na qual era possível aos meninos e meninas contar suas histórias de outra forma e com as competências que possuem, caracterizando uma apropriação da palavra e uma educomunicação como ação libertadora.

Outra estratégia construída para reduzir o temor em participar foi o trabalho em grupo. Era importante fortalecer um espaço de segurança em que os jovens pudessem encontrar seus pares, dialogar e produzir. O trabalho colaborativo gerou o *Conselho Editorial Jovem*, posteriormente intitulado pelos próprios integrantes de *Conselho Virajovem*, uma *proposta de autogestão*, na qual os meninos e meninas planejam suas produções e pautas, debatem temas de seu interesse e dividem as tarefas para as produções para a Revista. Essa proposta foi fundamental para respeitar a heterogeneidade da participação das juventudes e conseguiu, de certa forma, abranger a diversidade social e regional, com a criação de Conselhos em diferentes locais do país (a partir do interesse manifestado pelos próprios adolescentes). As parcerias com outras organizações e diferentes movimentos sociais (negro, de mulheres, estudantes, etc) ampliou os diálogos com diferentes públicos.

Cada conselho tem a autonomia de funcionamento, gestão e decisão local (*microparticipação*). O fato de estarem em rede e virtualmente conectados favoreceu um novo modelo de gestão misto, no qual assuntos de interesses coletivos (*macroparticipação*) são decididos pelo conjunto, mediados pelas telas (e-mails, grupo de discussão, reuniões virtuais). Uma vez por ano, os conselhos se reúnem, presencialmente, para avaliar e planejar coletivamente o futuro da revista. É importante dizer que, muitas vezes, o acesso às tecnologias pelos Virajovens é

facilitado pelas parcerias com organizações locais, que disponibilizam Internet, computadores e, quando possível, auxiliam com recursos o deslocamento dos adolescentes.

7.3. As coberturas educomunicativas

As *Coberturas Educomunicativas*, sempre realizadas por adolescentes e jovens, nasceram no espaço do *Fórum Social Mundial*²⁹. Sua proposta é produzir uma série de materiais escritos, audiovisuais, artísticos, capazes de trazer o olhar da juventude sobre o que está acontecendo em diferentes eventos ou realidades sociais.

Desde 2003, a *Viração* realiza coberturas jovens de muitos eventos por todo o país, provocando o olhar da juventude sobre temas diversos (é possível citar inúmeros eventos que não estão concentrados apenas em temáticas da juventude, mas são de interesse público). É uma proposta importante pois representa tanto conteúdos para a *Revista Viração* e para a *Agência Jovem de Notícias*, assim como proporciona acesso aos jovens a assuntos e debates que nem sempre priorizam sua voz.

Hoje essa ação é amplamente reconhecida e divulgada. Aparece no Relatório do Unicef em comemoração aos 20 anos da Declaração dos Direitos Humanos como uma prática eficiente no campo da participação de adolescentes e jovens devido, principalmente, à ação realizada em 2008 durante o *Congresso Mundial de Combate à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes*, que aconteceu no Rio de Janeiro (como já citada no capítulo que trata do Unicef).

As coberturas educomunicativas representam diferentes inovações:

- Metodológicas: com uma nova proposta de fazer cobertura colaborativa com adolescentes e jovens;
- Comunicativas: um outro espaço de comunicação (de fala) dos jovens – com outros públicos, com a sociedade, com outros jovens;
- De participação: integrados aos debates sociais (não necessariamente aqueles reservados à participação da juventude), fator importante na quebra de estereótipos relacionado a temas “tidos como de interesse da juventude”);

²⁹ O Fórum Social Mundial (FSM) surgiu em 2001 como um encontro mundial de pessoas e movimentos sociais contrários às políticas neoliberais do Fórum Econômico Mundial (FEM).

- De gestão: planejando, avaliando, produzindo no mesmo espaço em que se realiza a cobertura jovem e com os próprios integrantes da ação;
- De diversidade: tanto ao atuar com jovens de diferentes realidades como também de materiais de comunicação, produzindo com os jovens inúmeros materiais como notícias, fanzines, jornal mural, fotografias, *podcast*, vídeos, entre outros.

A cobertura educomunicativa é uma importante proposta de cidadania comunicativa para a juventude e a Viração tornou-se uma referência nessa ação, sendo convidada para atuar em diferentes eventos em todo o Brasil. Sua organização é capaz de envolver um número grande de adolescentes e jovens na produção coletiva e colaborativa de várias mídias, sobre os assuntos/temas dos eventos, de forma geral.

7.4. Conferências da Criança e do Adolescente

A comunicação da *IX Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente* (2012) deu significativos passos em relação às edições anteriores, de acordo com informações do Relatório Final da Comunicação da 9ª CNDCA.

Pela primeira vez na história das conferências nacionais, foi realizada uma ação de *Cobertura Educomunicativa* feita por crianças e adolescentes de todo país numa articulação, mobilização e formação que contou com envolvimento dos *Conselhos Estaduais, Conselho Nacional e Secretarias Nacional da Promoção DCA e dos Direitos Humanos*, além da própria *Secretaria dos Direitos Humanos*. A execução ficou a cargo da Viração Educomunicação e Renajoc; e da Rede Andi Brasil. Nos Estados, reuniu dezenas de parceiros, fortalecendo e criando laços pela comunicação colaborativa e protagonismo de meninas e meninos. Entre as 3.180 pessoas, foram mais de 600 adolescentes delegados (a 8ª edição contou com 450) (CHITA, 2012).

A cobertura educomunicativa consistiu na produção e difusão de conteúdos sobre o processo da IX Conferência por crianças e adolescentes, mediados por educadores e criaram um espaço para que elas e eles veiculassem suas opiniões sobre os temas abordados e criassem estratégias para mobilizar a comunidade em torno delas.

De acordo com o Relatório (CHITA, 2012), os objetivos da cobertura educ comunicativa foram: sensibilização e/ou compreensão da comunicação como um direito; sensibilização e/ou compreensão da importância dos momentos de escuta, de planejamento, de formação; percepção das realidades locais e como ela se relaciona com outras; apropriação das tecnologias de informação e comunicação; sensibilização e/ou compreensão da importância do registro para construção da memória; construção colaborativa de saberes; construção da memória do processo de preparação e execução da IX Conferência por meio de textos de cobertura, artigos, fotografias, vídeos, áudios, relatórios, anais; constituição e/ou fortalecimento de laços afetivos, de articulações entre pessoas e grupos.

Ao longo das etapas estaduais, o documento (CHITA, 2012) mostra que esta ação criou condições para o amadurecimento das estratégias de comunicação nos Conselhos Estaduais, priorizando a participação das crianças e dos adolescentes como atores fundamentais nesses processos, além de fortalecer o diálogo intergeracional. As avaliações demonstram que as coberturas educ comunicativas foram inspiradoras para novas e antigas ações voltadas à comunicação e mobilização em torno da garantia de direitos.

De acordo com o relatório, a cobertura contou com 60 integrantes, entre educ comunicadoras(es) e adolescentes que realizaram a etapa nacional. E cerca de 500 adolescentes das estaduais. Ao longo das 26 etapas estaduais e da etapa nacional foram publicados cerca de 400 posts entre textos, entrevistas, artigos, fotos, programas de rádio e vídeos. De abril a julho de 2012, os textos das crianças e adolescentes tiveram mais de 25,5 mil visualizações no sítio da *Agência Jovem* e, em média, 20,5 mil no sítio do *Blog Juventude Conectada*, ambas parceiras da cobertura. Mais de 800 posts foram publicados pelas coberturas, sendo que só na página da *Agência Jovem*, no Facebook, cada um teve, em média, 1.200 visualizações, somando, em média, 960 mil visualizações.

Além dos conteúdos publicados na internet, as coberturas também geraram uma série de mídias artesanais como fanzines, jornais murais e intervenções culturais. A síntese da cobertura da etapa nacional foi publicada numa edição especial da Revista *Viração*, numa tiragem de 20 mil exemplares, distribuídos para todo o Brasil.

A Educomunicação também figurou, pela segunda vez, na *Cidade dos Direitos* por meio da Estação da Educomunicação. O foco foi o registro em áudio e vídeo da ação *1 minuto pela infância*, feita pelos visitantes. Aproximadamente 550

adolescentes passaram por este espaço durante os três dias em oficinas com duração de 20 a 30 minutos. Foram gravados, ao todo, perto de 60 minutos divididos em clips de um minuto.

Relacionadas às propostas aprovadas, das 273, 27 estão relacionadas à comunicação e Educomunicação. A seguir, alguns exemplos, com base no *Relatório das ações de Comunicação da IX Conferência* (2012):

Eixo 1 – Promoção dos Direitos de Crianças e Adolescentes

- Propor projeto de lei que garanta espaços de discussão e informações acerca da política sobre crianças e adolescentes nos meios de comunicação.
- Implantar cursos de leitura crítica das mídias sociais com técnicas de Educomunicação nas escolas e outros espaços para crianças e adolescentes, incentivando a publicização de informações referentes à infância e adolescência.

Eixo 3 – Protagonismo e Participação de Crianças e Adolescentes

- Criar, implementar e fortalecer a participação permanente de crianças e adolescentes por meio de Comitê Gestor próprio na estrutura das prefeituras, subprefeituras, regiões administrativas e secretarias municipais, estaduais, distrital e nacional a fim de acompanhar a execução da Política Nacional e do Plano Decenal.
- Criar e fortalecer grupos de crianças e adolescentes para realizar atividades nos meios de comunicação para maior divulgação de seus direitos, com a garantia de recursos necessários.

A avaliação do processo, de acordo com informações do *Relatório* (CHITA, 2012), demonstrou que a Educomunicação contribuiu significativamente com a qualidade da participação e para o protagonismo dos adolescentes, para a sensibilização sobre os direitos e com a divulgação e registro das ações nas etapas Nacional e Estaduais. Mostrou que os adolescentes que participaram da *Cobertura Educomunicativa* se envolveram em ações noutros momentos de discussão de seus direitos. Após a Conferência, um adolescente continuou produzindo fanzines e chegou até a quarta edição.

Além da predisposição dos adolescentes a participarem da Rede de Adolescentes e Jovens Comunicadoras e Comunicadores do Brasil (Renajoc) e Rede de Virajovens, o grupo que cobriu a etapa nacional criou um perfil no Facebook chamado *Educomunicadores 2012* e seguem trocando informações. Alguns deles compuseram a equipe para cobertura educucomunicativa do *IX Congresso Brasileiro de Prevenção das DST/Aids*, que aconteceu entre 28 a 31 de agosto de 2012, no Anhembi, em São Paulo (SP).

Como indicações para o futuro, os avaliadores propuseram a extensão para outros eventos dos Conselhos de Direitos e também para as etapas municipais das Conferências. E também houve a sugestão para, numa próxima edição, construir a proposta com o aporte destes "atores", pois desta vez eles participaram de uma metodologia que foi construída para eles atuarem.

7.5. Espaço de rupturas

Alguns aspectos da Revista Viração e das coberturas educacionais representam rupturas importantes com relação à participação e cidadania comunicativa. Esses aspectos dizem respeito a uma transformação:

- a. do *próprio jovem*: e sua condição como participante. Com a resistência inicial identificada em integrar voluntariamente a equipe da revista, é possível perceber que a cidadania comunicativa, dialógica e diversificada necessita de metodologias inovadoras, além da desconstrução de uma práxis hegemônica, culturalmente edificada, de produção e emissão da informação. Vale ressaltar a importância da gestão educacional do processo, que possibilita a uma prática olhar para si e transformar-se a partir das falas e percepções dos seus agentes, no caso, os próprios adolescentes e jovens;
- b. do *ecossistema comunicativo*: interferindo na condição da criança e adolescente como ser “que não têm o que dizer, em formação, sem competências” (LIMA, 2014), para *sujeitos de direito*. Uma cobertura e uma revista feita por jovens representa também um novo espaço social de fala desse grupo, que passa a ocupar um lugar na comunicação pública e a serem vistos, ouvidos e lidos por diferentes atores sociais, emitindo suas opiniões sobre assuntos nos quais nunca foram consultados, como economia, meio ambiente, política ou moda, etc.
- c. da *gestão da participação*: com uma proposta muito próxima da *autogestão* (sugerida por Kaplún como a utopia a ser perseguida em espaços educacionais), com níveis de decisão local (microparticipação) e de todo o grupo (macroparticipação), e nesse caso, por meio de uma ampla mediação tecnológica, sem anular completamente os momentos presenciais. Na gestão

mediada, ainda é importante citar os diferentes meios utilizados (redes, grupos virtuais, e-mails, espaços de reunião virtuais). Além disso, a Viração, atualmente, pode ser acessada virtualmente em sua íntegra e as coberturas educacionais também.

- d. da *condição da comunicação*: ao propor um novo formato textual livre e diversificado, incorporando aspectos da comunicação não-violenta e do respeito às diferenças, quebrando preconceitos do formato de produção textual e abrindo possibilidades da construção colaborativa dos conteúdos.
- e. da *própria participação e sua metodologia*, ao repensar a proposta e os modelos iniciais propostos e reconstruir um espaço de participação *com* o jovem e não *para* o jovem. Isso representa uma mudança cultural da própria organização e de sua gestão. Para Paulo Lima (2014), depois de 13 anos, a participação ficou muito mais qualificada, efetiva, realizada e menos idealizada.

Capítulo 8: O surgimento da RENAJO

O *Conselho Nacional da Juventude* é a instância criada para dialogar diretamente com as juventudes do Brasil. A *Viração*, desde o início das ações do Conjuve, em 2005, tem dialogado e construído, de forma participativa, atividades relacionadas à bandeira política do direito humano à comunicação da juventude brasileira. Um dos principais momentos desse diálogo está relacionado à realização de coberturas educacionais em várias Conferências Estaduais e na Conferência Nacional de Juventude, no ano de 2008. Segundo dados da Secretaria Nacional da Juventude, cerca de 400 mil pessoas participaram de todo o processo das Conferências. Na etapa nacional foram propostas 70 resoluções, das quais 22 foram eleitas prioritárias.

O principal resultado dessa ação conjunta entre Conjuve, Secretaria Nacional de Juventude, *Viração* e Conselhos Virajovens, e vários importantes parceiros de todo o país, foi o surgimento da *Rede Nacional de Adolescentes e Jovens Comunicadores*.

A Renajoc³⁰ foi criada em abril de 2008, durante o *I Encontro de Adolescentes e Jovens Comunicadores* (realizado logo após a I Conferência de Juventude). Ao avaliar a participação dos jovens comunicadores no processo da Conferência, notou-se que, por mais que a cobertura comunicativa tivesse sido muito eficiente, havia um desafio grande pela frente: de consolidar a pauta da comunicação no âmbito das políticas públicas de juventude e fortalecer a incidência de jovens na discussão sobre as políticas de comunicação, ampliando a participação juvenil nos debates sobre o tema. Desde então, a Rede realiza de ações que buscam unir adolescentes e jovens do Brasil em torno do direito humano à comunicação (ação de advocacy ou incidência que pode ser caracterizada como comunicação pública, de acordo com a pesquisa teórica).

8.1. Renajoc e a participação cidadã

Um dos indicadores da fragilidade do tema comunicação nas demandas juvenis foi o fato de não haver, entre as 22 resoluções prioritárias da Conferência, alguma que

---

³⁰ Para conhecer melhor a Renajoc, seus objetivos e propostas, foi criada a *Carta de Princípios*. Disponível em: <http://issuu.com/renajoc/docs/carta_de_princ_pios_da_renajoc.ofi>. Acesso em: 08 abr.2016.

se referia ao tema. Apesar da centralidade da comunicação na vida contemporânea, da concentração dos meios e da relação direta dos jovens com a mídia, no campo da formulação política, a comunicação – diante de tantas demandas urgentes da juventude brasileira – ficara em segundo plano.

Hoje, com a participação de dezenas de jovens e organizações sociais, a Renajoc se articula para chamar a atenção para o Direito Humano à Comunicação, propondo a experimentação da produção de uma comunicação livre e colaborativa e integrando debates locais e nacionais sobre adolescência, juventude e comunicação.

A partir de 2009, como parte do processo de participação de adolescentes e jovens na Conferência Nacional de Comunicação, a Renajoc passou a promover atividades em todo o país para reivindicar e discutir o direito à comunicação. Foi criada uma data simbólica, o “DIA C” – Dia Nacional da Juventude Comunicativa, para ser comemorado juntamente com o Dia da Democratização da Comunicação, em 17 de outubro.

Em 2009, a Rede e a Viração (pelos Conselhos Virajovens) foram responsáveis pela articulação de duas *Pré-Conferências Nacionais de Juventude e Comunicação* (a segunda convocada e organizada pelo Conjuve), uma *Pré-Conferência Infanto-Juvenil* e o acompanhamento em diversos estados brasileiros das conferências municipais e estaduais de Comunicação. É importante destacar que a Viração acompanhou os debates e incidiu fortemente na criação de propostas da juventude nas políticas de comunicação, principalmente ao tratar da programação infanto-juvenil, da produção por adolescentes e jovens e da educomunicação como um todo.

Alguns exemplos de propostas da conferência de comunicação que têm relação com a juventude, incluídas no Caderno Final das propostas da *I Conferência Nacional de Comunicação*³¹ são:

PL 450 Proposta: Integrar as rádios comunitárias, estruturas de produção das escolas e centros educacionais, pontos de cultura e outros equipamentos culturais dos municípios com a criação de centrais públicas de comunicação – ou pontos de mídia -, que funcionem como espaços para a produção cidadã e que estejam ligadas a espaços de distribuição (veiculação ou circulação) dessa produção. Para que se garanta a independência dessa produção em relação ao governo municipal, essas centrais devem ser geridas por conselhos públicos, com participação majoritária da Sociedade Civil local.

PL 463 Proposta: Viabilizar permanentemente editais públicos destinados especificamente ao financiamento da produção independente (organizações

³¹ Disponível em < <http://www.mc.gov.br/acessoainformacao/servico-de-informacoes-ao-cidadao-sic/respostas-a-pedidos-de-informacao/25143-dados-sobre-a-1-conferencia-nacional-de-comunicacao-confecom-realizada-em-2009> >. Acesso em: 20 ago, 2016.

sociais e MPEs – micro, pequenas e médias empresas sem participação acionária ou societária de acionistas ou sócios de emissoras e transmissoras de conteúdo audiovisual, popular e comunitária que tenha como foco a cultura da infância e da juventude que valorize a diversidade (regional, étnico-racial, religiosa, cultural, de geração, orientação sexual e inclusão de pessoas com deficiência), que respeitem os direitos humanos, que não incentive o consumismo e que envolva a participação de crianças, adolescentes e jovens no processo de elaboração de conteúdos.

PL 528 Proposta: Garantir nas redes públicas de comunicação espaços para a produção independente da juventude com diferentes conteúdos que contemplem a diversidade étnico-racial, de gênero, orientação sexual e identidade de gênero, de acessibilidade e religiosa, distribuídos em toda grade de programação.

PL 399 Proposta: Articular parceria com o Conselho Nacional da Juventude, de modo a pressionar o governo brasileiro para dar mais representatividade aos jovens em eventos voltados para a Comunicação.

Após muitas ações em parceria, em 2010, a Viração candidatou-se (com o apoio dos jovens da Rede) e foi eleita para integrar o Conjuve, como organização de comunicação. Como conselheira, a teve como meta estreitar o diálogo com o Conselho sobre as demandas e propostas relacionadas às políticas de comunicação e juventude. Em 2012, a Renajoc também passou a integrar o Conjuve, fortalecendo a pauta da comunicação no âmbito das políticas juvenis.

Os esforços do diálogo no conselho auxiliaram para que o Estatuto da Juventude, aprovado em 2013, fosse a primeira legislação brasileira a assegurar o direito à comunicação, indo muito além do direito à informação. Ou seja, o Estatuto reafirma o direito dos jovens de se informarem e de se expressarem e também define medidas para que os pontos de vista dos jovens sejam difundidos. Estabelece que cabe ao poder público incentivar programas educativos e culturais voltados para a juventude nos meios de comunicação de massa e favorecer a inclusão digital além de zelar para que os equipamentos públicos promovam o direito à comunicação. A Renajoc teve importante papel na construção desse documento, assim como na formulação e aprovação de propostas de comunicação e também para a área da educomunicação da II Conferência de Juventude.

Em 2015, a Renajoc *realizou a Conferência Livre Nacional É Nós que Fala!*³² em Brasília. Com a participação de 61 pessoas de 19 estados e Distrito Federal, foram

---

³² Todos os conteúdos produzidos pela Renajoc, como os resultados da última Conferência Livre Juventude e Comunicação (2015), do Encontro Nacional, e o Guia Juventude e Comunicação estão disponíveis em: <https://issuu.com/renajoc/docs>. Acesso em 13 jul, 2016.

elaboradas 38 propostas para a *III Conferência Nacional de Juventude*. Alguns eixos temáticos e propostas foram³³:

EIXO EDUCAÇÃO E COMUNICAÇÃO

- Que o estado reconheça, financie e garanta lógicas educativas e comunicativas que fomentem a autonomia, a participação, a partilha e a construção coletiva de saberes e práticas e o acesso a diversas linguagens sociais (vídeo, internet, teatro, funk, etc) em espaços não-escolares (pontos de cultura, pontos de mídia livre, espaços de movimentos sociais, espaços tradicionais de memória, locais de trabalho social – padaria, telecentro, etc.), compondo o total de horas /dias letivos tanto para os níveis básico, quanto para o nível superior;
- Garantir a gestão democrática nos espaços educativos que favoreçam a autonomia, a participação, a partilha e construção coletiva de saberes e práticas e o acesso a diversas linguagens sociais.

EIXO CULTURA

- Política permanente de visibilidade e autonomia das expressões e linguagens artísticas da juventude, garantindo as especificidades dos grupos de acordo com o Plano Nacional de Juventude e dentro do Programa Juventude Viva: resistência, identificação e construção coletiva, desmarginalização da cultura popular e desconstrução da cultura do espetáculo;
- Orientação e formação para as juventudes para terem acesso aos recursos de incentivo destinados à cultura;

EIXO TV E RÁDIO

- Fazer uso do canal da cidadania, fomentando a diversidade, desburocratizando o acesso para veiculação de conteúdo, com cotas de programas com a produção e participação da juventude;
- Propor políticas de juventude que fomentem a produção de programas com novas linguagens, narrativas e inclusão de programas web (veículos de comunicação online, vloggers e outros) nos veículos públicos de comunicação;

EIXO SOFTWARE LIVRE E CULTURA DIGITAL

- Apoiar a campanha “Internet na Escola”, que garante internet de qualidade em escolas públicas;
- Promoção da formação dos professores para lidar com as novas tecnologias a partir da utilização do Software Livre (do celular ao computador);
- Garantia das propostas da campanha de universalização da Internet;

EIXO TRABALHO E SUSTENTABILIDADE

- Incentivo a construção de uma Política de Microcrédito para fomento de ações produtivas de coletivos/redes de jovens e indivíduos, sem cobrança de taxa de juros;
- Fortalecer a criação de cursos em escolas/faculdades de ensino técnico com caráter mais criativos, ampliando o espectro de formação para além do “mercado”, voltados para ações em arte, cultura, ciência e tecnologia;

Além dessas ações de incidência política, a Rede também é a única representante da juventude na *Frente Parlamentar pela Liberdade de Expressão e o Direito à Comunicação com Participação Popular* (Frentecom³⁴).

³³ Disponíveis em <http://issuu.com/renajoc/docs/propostas_finais_enoisquefala>. Acesso em: 13 jul, 2016.

³⁴ Disponível em <<https://frentecom.wordpress.com/>>. Acesso em 05 jul, 2016.

E, por fim, ainda relacionado à cidadania comunicativa, duas ações merecem destaque no âmbito da Renajoc. A primeira é a cobertura educ comunicativa do evento *Arena Net Mundial*, que reuniu a sociedade civil para discutir a aprovação do *Marco Civil da Internet*³⁵ e na qual participaram cerca de 22 jovens da Renajoc e de outros projetos da Viração. Durante a abertura do evento em São Paulo, em 25 de abril de 2014, o *Marco Civil* foi aprovado em Brasília. O *Participa Br* – Espaço de autocomunicação e participação na construção das políticas públicas via Internet, da Presidência da República – premiou a cobertura educ comunicativa dos jovens como a mais completa e criativa do evento, após concorrer com mais de setenta grupos que realizaram a cobertura do evento. Os jovens também participaram e realizaram a cobertura do *Fórum da Internet no Brasil*, realizado pelo Comitê Gestor da Internet (CGI), que aconteceu paralelamente.

O *Participatório – Observatório Participativo da Juventude*³⁶ é um Programa do Governo Federal, realizado pela Secretaria Nacional de Juventude, para potencializar a participação de adolescentes e jovens na formulação de políticas públicas, via uma plataforma virtual. A Universidade Federal do Rio de Janeiro faz a coordenação executiva do projeto e articula um conjunto de dez redes de jovens, das quais a Viração faz parte, com nove jovens de diferentes Estados. O papel das redes é mobilizar a participação na plataforma, produzir conteúdos e realizar atividades presenciais com interlocução na plataforma. Pelo *Participatório*, a Viração e Renajoc promoveram o *Seminário sobre Juventude, Direitos Humanos e Televisão*³⁷ (VIRAÇÃO, 2014, p. 11), no qual, uma das experiências apresentadas e debatidas foi do programa *Quarto Mundo*, um projeto educ comunicativo no qual adolescentes de escolas públicas produziam uma série de programas televisivos (uma parceria da TV USP e a Viração).

³⁵ Lei 12.965, disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l12965.htm >. Acesso em: 13 jul, 2016.

³⁶ Disponível em <<http://juventude.gov.br/participatorio/#.V73JmZgrLIU>>. Acesso em: 14 jul, 2016.

³⁷ O seminário teve transmissão ao vivo pela plataforma <<http://participatorio.juventude.gov.br/>>.

8.2. Outras atividades da Renajoc³⁸

Desde 2013, a Rede desenvolve, com o apoio do Instituto C&A, o projeto *Mais Educomunicação*, que promove atividades extracurriculares voltadas à prática comunicativa com estudantes em 20 escolas públicas, de diferentes cidades em 14 estados. Assim, busca fortalecer a participação de adolescentes no espaço escolar, promover a leitura crítica dos meios e fomentar a prática da comunicação colaborativa. A Renajoc também tem produzido importantes materiais para ampliar o diálogo com a Juventude. Um exemplo é o *Guia Juventude e Comunicação: faça você mesmo*³⁹ que traz, além de uma síntese da história e ações da Renajoc, um conjunto de textos com reflexões de assuntos relevantes na interface comunicação e educação.

A Renajoc articula-se utilizando diferenciadas formas de comunicação: redes sociais, fóruns virtuais de debates, grupos de e-mails, grupos de celular (*Whatsapp*), *blog*, porém não tem um foco relacionado à produção de conteúdos, incidência e mobilização estratégica no mundo digital. Atualmente, desenvolve processos de gestão coletiva e colaborativa, grande parte deles por meio do uso das tecnologias da comunicação e do mundo digital. Alguns exemplos com base no relatório de atividades de 2015:

- Iniciou a *Formação Online Continuada*, realizada via *hangout* e transmitidas pelo *Youtube*, com temáticas de interesse da rede selecionadas a partir do levantamento de saberes e demandas de formação produzido em 2014. Foram realizadas três edições da formação.
- Iniciou o *Boletim Acontece na Rede*, material informativo para veicular atividades relevantes realizadas pela rede nacionalmente e nos diversos Estados em todas as regiões. Foram produzidos seis boletins informativos;
- Foi estabelecida a *Comissão Organizadora Nacional do V Enajoc*, responsável por garantir a realização do encontro, pensando questões como o financiamento colaborativo do encontro, a mobilização dos Estados, a elaboração e revisão da programação, estabelecer parcerias.

³⁸ Informações construídas com base no Guia Juventude e Comunicação e no Relatório de Atividades 2015 da Renajoc.

³⁹ Disponível em < https://issuu.com/renajoc/docs/guia_renajoc_final_impressao>. Acesso em 14 jul, 2016.

- Realizou de 12 reuniões nacionais via chat do *Facebook*, todas com as atas registradas e disponibilizadas na *Biblioteca Renajoc* (pasta virtual disponível aos jovens integrantes da Rede);
- Criou-se a *Comissão de Elaboração de Projetos*, que elaborou quatro projetos para diferentes editais.
- Realizou o *V Encontro Nacional de Adolescentes e Jovens Comunicadoras e Comunicadores*⁴⁰, entre os dias 30/10 e 03/11 em Brasília-DF. Contou com a participação de 33 adolescentes e jovens de 19 estados mais o Distrito Federal.
- Fez Mapeamento de Participantes e Contatos da Renajoc, para compartilhar informações sobre seus participantes, mantendo-as atualizadas constantemente;
- Criou *Biblioteca Renajoc*, espaço virtual de compartilhamento de materiais da rede divididos em categorias: 1) Documentos Oficiais; 2) Documentos Colaborativos e Comissões; 3) Materiais Pedagógicos; 4) Pesquisas, Levantamentos e Avaliações; 5) Projetos; 6) Publicações. Foi criada uma equipe gestora da Biblioteca, para organizá-la e mobilizar a atualização de materiais junto a rede.

É importante enfatizar que a Renajoc:

- Constitui-se em um espaço de comunicação pública, pois os jovens desenvolvem ações de incidência e advocacy em torno de um tema de interesse público, que é o direito humano à comunicação;
- É autogerida, voluntária, mobilizada virtual e presencialmente, e representa um espaço de diálogo entre pares corresponsável;
- Seus integrantes podem ser considerados agentes e *hackers* da política, por construírem formatos de ação capazes de interferir na política e na sociedade;
- Procura contribuir com a não-segmentação estigmatizada da juventude, ao integrar outros espaços de ação cidadã e incidência, como organismos do campo das políticas de comunicação, ainda muito rígidos e adultocêntricos;
- Não possui uma ampla proposta de produção de comunicação ou de mobilização e incidência política por meio das redes sociais, ação que parece

⁴⁰ O relatório do V Enajoc está disponível em <http://issuu.com/renajoc/docs/relat__rio_v_enajoc_88bed130079867>. Acesso em: 14 jul, 2016.

reservada para os momentos de cobertura educ comunicativa ou puxados pela Viração e Virajovens.

PARTE IV: A voz dos adolescentes e jovens comunicadores

Em 2015, parte das atividades da rede estiveram centradas na realização do *V Encontro Nacional de Adolescentes e Jovens Comunicadoras e Comunicadores* (Enajoc), que aconteceu de 30 de outubro a 2 de novembro, em Brasília (DF), e reuniu 33 jovens de 19 estados do Brasil e do Distrito Federal. Durante o encontro, os participantes avaliaram as ações da Renajoc e dialogaram sobre seus desafios; realizaram reuniões por regiões em que os participantes estabeleceram propostas de articulação e atividades para 2016; finalizaram a redação da *Carta de Princípios* da rede, discutida e iniciada pelas redes sociais; e dialogaram e propuseram um novo modelo de gestão, por meio de uma facilitação nacional e regionais, que formarão comissões que, além de mobilizarem a rede nos territórios e regiões, deverão assumir uma das cinco funções de caráter nacional e orgânico da Renajoc: (1) Comunicação; (2) Incidência Política; (3) Captação de Recursos; (4) Gestão Financeira e (5) Formação e cultura de rede.

Na ocasião do Encontro foi realizada ainda a *Conferência Nacional Livre Juventude e Comunicação*, intitulada *É nós que fala*, na sede da Empresa Brasil de Comunicação (EBC) (já descrita anteriormente).

Na visão dos adolescentes e jovens presentes, esse encontro foi importante,

pois foi o primeiro que contou com ampla participação da rede em sua elaboração, sua gestação, sua organização, sua realização. Ainda há muito para amadurecermos sobre como construir uma rede compartilhada, colaborativa, em que as ações e processos estão distribuídos e descentralizados em todas as pontas, todas as bases, todas as regiões, de forma articulada, motivada e horizontal. (RELATÓRIO V ENAJOC, 2015)

Durante o *V Enajoc* foram realizadas as entrevistas com os participantes do Encontro. A proposta de dialogar com os integrantes da Renajoc diz respeito ao fato de atuarem com a interface comunicação e educação e, como Rede, possuírem uma trajetória importante de participação cidadã relacionada ao direito humano à comunicação, seja fortalecendo a ação dos jovens nos espaços das políticas de comunicação, seja fortalecendo o tema da comunicação nos espaços da juventude. Mas, foi de fundamental importância criar, dentro da metodologia, um momento de diálogo direto com a juventude, para verificar o que pensam sobre os temas que a pesquisa está colocando em debate (a relação completa com os nomes dos entrevistados faz parte da Metodologia).

Foram três diferentes perguntas semi-estruturadas, realizadas com os jovens:

- O que é educomunicação para você?
- O que é participação (cidadã) de adolescentes e jovens comunicadores?
- Existe alguma relação entre esses dois conceitos? Explique que relação é essa.

Autorretrato: quem são e como chegaram à Renajoc?⁴¹

Bruno de Oliveira Ferreira, 29 anos, sou formado em jornalismo e trabalho na Viração a mais de quatro anos. Sempre gostei muito de educação mesmo antes de entrar na faculdade de jornalismo. Durante o curso, me arrependi de estar em jornalismo. Queria dar aula e fiquei com educação na cabeça. Conclui jornalismo no final de 2009. Descobri por acaso a Viração, pois eu sempre gostei de Revista. Já tinha vivenciado um processo de educomunicação durante o ensino médio, no Colégio Bandeirantes, em um projeto chamado *Idade Mídia*⁴². Eu não era aluno do colégio, mas eles tinham uma espécie de cotas para alunos das escolas públicas. Eu participei em 2003 desse projeto que me abrilhantou os olhos, pois era um jornalista ministrando um curso de comunicação para jovens. E eu pensei: “é isso que eu quero fazer”. Eu fui contratado na Viração para assumir a Revista.

Ohana Rabelo Tomás, 18 anos, de Maceió, mas eu morava em São Paulo e cheguei na Renajoc por meio da Viração (foi uma adolescente que participou de projetos na organização).

Luiz Felipe Joaquim da Silva, de Recife, Pernambuco, e conheci a Renajoc no primeiro Encontro Regional da rede em Natal e comecei a participar das atividades pela ONG *Aucuba: Comunicação e Educação*⁴³, das coberturas colaborativas da Renajoc e a me identificar com o que eu queria fazer. Depois que eu participei da primeira atividade pela Renajoc eu comecei mesmo a escrever para a Viração e a mobilizar o pessoal de Recife.

⁴¹ Todas as apresentações têm como base a entrevista, em que os jovens se apresentaram dizendo quem são e como chegaram até a Renajoc. A pesquisadora considerou esse processo de contar a própria história, seu próprio trajeto importante e com relação direta com a construção teórica da Educomunicação.

⁴² Idade Mídia é um projeto desenvolvido pelo Colégio Bandeirantes desde 2002, que envolve seus estudantes na produção de comunicação.

⁴³ Organização não-governamental de Recife (www.aucuba.org.br).

Daniela Rueda, 31 anos, morando no Distrito Federal. Comecei na Renajoc em 2011, por meio do projeto *Células de Transformação*⁴⁴. Vim pra *Conferência Nacional da Juventude* e para o *IV Encontro Nacional da Renajoc* e me tornei facilitadora Regional Centro-Oeste, atuando na construção de eventos, incidências, articulações com organizações da sociedade civil, coletivos, não apenas para falar pelo tema da democratização da comunicação e liberdade de expressão, mas principalmente para trazer outras pessoas para compor a rede, diversificar a participação e ampliar o conceito de jovem comunicador, que não é um jovem jornalista. Muita gente que entra na Rede depois acaba seguindo o caminho do jornalismo, mas o desafio é sobre ser comunicador, que isso todos nós somos, toda a sociedade é. É possível ser um agricultor familiar comunicador, enfim... ser o que quiser profissionalmente, mas ser um comunicador. Nosso desafio é fomentar a entrada de outras pessoas na rede, não só o debate da comunicação, mas o debate transversal a muitos outros temas, e construir incidência política e mobilização social.

G.S.O., 17 anos, sou de Sarandi no Paraná, integro outras redes, como *Rede Pontes*, uma rede de jovens articuladores do Paraná, o *Desabafo Social*⁴⁵, de Salvador e cheguei na Renajoc por meio do contato que eu tive com a Juliana Cordeiro, que foi a coordenadora das regionais da Rede Pontes. Eu participei do *Encontro Sul* e foi o meu primeiro contato e eu passei a integrar a Rede.

Juliana de Fátima Mildenberg de Lara, 26 anos, do Paraná e eu sou de um movimento diferente do que só a comunicação estritamente. Eu venho do movimento sindical, e a minha militância sindical começou pela comunicação.

Maurício Vieira de Paula, de São Luiz do Maranhão, 21 anos. Conheci a Renajoc em 2012, por meio do coletivo jovem do *Movimento Nossa São Luiz* e participei da *Cobertura Colaborativa da Rio +20, a Cúpula dos Povos*⁴⁶, que foi uma experiência importante, interessante e determinante para meu ingresso para a área da comunicação. Depois, fomos cobrir o evento da *Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência* e mobilizamos 30 jovens para estar com a gente cobrindo,

⁴⁴ Células de Transformação é um projeto de desenvolvimento comunitário realizado em São Paulo.

⁴⁵ O Desabafo Social é um projeto de comunicação e educação em direitos humanos. Disponível em < <http://desabafosocial.com.br/> > . Acesso em: 20 ago, 2016.

⁴⁶ A cobertura educ comunicativa da Rio +20 foi realizada pela Viração em parceria com organizações e jovens de todo o Brasil e do mundo.

saíram muitas matérias na *Agência Jovem de Notícias* e no final uma matéria mais ampla na *Revista Viração*. Localmente, falando de São Luiz, foi muito interessante porque a gente conseguiu de fato articular o Núcleo Virajovem e a Renajoc e nacionalmente foi possível se inserir no debate nacional sobre comunicação e educomunicação.

Milena Klink, 24 anos, faço parte do projeto *Cala boca já morreu*⁴⁷ há mais de 3 anos. Comecei como participante de uma oficina no *Sesc Consolação* (Serviço Social do Comércio). Eu era uma das adolescentes da oficina de rádio. Gostei e fui participar e fui convidada para a reunião do conselho gestor e fiquei.

Marina Felizberto, 23 anos, Curitiba e estou conhecendo a Renajoc pois vim para participar da *Conferência Livre Juventude e Comunicação*.

Rayane da Silva Soares, 23 anos, do Distrito Federal, e conheci a Renajoc por causa de uma atividade que estamos fazendo no *Jovem de Expressão*⁴⁸.

Claudia Maria Pereira Ferraz, 32 anos, de São Gabriel da Cachoeira, Amazonas, indígena, etnia Uanano. Eu cheguei na Renajoc pela *Viração*, que eu conheci por acaso arrumando um armário da Igreja da comunidade. Criamos um programa de rádio, pois não tinha espaço para o jovem, principalmente sobre direitos e utilizávamos as reportagens da Revista para debater vários temas nos programas.

Emilae Alana Silva Sena, 25 anos, natural de Salvador, do Subúrbio Ferroviário. Eu participei do projeto *Agentes de Comunicação para o Desenvolvimento*, da Cipó⁴⁹. Começamos a discutir várias temáticas e demandas que a gente tem no bairro, que não é absorvida pelo poder público. Com essas formações, que vão além do aprendizado em uma linguagem técnica e pensa o jovem como gestor comunitário, desenvolvedor de suas comunidades, fomentador de mudanças de realidade é que eu me encontrei e comecei a participar de determinados fóruns, associações, entre outros. Depois que me formei, fui convidada pela *Cipó* para ser jovem educadora.

⁴⁷ O projeto Cala Boca já Morreu é uma organização social pelo direito humano à comunicação. Disponível em <<http://www.cala-bocajamorreu.org/>>. Acesso em: 20 ago, 2016.

⁴⁸ O projeto Jovem de Expressão é uma ação social e cultural. Disponível em <<http://www.jovemdeexpressao.com.br/>>. Acesso em: 20 ago, 2016.

⁴⁹ A Cipó Comunicação e Educação é uma organização social. Disponível em <<http://cipo.org.br/>>. Acesso em: 20 ago, 2016.

Tudo começou em 2008. Estamos em 2015 e eu continuo na *Cipó*, agora como educadora social.

Cristiane Tomazelli, sou de Roraima, Boa Vista, faço parte desde 2004 do grupo *Macunaima – Protagonismo Juvenil*⁵⁰ e foi por esse grupo que eu tive contato primeiramente com a *Revista Viração* e logo depois que eu participei da *II Conferência Nacional de Juventude* e conheci a *Renajoc* e a *Educomunicação*. No grupo, a gente atua de uma forma bem dinâmica para que os jovens possam, além de conhecer, compartilhar o que eles já sabem, pois têm coisas que a gente aprende com eles, na escola. A gente trabalha na roda de diálogo com as temáticas políticas, sexualidade, drogas, etnia e a gente encaixou as ações da *Renajoc*, do projeto *Mais Educomunicação*, no qual a gente ensina a fazer fanzine, a parte da comunicação e a importância que o jovem tem dentro da sociedade.

Naiane Queiroz, 19 anos, de Ananideua, no Pará.

Jessica Cristina Delcarro, 23 anos, natural de Pinheiros e moro em São Mateus, Espírito Santo. Eu participei de projetos do Unicef desde a adolescência e participei do *III Congresso Mundial de Enfrentamento à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes*, no Rio de Janeiro e foi quando eu tive o primeiro contato com a *Viração*. Em 2010, comecei a fazer parte da *Renajoc*.

Milena Duarte da Rocha, 20 anos, e conheci a *Renajoc* por meio de um coletivo de estudantes de Comunicação Social. Meu desenvolvimento pessoal e intelectual foi por meio da *educomunicação*. Na quarta série, na minha escola pública, tinha uma professora que convidou os alunos para criar uma *Convida*, que é uma *Comissão de Meio Ambiente e Vida* e tinha *educomunicação* por meio de um programa de rádio que a gente fazia. Era em Santa Cruz dos Milagres, a 200 quilômetros de Teresina, no Piauí. E esse grupo começou a fazer esse programa na *Rádio Comunitária* ao lado da escola. O primeiro projeto de aterro sanitário da cidade foi a gente quem fez, por meio da *Convida* e do programa de rádio. Coletamos assinaturas... o aterro nunca saiu, mas a gente tentou. E a nossa incidência começou, com ofícios para a Câmara de Vereadores, com o pedido para criação de um departamento para cuidar do meio

---

⁵⁰ O grupo *Macunaima* é uma ação independente do Acre, parceiro da *Viração Educomunicação*.

ambiente da cidade, e fizemos ações de plantar árvores na cidade, conseguir mudas para plantar na escola, fazer a horta escolar, tudo isso com a *Convida*, onde participam pais, conselho comunitário, gestores da escola. A comunicação foi fundamental nisso porque a gente fez o programa e chamava as pessoas da cidade e comunicava o que a gente estava fazendo enquanto escola. Eu lembro que era *Escola Ativa* o nome do programa. Eu passei a fazer outro programa, e me envolvi com o Selo Unicef do Semi-árido e nessa rádio comunitária, que existe na minha cidade até hoje, e eu fiquei até os 17 anos, quando eu fui fazer jornalismo, em Teresina. E estruturamos um coletivo jovem do meio ambiente no Piauí e planejamos a *Conferência Estadual Infanto-juvenil sobre o Meio Ambiente*, desenvolvendo oficinas de comunicação e meio ambiente de jovem pra jovem. Tudo com enfoque da mobilização e desenvolvimento local, usando comunicação e meio ambiente.

B.M.S, 14 anos, Rio de Janeiro, Niterói. Conheci a Renajoc em um ato contra a redução da maioridade penal que tivemos lá no Rio. Fizemos uma campanha com cartazes para serem postados nas redes sociais. Eu participei de uma *Conferência Livre da Criança e do Adolescente*.

Jonhhy Abreu, 26 anos, de Manaus. Sou diretor executivo de uma ONG chamada *Idhesca*⁵¹, na qual trabalho desde 2011. Meu contato com a Renajoc aconteceu no final de 2012. Eu fiz parte da *Agência Uga-Uga*⁵², e lá eu conheci a Viração. Trabalhei com rádios comunitárias.

Felipe Marques Borges, 26 anos, Uberaba, Minas gerais, mas moro em Brasília já há oito anos. Eu participava de movimentos “dispersos”. Quando me aproximei do movimento da educação popular, eu conheci o Webert, que já fazia parte da Renajoc.

Franciele Viana da Cruz, 22 anos, de Camaçari, na zona rural da cidade, chamado Monte Gordo, na Bahia. Conheci a Renajoc por causa da faculdade, pesquisando como o jovem usa a comunicação e tive o *Desabafo Social* como objeto do meu estudo.

⁵¹ O Idhesca é o Instituto de Desenvolvimento, Educação e Cultura da Amazônia. Disponível em < <https://idesca.wordpress.com/> > . Acesso em: 20 ago, 2016.

⁵² Agência Uga-Uga foi uma organização social que atuava com comunicação e educação, com sede em Manaus.

Sheyla Santos da Silva, 20 anos, sou de Recife, Pernambuco e conheci a Renajoc pelo *Auçuba* (já citada anteriormente).

Rosileine Serafim Carneiro, eu tenho 20 anos, e moro em Fortaleza, mas sou do interior do Estado, e eu me interessei pela Renajoc por causa de um banner que eu vi na Internet e falava de educomunicação.

Wanderson Silva, 19 anos, sou do Mato Grosso, de Nova Santa Helena, estudo em uma escola agrícola e faço agroecologia. Lá, eu participo de uma ação que tenta mostrar a realidade do jovem do campo, do agricultor, porque hoje você vê na televisão, quando fala de agricultor, fala de agronegócio. Quando fala de agricultura já fala da soja, da cana, do algodão e nunca fala quem são os pequenos agricultores que alimentam o Brasil, que a gente sabe que hoje 80% da alimentação brasileira vem da agricultura familiar. E nós, agricultores, não somos tão bem vistos como os produtores de soja e os latifúndios que fazem uma diferença no PIB. A gente faz um trabalho no *Instituto Ouro Verde*⁵³, que tem um projeto de reflorestamento de áreas degradadas, conscientização dos agricultores, para a agroecologia e área agroflorestais, para reflorestar e conseguir tirar o seu sustento para a permanência desse agricultor no campo. A gente recebe apoio do Instituto para produzir um jornal. Somos umas nove cidades e cada uma tem uma base de comunicadores para poder articular melhor na cidade os trabalhos. Nós recolhemos as informações na cidade e depois a gente junta a turma toda e faz um jornal só e repassa para todas as outras comunidades do município. Assim é possível conhecer as vivências dos outros agricultores, como eles trabalham, e a gente esparrama nas cidades, para mostrar o trabalho dos agricultores na região, pois tem muita coisa bacana que acontece às vezes do lado da sua casa que nem você sabe.

Mayara Góes, estudante de educomunicação da Universidade Federal de Campina Grande, sou pernambucana e moro na Paraíba.

Caroline Moskovi, 18 anos, de Canoa, Rio Grande do Sul, e eu cheguei à Renajoc de um jeito estranho. Eu faço administração e comecei a estudar o cooperativismo,

---

⁵³ O Instituto Ouro Verde tem foco de atuação na participação social como base para o desenvolvimento sustentável. Disponível em < <http://www.iov.org.br> >. Acesso em: 20 ago, 2016.

para implementar uma cooperativa escolar. Uma amiga conhecia uma integrante da Renajoc. E eu comecei a participar da Revista Viração e conheci a Renajoc.

Magliel Moura, 22 anos, de Rio Branco, Acre e conheci a Renajoc em Manaus, no encontro do *Programa Saúde e Prevenção*⁵⁴.

J. Q. K. S., Mato Grosso, Carlinda. Eu faço parte do jornal na Escola. E nós tivemos contato por meio do *Instituto Ouro Verde*. Lá a gente vivencia muito a questão do êxodo rural. E não tem um cinema, é muito vago essa parte mais cultural.

Igor Augusto Pereira da Silva, Mato Grosso do Sul, de Ivinhema. A educomunicação eu conheci durante o processo das *Conferências da Criança e do Adolescente*, nas coberturas educacionais da *Girassolidário*⁵⁵.

Thaís Moreira, 25 anos, moro na Samambaia, Distrito Federal. Fui convidada para participar da Renajoc e desse debate sobre a comunicação com a juventude, fazer com que ela também participe e questione algumas coisas dentro da sociedade.

Ana Paula, Niterói, Rio de Janeiro (foi integrante da organização *Bem TV*⁵⁶, umas das integrantes da Rede CEP: Comunicação Educação e Participação).

Alessandro Muniz, 25 anos, Natal. Cheguei na Renajoc ainda na adolescência e já tinha uma relação muito forte com a comunicação. Participei da primeira *Conferência Nacional da Juventude*, quando foi criada a Renajoc.

Webert da Cruz Elias, 21 anos, nasci em Ceilândia e hoje moro em Brasília. Comecei nas participações em espaços de discussão política da sociedade civil e movimento social quando eu tinha 14 anos. Eu era aprendiz nos *Salesianos* e trabalhava um dia na semana e nos quatro dias eu fazia um curso administrativo, por conta da aprendizagem no espaço de trabalho. Nesse espaço de curso tinha uma articuladora

⁵⁴ O Projeto Saúde e Prevenção nas Escolas (SPE) é uma das ações do Programa Saúde na Escola (PSE), do Ministério da Educação.

⁵⁵ Girassolidário é uma organização social de Mato Grosso do Sul. Disponível em < www.girassolidario.org.br >. Acesso em: 20 ago, 2016

⁵⁶ Bem TV é uma organização de comunicação e educação de Niterói, Rio de Janeiro. Disponível em < <http://www.bemtv.org.br/portal/> >. Acesso em: 20 ago, 2016

que puxava atividades para fazer o link dos aprendizes com espaços de discussão dos direitos da criança e do adolescente. E comecei a ser chamado para participar desses espaços, das formações, encontros. No começo meio perdido, sem entender muito os termos, e sem saber como fazer que esses espaços de participação sejam mais plenos, dialogados com perfil e contexto da criança e do adolescente, pois ainda são puxados e pensados por adultos, 'para' e não 'com' crianças e adolescentes. Fui participar das *Conferências* e tinha um processo de cobertura educamunicativa. Larguei minha vaga como delegado e minhas conclusões foram que na cobertura educamunicativa, as crianças e adolescentes participantes entenderam mais esse espaço burocrático, chato, duro, quadrado da conferência, e as propostas, que era a construção de um plano decenal do direito da criança e do adolescente, do que os próprios delegados. Tinha que pegar a pauta, ler minimamente, para perguntar o que estava acontecendo. Eu fui eleito para a Nacional, puxada pela Viração, com uma diversidade de adolescentes de todo o país. E foi incrível a cobertura da Conferência Nacional da Criança e do Adolescente, me identifiquei muito com os processos educamunicativos e quando acabou, eu quis continuar.

Capítulo 9: O que dizem os jovens sobre educomunicação

Para cada uma das questões foi possível ter contato com percepções muito distintas entre os jovens. Por isso, os temas foram divididos em subtemas representativos diante da pesquisa teórica.

É importante ressaltar que a intenção nesse capítulo foi de cuidar da expressão e fala dos jovens para não perder a essência dos relatos. Por isso, a pesquisadora procurou descrever alguns desses relatos integralmente.

Assim, os aspectos principais sobre “o que é educomunicação para os jovens” destacados nas entrevistas foram:

Democracia e coletividade

A educomunicação é colocada em um contexto de humanização das relações e de possibilidade de vivenciar uma coletividade de maneira mais educativa, dialógica e horizontal. Esses aspectos a aproximam de procedimentos democráticos e inclusivos, como na visão de Bruno de Oliveira Ferreira, que entende “a educomunicação como um processo de diálogo, de interação respeitosa, não autoritária entre os indivíduos”.

Daniela Rueda tem a mesma linha de pensamento e relaciona a interface ao compartilhamento de saberes, à produção coletiva, ao respeito ao conhecimento das pessoas, que são aspectos que Rueda liga diretamente com a educação popular. Mas um ponto destacado pela jovem é a defesa da educomunicação como um princípio pelo qual “agimos”, e não como metodologia de trabalho com a juventude.

Luiz Felipe Joaquim da Silva acredita que educomunicação é qualquer forma de comunicação comunitária. Mas, essa visão não é comum a todos. Muitos jovens acreditam que existe muita confusão sobre a produção de mídia por jovens e que o diferencial está no processo. Bruno Ferreira, por exemplo, afirma que “a educomunicação não é o que se faz. É porquê se faz e como se faz”.

Educomunicação é reunir um grupo de jovens pra produzir mídia? Não. Vai ser educucomunicativo se for um processo dialógico, horizontal e que preze pela autonomia dos sujeitos envolvidos. Simplesmente reunir um grupo de jovens pra produzir alguma coisa não é educomunicação. (BRUNO FERREIRA, 2015)

É uma construção similar à de Alessandro Muniz, que entende a educomunicação como uma área dentro da educação popular.

Primeiro eu comecei a sentir que a educomunicação não dava conta do que eu entendia que era a prática e a discussão e, por outro lado, muitos dos usos das palavras eram reducionistas. E muitas vezes eu vejo as pessoas usarem a interface como uma instrumentalização, como se dar aula de fotografia na escola já fosse educomunicação. (ALESSANDRO MUNIZ, 2015)

Para Milena Klink (2015) a educomunicação:

[...] seria então trabalhar com a educação pelos meios de comunicação, por exemplo, como um processo de produção de um programa de rádio trabalha as ideias, o que se pensa sobre a vida, dá perspectiva para que o grupo construa as coisas coletivamente. É no processo que estão as riquezas, pois é o momento de se falar o que se sente, pensa, e nessa medida se reflete sobre determinados pontos de vista. É o processo de ir atrás do conhecimento que existe no mundo, mas, para além, entender um pouco do porque está se falando isso, porque se discorda do outro, e como são os lugares que se ocupa, e acho que isso é mexer e refletir sobre as relações, seja dentro ou fora de um grupo.

Claudia Maria Pereira Ferraz explica a educação-comunicação como uma forma mais criativa de fazer comunicação, com outras possibilidades de construir conhecimento, tirando foto, fazendo vídeo, entrevistas e “quebrando a pressão de estar dentro da sala de aula, sentado na carteira, olhando o professor falando”, diz a jovem indígena.

Acompanhando essa lógica, Ana Paula Silva considera que um processo educ comunicativo “é utilizar a comunicação para que a educação seja melhor, de qualidade, além de crítica com relação aos formatos de comunicação existentes”.

Outra forma de construção do saber na escola

Esse papel transformador que a educomunicação pode ter na educação formal e na escola tradicional é bastante valorizado pelos adolescentes e jovens entrevistados. B.M.S. apontou que a escola ainda cala muito os estudantes. “A gente não tem voz para falar quase nada e eu acho importante criar espaços para os adolescentes e jovens participarem e cada vez terem mais voz”, explana.

G.S.O. considera seletivo ter um padrão de ensino para todos. Para ele, deve-se ensinar a pessoa a partir de práticas que permitam a ela se desenvolver melhor. E

Marina Felizberto considera que a educomunicação traz essa possibilidade de trabalhar a educação de maneiras diversas, mas infelizmente a escola formal a deixa de lado.

Luiz Felipe Joaquim da Silva percebe como diferencial o formato de comunicação mais simples, tipo um fanzine, um jornal mural, que, na sua concepção, representam uma comunicação “de igual pra igual”, explica. No olhar de Ohana Rabelo Tomás e Milena Milena Duarte da Rocha, “é uma forma livre de valorizar o conhecimento individual de cada um”, ajudando a quebrar os paradigmas tradicionais, deixando a educação mais emancipadora e a escola um lugar mais agradável de se conviver.

Isso mobiliza a escola toda e faz com que o jovem seja acolhido e sinta vontade de estar lá. A educação que a gente tem hoje é uma história de “professor aluno/aluno professor”, “eu sei mais que você”, “você está aqui para aprender tudo o que eu vou vomitar de conhecimento”, e a educomunicação transforma esse processo, de forma coletiva. Se torna um diálogo de saberes que descentraliza, faz com que as pessoas se sintam parte do processo, e não meros beneficiários. Esse é um conceito muito importante de ser levado para todas as escolas, para todas as disciplinas. (MILENA DUARTE DA ROCHA, 2015).

Educação para a comunicação

Alguns jovens destacaram o papel da educomunicação também para trabalhar com questões dos usos da tecnologia. Rosileine Serafim Carneiro, por exemplo, considera que a educomunicação é fundamental para trabalhar a multimídia, principalmente com as crianças, jovens e professores. “Como nas redes sociais, você vê as pessoas muito desorientadas. Caberia esse ensino, tanto para o professor como para o aluno”, explicou.

Magliem Moura também a considera uma forma de educar as pessoas a se comunicarem. “A comunicação é muito ampla e a juventude às vezes não sabe, ou não é educada para saber como ou do que se trata a comunicação. Educomunicação é educar as pessoas para fazerem uma comunicação mais sadia”.

J.Q.K.S. tem um olhar semelhante:

A gente tem muito contato com o celular, a internet, o jornal, a televisão e não tem mais como fazer educação só com os livros. Os professores ficam muito presos a isso e não conseguem trabalhar programas educativos que dá para acessar pelo celular, e os jovens acabam utilizando o celular pra *Whatsapp*, *Facebook* e jogos. Eles não acessam os programas educativos e a escola

não dá esse incentivo. A comunicação também depende da educação, por que se você não sabe mexer, como é que você vai fazer, como vai se comunicar com pessoas de outros lugares, como vai expressar suas ideias. As duas coisas (comunicação e educação) têm que andar em conjunto.

Visão crítica da mídia

Cristiane Tomazelli considera a Educomunicação capaz de influenciar não apenas na questão produção (escrever, fazer rádio, vídeo), mas também, por provocar a investigação e indagação, é possível ir mais a fundo no olhar crítico, entendendo mais a fundo questões de identidade, de compartilhamento, de construção da informação.

Lá no grupo a gente está trabalhando muito a questão da reprodução dos discursos, por exemplo, com a redução da maioridade penal. Estamos refletindo sobre os adolescentes estarem reproduzindo um discurso a favor sem conhecer o ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) ou o sistema socioeducativo. (CRISTIANE TOMAZELLI, 2015)

Sheila Santos da Silva (2015) complementa o pensamento:

Por exemplo, a mídia como funciona não me representa, não representa o jovem. E a educomunicação está em você perceber isso, conseguir questionar, conseguir pensar em outras possibilidades. Pela educomunicação eu me sinto representada pois é possível tratar de temas que a gente quer discutir, que está em pauta e nos interessa.

Expressão da juventude

Emilae Alana Silva Sena lembra que a educação é entendida como direito, mas a comunicação não. Então, acaba sendo transformador quando o jovem, historicamente tolhido em suas formas de expressão, percebe que pode ter autonomia para falar sem ser reprimido. Na sua percepção, tem uma briga para que a juventude tenha mais espaço de fala na sociedade, mas ainda, em momentos decisivos, quem está lá não é o jovem. Menos ainda o jovem que não segue “o padrão”.

Para Jessica Cristina Delcarro, a educomunicação representa a possibilidade de dialogar com toda a juventude da atualidade, “que está em todos os lugares e em lugar nenhum ao mesmo tempo”. Ela considera importante a interface para tratar de temas transversais nesses novos ambientes de convivência. “A educomunicação aparece como uma nova filosofia que nos permite atuar como cidadãos, de estarmos

inseridos nos novos espaços políticos que a gente vem ocupando. Auxilia aos adolescentes e aos jovens que querem falar, ser ouvidos e se expressar como cidadãos, e nem sempre sabem como fazer isso”.

Igor Augusto Pereira da Silva fortalece a ideia do campo mostrar a realidade a partir da ótica de crianças e adolescentes. “A educomunicação está muito voltada para a questão do jovem e do adolescente estar produzindo seu conteúdo. Não só sua notícia, mas estar produzindo o seu olhar diante da notícia”.

Maurício Vieira de Paula fala do processo da comunicação-educação com um viés similar ao construído por Martin-Barbero sobre o direito a contar histórias para auxiliar a entender o mundo: quem somos, de onde viemos, quem são nossos ancestrais, o que vamos deixar para o futuro. “Então, sempre que eu vou pensar a educomunicação eu penso nisso de poder contar história, de comunicar”.

Eu vejo a educomunicação como uma ferramenta para gente poder educar de uma maneira mais lúdica, mais transformadora, mais acessível e didática. E acho que esse é o principal sentido de poder discutir e utilizar esse conceito. Até porque a gente vem de um modelo de educação muito arcaico, não apenas por causa do professor, mas também pelo próprio Estado, que não garante condições básicas para uma educação de qualidade. (MAURÍCIO VIEIRA DE PAULA, 2015)

Outros depoimentos reforçam o potencial do processo educ comunicativo como facilitador da livre expressão da juventude, como o de Jonhny:

Educomunicação é toda ação na qual o adolescente e o jovem podem interagir com o meio gerando uma situação de cidadania, de protagonismo. É algo muito maior do que você transmitir uma informação. É você interagir, produzir, dialogar com essa informação. (JONNHY ABREU, 2015)

Ou ainda, o pensamento de Franciele, que destaca uma perspectiva de autoconhecimento diante da livre expressão:

A educomunicação não é você produzir para que várias pessoas leiam aquilo. Existe um processo de amadurecimento daquele jovem, que ao mesmo tempo que está produzindo, está conhecendo e reconhecendo coisas, e isso permite uma reflexão própria, única. (FRANCIELE VIANA DA CRUZ, 2015)

Mayara Góes (2015) concorda com a ideia de Franciele, mas une as duas dimensões (do autoconhecimento e da transformação social) em sua explicação:

Inicialmente, a interface utiliza não apenas os meios, mas todas as formas de comunicação em espaços de educação formal, informal, popular,

comunitária, terceiro setor, movimento social, para conseguir uma construção e desconstrução individual, quebrando paradigmas, preconceitos e as visões que são formatadas para a escola e para a construção da sociedade atual. Leva, a partir dessa mudança individual, a conseguir coletivamente a transformação social, de sujeitos, de ações. É a transformação social construída a partir da transformação individual.

Direito humano à comunicação

Segundo Wanderson Silva, muitos jovens estão buscando liberdade de expressão e melhorias por meio da comunicação, da arte, do teatro.

No ano passado a gente participou do encontro da Renajoc em Campo Grande. Antes a gente só fazia as matérias, depois começamos a discutir o interesse dessas matérias, para que serviria, o interesse da permanência do jovem no campo. Nos articulamos melhor por lá e estamos mostrando um trabalho que nós fazemos que a grande mídia não mostra. E tem outras coisas bacanas e só lá, só vivendo, você pode conhecer. E não só transmitir, mas viver também com esses agricultores. Tem dia que a gente vai fazer uma matéria que é de meia hora, a gente passa quase o dia todo com o agricultor, andamos com ele na floresta, conhecendo os sistemas agroflorestais, e acabamos aprendendo um pouco mais. Às vezes, quando o agricultor tem algum problema e não tem dinheiro para contratar um técnico, a gente tenta encontrar respostas com outros agricultores, pesquisando, fazendo uma reportagem, uma cartilha para ajudar aquele produtor. (WANDERSON SILVA, 2015).

Felipe Marques Borges (2015) também tratou sobre a perspectiva do direito a comunicar:

A comunicação me trouxe uma perspectiva muito legal por ser uma pauta transversal, que está em todos os meios e lutas. E o direito à comunicação é o que vai garantir de fato a visibilidade para todas as ações. Eu me senti muito abraçado em defender esse direito à comunicação, aliado sempre à educação, porque a gente ainda tem uma dificuldade em falar sobre isso com todos os públicos, e principalmente para atingir adolescentes e jovens. Eu mesmo, fui ouvir sobre direito à comunicação e democratização dos veículos de comunicação quando já estava há mais de três anos na universidade. A educomunicação está ligada à pauta da comunicação, que vai garantir uma pluralidade de discursos, de ideias, de coisas que vão surgindo e vão sendo debatidas.

Finalizando a reflexão dos jovens sobre a educomunicação, Webert da Cruz Elias (2015) acredita que o campo precisa parar de ser subestimado, tanto pela área da educação como da comunicação.

Acho que é uma proposta que os movimentos sociais e educadores precisam entender, pois traz uma perspectiva de trabalho que consegue minimamente facilitar os processos de diálogo, de educação crítica para a mídia, de criação de espaços mais horizontais e participativos, nos quais a juventude consegue se expressar.

Capítulo 10: O que dizem os jovens sobre participação cidadã?

As reflexões dos adolescentes e jovens com relação à participação da juventude demonstram a preocupação comum sobre a necessidade de ocupar e construir espaços de participação para que a voz e a opinião tenham influência nas práticas sociais e nas decisões que interferem no futuro da sociedade.

De certa forma, os jovens entrevistados refutam os estereótipos e acreditam que os espaços de ação devem ser cada vez menos o reflexo do que os adultos querem que seja a participação dos jovens e cada vez mais o espelho do que os próprios jovens entendem ser sua participação.

Por fim, não se incomodam em fugir aos moldes para fazer valer sua opinião e seu direito em construir novos formatos de agir na sociedade. Mas nenhum descreveu a participação como um direito humano de todo cidadão.

Despertar pessoal e coletivo

No caso do adolescente e do jovem, Bruno de Oliveira Ferreira considera que participação cidadã está relacionada à autonomia no processo de diálogo e de interação e à tomada de consciência sobre a necessidade de acionar a própria cidadania.

Participar de uma maneira cidadã é descobrir essa predisposição, que na verdade todo mundo tem, só que os processos sociais hegemônicos não jogam luz nisso. Eu acho que, inicialmente, a participação tem a ver com um despertar de vocação: “eu vou fazer tal coisa porque eu gosto, eu vejo sentido nisso e é importante não só para mim como indivíduo, mas para uma coletividade. Então eu vou participar. Eu vou fazer acontecer. (BRUNO DE OLIVEIRA FERREIRA, 2015)

G.S.O. (2015) também considera que tem a ver também com um despertar como sujeito.

Você não tem que agir apenas da forma como falam para você agir. É importante se reconhecer na sua cultura, no seu espaço. Ter uma participação cidadã é agir da sua forma, com a sua cultura, nos seus espaços, colaborando e respeitando também o espaço do outro, entendendo que não é só o que você gosta, pensa, curte, ama, faz que é o melhor. Tudo tem seu lado bom e seu lado ruim. Ser cidadão é você usufruir das suas coisas e ajudar as outras culturas, espaços e pessoas a usufruírem também.

De acordo com Ohana Rabelo Tomás (2015), o princípio está relacionado com essa preocupação com o próximo. “Não é só você fazer a sua parte para ter uma vida estável. É trabalhar para que todo mundo tenha direitos e todas as devidas coisas”. É um pensamento paralelo ao de Luiz Felipe Silva (2015):

A participação é quando o jovem quer contribuir com algo na sociedade, construir as políticas públicas de seu Estado, do seu meio. Quando se juntam para organizar uma conferência livre de comunicação eles querem ser protagonistas da sua história, do seu país. Acho que é você querer fazer algo diferente, querer mudar a situação na qual você está”. (LUIZ FELIPE, 2015)

Naiane Queiroz pensa na participação como algo de suma importância para fortalecer os pontos de vista dos jovens com relação a diferentes assuntos. “Você precisa ter espaço para manifestar o seu olhar para determinado tema que está acontecendo na sociedade, na sua escola, na sua família, no seu bairro, enfim. E mais, acredito também que o processo de educomunicação é fundamental para a construção dessa identidade do jovem no mundo social”, completa.

O esteriótipo da juventude e da participação

Efetivar processos de ação cidadã é um grande desafio na percepção de Danielle Rueda, pois além da juventude carregar um estigma muito pesado “de não ter conhecimento ou preparação profissional, não ser engajada nem preocupada com a sociedade”, o próprio processo de mobilizar para a ação conjunta é bastante árduo.

Milena Klink concorda que a questão do estereótipo é muito prejudicial e molda um pensamento comum muito cruel: “adolescente não tem o que dizer, é bobão, é babaca, está numa fase cheia de contradições, é muito conflituoso, indeciso”. Independente da condição, o jovem tem que fazer parte da vida em sociedade, na sua opinião. É isso que o reconhece como sujeito de direitos.

Espaços moldados e esvaziados de participação dos jovens

Maurício Vieira de Paula (2015), como conselheiro de juventude de São Luiz, percebe que essa pauta de participação e controle social tem sido bem intensa no âmbito político:

A gente está em um sistema político e econômico que exige a participação, apesar dos mecanismos não favorecerem, pela burocracia e pelos métodos enfadonhos. Ter acesso aos espaços de participação é poder conhecer as estruturas, como se originam, como se organizam para chegar ao controle social. Se o jovem não fala, alguém vai falar por ele. E talvez seja um papel nosso, da Renajoc, poder pensar metodologias didáticas de como nós podemos desenvolver um processo de educomunicação nesse sentido do jovem participar e parar de ver apenas como uma coisa chata. E outra coisa, penso também que a participação cidadã também deve tratar do jovem poder participar da vida política, ocupando os partidos, não como estão agora, mas modificando essas estruturas.

Igor Augusto Pereira da Silva (2015) também concorda que há um esvaziamento dos espaços de participação tradicionais e institucionalizados, como conselhos, fóruns, no sentido de que são espaços que perderam a credibilidade, “muito se fala e pouco se avança”.

Rosileine Serafim Carneiro (2015) tem sua cidade como exemplo de estrutura muito fechada para o jovem. Ela acha que é necessário que a juventude conheça e vá buscar seus direitos, pois tem muitas coisas que os jovens consideram importantes, mas que são tratadas como fúteis pelo poder público. Mas Mayara Góes considera que, mesmo com essa consciência, não há muitos espaços que proporcionam a participação. “Para o futuro, a gente tem que perguntar para os próprios jovens o que querem, quais são os anseios, qual é o espaço que eles querem estar”, completa.

Nessa linha de pensamento, Marina Felizberto considera fundamental reinventar algumas formas de participação, como os grêmios e os conselhos estudantis, para aproximar o jovem da política e da cidadania. E sua opinião é complementada pela de Emilae:

Esses espaços que vão surgindo de participação são geralmente espaços de pessoas adultas, e que muitas vezes não compreendem os jovens quando eles tentam se agregar. E, para além desses espaços políticos, a gente pode e deve fazer essas transformações no nosso bairro, na nossa rua. Às vezes, a gente percebe jovens mais atuantes das redes, fóruns, grêmios estudantis, que não se atentam quando sua rua tem um buraco enorme e que para resolver é necessário mobilizar e movimentar a comunidade. A gente começa a fazer essa participação no miolo e depois você vai aflorando a flor. Se você faz ali, no seu entorno, no beco que você mora, ampliando para sua rua, que amplia para seu bairro, talvez ela comece e fazer mais sentido. (EMILAE ALANA SILVA SENA, 2015)

Milena Duarte da Rocha (2015) traz um exemplo concreto sobre o pensamento descrito por Emilae:

Participação política cidadã vai muito além das manifestações nas ruas. Acho que cada jovem tem a sua forma de participar. Uma educação emancipadora deixa você com voz e sem medo. No município, na época do Selo do Unicef, tinha o Nuca (Núcleo da Criança e do Adolescente), para debater coisas da cidade. A gente visitou o Conselho Tutelar para conhecer. Tinha o ventilador e a mesa e não tinha um lugar reservado para atender as pessoas, caso chegasse uma ocorrência de abuso, por exemplo. O caso foi parar na rádio e no mesmo instante ligaram da prefeitura dizendo que em 15 dias tudo estaria resolvido no conselho tutelar. E realmente, em dois meses, estavam os equipamentos montados. Isso é a participação ativa de um jovem na construção de uma cidade melhor.

Juventude e inovação participativa

Webert da Cruz Elias (2015) conta sua própria experiência de participação como adolescente. A educomunicação começou a mudar a lógica de entendimento e de apropriação do espaço de ação. “Existe um processo aí de acreditar na responsabilidade da criança e do adolescente, e de perguntar: você quer fazer? Então você proponha e faça”. Webert enxerga que tem várias outras falas sociais que não são ouvidas por uma série de questões: espaço quadrado, burocrático, difícil, incapaz de absorver ou envolver outras vozes dissonantes ou insatisfeitas com os processos de representação ou de participação política que não são efetivos. “Os conselhos, apenas, não dão conta de representar a diversidade que existe na sociedade”, analisa.

Tem um aspecto de muitas vezes a juventude não conseguir participar de movimentos juvenis por que precisa trabalhar, estudar. Uma das coisas mais ousadas que a gente teve no *É nós que fala* foi debater o trabalho e sustentabilidade. Na prática, precisamos entender como a gente cria processos de maneira cooperada, associativa, capaz de sustentar a nossa militância e o nosso trabalho. Eu trabalho 44 horas, estudo, e encontro respiro participando dessas redes. E sei que a gente está em busca de uma outra cultura, de outra formação de sujeitos e de cooperação. (WEBERT DA CRUZ ELIAS, 2015)

Conhecer para participar

Felipe Marques Borges (2015) acha que a educomunicação e o exercício do direito humano à comunicação são capazes de fortalecer a ação cidadã, pois ao empoderar outras visões, grupos, jovens, crianças e adolescentes a respeito de um assunto é possível qualificar a mobilização. Franciele Viana da Cruz (2015) diz que isso está relacionado a entender o contexto em que está e tentar agir a partir de suas

habilidades. “É procurar modificar a escola porque não está agradável para a maioria dos alunos, com a minha força e com outros jovens”, analisa.

Para Magliem Moura (2015), a juventude está mais informada e está tomando mais a iniciativa de participar, de inovar, de transformar, de trazer o novo e colocar suas ideias. “Não somos mais aquela juventude que baixava a cabeça e ficava caladinha. Agora a gente vive um novo mundo, um novo século no qual a gente luta pela paridade”, acredita.

Ana Paula Silva (2015) considera que há avanços, mas não é tão otimista. “Com relação à escola, por exemplo, por mais que a gente trabalhe a questão do direito à participação, os estudantes ainda se acham menores que os professores. Às vezes, um ou outro consegue conversar com a direção da escola, mas a maioria não tem espaço pra isso”, explica.

Pseudo-participação

Alessandro Muniz tem uma visão bastante crítica com relação aos processos participativos:

A gente vive num mundo moldado para não participar. Nossa experiência existencial é do não-diálogo, da não-autonomia. Então, a gente passa a vida toda sendo condicionado a obedecer, a aceitar, a reproduzir e a consumir. E existe o lado de que o sistema não quer que a gente participe, não quer que a gente faça e transforme o mundo. Mas nem sempre é possível evitar, então o que o sistema faz? Ele tenta recuperar isso dizendo: “tudo bem, pode participar”. Mas ele vai ditar as regras de como é essa participação e na verdade ele vai esvazia-la, criando uma pseudo-participação. Então o governo faz um conselho “X”, consultivo, só para criar um espaço para o FMI (Fundo Monetário Internacional) ver que existe participação social, quando na verdade tudo que a sociedade fala é engavetado. Para mim, isso não é participação social. Então primeiro é importante a gente não se enganar. Segundo, precisamos construir na resistência, na radicalidade do termo, a participação de fato, que significa construir a autonomia de cada sujeito e fortalecer as autonomias juntos para, a partir daí, dizer o que e como a gente quer, sem reproduzir o que alguém acha que devemos querer, o que é o certo, bonito, a legislação disso ou daquilo. Em muitos casos, é só para ficar mais bonito o projeto, o folder, a propaganda.

Uma sociedade a procura de autonomia vai favorecer processos autônomos, explica Alessandro. “Adultos autônomos precisam ser jovens, adolescentes e crianças autônomas”. A sociedade precisa garantir a liberdade “de criar e se criar, transformar e se transformar”.

A educação, comunicação e cultura, em interface, servem para isso, para que o ser humano crie, produza conhecimento, transforme e troque uns com os

outros, saberes, práticas, pontos de vista. E para isso precisam usar todas as linguagens disponíveis, tem que produzir vídeo, rádio, fotografia, música, funk, rap, dança, rebolado, sexo. Tudo é linguagem do conhecimento, tudo cria e transforma. E gera cultura diferenciada. A gente está falando de cultura de rede, de autonomia, de participação. (ALESSANDRO MUNIZ, 2015)

Participação e a voz do jovem

Raiane da Silva Soares (2015) trouxe um aspecto da participação relacionado à modificação da própria comunicação. “Eu considero importante a participação dos jovens, pois muitas vezes têm campanhas ou coisas de comunicação que falam sobre a juventude mas não sabem usar uma linguagem adequada. Eu acho importante a participação do jovem dentro do processo de comunicação, porque eles trazem sua própria linguagem e facilitam a comunicação com os outros jovens”.

O que Raiane coloca de forma simples é apenas o início de um aspecto da construção da cidadania comunicativa. A ação do jovem comunicador pode e deve influenciar também os modos de produção e emissão, além de favorecer sua participação em todos os processos da comunicação e no funcionamento dos meios de comunicação.

Participação e heterogeneidade

As questões das diferentes juventudes estiveram presentes em muitos relatos. Surgiram aspectos das periferias, dos negros, dos jovens da zona rural, da juventude trabalhadora. E o relato de Claudia Maria Pereira Ferraz (2015) deixou a questão da heterogeneidade bastante visível ao tratar sobre a participação de adolescentes e jovens indígenas:

é importante mostrar que mesmo distantes, enfrentamos dificuldades, mas estamos ativos, na luta, e a gente também quer mudança. Precisamos construir a identidade do jovem indígena, para ele não ter medo de dizer sua etnia. Temos dois espaços importantes no nosso município, que é o Conselho Municipal dos direitos da Criança e do Adolescente e o Conselho Municipal da Juventude, que são espaços nos quais os adolescentes têm voz e vez, que podem exigir, criar projetos, questionar o que estiver errado e não podemos ficar de fora, pois ali são tomadas as decisões importantes sobre projetos para os adolescentes e jovens indígenas do nosso município. A Renajoc faz parte do Conselho Municipal da Juventude. É o grupo de adolescentes e jovens quem está à frente e eu sou apenas um apoio. Tem espaços para estar conhecendo, mobilizando, exigindo e questionando.

Capítulo 11: O que dizem os adolescentes e jovens sobre a relação entre educomunicação e a participação cidadã

Nas reflexões sobre as relações entre a educomunicação e participação cidadã, os jovens destacaram, principalmente, a importância da ação coletiva e democrática e como isso de fato cria outras possibilidades de ação da juventude. Outro aspecto foi referente à própria produção de conteúdos como forma de mobilizar, mas também de garantir espaços de fala, de exposição de ideias, de reflexão sobre o mundo.

Para Juliana de Fátima Mildenberg de Lara, a relação entre a educomunicação e a participação cidadã passará a ser natural quando as pessoas entenderem que é impossível dissociar uma da outra. Mayara Góes tem a mesma percepção de que a educomunicação é um processo extremamente importante na garantia da participação, assim como Caroline Moskovi (2015), que avalia que a Renajoc propicia essa vivência: “isso é interessante pois os debates são regidos democraticamente e a diversidade que se tem aqui é muito rica”.

Bruno de Oliveira Ferreira analisa que a interface contribui para pensar o indivíduo num contexto coletivo, e que isso, por si só, gera um processo mais participativo. Luiz Felipe Silva complementa que, para além da ação colaborativa, a produção de conteúdo é mobilizadora e capaz de favorecer a interação com as pessoas e a participação na sociedade.

De acordo com Danielle Rueda, a Renajoc é uma rede bastante engajada e independente. Desde 2012 cresceu bastante, conseguiu construir outros pólos, trabalhar uma diversidade de pessoas. “Temos o desafio de integrar outros temas que também são importantes, como a vida do jovem no campo para enriquecer a participação do jovem”. Outros jovens também destacaram o papel da Renajoc como fomentadora da ação cidadã dos adolescentes. Segundo Maurício Vieira de Paula, é fundamental o papel de partilhar as experiências e produzir conteúdos com os jovens.

As histórias se completam, se unem, se entrelaçam, se concluem umas com as outras. Talvez um dos nossos desafios para o futuro seja tentar fortalecer essas identidades locais, articulando mais fortemente a Renajoc nos Estados, com mais intensidade, mobilizando outros jovens, pois nacionalmente a gente tem conseguido manter esse contato (por Whatsapp, nas redes sociais). (MAURÍCIO VIEIRA DE PAULA, 2015)

De acordo com Raiane da Silva Soares (2015), a comunicação facilita a identificação da diversidade que tem dentro da juventude e isso é fundamental para

reforçar a identidade jovem, como mostra o exemplo descrito por Franciele Viana da Cruz, trazido de sua prática em uma escola da comunidade onde vive. A estudante explicou que, por mais que considere a maior parte dos estudantes, da turma na qual desenvolveu a atividade, negros, os meninos e meninas não se reconhecem da mesma forma.

Falar sobre questão racial é muito difícil. Nós fizemos um cartaz com os meninos (de 12 a 16 anos) sobre as representações dos negros pelos jornais. Eu levei os jornais e a gente pegou todas as notícias dos negros, para saber quem são os negros que aparecem nos jornais, e depois a dos brancos, para saber quem são os brancos que aparecem no jornal. Tem um jornal sensacionalista que mostra o negro muito relacionado ao crime, que nunca está no poder e o debate foi evoluindo. Por meio da análise crítica do jornal, todos puderam perceber que existe algo histórico que separa brancos e negros no país. Depois a gente fez o cartaz e um debate para dialogar mais sobre as questões que surgiram. (FRANCIELE VIANA DA CRUZ, 2015)

Garantia de espaços de fala

Milena Klink traz uma reflexão importante sobre a garantia da participação nos processos de produção da comunicação para todas as idades.

Acho que tem uma coisa legal desse processo todo que é: pensar a educação para a vida e relações humanas a partir de uma produção coletiva. Isso pode ser a possibilidade de garantir espaços de exercício de comunicação, que é diferente de dar a fala, porque acho que todo mundo tem fala, né. Garantir esse processo de produção coletiva de comunicação com jovens e adolescentes é um jeito de se fortalecerem do jeito que são, de refletirem sobre si, sobre os outros e sobre o mundo. Não acho que é a salvação, acho que é um jeito muito interessante de juntar a participação com uma perspectiva forte de educação e fazer uso de algo que é direito nosso, a comunicação.

Jessica Cristina Delcarro relata que desde que a Renajoc começou a realizar as oficinas nas escolas foi possível ver o interesse por participar dos adolescentes. “Ninguém quer discutir os direitos humanos ou segurança pública. Mas a educomunicação consegue transformar os processos de debates de temas importantes socialmente. Ela abre esses espaços de diálogo e discussão, além de trazer à tona o que a gente acha que está certo e errado na sociedade”, explicou. Além disso, Claudia Maria Pereira Ferraz interpreta que essa relação é importante para que adolescentes assumam posições, falando com sua própria linguagem e dialogando com mais facilidade com os outros jovens sobre temas de interesse público.

Transformação dos espaços de participação

Alguns jovens destacaram a importância do campo educacional na renovação das práticas de participação cidadã. É a percepção, por exemplo, de Felipe Marques Borges, que considera essa uma questão fundamental.

A pauta da juventude sempre esteve muito aliada ao movimento estudantil, que é importante, mas não é mais suficiente para atender as demandas que se tem hoje. Muitas práticas são uma mera reprodução de várias coisas que já vem sendo feitas assim há séculos. Por exemplo, no movimento da economia solidária, ou no movimento pela democratização da comunicação, a pauta da juventude está sempre deixada de lado. A juventude, mesmo nesses espaços ditos progressistas, não tem voz. Acho que o principal de implantar políticas nas quais os jovens tenham voz é garantir uma pluralidade de ideias. Acho que a participação vem principalmente no sentido de garantir novos ares, novas lutas, novas ideias.

O relato de Weber da Cruz Elias mostra na prática essa dificuldade do jovem em conquistar outros espaços de ação cidadã. Para ele, começar a participar dos espaços de comunicação, em Brasília, foi muito complicado, pois possuem uma linguagem muito academicista, difícil, distante da fala popular.

Os movimentos de juventude eu acho que já possuem mais autonomia. É claro que tem os espaços de disputa, hierárquicos, processos que não dá autonomia para o sujeito. A Renajoc vem com a vontade de criar uma rede com processos de educação, mas temos ainda que criar processos de comunicação, comunicação entre pares, pensar os ecossistemas comunicativos com outros jovens. E estar juntos com adolescentes e jovens também traz outros desafios ao pensar o trabalho político, formação de base, processos educativos e de libertação e autonomia do sujeito.

Milena Duarte da Rocha, acredita que:

deveríamos levar o verbo informar mais a sério, pois significa mudar algo do lado de dentro. Mudar algo no lado de dentro das pessoas é deixa-las donas de si, deixa-las donas de seu discurso, mais afinadas e sabendo dos seus direitos e dos seus deveres e acho que a educação consegue, na escola, desde pequeno, que esse processo leve sim a um desenvolvimento maior dessa participação política de jovens.

Magliem Moura considera a relação fundamental para transformar também o espaço da comunicação. Nas palavras da jovem:

[...] quando se educa a juventude para fazer uma comunicação mais sadia e engloba a cidadania, muita coisa entra em jogo. Você descobre o quanto é mascarada essa mídia existente e que existem outras formas de fazer comunicação, outras alternativas. Não sabemos nada sobre essas concessões que foram feitas a milhões de anos e nem que a gente tem o direito de estar dentro dessa mídia que não nos dá espaço. Quando a

juventude toma parte dessa história, ela vai para luta pela democratização e luta por transformação.

Ecossistemas de participação

Alessandro Muniz considera a Renajoc como um rico ecossistema das relações humanas, com inúmeras possibilidades de reinvenção da participação:

A gente está discutindo o capitalismo, economia solidária, machismo, crise ambiental, e sem simplesmente achar que são os governos que vão resolver os problemas do planeta. Tem gente aqui que é do campo, com práticas sustentáveis. Temos a raiz. Não adianta achar que na cúpula vai resolver. Aqui a gente tem o chão, os explorados, indígenas, agricultores e enfim, seja quem for, vamos construindo isso juntos. Então a relação é essa, quanto mais a gente se comunica, aprende junto, ensina, muda essa cultura de ser, mais o capitalismo vai ter problemas. Mais vamos conseguir criar espaços para viver de forma diferente, produzir, sobreviver materialmente, se relacionar, questionar e transformar. (ALESSANDRO MUNIZ, 2015)

Emilae Alana Silva Sena segue a mesma linha de pensamento e afirma que não se deve criar uma forma de participar, como se fosse uma cartilha. Várias mudanças talvez sejam necessárias no sentido de transformar e valorizar a ação do jovem socialmente:

A relação entre educomunicação e participação cidadã está alinhada com as transformações que a gente precisa fomentar no nosso dia a dia. Se o sujeito tem uma educação de qualidade e se expressa socialmente, consegue aos poucos ir quebrando paradigmas.

Estamos em mudança, em diferentes contextos, diferentes realidades [...] temos que pensar como a gente efetiva a participação nesses diferentes lugares. Não apenas dizer que existe uma forma que a gente tem que desenvolver sempre, porque o que a gente vive em Salvador é muito diferente do que as meninas vão viver lá em Curitiba, por exemplo.

A gente tem que estar em processo de construção e discutindo, criando perspectiva, observando outros modelos de desenvolvimento para ver se a gente consegue ir criando outros meios de participação. (EMILAE ALANA SILVA SENA, 2015)

CONCLUSÃO

Alguns objetivos orientaram a realização da pesquisa *A educomunicação e a participação cidadã de adolescentes e jovens no Brasil*:

- Identificar a relação existente entre participação cidadã de adolescentes e jovens e a interface comunicação e educação;
- Problematicar como articuladores de políticas estão construindo estratégias relacionadas ao paradigma da educomunicação para fortalecer a participação cidadã de adolescentes e jovens;
- Contextualizar a relação da educomunicação em espaços e redes de atuação política de adolescentes e jovens que atuam pela defesa do direito humano à comunicação.

Desde a construção teórica com base nos autores da interface, passando pelas práticas de participação e comunicação, até chegar aos relatos dos adolescentes e jovens comunicadores, foi possível identificar que há uma proximidade, um diálogo promissor entre o campo educacional e a participação cidadã de adolescentes e jovens.

Partindo do histórico da educomunicação, um aspecto inicial e relevante surge da própria relação que estabelece com a educação popular e sua busca pela libertação da palavra, ultrapassando o que Paulo Freire nomeou como *cultura do silêncio*. A apropriação da fala, como expressão autônoma do sujeito político na sociedade é um princípio básico para a efetivação dos direitos humanos à comunicação e à participação. Mas não é o único.

A pesquisa levantou quatro diferentes hipóteses iniciais, as quais parecem ter sido validadas a partir dos argumentos, relatos e das experiências descritas:

Hipótese I: Ações de incentivo à participação dos adolescentes e jovens, empreendidas por organismos da sociedade, a partir da aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente, em 1990, estão voltando seus olhares para a interface Comunicação e Educação na busca de espaços, modelos e propostas de ação colaborativas e democráticas que contem com a voz e a iniciativa dos próprios jovens.

Por mais que o ECA represente um poderoso instrumento de defesa dos direitos da criança e do adolescente, não garante por si só efetivação dos direitos na prática. A noção da comunicação e da participação como direitos humanos é frágil e ainda muito teórica, especialmente em áreas nas quais seria natural sua consolidação, como da educação, das políticas públicas dos direitos infanto-juvenis.

O campo educ comunicativo se propõe a pensar a participação e a comunicação menos como instrumentos e técnicas para o exercício cidadão, e mais como direitos humanos fundamentais para o sujeito social.

De forma geral, os modelos de participação e comunicação dos governos são burocráticos e gutemberguianos, não dialogam com a dinâmica oferecida pelas novas tecnologias, ou com formatos mais próximos da juventude. As conferências foram importantes historicamente, por mais que não seja possível identificar como efetivaram, nas políticas públicas, as falas sociais. Contudo, não são mais suficientes para dar conta das necessidades de participação cidadã, de acordo com a fala de alguns adolescentes e jovens entrevistados.

Ainda assim, a pesquisa identificou que nesses espaços as coberturas educ comunicativas puderam se concretizar como propostas efetivas de participação cidadã e comunicativa para adolescentes e jovens. Pela primeira vez, em 2012, foi uma opção da política de comunicação da *9ª Conferência dos Direitos da Criança e do Adolescente* e teve uma avaliação positiva tanto dos organizadores, dos conselheiros, dos participantes adultos, assim como das crianças e adolescentes envolvidos no processo, sejam como integrantes da cobertura, ou como delegados. O relato de Weibert da Cruz Elias, adolescente que deixou de ser delegado para participar da cobertura educ comunicativa e hoje integra a Renajoc, mostrou que, na avaliação do jovem, a cobertura representou a possibilidade de conhecer mais sobre os temas debatidos.

As experiências das coberturas educ comunicativas durante as Conferências da Juventude também geraram resultados importantes no debate sobre a comunicação como direito, na produção de materiais comunicativos feitos por jovens (divulgando a conferência e seus resultados) e na própria criação da Renajoc e posterior incidência na formulação de propostas comunicativas, que vieram a fazer parte inclusive do Estatuto da Juventude.

Apesar de alguns avanços, os formatos de participação dos movimentos sociais mais tradicionais, inclusive da juventude, merecem um olhar atencioso e crítico, pois

de acordo com as entrevistas, necessitam de renovação, oxigenação, de práticas também mais conectadas e condizentes com o novo sentido de ser e estar da juventude e das possibilidades digitais. Necessitam fortalecer uma dimensão menos instrumentalizada comunicação e participação. Esses movimentos também já não abarcam as necessidades de ação cidadã dos jovens e, com isso, como foi possível perceber, estão surgindo novos movimentos motivados por uma cidadania digital (hackers da política), assim como outros motivados pela exclusão ao mundo digital, mas que estão reinventando formatos de ocupação e comunicação na esfera pública (como o grafite, as intervenções urbanas, as hortas comunitárias urbanas, os saraus da juventude, entre outros). Os coletivos e outros formatos não institucionalizados ganham força e inovam em práticas de cidadania.

De certa forma, ainda com relação à *hipótese I*, é possível perceber um desconforto cada vez maior da juventude com a formatação dos seus espaços de participação pelos adultos (aspecto que apareceu durante as entrevistas).

E, por fim, há nitidamente um estereótipo de participação dos jovens, que se torna visível com a dificuldade que a juventude tem de ser inserida em outros debates sociais de interesse público, por outros segmentos ou pelos próprios movimentos sociais. Assim, se ainda é um desafio garantir a participação cidadã nas áreas de defesa dos seus próprios direitos (onde poderia parecer uma construção mais natural), provocar um olhar pró-ativo à ação cidadã do jovem em outros movimentos ou em temáticas consideradas “adultas” constitui-se uma barreira cultural a ser vencida, como na própria área da comunicação (na qual é perceptível avanços significativos, como no caso relatado da I Conferência de Comunicação), na qual os estereótipos de qualidade e de produção não reservam espaços para outras possibilidades de criação e criatividade, principalmente infanto-juvenis.

Hipótese II: A educomunicação favorece a criação de ambientes participativos e de ação cidadã de adolescentes e jovens de forma colaborativa, horizontal e democrática.

Este é um aspecto bastante destacado e muito valorizado pelos adolescentes e jovens entrevistados. A horizontalidade, a democracia, a colaboração e a autonomia talvez sejam palavras diferenciais em todo esse contexto. Vale ressaltar que esses são princípios identificados durante o levantamento realizado por Ismar de Oliveira Soares, na América Latina: a prática educ comunicativa assume como característica ser *inclusiva* (nenhum membro da comunidade será excluído); *democrática* (reconhecendo a igualdade radical entre as pessoas); *mediática* (valorizando as mediações possibilitadas pelos recursos da informação) e *criativas* (sintonizadas com toda forma de manifestação da cultura local).

A produção de conteúdos também é entendida como fortalecedora de espaços de fala e de escuta (o que mostra que os meninos e meninas não estão apenas interessados em falar, mas em ser ouvidos e fazerem a diferença com as suas opiniões). Esse aspecto ficou perceptível na experiência da Revista Viração, que se fortaleceu e se diferenciou por representar um importante espaço de fala da juventude. As coberturas educ comunicativas também representam espaços importantes de fala dos adolescentes e jovens, com a produção de produtos diversos, com diferentes propostas e formatos comunicativos.

Contudo, alguns relatos demonstraram uma preocupação sobre idealizar a educomunicação como um novo molde para a ação cidadã. Os jovens ressaltaram a necessidade de um olhar mais livre, amplo, capaz de identificar várias possibilidades da participação, no qual a educomunicação caracteriza-se como um importante campo de ação, mas não o único.

Com relação ao aspecto midiático, é interessante perceber que a Renajoc, de acordo com alguns relatos, parece ter uma ação mais efetiva nacionalmente (uma macroparticipação gerenciada a partir das telas) do que localmente (na microparticipação), nas cidades e nos Estados. Esse aspecto parece estar relacionado ao sentido de “ação em rede” construído ou proposto pela própria Renajoc. Mas é importante lembrar que as coberturas educ comunicativas valorizam vários tipos de produção analógicas e também digitais, o que permite vivenciar a produção de múltiplos formatos de comunicação.

Hipótese III: Os ecossistemas educacionais nos quais se inserem crianças e jovens estão sendo profundamente transformados pelos constantes avanços e possibilidades de produção e disseminação de informação, o que tem favorecido formatos mais democráticos, colaborativos, diversificados de participação cidadã de adolescentes e jovens;

A pesquisa teórica e também os relatos das experiências demonstram que as novas tecnologias e o mundo digital têm modificado profundamente o modo de ser e estar diante das telas e que a interatividade tem transformado o papel das audiências para usuários (de receptor para emissor e disseminador de informação).

Algumas pesquisas citadas no levantamento do perfil da juventude trazem dados sobre sua relação com as tecnologias e o mundo digital, identificando o aumento do uso dos celulares e a presença dos jovens no mundo virtual de diferentes maneiras (para diversão, relacionamento e também para um ativismo virtual e ou exercício da cidadania).

Com relação às práticas, tanto a Viração como a Renajoc utilizam amplamente as tecnologias para a organização e gestão das atividades, como grupo de e-mails, redes sociais, aplicativos, blog. Pelas redes digitais, organizam reuniões, sistematizam e compartilham informações. A criação da biblioteca virtual é uma iniciativa nesse sentido. Também usam os espaços virtuais para divulgação das ações, mas não possuem estratégias de incidência e mobilização no mundo digital capazes de caracterizar um ativismo digital com o público externo.

Um aspecto interessante é a proximidade da Renajoc do movimento e do debate sobre Mídia Livre, como foi possível perceber na *Conferência Livre de Comunicação É nós que fala!* e nas propostas desenvolvidas durante esse evento. Isso representa um olhar crítico também para os formatos hegemônicos do mundo virtual. Contudo, os autores e pesquisadores que falam da educação relacionada à infância, a adolescência e juventude, em suas análises procuram enfatizar um olhar positivo, mais promissor do que pessimista com relação às possibilidades do mundo virtual. Mas não deixam de reforçar que a educação deverá estar vigilante para auxiliar no processo de formação das audiências, principalmente a partir de uma perspectiva de formação para a cidadania comunicativa mediada pelas tecnologias.

As coberturas educacionais (como foi citada anteriormente) talvez sejam uma das mais inovadoras propostas de participação cidadã desenvolvida pela Viração, devido a muitos aspectos já destacados como: a redução do estereótipo dos nichos de participação e dos temas de interesse da juventude, o formato de produção textual, o desenvolvimento de uma ampla diversidade de materiais de comunicação (digitais, analógicos ou gutenberguianos), o desenvolvimento de um processo formativo e colaborativo construído com o adolescente.

Com relação aos produtos da cobertura, a Viração tem a preocupação de produzir para o mundo digital, mas também para o ‘analógico’. Algumas de suas práticas poderiam ser consideradas “guttenberguianas” (como utilizou Orozco), mas isso é intencional dentro do processo. Primeiro, para garantir que os adolescentes e jovens tenham possibilidades de escolha na produção. Outro aspecto é valorizar também os produtos mais artesanais e que passaram a ter muito significado na ocupação dos espaços públicos, como o stencil, o jornal mural, ou o lambe-lambe.

Hipótese IV: Redes de ação cidadã e política de adolescentes e jovens estão adotando a interface Comunicação e Educação e atuando na criação de políticas públicas pelo direito humano à comunicação para ampliar espaços de participação de adolescentes e jovens no Brasil.

A Renajoc, como o exemplo estudado, revelou um aspecto muito importante: ela é uma rede pautada nos princípios da educação, que valoriza a colaboração, a solidariedade, processos democráticos, o saber coletivo, os espaços de fala dos outros, mas está em interação com outros formatos de ação e redes sociais. É como revela o depoimento de Weber Cruz (2015):

A Renajoc vem com a vontade de criar uma rede com processos de educação, mas temos ainda que criar processos de comunicação, comunicação entre pares, pensar os ecossistemas comunicativos com outros jovens. E estar juntos com adolescentes e jovens também traz outros desafios ao pensar o trabalho político, formação de base, processos educativos e de libertação e autonomia do sujeito.

A estratégia da Renajoc e da Viração tem conseguido incidir politicamente nos espaços de juventude, assim como nos espaços de comunicação. Talvez o maior exemplificador seja o capítulo dedicado ao direito humano à comunicação no Estatuto

da Juventude, no qual a Viração, a Renajoc e outras organizações sociais do campo da educação-comunicação tiveram um papel relevante (de advocacy e comunicação pública). Contudo, como integrante do *Conselho da Juventude*, pouco foi possível ser feito pelos adolescentes e jovens para interferir nas estruturas dos modelos de comunicação institucionalizados (como do próprio Conjuve ou da Secretaria da Juventude, que precisam seguir parâmetros maiores de comunicação governamental, partidária, suas burocracias e resistências diante da participação). Dessa forma, não se cria possibilidades de que o jovem-usuário-audiência-cidadão interfira na estrutura institucionalizada de comunicação governamental. A saída, como relatado, foi a criação de um espaço alternativo de participação (o Participatório da Juventude).

Como ação em rede, a Renajoc está concentrada na criação de uma inteligência coletiva, proporcionada por um pensamento em rede capaz de acessar as múltiplas capacidades de seus integrantes, voluntariamente, de forma autogestora, respeitando a heterogeneidade das experiências participativas na comunicação. Utiliza-se, assim, de procedimentos de informação, de consulta, de deliberação, de consenso e também de corresponsabilidade.

Mas, além da inteligência coletiva, a Renajoc e a Viração incorporam vários aspectos da cultura participativa descritos por Henry Jenkins, como, nos *níveis supostamente superiores de participação*:

- a interatividade tecnológica (provocada pela interatividade, *emerec*, produtor e receptor, audiência para usuário);
- a participação mediante a relação (por meio das redes que processam, armazenam e transmitem informações sem restrições quanto ao espaço, tempo e volume, nos níveis de relacionamento pessoal, interpessoal ou ainda cultural ou social);
- a participação na construção da inteligência coletiva (integração de conhecimentos individuais para construir um conhecimento coletivo e compartilhado superior, o que, para Pierre Lévy, é uma nova forma de poder);
- a participação para a transformação do ambiente (a possibilidade de criar comunidades virtuais e de potencializar o trabalho em equipe, colocada a serviço de uma causa potente de ordem social, política ou cultural).

Talvez a Renajoc e a Viração, assim como o campo educacional (como aponta Ferres i Prats, 2014), ainda precise avançar nos níveis aparentemente

primários de participação: da mediação diante do jogo de inferências (todo processo perceptivo é construção); da participação emocional (envolvimento emocional do espectador); da participação inconsciente (na interação com as telas há uma intensa atividade psíquica, inconsciente).

Contudo, é fato que as duas experiências representam um campo vasto de construção e prática de uma cidadania comunicativa de adolescentes e jovens no Brasil.

Reflexões finais

Alguns aspectos do processo são importantes serem destacados, pois para construir uma participação cidadã, democrática, colaborativa e participativa será importante, ao mediador, ao gestor, ao educador, ser sensível às possibilidades da participação cidadã no processo de aprendizagem e desenvolvimento.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos estabelece o direito humano à participação, nas também da liberdade de escolha para a não-participação. Nesse sentido, o gestor educacional estará preocupado em perguntar se o adolescente quer, como quer e quando quer participar, ao invés de concentrar seu discurso na afirmação de que é importante que o jovem participe e de quais maneiras ele deve participar.

Essa indagação precisa acontecer nos diferentes âmbitos da vida social do adolescente e do jovem entendido como sujeito de direitos (governamental, escolar, familiar, comunitário, social). Os formatos políticos e de ativismo cidadão estão sendo questionados pela juventude e a criação de novos espaços de incidência precisa ser fruto de uma construção participativa (com o jovem e a partir do jovem).

Os adolescentes e jovens querem ser escutados de fato e que suas opiniões sejam validadas, consideradas, argumentadas e contra-argumentadas pelos outros atores sociais. Esse é processo de comunicação e diálogo proposto pela educação popular e educomunicação.

Nesse sentido, e diante das transformações tecnológicas e dos papéis das audiências, cada vez mais o produto da educomunicação também deve ser um lugar significativo de fala (não apenas o processo ou a metodologia). A ideia “do não importa o que está sendo dito ou o que foi feito” invalida o material final como produto político.

Essa prática fortalece o processo formativo, mas também fortalece a cultura de não-escuta e não-validação da fala da criança, do adolescente e do jovem por parte do adulto.

O gestor educ comunicativo estará preocupado em ouvir e debater o que foi dito e o que foi produzido, garantido a fala, mas também garantindo a escuta da fala. Assim, talvez seja possível construir colaborativamente espaços participativos de fato, reduzindo os formatos da pseudo-participação identificados nas falas dos jovens entrevistados.

A construção da participação deve envolver diferentes perguntas para diferentes públicos:

- Como a escola quer que o estudante participe? Como o estudante quer participar?
- Como o sistema político de ensino quer que o adolescente e o jovem participem? Como o adolescente e jovem quer participar do sistema político?
- Como os pais querem que os filhos participem? Como os filhos querem participar?
- Os filhos, os estudantes, as audiências querem participar? Em quais momentos?
- Como a sociedade quer participar e como o poder instituído quer que a sociedade participe?

Os espaços dialógicos precisam ser construídos participativamente, sem minimizar o fato de que a participação é também um processo de conquista, de luta de forças e de vozes. Muitas vezes, isso vai acontecendo em etapas e sendo aperfeiçoado progressivamente.

E, por fim, diante desses processos, é importante cada vez mais validar a ideia de que, seja a partir do direito humano à participação ou da comunicação, “não ter uma voz social e cidadã é um formato de censura”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMO, Helena Wendel e BRANCO, Pedro Paulo Marconi (org.). **Retratos da Juventude Brasileira. Análises de uma Pesquisa Nacional**. São Paulo: Instituto Cidadania/Editora Fundação Perseu Abramo, 2005.

ABRAMAVOY, Miriam; CASTRO, Mary Garcia (org.). **Juventude, Juventudes: o que une e o que separa**. Brasília: UNESCO, 2006.

_____; ANDRADE, Eliane Ribeiro; ESTEVES, Luiz Carlos Gil. **Juventudes: Outros Olhares sobre a Diversidade**. Brasília: UNESCO, Secretaria Nacional de Juventude e MEC, 2009.

ANDI. **Infância e Comunicação: referências para o marco legal e as políticas públicas**. Brasília, 2011.

APARICI, Roberto. **Educomunicação: para além do 2.0**. São Paulo: Paulinas, 2014.

APPADURAI, Arjun (1994). Disjunção e diferença na economia cultural global. In: FEATHERSTONE, Mike (org.). **Cultura Global**. Petrópolis: Vozes. p. 311 a 327.

ARROYO, Miguel. **Currículo, território em disputa**. Petrópolis, Vozes, 2011.

BACCEGA, Maria A. Comunicação/educação e a construção de uma nova variável histórica. In: CITELLI, Adilson O.; COSTA, Maria C. C. (orgs.). **Educomunicação, construindo uma nova área do conhecimento**. São Paulo: Paulinas, p. 31 a 42, 2011.

BARBIER, René. **A pesquisa-ação**. Brasília, Liber Livro Editora, 2002.

BAUMAN, Zygmunt. **Comunidade: A busca por Segurança no Mundo Atual**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

_____. **Tempos Líquidos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2007.

BORDENAVE, Juan D. A contribuição dos meios públicos e alternativos para a democracia participativa. **Comunicação & Educação**: Revista do Curso de Gestão da Comunicação. Ano 16, n.2, jul/dez. São Paulo: CCA/ECA/USP: Paulinas, 2011 - p. 73-79.

_____. Comunicação e o novo mundo possível: Realizações e tendências. **Revista Latinoamericana de Ciencias de La comunicación**. Ano 9, n. 2, jul/dez, 2012 - p. 16-24.

_____. **O que é participação**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

BOSI, Ecléa. **Pesquisa em memória social**. In: O tempo vivo da Memória. 2ª Ed. São Paulo, Ateliê Editorial, p. 49-67, 2004.

BUNCKINGHAN, David. Os direitos de mídia das crianças. In: **Crescer na era das mídias eletrônicas**. SP: Loyola, 2004.

CARPENTIER, Nico. **Entre formas minimalistas e maximalistas de participação midiática**. In: Intercom – Revista Brasileira de Ciências da Comunicação, SP, V. 34, N. 1, jan/jun, p. 269-284, 2011.

CASTELLS, Manuel. Internet e sociedade em rede. In: MORAES, Dênis (org). **Por uma outra comunicação**. Rio: Record, p. 255-287, 2003.

CASTILLO, Daniel P. Construir nossa palavra de educadores. In: APARICI, Roberto. **Educomunicação: para além do 2.0**. São Paulo: Paulinas, p. 45-58, 2014.

CASTRO, Jorge A.; AQUINO, Luseni M. C. de; ANDRADE, Carla C. de (Org.). **Juventude e Políticas Sociais no Brasil**. Brasília: IPEA, 2009.

CASTRO, Mary G.; ABRAMOVAY, Miriam. **Quebrando mitos: juventude, participação e políticas**. Brasília: RITLA, 2009.

CITELLI, Adilson O.; FALCÃO, Sandra P. Comunicação e Educação: contributo para pensar a questão ambiental. **Comunicação & Educação: Revista do Curso de Gestão da Comunicação**. Ano 20, n.2, jul/dez. São Paulo: CCA/ECA/USP: Paulinas, p. 15-26, 2015.

CITELLI, Adilson O.; COSTA, Maria C. C. (orgs.). **Educomunicação, construindo uma nova área do conhecimento**. São Paulo: Paulinas, 2011.

_____. **Imagens do professor na mídia**. São Paulo: Paulinas, 2012.

CHITA, Thaís (consultora). **Relatório final do processo da comunicação da 9ª Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente**. Brasília: Conanda, 2012.

CHOMSKY, N. **Novas e velhas ordens mundiais**. São Paulo: Scritta, 1996.

COSTA, Cristina (org). **Comunicação, mídias e liberdade de expressão**. São Paulo: INTERCOM, 2013.

DEMO, Pedro. **Complexidade e aprendizagem: A dinâmica não linear do conhecimento**. São Paulo: Atlas, 2002.

_____. **Participação é conquista: noções de política social participativa**. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 1999.

DIONNE, Hugues. **A pesquisa-ação para o desenvolvimento local**. Brasília: Liber Livro Editora, 2007.

DRUETTA, Delia C. A trama reticular da educação. Uma perspectiva desde a educomunicação. In: APARICI, Roberto. **Educomunicação: para além do 2.0**. São Paulo: Paulinas, p. 263-277, 2014.

FERRÉS, Joan. Comunicação e cultura participativa. In: APARICI, Roberto. **Educomunicação: para além do 2.0**. São Paulo: Paulinas, p. 263-277, 2014.

FÍGARO, Roseli. Estudos de recepção para a crítica da comunicação. In: CITELLI, Adilson O.; COSTA, Maria C. C. (orgs.). **Educomunicação, construindo uma nova área do conhecimento**. São Paulo: Paulinas, p. 78-91, 2011.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** 10ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

_____. **Pedagogia da autonomia**. 25ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

_____. **Pedagogia do oprimido**. 32ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

GIL, Patrícia; MATOS, Heloiza. Quem é o cidadão na comunicação pública? Uma retrospectiva sobre a forma de interpelação da sociedade pelo Estado em campanhas de saúde. In: MATOS, Heloiza (Org.). **Comunicação Pública: interlocuções, interlocutores e perspectivas**. São Paulo: ECA/USP, p. 89-105, 2013.

HUERGO, Jorge A. Um guia de comunicação/educação, pelas transversais da cultura e da política. In: APARICI, Roberto. **Educomunicação: para além do 2.0**. São Paulo: Paulinas, p. 81-120, 2014.

JENKINS, Henry. Lendo criticamente e lendo criativamente. **MATRIZES**: Revista do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Universidade de São Paulo. Ano 6, nº 2 (jul/dez. 2012) – São Paulo: ECA/USP/: 2012 - p. 11-24.

KAPLUN, Mário. Uma pedagogia da Comunicação. In: APARICI, Roberto. **Educomunicação: para além do 2.0**. São Paulo: Paulinas, p. 59-80, 2014.

_____. Processos educativos e canais de comunicação. **Comunicação & Educação**. São Paulo: Moderna, n. 14, (jan/abr.), p. 68-75, 1999.

KOÇOUSKI, Marina. Comunicação pública: construindo um conceito. In: MATOS, Heloiza (Org.). **Comunicação Pública: interlocuções, interlocutores e perspectivas**. São Paulo: ECA/USP, p. 41-57, 2013.

KUNSCH, Margarida M. K. Comunicação pública: direitos de cidadania, fundamentos e práticas. In: MATOS, Heloiza (Org.). **Comunicação Pública: interlocuções, interlocutores e perspectivas**. São Paulo: ECA/USP, p. 03-13, 2013.

LEIGH, David; HARDING, Luke. **O segredo Wikileaks: o que é e como foi possível**. Lisboa: Gradiva, 2011.

LIMA, Rafaela P. (org). **Mídias comunitárias, juventude e cidadania**. Belo Horizonte: Autêntica/Associação Imagem Comunitária, 2006.

LIMA, V. A. de. **Comunicação e cultura: as ideias de Paulo Freire**. Brasília: Editora Universidade de Brasília/Fundação Perseu Abramo, 2011.

LOPES, Maria Immacolata V. **Pesquisa em comunicação**. São Paulo: Loyola, 11ª ed., 2010.

_____. Estratégias Metodológicas da pesquisa de recepção. **INTERCOM – Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, Vol. XVI, 2, São Paulo, 1993 - p. 78 a 86.

MARANHÃO, Ana C. K. Perspectivas de desenvolvimento e participação cidadã na era digital. **MATRIZES: Revista do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Universidade de São Paulo**. Ano 7, nº 1 (jan./jun. 2013) - São Paulo: ECA/USP/: 2013 - p. 291-295.

MARTIN-BARBERO, Jésus. **A comunicação na educação**. São Paulo: Contexto, 2014.

_____. Cidade Virtual: Novos cenários da comunicação. **Comunicação & Educação: Revista do Curso de Gestão da Comunicação**. Ano 11, n. 1, jan/abr. São Paulo: Moderna, 1998 - p. 53-67.

_____. Globalização comunicacional e transformação cultural. In: Denis de Moraes (org.). **Por uma outra comunicação: mídia, mundialização cultural e poder**. Rio de Janeiro: Record, 2003.

_____. Pistas para entre-ver meios e mediações. **Dos meios às mediações**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2003.

MATO, Daniel. Heterogeneidade social e institucional, interculturalidade e comunicação intercultural. **MATRIZES: Revista do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Universidade de São Paulo**. Ano 6, nº 2 (jul/dez. 2012) - São Paulo: ECA/USP/: 2012 - p. 53-61.

MATOS, Heloiza (Org.). **Comunicação Pública: interlocuções, interlocutores e perspectivas**. São Paulo: ECA/USP, 2013.

MISCHE, Ann. De estudantes a cidadãos - Redes de jovens e participação política. Juventude e contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação**. Nº. 56. São Paulo: Anped, 1997 – p. 134-150.

MORIN, Edgard. O paradigma complexo. In: **Introdução ao pensamento complexo**. Porto Alegre: Sulina, 2006, p. 57 a 77.

_____. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. São Paulo: Cortez, 2000.

NOVAES, Regina C. R. **Os jovens de hoje: contextos, diferenças e trajetórias**. In: ALMEIDA, Maria Izabel Mendes de; EUGÊNIO, Fernanda. Culturas Jovens: novos mapas do afeto. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006, p. 105-120.

OROZCO-GÓMEZ, Guillermo. **Educomunicação: recepção midiática, aprendizagens e cidadania**. São Paulo: Paulinas, 2014.

_____. Entre telas: novos papéis comunicativos e educativos dos cidadãos. In: APARICI, Roberto. **Educomunicação: para além do 2.0**. São Paulo: Paulinas, p. 264-278, 2014.

PAIXÃO, Marcelo. **A dialética do bom aluno: relações raciais e o sistema educacional brasileiro**. Rio de Janeiro: FGV, 2008.

PAPA, Fernanda de C.; FREITAS, Maria V. de. **Juventude em pauta: políticas públicas no Brasil**. Peirópolis, 2011.

PATEMAN, Carole. **Participação e teoria democrática**. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1992.

PAVANI, Cecília; PARENTE, Cristiane; ORMANEZE, Fabiano (Orgs). **Educomunicação, redes sociais e interatividade**. Campina, SP. Edições Leitura Crítica, 2013.

PERUZZO, Cicília M. K. **Comunicação nos movimentos populares: a participação na construção da cidadania**. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

_____. Direito à Comunicação Comunitária, Participação Popular e Cidadania. In: OLIVEIRA; Maria José C. **Comunicação Pública**. São Paulo: Alinca. 2004, p. 50-79.

_____. Comunicação em tempos de redes. In: PERUZZO, Cicília M. K., COGO, Denise, KAPLÚN, Gabriel. (orgs.). **Comunicação e movimentos populares: quais redes?** São Leopoldo: UNISINOS, 2002.

_____. **Comunicação nos movimentos populares: a participação na construção da cidadania**, 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 2004.

RUBIM, Antonio A. C. Cidadania, Comunicação e Cultura. In: PERUZZO, Cicília Maria Krohling; ALMEIDA, Fernando Ferreira (org). **Comunicação para a cidadania**. São Paulo: Intercom; Salvador: UNEB, 2003.

SANTOS, Boaventura S. Pela mão de Alice. **O social e o político na pós-modernidade**. Lisboa: Afrontamento, 1995, p. 19 a 24.

SANTOS, Boaventura S. **Introdução a uma ciência pós-moderna**. Rio de Janeiro: Graal, p. 121 a 161, 1989.

SANTOS, Boaventura S. **Pela mão de Alice**. São Paulo: Cortez, 1996.

SARTORI, Ademilde S. **Educomunicação e a criação de ecossistemas comunicativos**. Florianópolis: Dioesc, 2014.

SILVA, Jailson de Souza. Decifra-me ou nos devoramos. Considerações sobre a juventude urbana brasileira. In: SILVA, J.; BARBOSA, J.L.; FAUSTINI, M.V. (Org.). **O Novo Carioca**. Rio de Janeiro: Mórula Editorial, 2012.

SOARES, Ismar de O. Caminhos da educomunicação: utopias, confrontações, reconhecimentos. In: APARICI, Roberto. **Educomunicação: para além do 2.0**. São Paulo: Paulinas, p. 145-166, 2014.

_____, Ismar de O. Educomunicação na América Latina: apontamentos para uma história em construção. In: APARICI, Roberto. **Educomunicação: para além do 2.0**. São Paulo: Paulinas, p. 07-27, 2014.

_____, Ismar de O. **Educomunicação: o conceito, o profissional, a aplicação**. São Paulo, Editora Paulinas, 2011. p. 17.

_____, Ismar de O. Gestão comunicativa e educação: caminhos da educomunicação. In: **Comunicação & Educação**. São Paulo: Segmento, ano VIII, nº 23 p.16-25, jan/abr 2002.

SODRÉ, Muniz. Sobre a episteme comunicacional. **MATRIZES**: Revista do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Universidade de São Paulo. Ano 1, nº 1 (jul/dez. 2007) - São Paulo: ECA/USP, p. 15-26, 2007.

VALDERRAMA, Carlos E. Cidadania e formação cidadã na sociedade da informação. In: APARICI, Roberto. **Educomunicação: para além do 2.0**. São Paulo: Paulinas, p. 293-316, 2014.

VELASCO, Maria T, Q. Educar em outros tempos. O valor da comunicação. In: APARICI, Roberto. **Educomunicação: para além do 2.0**. São Paulo: Paulinas, p. 203-220, 2014.

UNFPA. **Direitos da população jovem: um marco para o desenvolvimento**. 2ª ed., Brasília, 2010.

UNICEF. **O direito de ser adolescente: Oportunidade para reduzir vulnerabilidades e superar desigualdades**. Brasília, 2011.

_____. **Situação Mundial da Infância: Edição especial**. Celebrando 20 Anos da Convenção sobre os Direitos da Criança. Nova York, 2009.

WILSON, Carolyn. **Alfabetização midiática e informacional: currículo para formação de professores**. Brasília: UNESCO: UFTM, 2013.

WOLTON, Dominique. **Informar não é comunicar**. Porto Alegre: Sulina, 2010.

ENTREVISTAS

CARNEIRO, Rosilene S. **Rosilene Serafim Carneiro: depoimento** [nov. 2015]. Entrevistadora: Lilian C. R. Romão, São Paulo, 2015. Entrevista concedida à pesquisa científica Educomunicação e participação cidadã de adolescentes e jovens no Brasil.

CORREIA, Magliel de Moura. **Magliel de Moura Correia: depoimento** [nov. 2015]. Entrevistadora: Lilian C. R. Romão, São Paulo, 2015. Entrevista concedida à pesquisa científica Educomunicação e participação cidadã de adolescentes e jovens no Brasil.

CRUZ, Webert da. **Webert da Cruz: depoimento** [nov. 2015]. Entrevistadora: Lilian C. R. Romão, São Paulo, 2015. Entrevista concedida à pesquisa científica Educomunicação e participação cidadã de adolescentes e jovens no Brasil.

DELCARRO, Jéssica C. S. **Jéssica Cristina Silva Delcarro: depoimento** [nov. 2015]. Entrevistadora: Lilian C. R. Romão, São Paulo, 2015. Entrevista concedida à pesquisa científica Educomunicação e participação cidadã de adolescentes e jovens no Brasil.

FELISBERTO, Marina A. **Marina Alzão Felisberto: depoimento** [nov. 2015]. Entrevistadora: Lilian C. R. Romão, São Paulo, 2015. Entrevista concedida à pesquisa científica Educomunicação e participação cidadã de adolescentes e jovens no Brasil.

FERRAZ, Claudia Maria Pereira. **Claudia Maria Pereira Ferraz: depoimento** [nov. 2015]. Entrevistadora: Lilian C. R. Romão, São Paulo, 2015. Entrevista concedida à pesquisa científica Educomunicação e participação cidadã de adolescentes e jovens no Brasil.

FERREIRA, Bruno de Oliveira. **Bruno de Oliveira Ferreira: depoimento** [nov. 2015]. Entrevistadora: Lilian C. R. Romão, São Paulo, 2015. Entrevista concedida à pesquisa científica Educomunicação e participação cidadã de adolescentes e jovens no Brasil.

FONTENELLE, Alessandro Muniz. **Alessandro Muniz Fontenelle: depoimento** [nov. 2015]. Entrevistadora: Lilian C. R. Romão, São Paulo, 2015. Entrevista concedida à pesquisa científica Educomunicação e participação cidadã de adolescentes e jovens no Brasil.

GÓES, Mayara R. V. de S. **Mayara Rayane Veras de Siqueira Góes: depoimento** [nov. 2015]. Entrevistadora: Lilian C. R. Romão, São Paulo, 2015. Entrevista concedida à pesquisa científica Educomunicação e participação cidadã de adolescentes e jovens no Brasil.

KLINKE, Milena. **Milena Klinke: depoimento** [nov. 2015]. Entrevistadora: Lilian C. R. Romão, São Paulo, 2015. Entrevista concedida à pesquisa científica Educomunicação e participação cidadã de adolescentes e jovens no Brasil.

LIMA, Paulo. **Paulo Lima: depoimento** [abr. 2014]. Entrevistadora: Lilian C. R. Romão, São Paulo, 2014. Entrevista concedida à pesquisa científica E educomunicação e participação cidadã de adolescentes e jovens no Brasil.

MARQUES, Felipe. **Felipe Marques: depoimento** [nov. 2015]. Entrevistadora: Lilian C. R. Romão, São Paulo, 2015. Entrevista concedida à pesquisa científica Educomunicação e participação cidadã de adolescentes e jovens no Brasil.

MILDEMBERG, Juliana. **Juliana Mildemberg: depoimento** [nov. 2015]. Entrevistadora: Lilian C. R. Romão, São Paulo, 2015. Entrevista concedida à pesquisa científica Educomunicação e participação cidadã de adolescentes e jovens no Brasil.

MOREIRA, Thaís. **Thaís Moreira: depoimento** [nov. 2015]. Entrevistadora: Lilian C. R. Romão, São Paulo, 2015. Entrevista concedida à pesquisa científica Educomunicação e participação cidadã de adolescentes e jovens no Brasil.

MUSSKOPF, Caroline de Mendonça. **Caroline de Mendonça Musskopf: depoimento** [nov. 2015]. Entrevistadora: Lilian C. R. Romão, São Paulo, 2015.

Entrevista concedida à pesquisa científica Educomunicação e participação cidadã de adolescentes e jovens no Brasil.

O, G. S. **G. S. O.: depoimento** [nov. 2015]. Entrevistadora: Lilian C. R. Romão, São Paulo, 2015. Entrevista concedida à pesquisa científica Educomunicação e participação cidadã de adolescentes e jovens no Brasil.

PAULA, Maurício Vieira de. **Maurício Vieira de Paula: depoimento** [nov. 2015]. Entrevistadora: Lilian C. R. Romão, São Paulo, 2015. Entrevista concedida à pesquisa científica Educomunicação e participação cidadã de adolescentes e jovens no Brasil.

PIZA, Christiane Thomazelli. **Christiane Thomazelli Piza: depoimento** [nov. 2015]. Entrevistadora: Lilian C. R. Romão, São Paulo, 2015. Entrevista concedida à pesquisa científica Educomunicação e participação cidadã de adolescentes e jovens no Brasil.

QUEIROZ, Naiane. **Naiane Queiroz: depoimento** [nov. 2015]. Entrevistadora: Lilian C. R. Romão, São Paulo, 2015. Entrevista concedida à pesquisa científica Educomunicação e participação cidadã de adolescentes e jovens no Brasil.

ROCHA. Milena A. da. **Milena Andrade da Rocha: depoimento** [nov. 2015]. Entrevistadora: Lilian C. R. Romão, São Paulo, 2015. Entrevista concedida à pesquisa científica Educomunicação e participação cidadã de adolescentes e jovens no Brasil.

RUEDA, Daniela. **Daniela Rueda: depoimento** [nov. 2015]. Entrevistadora: Lilian C. R. Romão, São Paulo, 2015. Entrevista concedida à pesquisa científica Educomunicação e participação cidadã de adolescentes e jovens no Brasil.

SANTOS, Wanderson S. e. **Wanderson Silva e Santos: depoimento** [nov. 2015]. Entrevistadora: Lilian C. R. Romão, São Paulo, 2015. Entrevista concedida à pesquisa científica Educomunicação e participação cidadã de adolescentes e jovens no Brasil.

S, B. M. **B. M. S.: depoimento** [nov. 2015]. Entrevistadora: Lilian C. R. Romão, São Paulo, 2015. Entrevista concedida à pesquisa científica Educomunicação e participação cidadã de adolescentes e jovens no Brasil.

SENA, Emila Alana Silva. **Emila Alana Silva Sena: depoimento** [nov. 2015]. Entrevistadora: Lilian C. R. Romão, São Paulo, 2015. Entrevista concedida à pesquisa científica Educomunicação e participação cidadã de adolescentes e jovens no Brasil.

SILVA, Ana Paula da. **Ana Paula da Silva: depoimento** [nov. 2015]. Entrevistadora: Lilian C. R. Romão, São Paulo, 2015. Entrevista concedida à pesquisa científica Educomunicação e participação cidadã de adolescentes e jovens no Brasil.

SILVA, Igor A. P. **Igor Augusto Pereira Silva: depoimento** [nov. 2015]. Entrevistadora: Lilian C. R. Romão, São Paulo, 2015. Entrevista concedida à pesquisa científica Educomunicação e participação cidadã de adolescentes e jovens no Brasil.

S., J. Q. K. da. **J. Q. K. S.: depoimento** [nov. 2015]. Entrevistadora: Lilian C. R. Romão, São Paulo, 2015. Entrevista concedida à pesquisa científica Educomunicação e participação cidadã de adolescentes e jovens no Brasil.

SILVA, Jhony Abreu. **Jhony Abreu Silva: depoimento** [nov. 2015]. Entrevistadora: Lilian C. R. Romão, São Paulo, 2015. Entrevista concedida à pesquisa científica Educomunicação e participação cidadã de adolescentes e jovens no Brasil.

SILVA, Luiz Felipe Joaquim da. **Luiz Felipe Joaquim da Silva: depoimento** [nov. 2015]. Entrevistadora: Lilian C. R. Romão, São Paulo, 2015. Entrevista concedida à pesquisa científica Educomunicação e participação cidadã de adolescentes e jovens no Brasil.

SILVA, Sheyla Santos da. **Sheyla Santos da Silva: depoimento** [mai. 2014]. Entrevistadora: Lilian C. R. Romão, São Paulo, 2014. Entrevista concedida à pesquisa científica Educomunicação e participação cidadã de adolescentes e jovens no Brasil.

SOARES, Rayane. **Rayane Soares: depoimento** [nov. 2015]. Entrevistadora: Lilian C. R. Romão, São Paulo, 2015. Entrevista concedida à pesquisa científica Educomunicação e participação cidadã de adolescentes e jovens no Brasil.

TOMAZ, Ohana R. **Ohana Rabelo Tomaz: depoimento** [nov. 2015]. Entrevistadora: Lilian C. R. Romão, São Paulo, 2015. Entrevista concedida à pesquisa científica Educomunicação e participação cidadã de adolescentes e jovens no Brasil.

VIANA, Franciele. **Franciele Viana: depoimento** [nov. 2015]. Entrevistadora: Lilian C. R. Romão, São Paulo, 2015. Entrevista concedida à pesquisa científica Educomunicação e participação cidadã de adolescentes e jovens no Brasil.

VOLPI, Mario. **Mario Volpi: depoimento** [mai. 2014]. Entrevistadora: Lilian C. R. Romão, São Paulo, 2014. Entrevista concedida à pesquisa científica Educomunicação e participação cidadã de adolescentes e jovens no Brasil.

Guias, pesquisas e sítios eletrônicos

ADOLESCÊNCIAS: JUVENTUDE E PARTICIPAÇÃO. Disponível em: <http://www.undime-rj.org.br/arquivos/spe/Folder_Adolescencia.pdf>. Acesso em: 02 mai, 2015.

AGÊNCIA JOVEM DE NOTÍCIAS (AJN). Disponível em: <www.agenciajovem.org>. Acesso em: 10 out, 2013.

BOX 1824. **Sonho Brasileiro de Política**. Disponível em: <<http://sonhobrasileirodapolitica.com.br/>>. Acesso em: 19 ago, 2016.

INTERVOZES, 2015. **Vozes Silenciadas – Mídia e protestos: as manifestações de junho de 2013 nos jornais O Estado de S.Paulo, Folha de S.Paulo e O Globo**. Disponível em: <<http://intervozes.org.br/publicacoes/vozes-silenciadas-midia-e-protestos-asmanifestacoes-de-junho-de-2013-nos-jornais-o-estado-de-s-paulo-folha-de-spaulo-e-o-globo-cobriram-as-manifestacoes-de-junho/>>. Acesso em: 31 abr, 2015.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA AVANÇADA (IPEA). **Participação em foco.** Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/participacao/outras-pesquisas-2/345-participacao-social>>. Acesso em: 31 mai, 2016.

PORTAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. Disponível em: <<http://www.direitosdacrianca.gov.br/>>. Acesso em: 31 mai, 2016.

REDE NACIONAL DE ADOLESCENTES E JOVENS COMUNICADORES (RENAJOC). Disponível em: <<http://renajoc.org.br/>>. Acesso em: 15 mai, 2016.

_____. **Juventude e comunicação: faça você mesmo!** Rede de Adolescentes e Jovens Comunicadoras e Comunicadores, S/D.

_____. **Relatório de Atividades (e todas as demais publicações da Renajoc).** Disponível em: <<https://issuu.com/renajoc>>. Acesso em: 15 mai, 2016.

SECRETARIA NACIONAL DA JUVENTUDE (SNJ). **Agenda Juventude Brasil.** Brasília, 2013. Disponível em: <https://issuu.com/participatorio/docs/agenda_juv_res_web/1?e=12152407/10909122>. Acesso em: 02 jul, 2016.

_____. **Participatório.** Disponível em: <<http://juventude.gov.br/participatorio#.V-ho4pgrK00>>. Acesso em: 02 jul, 2016.

UNICEF. **Competências para a vida. Trilhando caminhos para a cidadania.** Brasília, 2013. Disponível em: <<http://www.unicef.org.br/>>. Acesso em: 02 jul, 2016.

_____. **Mudando sua Escola, Mudando sua Comunidade, Melhorando o Mundo! Sistematização da Experiência em Educomunicação.** Brasília, 2010. Disponível em: <<http://www.unicef.org.br/>>. Acesso em: 15 mai, 2016.

_____. **O uso da internet pelos adolescentes.** Brasília, 2013. Disponível em: <http://www.unicef.org/brazil/pt/br_uso_internet_adolescentes.pdf> Acesso em: 02 mai, 2015.

_____. **Participação dos Adolescentes na 9ª Conferência dos Direitos das crianças e Adolescentes.** Brasília, 2012. Disponível em: <<http://www.unicef.org.br/>>. Acesso em: 02 jul, 2016.

UNICEF E SECRETARIA NACIONAL DE JUVENTUDE. **Participação cidadã de adolescentes e jovens: Marco de Referência.** Brasília, 2014. Disponível em: <http://juventude.gov.br/articles/participatorio/0009/4992/participacao_cidada2015.pdf>. Acesso em: 31 abr, 2015.

VIRAÇÃO EDUCOMUNICAÇÃO. **Relatório de Atividades.** São Paulo, 2010. Disponível em: <<http://www.viracao.org/viracao/pt/a-viracao/relat%C3%B3rio-de-atividades.html>>. Acesso em: 30 Jul, 2016.

_____. **Relatório de Atividades.** São Paulo, 2011. Disponível em: <<http://www.viracao.org/viracao/pt/a-viracao/relat%C3%B3rio-de-atividades.html>>. Acesso em: 30 Jul, 2016.

_____. **Relatório de Atividades.** São Paulo, 2012. Disponível em: <<http://www.viracao.org/viracao/pt/a-viracao/relat%C3%B3rio-de-atividades.html>>. Acesso em: 30 Jul, 2016.

_____. **Relatório de Atividades.** São Paulo: Viração, 2013. Disponível em: <<http://www.viracao.org/viracao/pt/a-viracao/relat%C3%B3rio-de-atividades.html>>. Acesso em: 30 Jul, 2016.

_____. **Relatório de Atividades.** São Paulo: Viração, 2014. Disponível em: <<http://www.viracao.org/viracao/pt/a-viracao/relat%C3%B3rio-de-atividades.html>>. Acesso em: 30 Jul, 2016.

_____. **Relatório de Atividades.** São Paulo: Viração, 2015. Disponível em: <<http://www.viracao.org/viracao/pt/a-viracao/relat%C3%B3rio-de-atividades.html>>. Acesso em: 30 Jul, 2016.

_____. **Guia de Educomunicação:** Conceitos e práticas da Viração. São Paulo, S/D.

Documentos referência

Constituição da República Federativa do Brasil, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 15 mai, 2016.

Convenção sobre os Direitos da Criança, 1989. Disponível em: <http://www.unicef.org/brazil/pt/resources_10120.htm>. Acesso em: 15 mai, 2016.

Declaração Universal dos Direitos Humanos, 1948. Disponível em: <http://portal.mj.gov.br/sedh/ct/legis_intern/ddh_bib_inter_universal.htm>. Acesso em: 15 mai, 2016.

Estatuto da Criança e do Adolescente, 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm>. Acesso em: 15 mai, 2016.

Estatuto da Juventude, 2013. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12852.htm>. Acesso em: 15 mai, 2016.

Plano Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes de 2010. Disponível em: <<http://portal.mj.gov.br/sedh/conanda/Politica%20e%20Plano%20Decenal%20consulta%20publica%2013%20de%20outubro.pdf>>. Acesso em: 15 mai, 2016.

ANEXOS

- 1. Entrevistas Renajoc**
- 2. Entrevista Paulo Lima**
- 3. Entrevista Mário Volpi**

1. Entrevistas RENAJO:

Bruno de Oliveira Ferreira, 29 anos, formado em jornalismo e trabalho na Viração há mais de quatro anos. Sempre gostei muito de educação mesmo antes de entrar na faculdade de jornalismo. Durante o curso me arrependi de estar em jornalismo. Queria estar dando aula. Terminei o curso muito com a perspectiva da educação na cabeça. Conclui jornalismo no final de 2009. Foi um momento de muita angústia profissional e financeira. Eu descobri por acaso a Viração, pois eu sempre gostei de jornalismo de Revista. Já tinha vivenciado um processo de educomunicação durante o ensino médio, no Colégio Bandeirantes, em um projeto chamado “Idade Mídia”. Eu não era aluno do colégio, mas eles tinham uma espécie de cotas para alunos das escolas do Estado. Eu participei em 2003 desse projeto, que me brilhou os olhos, pois era um jornalista ministrando um curso de comunicação para jovens. E eu pensei: “é isso que eu quero fazer”. Eu fui contratado na Viração para assumir a Revista.

Educomunicação pra mim é um processo que humaniza as relações. É uma relação do indivíduo numa coletividade de uma maneira humanizada. E por ser humanizada é educativo, é dialógico, é horizontal. Então eu acho que a educomunicação é um processo democrático e inclusivo, de entendimento, busca coletiva pra um bem coletivo. Acho que isso se dá de diversas maneiras. Eu entendo a educomunicação como esse processo de diálogo, de interação respeitosa, não autoritária, entre os indivíduos que buscam alguma coisa. Existem várias maneiras de promover isso. E uma delas é a produção de mídias e hoje em dia muita gente fala que a educomunicação é a produção de mídias por jovens. Eu discordo parcialmente por que a educomunicação não é o que se faz, pra mim. Educomunicação é por que se faz e como se faz. Educomunicação é reunir um grupo de jovens pra produzir mídia? Não. Vai se educar se for um processo dialógico, horizontal e que preze pela autonomia dos sujeitos envolvidos. Isso pra mim é educomunicação. Simplesmente reunir um grupo de jovens pra produzir alguma coisa não é educomunicação. Dizer o que é ou não educomunicação depende muito dos olhos de quem vê, de quem está no processo, pra sentir como é o processo. Acho que essa sensação do processo vai responder: isso é educomunicação, isso não é educomunicação.

Acho que participação social, cidadã, no caso do adolescente e do jovem, é quando eles ganham autonomia e nesse processo de diálogo, de interação, tomam

consciência dessa necessidade de participar. E não só essa necessidade, é um processo de descoberta de uma vocação e de colocá-la em prática em benefício de uma coletividade. Participar da sociedade, participar de uma maneira cidadã é ter essa predisposição que na verdade todo mundo tem, só que os processos sociais hegemônicos não jogam luz nisso. Você tem inclinação para tal coisa, mas não persegue isso por que você tem outras necessidades pra dar conta. Às vezes a pessoa tem um talento artístico gosta de desenhar, mas tem outras necessidades primárias para resolver. E acaba indo trabalhar de office-boy, de recepcionista, com uma jornada de trabalho extremamente difícil e acaba não se dedicando àquilo. Eu acho que é uma participação consciente e crítica. Embora a criticidade você vá adquirindo ao longo da vida. Mas eu acho que inicialmente esse despertar de vocação e abraçar essa vocação: “eu vou fazer tal coisa por que eu gosto disso, eu vejo sentido nisso e isso é importante não só pra mim como indivíduo, mas pra uma coletividade. Então eu vou participar. Eu vou fazer acontecer.

A educomunicação é esse processo que permite a descoberta de uma vocação, de uma vontade e que estimula essa participação. Quando a gente pega esses processos cotidianos, a escola, o mercado de trabalho, são processos que encaminham o indivíduo para suas necessidades e acabam alienando o indivíduo nessa necessidade. “Se vocês não estudar pro vestibular, você não vai passar, não vai ser uma pessoa plena”. As pessoas acabam minimizando outras vocações, outros desejos, outros interesses. A educomunicação vai um pouco na contramão disso. Ela fala “olha, tem o mercado de trabalho, que a gente precisa olhar, mas a gente precisa olhar pra outras coisas também”. Primeiro pra você, enquanto indivíduo, pra você se descobrir, quem você é, por que você está no mundo, como você se relaciona com as outras pessoas e de que modo você pode efetivamente colaborar e não apenas competir no mercado de trabalho, competir no vestibular. Como a gente pode se ajudar. A educomunicação é esse espaço pra pensar o indivíduo num contexto coletivo e pensar como ele pode ser solidário. Acho que esse processo de solidariedade naturalmente leva à participação. Por que não tem como você ser solidário, acomodado. A solidariedade é algo que impulsiona as pessoas a realizarem. A realmente se darem conta de que elas vivem coletivamente e que o mundo não gira ao redor dela, que existem outras pessoas com as quais é possível colaborar também. Mas não é só a necessidade de colaborar. É a vontade de colaborar. A educomunicação propicia o despertar de uma empatia pelo outro. De se colocar no

lugar do outro, de ver o outro como você. Diferente, mas igual em necessidade, que tem os mesmos direitos, de ser feliz tanto quanto você. E nisso você estende a mão. Quando você estende a mão você já está participando. É um processo natural, porque a escola, o mercado de trabalho, eles não conduzem à participação social. Um jovem, um adulto, que trabalha 40 horas semanais, ela não vai participar da sociedade. Não tem nem como acompanhar uma pauta na câmara municipal, participar de um conselho do bairro, não tem como, é uma jornada de trabalho absurda. É muito difícil. Ela precisa estar engajada, ou trabalhar no terceiro setor, ou ter um estilo de vida diferente. A educomunicação desperta isso, “há um outro mundo possível” e que é muito mais gostoso de se viver, porque é um mundo mais solidário, em que você não está sozinho em uma selva e que precisa apenas se preocupar com você. Você está num coletivo com o qual você colabora, e que o outro também colabora com você.

A Renajoc tem esse contexto porque as pessoas que a integram têm essa consciência. Acho que estamos em um processo de entender o que é solidariedade e como nós podemos ser solidários. Desde as pequenas coisas do dia-a-dia, até o macro. Em tese, todo mundo tem essa consciência, tem essa vivência nos movimentos sociais, foi educado dessa maneira fora dessas instâncias hegemônicas da sociedade e vêm pra Renajoc por causa dessa consciência, porque querem construir relações solidárias, outras relações humanas, querem questionar as relações hegemônicas, as instituições e o quão ruins elas são nesse sentido, por serem alienantes. É claro, está em um processo de estruturação, como a gente organiza melhor essa consciência da solidariedade, como a gente transforma isso em ações concretas, políticas e processos.

Ohana Rabelo Tomás, 18 anos, Maceió, mas morava em São Paulo e cheguei na Renajoc por meio da Viração.

Eu acho que a educomunicação está em tudo. É como um endomarketing. É um processo de estabelecer uma relação com qualquer coisa de uma forma livre. Acho que o mais importante é dentro da escola, é uma forma livre de você valorizar o conhecimento individual de cada um.

A participação cidadã é uma preocupação com o próximo. Não só você fazer a sua parte, pra ter uma vida estável, mas também é se preocupar com o próximo. É você trabalhar para que todo mundo tenha direitos e todas as devidas coisas.

A Renajoc ajuda a construir nossos pensamentos. Apresentam os pontos e a gente desenvolve. Desenvolve atividades com base na educomunicação e isso desperta o interesse do jovem com questões importantes e necessárias.

Luiz Felipe, Recife, Pernambuco, e conheci a Renajoc quando participei do primeiro encontro regional em Natal e comecei a participar das atividades pela ong Aucuba: Comunicação e Educação. Comecei a participar das coberturas colaborativas da Renajoc e a me identificar com o que eu queria fazer. Depois que eu participei da primeira atividade da Renajoc, e depois eu comecei mesmo a escrever para a Viração e a mobilizar o pessoal de Recife para participar.

Educomunicação é qualquer forma de comunicação comunitária. A gente tá trazendo não só a educação. Dentro da escola a educomunicação é uma forma de comunicação diferente. Não é aquela comunicação das grandes mídias. É uma forma mais simples, tipo um fanzine, um jornal mural, é aquela comunicação de igual pra igual, sem alguém grande, lá em cima. É uma coisa simples e que qualquer pessoa pode fazer.

Acredito que a participação é quando o jovem quer fazer, quer contribuir com algo na sociedade. Ele quer construir as políticas públicas de seu estado, do seu meio. Quando os jovens se juntam para organizar uma conferência livre de comunicação eles querem ser protagonistas da sua história, do seu país. Acho que é você querer fazer algo diferente, querer mudar a situação à qual você está.

Quando a gente está participando, a gente também está produzindo aquele material, está produzindo aquele conteúdo, tá trazendo informações para outras pessoas para que possam se apropriar e construir junto com a gente. Quando a gente traz pra Renajoc a participação cidadã, com educomunicação, a gente está mobilizando mais pessoas, por que quando eu produzo algo eu to informando e convidando pra que outras pessoas venham participar junto com a gente. Não é um grupo privado de pessoas. É um grupo aberto para que cada vez mais pessoas cheguem e comecem a expressar seus pensamentos.

Danielle Rueda, 31 anos, morando no Distrito Federal. Comecei na Renajoc em 2011 por meio do projeto Células de Transformação. Vim pra Conferência Nacional da Juventude e para o Encontro da Renajoc e me tornei orgânica, desde então. Facilitadora Regional Centro-Oeste da Renajoc, na construção de eventos, incidências, articulações com organizações da sociedade civil, coletivos, não apenas para falar pelo tema da democratização da comunicação e liberdade de expressão, mas principalmente de trazer outras pessoas para compor a rede, diversificar a participação e ampliar o conceito de jovem comunicador, que não é um jovem jornalista. Muita gente que entra na Rede depois acaba seguindo o caminho do jornalismo, mas o desafio é sobre ser comunicador, que isso todos nós somos, toda a sociedade é. É possível ser um agricultor familiar comunicador, enfim... ser o que quiser profissionalmente, mas ser um comunicador. Nosso desafio é fomentar a entrada de outras pessoas na rede, não só o debate da comunicação, mas o debate transversal a muitos outros temas, e construir incidência política e mobilização social.

Educomunicação é como a educação popular. Ela vem da comunicação popular, mas ela também é uma estratégia política, muito mais do que uma metodologia de trabalho. A educação popular em Brasília trabalhou o tema da educação popular como estratégia de política pública, então, o que é você ter uma política pública a partir de processos de educação popular. A educomunicação não é diferente pra mim hoje. Ela é uma estratégia política não só para trabalhar com a juventude, mas toda e qualquer pessoa. A educomunicação traz dois princípios fundamentais em si, que é o da educação e o da comunicação como processos pra gente construir uma outra sociedade. Eu vejo que a rede ainda trabalha a educomunicação ainda como metodologia, e a educomunicação tem que ser o princípio pelo qual a gente age, independente daquilo que a gente faça como formação. Ela é o princípio, junto com outros como o compartilhamento de saberes, de produção coletiva, de respeito ao conhecimento das pessoas, independente de onde você venha, ou o que você faça, todos temos conhecimento. Esses princípios carregam a carga política e penso que a Renajoc tem uma grande força pra trabalhar esse tema, mas não como metodologia. Ela é mais do que isso. É sim uma pauta política.

Participação é um desafio pois a juventude carrega um estigma muito pesado de “não ter conhecimento, sem preparação profissional, não é engajada, não tem preocupação

com a sociedade”, e isso já vem de muitos anos. É um desafio o processo de engajar o adolescente e jovem na luta social, é um desafio as pessoas saírem das suas caixinhas. A Renajoc talvez não consiga democratizar a comunicação sozinha. Isso é um desafio coletivo. Que está relacionado a pessoas que nem conhecem que isso também é um direito.

A Renajoc é uma rede bastante engajada e independente. Desde 2012, a rede cresceu bastante, conseguiu construir outros pólos, trabalhar uma diversidade de pessoas. Acho que temos o desafio de integrar outros temas que também são importantes e afetam a vida das pessoas, como a vida do jovem no campo. A gente tem parceria com uma rede que se chama Portal da Amazônia, que tem jovens que estão em 13 municípios, e produzem um jornal; 50% da população não tem acesso à internet, a banda larga, temos muitos desafios. A participação social da e do jovem precisa acontecer. Quando você não ocupa o espaço, alguém vai ocupar por você. A gente também tem que ir para o espaço para aprender. O jovem também tem esse desafio de reconhecer “eu não tenho esse conhecimento, mas eu quero ocupar o espaço para também poder aprender”. A gente está acostumado a pensar que o espaço da escola, das universidades, onde tem o curso, é que é o espaço do aprendizado. Na verdade, todo espaço é um espaço de aprendizado. Seja um espaço da luta dentro do Congresso, seja de representação, seja de encontro, ou até um espaço de uma reunião interna nossa, a escola está em todo o lugar. Então os jovens precisam sim, de engajamento, mas cada um constrói seu engajamento.

A gente procura tocar o coração das pessoas, quando ela entender que isso é o direito, é importante e fizer a diferença na vida dela ela vai automaticamente seguir aquele caminho. Mas ela precisa ser tocada e o restante é ela que constrói.

Os grandes desafios da rede é se politizar pra determinados processos, a organicidade da rede, é necessária uma coordenação política, não é uma rede apenas de formação, é também uma rede de incidência. A facilitação deve ser transformada. E é necessária uma secretaria no Distrito Federal.

G.S.O, (mesmo não caracterizando situação de exploração, exposição indevida ou desqualificante, foram utilizadas apenas as iniciais dos nomes para os menores de 18 anos) sou de Sarandi no Paraná, integro outras redes, como Rede Pontes, uma rede

de jovens articuladores do Paraná, o Desabafo Social, de Salvador e cheguei na Renajoc por meio do contato que eu tive com a Juliana Cordeiro, que foi a coordenadora das regionais da Rede Pontes. Eu participei do Encontro Sul e foi o meu primeiro contato e eu passei a integrar a Renajoc.

Eu não tenho um conceito sólido, já formado sobre o que é educomunicação. Mas eu sou contra um padrão de ensino para todos, pois isso é muito seletivo. Você ensina uma coisa pra uma pessoa, e ela não é muito boa naquilo, mas é muito boa em outra coisa. Deve-se ensinar a pessoa a partir de práticas que permitam a ela se desenvolver melhor. Você passar uma coisa mais próxima, principalmente como vivência, pode ser muito mais importante pra ela.

As pessoas pensam que seguindo os direitos e deveres todos somos cidadãos. Mas eu acho que vai além disso. Você tem que se reconhecer como cidadão. Você não tem que agir apenas da forma como falam pra você agir. Você tem que se reconhecer na sua cultura, no seu espaço. Então, você ter uma participação cidadã é você agir da sua forma, com a sua cultura, nos seus espaços, colaborando e respeitando também o espaço do outro, entendendo que não é só o que você gosta, o que você pensa, o que curte, que você ama, que você faz é a soberania e é o melhor. Tudo tem seu lado bom e seu lado ruim. Ser cidadão é você usufruir das suas coisas e ajudar as outras culturas, outros espaços e outras pessoas.

Educomunicação é você ensinar a partir da comunicação fora também da sala de aula. Em um espaço cultural você pode praticar uma educomunicação enorme. Um grupo de dança, você consegue ensinar muita coisa a partir daquilo, um grupo de canto, um grupo de skate. É uma ligação muito forte entre a educomunicação e a participação cidadã de adolescentes e jovens.

Juliana de Fátima Mildenberg de Lara, 26 anos, do Paraná e eu sou de um movimento diferente do que só a comunicação estritamente. Eu venho do movimento sindical e a minha militância sindical começou pela comunicação.

Você não consegue educar sem comunicar. Por que a comunicação é a base da formação da pessoa. E ela aprendendo essa educomunicação de forma sadia, de forma a utilizar os meios que você tem, pra você transmitir e ensinar algo pra alguém é algo que inspira a ver aquilo concretizado.

No caso do jovem, a participação é fundamental. É importante para eles saberem que eles podem colaborar e construir, assim como os adultos podem.

A relação entre a educomunicação e a participação cidadã passará a ser natural quando as pessoas entenderem a educomunicação, que não é simplesmente você entender alguma coisa de tecnologia, saber como escrever ou como se comunicar com os outros. Mas entender que não tem como dissociar da participação cidadã. Por que todos se comunicam de alguma forma e se o cidadão, seja o adolescente ou o jovem, pode ser um educador, onde quer que ele esteja. E talvez isso vai começar a ser natural.

Maurício Vieira de Paula, de São Luiz do Maranhão, 21 anos. Conheci a Renajoc em 2012, por meio do coletivo jovem do movimento Nossa São Luiz e participei da cobertura colaborativa da Rio +20, a Cúpula dos Povos, que foi uma experiência importante, interessante e determinante para meu ingresso para a área da comunicação. Depois, fomos cobrir o evento da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência e mobilizamos 30 jovens para estar com a gente cobrindo, saíram muitas matérias na Agência Jovem de Notícias e no final uma matéria mais ampla na Revista Viração e localmente, falando de São Luiz, foi muito interessante porque a gente conseguiu de fato articular o Núcleo Virajovem e a Renajoc e nacionalmente a gente conseguiu se inserir no debate nacional sobre comunicação e educomunicação.

A educomunicação eu entendo como a possibilidade de educar por meio da comunicação, que parte de um princípio inerente ao ser humano, que é se comunicar. Por mais que a pessoa seja muda, seja cega, tenha alguma deficiência, há a necessidade de comunicação e ele consegue se comunicar, seja por meio da pintura, da leitura, da fala, dos textos. E a gente falar em se comunicar é também conhecer a história. Não tem como a gente pensar a educação sem isso. Por exemplo, a gente tentar trazer uma pauta de discussão social por meio da educomunicação, por exemplo, o direito da mulher decidir o aborto, como vamos trabalhar isso por meio da educomunicação sem contar história, entender o porquê da discussão agora, de onde vem essa discussão, quem são essas mulheres, como chegaram aqui, que história tem por trás. Eu acho que pra gente entender nossa cultura, vem muito esse aspecto,

da gente conseguir entender as histórias: quem somos, de onde viemos, quem são nossos ancestrais, o que vamos deixar para o futuro. Então, sempre que eu vou pensar a educomunicação eu penso nisso de poder contar história, e contar essa história muito no sentido de comunicar de poder passar para o meu próximo o ato inerente dessa ação comum, que é a comunicação.

Eu particularmente amo essa questão da oralidade, de educar por meio da fala. E da oralidade do ouvir. Por que eu acho magnífico um professor, ou meus pais, contando sobre a ditadura. E faz muito mais sentido do que eu pegar um livro de história e foliar aquele livro que não tem nada de didático, ou bem mais complicado, denso, do que estar ouvindo uma história que seria muito mais interessante, educativa, por meio da educomunicação, ou por imagem, audiovisual. Eu vejo a educomunicação como isso, uma ferramenta pra gente poder educar de uma maneira mais lúdica, mais transformadora, mais acessível e didática. E acho que esse é o principal sentido da gente poder discutir e utilizar esse conceito da educomunicação nesse cenário. Até porque a gente vem de um modelo de educação muito arcaico, não apenas por causa do professor, mas também pelo próprio estado, que não garante condições básicas. A última escola em que eu trabalhei o Mais Educom, a diretora achou fantástico. Eu entreguei o material e os professores comentavam positivamente.

Esse ano eu fui eleito conselheiro de juventude de São Luiz. Essa pauta de participação, controle social, acesso à informação tem sido bem intensa. A gente está em um sistema político e econômico que exige a participação, apesar dos mecanismos a gente não participa, pela burocracia, enfadonha, cansativa. Mas é uma situação necessária. Quando falo do espaço da participação cidadã estou falando dos jovens poderem ter acesso a esses espaços de participação cidadã e poder conhecer as estruturas, como se originam, como se organizam, pra chegar em um resultado de controle social, pra esse jovem poder ir a uma audiência pública, conselho, um fórum de juventude, um fórum de educação, LGBT, da população negra, e poder estar nesse espaço construindo, dando a cara que ele deseja para esse ambiente. Se o jovem não fala, alguém vai falar por ele. E pode ser que essa fala seja qualquer fala, ou aquela que realmente importava para o jovem. É chato, mas é importante participar, tentar conhecer. E talvez seja um papel nosso, da Renajoc, poder pensar metodologias didáticas de como nós podemos desenvolver um processo de educomunicação nesse sentido do jovem participar e parar de ver apenas como uma coisa chata, uma coisa

enfadonha, mas de algo que dê prazer ou que busque o conhecimento propriamente. E da participação cidadã também falar do jovem poder participar da vida política. Eu acho que o jovem precisa ir para esses espaços ocupar, ocupar os partidos, não como estão agora, pois perderam seu sentido político e isso não é uma possibilidade de fato para o jovem, como estrutura. São pessoas mais velhas, tem o estigma de que o jovem não tem muita experiência, não sabe o que quer.

A Renajoc não vai dizer qual espaço você deve ir. A Renajoc tem fomentado essa participação. Então não é que vai criar os espaços, mas vai dizer a importância de participar, proporcionar conteúdos para serem discutidos. Por exemplo, eu vou para uma audiência pública e estou praticando uma participação cidadã, mas e daí eu não sei discutir, não sei propor, não sei fazer uma intervenção qualificada, que direito de voz é esse, não é? Acho que um papel importante tem sido esse, de fomentar, de partilhar as experiências, de partilhar conteúdos, de produzir esses conteúdos, por que eu acredito que o processo de aprendizagem parte muito disso: não sou eu o detentor de conhecimento e que vou passar pro jovem. É importante fazer essa partilha de experiências. As histórias se completam, se unem, se entrelaçam, se concluem umas com as outras. A Renajoc tem tido esse papel, de juntar esses jovens do Brasil, juntar esses jovens nos estados.

Falta ainda, talvez um dos nossos desafios para o futuro, é tentar fortalecer essas identidades locais, como podemos articular a Renajoc nos Estados, com mais intensidade, mobilizando outros jovens, pois nacionalmente a gente tem conseguido manter esse contato por *whatsapp*, nas redes sociais. É preciso renovar, pois as pessoas não vão ficar eternamente jovens. E isso tem sido interessante como espaço de mobilização e de fortalecimento da identidade do jovem. E agora precisamos também discutir o Estatuto da Juventude, que foi uma conquista que a gente teve e que pouco avançou. A gente tem que andar mais lentamente no sentido de propor, mas tentar olhar para o que a gente já propôs, já tem escrito e ir para esses espaços de participação cidadã, das audiências, fóruns, conselhos, disputas territoriais, e fortalecer isso.

Milena Klink, 24 anos, faço parte do projeto Cala boca já morreu há mais de 3 anos. Comecei como participante de uma oficina no Sesc Consolação. Eu era uma das

adolescentes da oficina de rádio. Gostei e fui participar e fui convidada para a reunião do conselho gestor.

O meu ponto de vista sobre educomunicação tem muito a ver com o projeto Cala boca já morreu, então tem muito a ver com o tipo de educomunicação que é feito no projeto. Depois de circular um pouco no projeto, consegui entender outros tipos de educomunicação, porque acho que não tem uma definição só. No ponto de vista do projeto Cala boca já morreu, Educomunicação é educação pelos meios de comunicação. Pensar a educação para a vida, das relações humanas, de repensar e refletir sobre as relações humanas e trabalhar com essa educação pelos meios de comunicação social e comunitária, de fato, que seria ter o envolvimento de todos em todos os processos de comunicação e de mídia. Seria então trabalhar com a educação por meio dos meios de comunicação, por exemplo, como um processo de produção de um programa de rádio trabalha as ideias, o que se pensa sobre a vida, dá perspectiva para que o grupo construa as coisas coletivamente. Nesse processo de fazer algum produto de comunicação, o processo, para o Cala boca já morreu, é muito importante. É nesse processo que estão as riquezas, pois é o momento de se falar o que se sente, pensa, e nessa medida se reflete como o que te faz pensar e sentir determinadas coisas ou ter determinados pontos de vista. É diferente de simplesmente juntar educação com comunicação, mas é pensar a educação pelos meios de comunicação. Fazer uma fotonovela é mexer com as relações, é feito coletivamente, é discutido por que se vai fazer aquilo, desde o momento em que o tema de escolha, o que se vai fazer em uma novela, fotonovela, numa fotografia, até o roteiro, os enquadramentos possíveis, e no final, fazer o produto acontecer a partir de um processo que é decidido junto. E decidir junto é onde se dá a riqueza do processo de educação, no nosso entendimento, que é o processo de ir atrás do conhecimento que existe no mundo, informação para se trazer para o que se quer, mas, para além, entender um pouco do porque está se falando isso, por que se discorda do outro, e como são os lugares que se ocupa naquele grupo, e acho que isso é mexer com as relações e refletir sobre as relações que se tem fora do grupo e enfim as relações do mundo que a gente vai desenvolvendo.

Participação cidadã é uma questão para se pensar em todos os âmbitos, desde criança, até muito velhinho. De adolescentes e jovens, acho que tem uma coisa, que tem a ver com criança também, que é a gente sempre coloca muitos estereótipos, em

todos os tipos de população, mas adolescentes e jovens é algo para se pensar e se refletir sempre porque é muito forte. Tipo: o adolescente não tem o que dizer, é bobão, é babaca, tá numa fase cheia de contradições, e isso é completamente cheio de estereótipos. O relacionamento emocional, por que é muito conflituoso, está em uma fase de indecisão, porque os hormônios, ... Tem um monte dessas coisas? Tem. A gente passa por isso. Acho que a gente passa por isso em vários momentos da vida, e tem coisas específicas quando se é adolescente. A participação cidadã é olhar para as várias possibilidades que uma pessoa pode ter enquanto adolescente, enquanto jovem. Então, por exemplo, fazer um evento grande com adolescentes e jovens, não necessariamente você tem que fazer de um jeito legal, bacana, com gíria, pra ser muito divertido. Acho que não, acho que existem momentos de se brincar, existem momentos de ser divertido, mas também existem momentos de ser sério também. E acho que adolescente e jovem tem muita condição para dizer o que sente e pensa, e a gente tem que cada vez mais se refletir enquanto ser humano para o quanto a gente dá espaço para se colocar nesses lugares e para deixar que o outro também se coloque, seja ele criança, adolescente, adulto. Eu acho que tem coisas específicas, mas o quanto as especificidades podem conversar, no sentido de autenticidade mesmo. Pensar a participação cidadã é pensar que adolescente e jovem tem sim que participar, porque são pessoas que têm muitos pontos de vista sobre o mundo, e tem muitas que se pensa e que se sente de tudo, que tudo muito tem. Então, garantir espaços de participação é muito importante, enquanto política, mas também enquanto ações micro, pequenas ações do cotidiano. É importante que todas as pessoas participem e por serem adolescentes e criança também participa e não é preciso necessariamente fazer coisas muito diferentes pra que eles participem, tem jeitos de se falar sério com todos esses tipos de pessoas.

Acho que as duas se relacionam a partir dessa ideia de educação, educação para vida, e acho que inclui participação, o tempo todo, e por meio dos meios de comunicação. Tem uma coisa interessante para se pensar que a comunicação é um direito de todos, garantir a participação nos processos de produção da comunicação para todas as idades também é muito importante. É fundamental inclusive. E acho que tem uma coisa legal desse processo todo que é: pensar a educação para a vida, relações humanas, para refletir sobre o mundo, o jeito que se coloca no mundo, a partir de uma produção coletiva, que mexe com tudo isso o tempo todo e estimula muita coisa, é muito interessante, porque é mexer de um jeito legal e poder garantir,

ao mesmo tempo, essa coisa de comunicar, de ter a possibilidade de garantir esses espaços de exercício de comunicação, que é diferente de dar a fala, porque acho que todo mundo tem fala, né. Vamos garantir o espaço para que isso seja colocado. E pra que seja colocado de uma forma específica, que não é espontâneo quando você vai trabalhar numa oficina, por exemplo, o papel de um mediador é muito importante, por exemplo. Não porque é superior, mas é importante para problematizar as coisas. A gente tem espaços o tempo todo que tem alguém que medie e isso pode ser bom. A relação importante tem muito a ver com o fato de que a comunicação garantir o processo de produção e no fim tem também um produto, e é importante, claro. Ele diz daquele processo, conta muita coisa. O produto é importante para o próprio processo de reflexão e participação de si consigo mesmo, que é um pouco o ouvir-se depois no programa de rádio. E o refletir sobre o que se falou, e porque se falou. Entender o que daquilo dizia do processo de produção do grupo, e dali depois trazer mais reflexão. E dali, fazer outros planejamentos. Garantir esse processo de produção coletiva de comunicação com jovens e adolescentes é um jeito de se garantir formas de se fortalecerem do jeito que são, formas de refletirem sobre si, sobre os outros e sobre o mundo no geral. Não como uma salvação, acho que é um jeito muito interessante de se juntar essas coisas justamente por ter essa perspectiva forte de educação e fazer uso de uma coisa que é direito nosso, que é a comunicação.

Marina Felizberto, 23 anos, Curitiba. Estou conhecendo a Renajoc, vim participar da Conferência Livre Juventude e Comunicação. Eu penso que é você trabalhar a educação de maneiras diversas para alcançar o maior número possível de pessoas, que infelizmente a escola formal deixa de lado. É essa linguagem diferente, e essa aproximação com projetos e com outras iniciativas nesse sentido, pra aproximar essas pessoas que ficam excluídas dessa educação dita formal institucional.

Nós temos que reinventar os grêmios e os conselhos estudantis, pra aproximar o jovem dessa política e da cidadania. Muita gente entende cidadania como ir lá e votar, mas não, cidadania a gente faz todo dia, assim como política.

Ao excluir o jovem, ele não terá voz nem vez. E tudo o que a gente precisa é que o jovem tenha essa voz e vez, tanto na política, como no colégio, e as conferências estão mostrando muito isso pro jovem, como um espaço em que pode participar, em

que pode se inserir. A educomunicação vai agregando as pessoas, e às vezes os que estão mais distantes são os que mais tem o que falar.

Raiane da Silva Soares, 23 anos, do Distrito Federal, e conheci a Renajoc por causa de uma atividade que estamos fazendo no Jovem de Expressão.

A comunicação tem o papel de fazer a interação entre o que está ocorrendo em nossa sociedade e levar para dentro da escola, fazendo um processo de formação.

Eu considero importante a participação dos jovens, pois muitas vezes tem campanhas ou coisas de comunicação que fala sobre a juventude, mas, às vezes, por não ser um jovem produzindo, não sabe usar a linguagem. Eu acho importante a participação do jovem dentro do processo de comunicação porque eles trazem sua própria linguagem e facilita a comunicação entre os outros jovens.

Quando o jovem começa a fazer parte desse processo de comunicação, facilita a identificação, a diversidade que tem dentro da juventude. O jovem começa a se ver e então começa a se identificar. A relação da participação e a educomunicação reforça a questão da identidade da juventude.

Claudia Maria Pereira Ferraz, de São Gabriel da Cachoeira, Amazonas, 32 anos, indígena, etnia Uanano. Eu cheguei na Renajoc pela Viração, que eu conheci por acaso arrumando um armário da Igreja da comunidade. Criei um programa de rádio, pois não tinha espaço para o jovem, principalmente sobre direitos.

Educomunicação é uma forma de fazer comunicação de forma mais criativa, com outras formas de levar conhecimento, de colocar a comunicação na educação de uma forma que atrai os adolescentes e jovens, quebrando aquela coisa de estar dentro da sala de aula, sentado na carteira, olhando o professor falando, de tirar isso e tentar colocar coisas diferentes por meio da comunicação, tirando foto, fazendo vídeo, entrevistas, coisas assim.

Participação de adolescentes e jovens indígenas é importante pra mostrar que nós, que estamos bem distantes, que não estamos parados, e sim ativos, estamos na luta, que a gente também quer mudança, que também enfrentamos dificuldades, de colocar os adolescentes na frente e deles poderem lutar, não ter medo de dizer que é indígena

e pensar eu posso, eu consigo. Lá, a Renajoc faz parte do Conselho Municipal da Juventude. É o grupo de adolescentes e jovens quem está à frente, eu hoje, sou apenas um apoio. Tem espaços para estar conhecendo, mobilizando, de estar exigindo, de estar questionando. Tem dois espaços importantes que a gente tem no nosso município, que é o CMDCA e o Conselho Municipal da Juventude, que é um espaço onde eles têm voz e vez, que podem exigir, criar projetos, questionar o que estiver de errado, são dois espaços importantes e que a gente acha que não pode ficar de fora, pois ali são tomadas as decisões importantes, projetos para os adolescentes e jovens indígenas do nosso município.

A relação da educomunicação e participação faz com que eles tenham mais oportunidades de participar. A educomunicação empodera eles de tomar a frente, de estar à frente, de ser um monitor, uma pessoa que leva o conhecimento para outros adolescentes. A gente forma esses adolescentes para darem as oficinas de educomunicação pra outros adolescentes. É mais fácil eles estarem à frente, sendo monitor, falando com sua própria linguagem, a própria maneira que atrai o outro adolescente. É muito importante para mobilizar os outros jovens para fazer parte de outras ações. Atrai e faz com que ele participe mais, tenha mais conhecimento.

Emilae Alana Silva Sena, 25 anos, natural de Salvador, do subúrbio ferroviário. Eu participei do projeto Agentes de Comunicação para o Desenvolvimento, da Cipó. Começamos a discutir várias temáticas e demandas que a gente tem no bairro, que não é absorvida pelo poder público. Com essas formações, que vão além da formação em uma linguagem técnica e sim muito mais pensando o jovem como gestor comunitário, desenvolvedores de suas comunidades, fomentadores de mudanças de realidade é que eu me encontrei e comecei a participar de determinadas fóruns, associações, entre outros. Depois que me formei, fui convidada pela Cipó para ser jovem educadora. Tudo começou em 2008, estamos em 2015 e eu continuo na Cipó, agora como educadora social.

Educomunicação pra mim é algo além da formação. Pra mim é toda essa mobilização, esse movimento que a gente tem de mudança, de transformação e principalmente pensando que são dois fatores importantes: a educação e a comunicação. Primeiro, que a gente sabe que a educação é um direito e todo mundo tem isso bem claro na

mente e que o Estado deve cumprir essa demanda social. Mas a comunicação a gente não vê assim, então essa mudança de comportamento, de vivência, é imposto pelas mídias e a gente não percebe isso. Mas a comunicação é um direito nosso e uma dever do Estado. A educomunicação envolve duas necessidades muito importantes e quando a gente *linka* essa duas, essa relação é inovadora, porque educar é comunicar. Quando o sujeito aprende que para além daquela formação básica dada na escola, ele consegue autonomia pra falar dele de uma maneira que as outras pessoas consigam compreender, e que aquilo não seja reprimido (principalmente a juventude que é muito reprimida em sua maneira de colocar. Existem padrões estabelecidos e que o jovem deve se enquadrar.) Quando o jovem vem com toda essa vontade de mudar, de fazer alguma coisa, ele é reprimido e a sociedade não entende por que ele quer mudar. Essa junção dá sentido às duas coisas, não é você falar, falar, falar... mas é como saber falar e para que falar e dá esse poder à juventude de se colocar. Porque muitas vezes a gente discute nos movimentos que essa juventude fale, que a comunicação existe, mas na hora decisiva, quem está lá não é o jovem. Quem tá lá não é essa juventude que precisa ser formada para entender que é para além de linguagens técnicas, ou de apenas falar. Mas é como saber falar.

Esses espaços que vão surgindo de participação, a associação, os fóruns, são geralmente espaços de pessoas adultas, e que muitas vezes não compreendem os jovens quando eles tentam se agregar a essas participações no bairro, na cidade. É importante a participação ser efetivada o tempo todo. Por que a gente está criando sujeitos que vão ampliar a possibilidade de mudança e que vão efetivar essas mudanças. Então, é importante ter a juventude representada no legislativo, em todos os âmbitos políticos e sociais e pensar que esses são lugares de transformar. Para além desses espaços físicos políticos a gente pode e deve fazer essas transformações no nosso bairro, na rua. Às vezes, a gente percebe jovens que são antigos em rede, fóruns, grêmios estudantis, mas a sua rua tem um buraco enorme e ele não se atenta que pra resolver aquilo ele tem que se mobilizar, e movimentar aquilo para transformar. A gente começa a fazer essa participação no miolo e depois você vai aflorando a flor. Se você faz ali, no seu entorno, no beco que você mora, ampliar pra sua rua, que amplia para seu bairro, que ela começa a ser melhor efetivada.

A relação entre educomunicação e participação cidadã está alinhada dentro das transformações que a gente precisa ir fomentando no nosso dia a dia. Por que se o

sujeito tem uma educação de qualidade e por meio da comunicação ele consegue se expressar, consegue estar discutindo temas, quebrando paradigmas que são colocados o tempo todo de que tem que ser assim, ou tem que ser assado, não, estamos em mudança, em diferentes contextos, diferentes realidades... temos que pensar como a gente efetiva a participação nesses diferentes lugares. Não apenas dizer que existe uma forma que a gente tem que desenvolver sempre. Isso não, é muito maleável e isso vai se criando em determinado lugar. Porque o que a gente vive em Salvador é muito diferente do que as meninas vão viver lá em Curitiba, por exemplo. E como é que essa participação cidadã vai ser efetivada por meio da educomunicação. São maneiras diferentes e a gente tem que estar em processo de construção e discutindo, criando perspectiva, observando outros modelos de desenvolvimento pra ver se a gente consegue ir criando outros novos, outros meios de participação.

Cristiane Tomazelli, sou do Estado de Roraima, Boa Vista, faço parte desde 2004 do grupo Macunaima – Protagonismo Juvenil, e foi por esse grupo que eu tive contato primeiramente com a Revista Viração e logo depois que eu participei da II Conferência Nacional de Juventude que eu tive contato com a Renajoc.

Foi a partir daí que comecei a ter contato com a Educomunicação. No grupo a gente atua de uma forma bem dinâmica, levando conhecimento e para que os jovens possam, além de conhecer, compartilhar o que eles já sabem com a gente, pois tem coisas que a gente aprende com eles, na escola. A gente trabalha na roda de diálogo com as temáticas políticas, sexualidade, drogas, etnia, e a gente encaixou as ações da Renajoc, do Mais Educomunicação, onde a gente ensina a fazer fanzine, a parte da comunicação e a importância que o jovem tem dentro da sociedade.

A Educomunicação na formação juvenil é importante pelo fato da informação. Vai ter um conhecimento maior não só na questão de rádio, de escrever, mas também na questão da mídia e de estar criando uma identidade e aprender e poder compartilhar. A gente vê que a mídia ao mesmo tempo que é muito importante pra informar, pra divulgar, ela também, muitas vezes, interfere nessa formação. Então, a educomunicação chega como uma forma de te mostrar que direção é essa, mostrar os fatos verdadeiros, de você poder investigar, não só pegar aquilo que certa parte da

mídia quer que você absorva e que você comece a reproduzir. Lá no grupo a gente tá trabalhando muito essa questão da reprodução, por exemplo, com a redução da maioria penal, dos adolescentes estarem reproduzindo esse discurso a favor. Quando você começa a questionar porquê ele é a favor, eles apenas justificam o que a mídia já colocou neles, que o ECA não funciona. E se questiona se já pegaram o ECA pra ler, ou sobre as medidas socioeducativas, eles dizem que não sabem e que só sabem que o sistema não funciona.

Outra tecla que a gente bate lá no Estado é a questão do espaço, porque a gente vai pra um evento da juventude, não tem jovens, não tem adolescentes e muitas das vezes há falta de divulgação pela mídia. Ao mesmo tempo que ela ajuda também prejudica. Porque eles querem um jovem bem informado? Porque ele não tendo informação ele não vai buscar seus direitos. E essa é a importância da Educomunicação: manter a informação, mostrar a direção e ele buscar esse espaço que é de direito dele. Essa participação na elaboração é fundamental. Eu sei no meu município, na minha área, o que está acontecendo, como eu posso ajudar, como eu posso participar, saber se um projeto vai beneficiar apenas um grupo, e/ou o geral, o todo.

Naiane Queiroz, 19 anos, Ananideua, no Pará. Eu acredito que a educomunicação é de suma importância para a participação de adolescentes e jovens em qualquer espaço, sendo ele escolar ou social. Acredito que a participação deles na mudança é de suma importância por conta de que você faz o seu empoderamento e você manifesta aquilo que você quer ser, e aquilo que você é e consegue dar o seu olhar para determinado tema que está acontecendo na sociedade, na sua escola, na sua família, no seu bairro, enfim. Acredito que o processo de educomunicação ele é fundamental para a construção de identidade e para a construção da identidade do jovem no mundo social.

Jessica Cristina Delcarro, 23 anos, natural de Pinheiros e moro em São Mateus, Espírito Santo. Eu participei de projetos do Unicef desde a adolescência e participei do III Congresso Mundial de Enfrentamento à exploração sexual de crianças e

adolescentes, no Rio de Janeiro e foi quando eu tive o primeiro contato com a Viração. Em 2010 começo a fazer parte da Renajoc.

Educomunicação pra mim é uma nova maneira de ensinar num sentido amplo de você conseguir dialogar com toda a juventude em pleno Século XXI em que todo mundo está em todos os lugares e em lugar nenhum ao mesmo tempo. Você conseguir por meio das ferramentas proporcionadas por esse conceito de Educomunicação novos ambientes e novos olhares para esses temas transversais com uma galera super jovem e que você tem que chamar a atenção dessa galera de alguma maneira. A educomunicação parece uma nova filosofia de atuar como cidadã, de estar inserido nos novos espaços políticos que a gente vem ocupando.

A educomunicação serve pra tornar os adolescentes e jovens que querem falar, ser ouvidos e se expressar como cidadãos, e nem sempre sabem como fazer isso, e a educomunicação aparece como um caminho, e os coloca como cidadãos de direito e cidadãos que podem falar o tempo todo e podem cobrar o tempo todo. A educomunicação vem fazer esse link com essa galera.

A participação cidadã precisa que o cidadão se expresse de maneira clara e principalmente quando você está participando de espaços políticos muito diversos, em que as pessoas não sabem sua linguagem, não sabem o que você representa na sua cidade. Os adolescentes e jovens são muito claros no que querem, mas nem sempre essa linguagem é compreendida. É potencializar a voz do cidadão e presente em todos os ambientes.

A relação entre as educomunicação e a participação social, desde que começamos a realizar as oficinas foi possível ver o interesse por participar. Ninguém quer discutir os direitos humanos, ninguém quer discutir segurança pública, ninguém quer discutir que eu posso ir pra sala de aula de boné, que eu posso usar um brinco e ocupar esses espaços, que ainda hoje são ocupados por um sistema arcaico de educação que a gente vem vivendo. A educomunicação tem esse papel importante quando a gente está dialogando sobre isso. Como não questionar, como ficar tudo bem e só aceitar, a gente já aceita isso no ambiente escolar, imagine seguir aceitando em um ambiente mais amplo da política. A educomunicação abre esses espaços para dialogar, discutir isso daqui, vamos trazer à tona o que a gente acha que está certo e errado?

Milena Duarte da Rocha, 20 anos, e conheci a Renajoc por meio de um coletivo de estudantes de Comunicação Social. Meu desenvolvimento pessoal e intelectual foi por meio da educomunicação. Na quarta série, na minha escola pública, tinha uma professora que convidou os alunos para criar uma Convida, que é uma comissão de meio ambiente e vida na escola e tinha educomunicação por meio de um programa de rádio que a gente fazia. Era em Santa Cruz dos Milagres, a 200 quilômetros de Teresina, no Piauí. E esse grupo começou a fazer esse programa na Rádio Comunitária ao lado da escola. O primeiro projeto de aterro sanitário da cidade foi a gente quem fez, por meio da Convida e do programa de rádio. Coletamos assinaturas... o aterro nunca saiu, mas a gente tentou. E a nossa incidência começou, com ofícios para a Câmara de Vereadores, com o pedido de ter um departamento para cuidar do meio ambiente da cidade, e fizemos ações de plantar árvores na cidade, conseguir mudas para plantar na escola, fazer a horta escolar, tudo isso com a Convida, que participam pais, conselho comunitário, gestores da escola. A comunicação foi fundamental nisso, porque a gente fez o programa e chamava as pessoas da cidade e comunicava o que a gente estava fazendo enquanto escola. Eu lembro que era Escola Ativa o nome do programa. Eu passei a fazer outro programa, e me envolvi com o selo Unicef do semiárido e essa rádio comunitária que existe na minha cidade até hoje e eu fiquei até os 17 anos, quando eu fui fazer jornalismo em Teresina. E estruturamos um coletivo jovem do meio ambiente no estado do Piauí e planejamos a Conferência Estadual Infanto-juvenil sobre o Meio Ambiente e desenvolvemos oficinas de comunicação e meio ambiente e terminava fazendo de jovem pra jovem, como fazer campanhas radiofônicas, que possa colocar no carro de som, tudo pra mobilização e desenvolvimento local usando comunicação e meio ambiente.

Entendo a comunicação como um processo que ajuda a quebrar os paradigmas de escola tradicional, que é deixar a educação mais emancipadora, tornar a escola um lugar mais agradável de se conviver, tudo isso mobiliza a escola toda e faz com que o jovem se sinta acolhido e sinta vontade de construir tudo isso. A educação que a gente tem hoje é uma história de professor aluno/aluno professor, eu sei mais que você, você está aqui pra aprender tudo o que eu vou vomitar de conhecimento, e a educomunicação transforma esse processo, de forma coletiva. Então é um diálogo de saberes e uma forma coletiva de construir o conhecimento. Isso descentraliza, faz com que as pessoas se sintam parte do processo, e não meros beneficiários. Esse é

um conceito muito importante de ser levado para todas as escolas, para todas as disciplinas. E fica mais gostoso estudar.

A participação se dá com esse estímulo, principalmente na escola. Na minha disciplina de Sociologia, se eu for estimulada a pensar a sociedade que eu vivo e como eu consigo mudar ela, eu consigo ser estimulado na escola, e chegar em casa e ser estimulado pelos meus pais, e conseguir efetivamente participar. Na minha cidade, isso acontece quando eu consigo reunir minha comunidade para lutar por eletricidade, ou ir visitar as comunidades rurais e ver o que estão precisando e as demandas que não chegam até a prefeitura. Participação política cidadã vai muito além das manifestações nas ruas. Acho que cada jovem tem a sua forma de participar no seu município. Eu, com treze anos, chegava caso do Conselho Tutelar ir conversar com meus pais, porque eu estava falando coisas demais. Essa educação emancipadora termina deixando você com voz e sem medo. Esse conhecimento todo acaba deixando os órgãos feitos para te proteger se sentindo ameaçados. No município, na época do Selo do Unicef, tinha o NUCA, o Núcleo da Criança e do Adolescente, pra debater coisas da cidade. A gente visitou o Conselho Tutelar pra conhecer. Tinha o ventilador e a mesa e não tinha um lugar reservado para atender as pessoas, se chegasse com um caso de abuso, por exemplo. O caso foi pra rádio, pro programa, e no mesmo instante ligaram da prefeitura dizendo que podia dizer que em 15 dias vai ter tudo no Conselho Tutelar. E realmente, com uns dois meses, estavam os equipamentos montados. Isso é a participação ativa de um jovem na construção de uma cidade melhor.

A participação, hoje em dia, na política brasileira, quando se tem uma educação emancipadora não tem nada que consiga fechar a boca desse jovem. Ele fala como ele quer, dá forma como quer, até levarem outros jovens para participar ativamente. Acho que a gente anda muito desacreditado na política dessa época, mas ainda assim, não se desiste de construir um Brasil melhor e um lugar melhor para as nossas gerações.

Se a gente levasse o verbo informar tão a sério, pois significa mudar algo do lado de dentro. Mudar algo no lado de dentro das pessoas é deixa-las donas de si, deixa-las donas de seu discurso, mais afinadas e sabendo dos seus direitos e dos seus deveres e acho que a educomunicação ela consegue, na escola, desde pequeno, que esse

processo o leve a procurar instituições que depois vão agregar na sua vida. E leva sim a um desenvolvimento maior dessa participação política de jovens.

B. M. S (mesmo não caracterizando situação de exploração, exposição indevida ou desqualificante, foram utilizadas apenas as iniciais dos nomes para os menores de 18 anos), 14 anos, Rio de Janeiro, Niterói. Conheci a Renajoc em um ato contra a redução da maioridade penal que tivemos lá. Fizemos uma campanha com cartazes para serem postados nas redes sociais. Eu participei de uma Conferência Livre da Criança e do Adolescente.

Na escola eles calam muito a gente. A gente não tem voz para falar quase nada. E eu acho importante criar espaços para os adolescentes e jovens participarem e cada vez terem mais voz e superar essa timidez.

Jonhhy Abreu, 26 anos, de Manaus. Sou diretor executivo de uma Ong chamada Idhesca, na qual trabalho desde 2011. Meu contato com a Renajoc aconteceu no final de 2012. Eu fiz parte da Agência Uga-Uga, e lá eu conheci a Viração. Trabalhei com rádios comunitárias.

Educomunicação é toda ação que pode desembocar em uma situação de cidadania, de protagonismo, em que o adolescente e o jovem pode interagir com o meio e na medida em que ele consegue exercer sua cidadania por meio das oficinas, por meio das discussões, dos fóruns, dos conselhos. Eu penso que a educomunicação é algo muito maior do que você transmitir uma informação. É você interagir com ela, é você produzir ela, você dialogar com ela e você falar de jovem pra jovem.

A Renajoc oportuniza a participação de adolescentes e jovens. Na medida em que a gente leva todas as nossas bandeiras de luta, nossas ações na base, a gente consegue fazer um trabalho de incidência política muito forte com relação ao envolvimento desses adolescentes nas ações que a gente desenvolve. Muito mais do que ter o produto, é pensar o processo. Então eu acho que a participação cidadã se dá no processo do dia-a-dia, nas discussões, na elaboração das estratégias para dar visibilidade ao jovem.

As duas estão entrelaçadas, à medida que a gente vai pra rua, comunicar e fazer comunicação popular, a gente percebe que está criando a participação cidadã desse adolescente e ele se torna protagonista do que ele está vivenciando.

Felipe Marques Borges, 26 anos, Uberaba, Minas gerais, mas moro em Brasília já há oito anos. Eu participava de movimentos “dispersos”. Quando me aproximei do movimento da educação popular, eu conheci o Webert, que já fazia parte da Renajoc.

A comunicação me trouxe uma perspectiva muito legal por ser uma pauta transversal. A comunicação está em todos os meios, em todas as pautas, em todas as lutas, em todas as questões. E o direito à comunicação é o que vai garantir de fato a visibilidade para todas as ações, meios, lutas, grupos. Eu me senti muito abraçado em defender esse direito à comunicação, aliado sempre à educação, porque a gente ainda tem uma dificuldade em falar sobre isso com todos os públicos, e principalmente para atingir adolescentes e jovens. Eu mesmo fui ouvir sobre direito à comunicação e democratização dos veículos de comunicação eu já estava há mais de 3 anos na universidade. Não era uma pauta que tinha me chegado ainda. A educomunicação eu entendo bem ligada a essa pauta da comunicação de entender que por meio da educação você pode transmitir também a pauta da comunicação, e pela comunicação você vai garantir uma pluralidade de discursos, de direito, de ideias, de coisas que vão surgindo e vão sendo debatidas. E garantir que isso possa ser colocado em pratica, pois a gente sabe que existem leis e algumas diretrizes, mas de garantir de fato que a questão da participação cidadã, pois a partir do momento em que você consegue começar a empoderar outras visões, outros grupos, outros jovens, crianças e adolescentes a respeito da pauta, trabalhando com educação, isso também é educação, então porque não uma educação para a comunicação, ou uma comunicação para a educação, e aliar todas essas pautas. A educomunicação entra com esse objetivo de aliar essa pauta gigantesca e entender que não é uma luta específica, o direito à comunicação é uma luta de todos, e é uma pauta que está em todos os movimentos todos os lugares.

A pauta da juventude sempre esteve muito aliada ao movimento estudantil. Mas a gente vem lutando para que essa formalização da educação, da escola, da forma como a educação é passada hoje em dia, já não é mais suficiente pra gente. Já não

é mais suficiente pra atender as demandas que se tem hoje. É uma mera reprodução de várias coisas que já vem sendo feitas assim, há séculos. Então, a participação cidadã vem para garantir o conhecimento e garantir de fato as ações que a gente deve trabalhar juntamente com o Estado, juntamente com outros grupos, ...

Por exemplo, no movimento da economia solidária, ou no movimento pela democratização da comunicação. A pauta da juventude está sempre deixada de lado. A juventude, mesmo nesses espaços ditos progressistas, ou movimentos de esquerda, digamos assim, a juventude é deixada de lado, a juventude não tem voz. E você vê que as vezes, pelos discursos que são feitos lá, e de forma nenhuma minimizando o trabalho que já sendo feito há muito tempo, não tem novidade, não tem respiração, e acho que a coisa principal de implantar políticas onde os jovens tenham voz, é garantir uma pluralidade de ideias. Só a gente que está aqui vivendo essa geração, vivendo esse movimento, tem noção de como as coisas estão afetando a gente, e como a gente quer que as coisas afetem a gente. Acho que a participação vem principalmente no sentido de garantir novos ares, novas lutas, novas ideias.

Franciele Viana da Cruz, 22 anos, de Camaçari, na zona rural da cidade, chamado Monte Gordo, na Bahia. Conheci a Renajoc por causa da faculdade, pesquisando como o jovem usa a comunicação tendo o Desabafo Social como objeto do meu estudo.

A educomunicação não é você produzir para que várias pessoas leiam aquilo, mas se não lê, existe um processo de amadurecimento daquele jovem, ela tá fazendo aquela produção e está conhecendo coisas e reconhecendo coisas, e isso permite uma reflexão dele. A educomunicação é você promover com pessoas um reconhecimento de coisas e causas, e a partir desse conhecimento e a partir da comunicação eles adquirem conhecimento.

A participação está relacionada a você conhecer. Ninguém é protagonista sem conhecer uma causa, sem conhecer as coisas. Se não conhece, não vai participar. A participação cidadã é você entender o contexto em que está e tentar participar de alguma forma dos espaços usando as suas habilidades. É tentar modificar a escola por que não está agradável para a maioria dos alunos, com a minha força de jovem, tentar com outros jovens modificar a lógica das coisas.

Por exemplo, falar sobre questão racial é muito difícil, porque a maioria eu identifico como negro, mas os meninos não se reconhecer como negro. E tem várias coisas que influenciam, não existe debate no colégio, não existe o conhecimento sobre o que é ser negro, e você tem um bombardeio de informações negativas sobre negros, e daí você quer que o menino negro, da escola pública, que nunca teve essa discussão, que se assuma como negro e ache lindo ser negro, sendo que ele não teve essa vivência histórica e esse debate que eu tive ou que outras pessoas tiveram. Não dá pra culpar o menino, ele não é o culpado da história, ele lê Capricho e não se reconhece, porque não tem ele na Capricho, então ele nunca vai querer se reconhecer uma coisa que ele acha que é negativa. O errado é todo esse sistema.

Quando você coloca um vídeo para debater, você está mudando a visão das coisas e isso é educação. Nós fizemos um cartaz com os meninos sobre as representações dos negros pelos jornais, para o dia C da Comunicação. São meninos novos, 12 a 16 anos. Eu levei os jornais e a gente pegou todas as notícias dos negros, para saber quem são os negros que aparecem nos jornais, e depois a dos brancos, para saber quem são os brancos que aparecem no jornal. Tem um jornal sensacionalista que mostra o negro muito relacionado ao crime, o negro que nunca está no poder e o debate foi evoluindo. Por meio da análise crítica do jornal puderam perceber que existe algo histórico que separa brancos e negros no país. Tá mudando, tá, mas ainda é devagar essa mudança. Depois a gente fez o cartaz e apresentou o cartaz e fizemos o debate entre o cartaz de um grupo e o cartaz de outro grupo.

Nós fizemos um debate sobre a imagem do jovem na internet, tratando a questão dos nudes, por que está em alta mandar *nudes*, cai na Internet, cidade de interior, a família manda embora de casa. E acaba a vida da menina. O culpado é o menino que compartilhou, mas aí vamos construir também na cabeça da menina que se está tendo tantos casos, é importante não enviar fotos de nudez. Por causa do risco. Não é dizer que a menina é a culpada da história, mas as meninas são as que mais sofrem. A gente assistiu a dois vídeos sobre isso e depois eles fizeram dois vídeos pra dizer o que eles tinham entendido daquilo. E é bom você ver a produção, saber que eles entenderam, e é bom ver depois o que eles construíram. Então teve todo um processo, da gente falar o que é, assistir ao vídeo que expõe aquilo, depois a gente debate, depois eles constroem algo pra amarrar tudo o que foi dito.

Sheila Santos da Silva, 20 anos, sou de Recife, Pernambuco e eu conheci a Renajoc pelo Auçuba. Pra mim a educomunicação vai além de escola, vai além do âmbito escolar. Por exemplo, a mídia como funciona, como acontece, não me representa, não representa o jovem. E a educomunicação tá em você perceber isso, conseguir questionar, conseguir pensar em outras possibilidades. Pela educomunicação eu me sinto representada pois é possível tratar de temas que a gente quer discutir, que tá em pauta e nos interessa.

Os jovens têm conceitos de que espera de melhor para si e posso mobilizar pessoas e posso convidar pessoas para discutir comigo. Até você pensar no outro, se colocar no lugar do outro, de pessoas que sofrem e tentar ajudar, mudar a situação daquela pessoa. Um exemplo simples é o trabalho infantil. E a gente pode passar isso para outras e outras pessoas. E a participação e a educomunicação juntas elas devem fluir juntas, pois a gente trabalha vários temas, transversais, falando sobre cidadania, sobre o pensar no outro e pra mim também.

Rosileine Serafim Carneiro, eu tenho 20 anos, e moro em Fortaleza, mas sou do interior do Estado, e eu me interessei pela Renajoc por causa de um *banner* que eu vi na Internet e falava de educomunicação. A educomunicação pra mim é você trabalhar, principalmente com as crianças, jovens, professores a questão da multimídia, e do saber se comunicar. Eu, pelo menos, tive dificuldade durante todo o meu ensino médio e tenho até hoje de não saber pegar uma coisa que eu aprendi e repassar para as outras pessoas, passar um conteúdo que seja atemporal, atraente, e que as pessoas se interessem. E outra coisa também, como nas redes sociais, você vê as pessoas muito desnorteadas sobre como usar as redes. Caberia esse ensino, tanto para o professor, como para o aluno.

Na minha cidade, Boa Viagem, é tudo muito fechado para o jovem. Já criaram canais no Youtube fazendo o jornal Boa Viagem, e a galerinha vai fazer entrevistas, uma coisa bem celular na mão, e não se dá visibilidade, cortaram os eventos culturais, mesmo com os jovens pedindo. Eu vejo muito assim, das pessoas saberem que têm direitos e de buscarem esses direitos. E às vezes os jovens não sabem disso e as pessoas tratam aquilo como fútil, ele vai considerar fútil, por que ele não foi levado

a saber que aquele é um direito dele. Falta as pessoas se apoderarem dos meios e passarem as informações que interessam a ela.

Uanderson Silva, 19 anos, sou do Mato Grosso, de Nova Santa Helena, estudo em uma escola agrícola e faço agroecologia.

Comunicação pra mim é liberdade de expressão, expressar sem medo, expressar suas ideias e não só compartilhar como também buscar ideias, buscar conhecimentos.

Acho que tem muitos jovens que estão buscando melhorias por meio da comunicação, da arte, do teatro. Os jovens estão se mobilizando, pena que não são todos. Mas vir pra cá e ver que tem outras pessoas com objetivos de tentar fazer diferença, são poucos, mas estão fazendo a diferença.

Lá, eu participo de uma ação que tenta mostrar a realidade do jovem do campo, do agricultor, mostrando a realidade do campo porque hoje você vê na televisão, quando fala de agricultor fala de agronegócio. Quando fala de agricultura já fala da soja, da cana, do algodão e nunca fala quem são os pequenos agricultores que alimentam o Brasil, que a gente sabe que hoje 80% da alimentação brasileira vem da agricultura familiar. E nós, agricultores, não somos tão bem vistos como os produtores de soja, os latifúndios, que fazem uma diferença no PIB. A gente faz um trabalho no Instituto Ouro verde, que tem um projeto de reflorestamento de áreas degradadas, conscientização dos agricultores, para a agroecologia e área agroflorestais, para reflorestar e conseguir tirar o seu sustento para a permanência desse agricultor no campo. A gente recebe apoio do Instituto para produzir um jornal. Somos umas nove cidades e cada cidade tem uma base de comunicadores que é para poder articular melhor na cidade os trabalhos. Nós recolhemos as informações na cidade e depois a gente junta a turma toda e faz um jornal só e repassa para todas as outras comunidades do município. Assim é possível conhecer as vivências dos outros agricultores, como eles trabalham, e a gente esparrama nas cidades, pra mostrar o trabalho dos agricultores na região, pois tem muita coisa bacana que acontece, às vezes do lado da sua casa, que às vezes nem você sabe.

No ano passado a gente participou do encontro da Renajoc em Campo Grande (2014), e depois do encontro a gente começou a funcionar melhor. Antes a gente só fazia as matérias, depois a gente começou a discutir o interesse dessas matérias, pra que serviria, o interesse da permanência do jovem no campo, e a gente começou a se articular melhor por lá, se conscientizando e conscientizando mais pessoas, tentando fazer a diferença.

Nós estamos mostrando um trabalho que nós fazemos, um trabalho que a grande mídia não mostra. E tem outras coisas bacanas e só lá, só vivendo você pode conhecer. E não só transmitir, mas viver também com esses agricultores. Tem dia que a gente vai fazer uma matéria com o agricultor que é de meia hora, a gente passa quase o dia todo lá, a gente anda com ele na floresta, conhecendo os sistemas agroflorestais, e acaba aprendendo um pouco mais com os agricultores. Às vezes, quando o agricultor tem algum problema e não tem dinheiro para contratar um técnico, a gente tenta encontrar respostas com outros agricultores, pesquisando, fazendo cartilha, para ajudar aquele agricultor. Uma coisa que foi muito importante pra minha trajetória foi entrar para a Escola de agroecologia. Um dos focos da escola é a formação humana, conscientização sobre como agir e viver na sociedade. Hoje, como formação humana, sabendo dialogar com as pessoas, você vai a qualquer lugar.

Mayara Góes, estudante de educomunicação da Universidade Federal de Campina Grande, sou Pernambuco e moro na Paraíba.

A gente sempre fala de formação do sujeito crítico, de empoderamento, e eu acho que vai além de utilizar os meios de comunicação para a transformação social. Inicialmente ela utiliza não apenas os meios de comunicação, mas própria a comunicação e todas as formas de comunicação em espaços de educação formal, informal, terceiro setor, movimento social, na escola, nos espaços de educação popular e comunitária, para conseguir uma construção e desconstrução individual quebrando tantos paradigmas, preconceitos e as visões que a gente tem que são formatadas para a escola e para a construção da sociedade atual e leva a gente, a partir dessa mudança individual a conseguir junto, coletivamente, a transformação social, de sujeitos, de ações. É a transformação social construída a partir da transformação individual.

A gente não tem muitos espaços de participação. Os espaços formais, os conselhos, na própria escola que é um espaço que seria possível, muito possível então, acho que a gente não tem ainda essa participação. E aí, se a gente for pensar a própria juventude, os adolescentes, na construção futura que vai vir, a gente tem que perguntar para que os próprios falem o que eles querem, quais são os anseios, qual é o espaço que eles querem estar e hoje eu penso que são poucos os espaços que proporcionam essa participação.

A educomunicação proporciona, é um processo que facilita e proporciona essa participação. Você busca a desconstrução do sujeito para depois construir um outro espaço. Desconstruindo esses espaços e proporcionando a participação, é possível essa participação, essa transformação efetiva, do bem viver e de todas as transformações que a gente espera que sejam possíveis na sociedade. É um processo extremamente importante na garantia da participação e quando você está em contato, produzindo e participando a educomunicação você se sente mobilizado para participar desses espaços e depois vai perceber o quanto é produtivo e relevante.

Caroline Moskovi, 18 anos, de Canoas, Rio Grande do Sul, e eu cheguei à Renajoc de um jeito estranho. Eu faço administração e comecei a estudar o cooperativismo, para implementar uma cooperativa escolar. Uma amiga conhecia uma integrante da Renajoc. E eu comecei a participar da Revista Viração e conheci a Renajoc.

Eu acho esse processo muito interligado. Não tem como ter educação sem comunicação, nem comunicação sem educação, e a participação sem essas duas coisas. É um processo que precisa dessas bases. Aqui na Renajoc, isso é interessante pois são processo muito democráticos, os debates são regidos democraticamente e a diversidade que se tem aqui é muito bonita.

Magliem Moura, 22 anos, de Rio Branco, Acre. E conheci a Renajoc em Manaus, no encontro Saúde e Prevenção.

Educomunicação é uma forma de educar as pessoas a se comunicar. A comunicação é muito ampla e a juventude às vezes não sabe, ou não é educada para saber como

ou do que se trata a comunicação. Educomunicação é educar as pessoas para fazerem uma comunicação mais sadia.

A juventude está mais informada e está tomando mais a iniciativa de participar. A juventude tem o dom de inovar, de transformar, de trazer o novo e colocar suas ideias. A juventude está muito inteirada das coisas. Não é mais aquela juventude que baixava a cabeça e fica caladinha. Mas a gora a gente vive um novo mundo, um novo século, onde a gente luta pela paridade e a gente sempre expõe nossa opinião.

Quando você educa a juventude para fazer uma comunicação mais sadia e engloba a cidadania da juventude, aí você descobre o quanto é mascarada essa mídia e a gente passar para os outros jovens que existem outras formas de fazer mídia, que existem outras alternativas, que muitas vezes não sabemos dessas concessões que foram feitas a milhões de anos e que a gente tem o direito de estar dentro dessa mídia que não nos dá espaço. Quando você descobre que essas concessões foram feitas durante a ditadura militar, você já descobre que alguma coisa está errada. A juventude que toma parte dessa história, ela vai pra luta pela democratização e luta por transformação.

J. Q. K. S. (mesmo não caracterizando situação de exploração, exposição indevida ou desqualificante, foram utilizadas apenas as iniciais dos nomes para os menores de 18 anos), Mato Grosso, Carlinda. Eu faço parte do jornal na Escola. E nós tivemos contato por meio do Instituto Ouro Verde. Lá a gente vivencia muito a questão do êxodo rural. E não tem um cinema, é muito vago essa parte mais cultural.

Eu acho que agora a comunicação e educação tem que trabalhar juntas. A gente tem muito contato com o celular, a Internet, o jornal, a televisão e não tem mais como fazer educação só com os livros. Os professores mesmo ficam muito presos a isso e não conseguem trabalhar programas educativos que dá para acessar pelo celular, e os jovens acabam utilizando o celular pra Whatsapp, Facebook e jogos. Eles não acessam esses programas educativos que têm. E a escola não dá esse incentivo. Então eu acho que hoje, não tem mais como falar educação sem comunicação e educação sem comunicação, porque a comunicação também depende da educação, porque se você não sabe mexer, como é que você vai fazer, como vai se comunicar com pessoas de outros lugares, como vai expressar suas ideias. As duas coisas têm

que andar em conjunto. Na minha região a gente tem a questão de que jovem não se interessa por política. Não há interesse em propor ideias. Tem a cultura da crítica, mas não da sugestão. E pra debater tem que saber sobre o assunto. Tá tudo interligado.

Igor Augusto Pereira da Silva, Mato Grosso do Sul, de Ivinhema.

A educomunicação eu conheci durante o processo das Conferências da Criança e do Adolescente, nas coberturas educ comunicativas da Girassolidário e eu acho que é você mostrar a sua realidade a partir da ótica de crianças e adolescentes. Eles produzindo o material deles, a arte deles, e com olhar deles. É você fugir daquela lógica de que existe um material certo e um material errado e começar a ver pelo olhar dos adolescentes. A educomunicação tá muito voltada para a questão do jovem e do adolescente estar produzindo seu conteúdo, estar produzindo não só sua notícia, mas estar produzindo o seu olhar diante da notícia.

Primeiro, a gente vê um esvaziamento dos espaços de participação, conselhos, fóruns, no sentido de que perdeu a credibilidade e se fala e pouco se avança. Um exemplo é o debate sobre a redução da maioridade penal: primeiro você tem um público de crianças e adolescentes que não participa, e que é defendido por um público adulto que está nessa caminhada há algum tempo.

Quando o processo de educomunicação é feito por jovens e adolescentes, por que existem aquelas notícias que são formadas por adultos e colocadas para adolescentes e jovens fazerem. A participação está ligada grandemente com a questão da comunicação. Você não está falando apenas a partir do seu olhar mas está participando para que aquilo mude. Quando você produzir notícias para os grandes meios de comunicação, onde você estará citando e falando apenas sobre o que você viu e outra coisa é você falar e estar envolvido com aquela realidade, para transformar aquilo. Essa é a questão da participação. Não é só contar, mas que aquela notícia sirva de transformação, motivação, impulsão para a transformação daquela realidade.

Thaís Moreira, 25 anos, moro da Samambaia, Distrito Federal. Fui convidada para participar da Renajoc e desse debate sobre a comunicação com a juventude, fazer com que ela também participe e questione algumas coisas dentro da sociedade,

usando as ferramentas principais, que no caso é a internet, que é onde mais se encontra a maioria dos jovens, e também a escola.

A internet é uma ferramenta muito interessante para usar com o jovem e uma forma de provoca-los também sobre as coisas que acontecem e volta e também como ele pode estar soltando suas ideias, dando suas opiniões, e reverberando para outras pessoas.

Ana Paula Silva, Niteroi, Rio de Janeiro.

Eu entendo o termo como uma comunicação a favor da educação. É utilizar a comunicação para que a educação seja melhor, de qualidade, que a gente possa incorporar os temas que estão postos na sociedade. A sociedade é mediada pela comunicação, não tem como a gente não passar por isso. É ela que dita o nosso modo de vestir, nosso jeito de falar, e principalmente nos adolescentes que eu trabalho, eles chegam com tudo o que a mídia fala e a gente tem que ficar desconstruindo isso tudo. O trabalho com os meios de comunicação é importante para fazer uma educação melhor.

A gente desconstrói hoje a palavra “protagonista”, que ficou muito forte nos anos 90 até os anos 2000 que todo mundo falava como se fosse a explicação definitiva. E hoje a gente sabe que não tem que ter um protagonista, mas vários sujeitos que estão ali, é um grupo de pessoas e não um indivíduo, um único ator para aquela questão.

Com relação à escola por exemplo, por mais que a gente trabalhe a questão do direito à participação, os estudantes ainda se acham menores que os professores, por exemplo. Então, como efetivar aquilo que eles estão lendo no estatuto. Às vezes, um ou outro consegue conversar com a direção da escola mas a maioria não consegue fazer isso.

Acho que há avanços sim, quando os jovens conseguem pautar determinados temas, isso é um ganho de fato. E não acho que estou empoderando ninguém, acho que eles estão tomando o lugar que é deles.

Alessandro Muniz, 25 anos, Natal. Cheguei na Renajoc ainda na adolescência e já tinha uma relação muito forte com a comunicação. Participei da primeira Conferência, onde foi criada a Renajoc.

No começo eu tive uma relação muito próxima com a Educomunicação, tanto que meu TCC em jornalismo é “A Aplicação da Educomunicação na escola pública, movimentos sociais e poder público”. Foi depois de uma leitura mais profunda de Paulo Freire e educação popular que eu comecei a desconstruir a ideia de educomunicação. Primeiro, eu comecei a sentir que a educomunicação não dava conta do que eu entendia que era a prática e a discussão e por outro lado muitos dos usos das palavras eram reducionistas. E, muitas vezes, eu vejo as pessoas usarem a educomunicação como uma instrumentalização, como se dar aula de fotografia na escola já fosse educom. Eu entendo hoje que existe a educação popular, como campo, e dentro da educação popular existe a educomunicação. E pra mim tem a questão da cultura, que pra mim é o que falta. Você não produz uma mídia, você tem que discutir a sociedade, os valores e a estrutura. Eu não discordo, e gosto dos conceitos, como do ecossistema comunicativo, mas eu entendo que a palavra é muito reduzida. As pessoas falam educomunicação para dar uma oficina de comunicação.

Então, a educomunicação é intervenção social e uma forma de pesquisa que envolve a educação popular, a comunicação popular, é pensar o ecossistema educamunicativo em busca de um sistema mais horizontal, democrático, inclusivo, midiaticizado e criativo. Eu não discordo do termo “educom”, eu acho que falta alguma coisa, que é a cultura.

Todo ser está em processo de desenvolver sua autonomia e da sua capacidade de transformar esse mundo cada vez mais. Participação social, política, cidadã, é o sujeito fazendo parte do mundo, participar da transformação criativa. O mundo não faz sentido sem participação. E ninguém falar para a outras pessoas como deve ser e acabou-se. Tanto que eu não acredito em representação. A gente vive num mundo em que a gente é moldado a não participar, a não dialogar. Nossa experiência existencial é do não-diálogo, da não-participação, da não-autonomia. Então a gente passa a vida toda sendo condicionado a obedecer, a aceitar, a reproduzir e a consumir. E existe o lado de que o sistema não quer que a gente participe, não quer que a gente faça o mundo e nem que transforme o mundo, e às vezes o sistema sabe que ele não consegue evitar isso. Então o que ele faz. Ele tenta recuperar isso. Então

ele vai dizer, a tudo bem, pode participar. Mas ele vai ditar as regras de como é essa participar e na verdade ele vai esvaziar essa participação e vai fazer uma pseudoparticipação. Então o governo faz um conselho “X”, consultivo, só para criar um espaço para FMI ver de que existe participação social, quando na verdade tudo que a sociedade fala é engavetado e as prioridades econômicas sempre veem em primeiro lugar, e quando sobra um dinheirinho a gente leva em consideração isso que vocês estão falando. Pra mim isso não é participação social, isso é perda de tempo. A gente pode e deve ocupar em determinadas circunstâncias e por determinados motivos, mas não dá pra se enganar que esse é o lugar de participação. Então primeiro a gente não se enganar, porque muito do que chamam de participação social é mentira, e segunda é a gente construir na resistência, na radicalidade do termo, participação de fato, que significa construir a autonomia de cada sujeito e fortalecer as autonomias juntos para, a partir daí, a gente conseguir de fato participar, e dizer o que a gente quer, e como a gente quer, sem reproduzir o que alguém acha que é o que a gente deve querer, o que é o certo, bonito, a legislação disso ou daquilo. Em muitos casos, é só pra ficar mais bonito o projeto, o *folder*, a propaganda.

A questão do adolescente e jovem é a seguinte: todo sujeito desde que nasce está em relação com o mundo, está aprendendo a estar no mundo. E a sociedade deveria favorecer isso. Por isso, a gente tem que favorecer desde sempre que as pessoas sejam autônomas. Adultos autônomos precisam ser jovens autônomos, adolescentes autônomos, crianças autônomas.

Paulo Freire diz que o ser humano é sujeito criador, transformador e incompleto, no sentido de pode ser mais por definição. A sociedade que vai favorecer esse ser humano é uma sociedade que favoreça isso, que garanta que as pessoas possam criar e se criar, transformar e se transformar e ser mais sempre, e não é nada disso que a gente tem. Mas estamos numa sociedade que diz que não é pra mudar nada, que ninguém cria nada, se compra pronto e que você é isso mesmo e não dá pra ser mais do que isso. A educação, comunicação e cultura servem pra isso, para que o ser humano crie, produza conhecimento e transforme e troque conhecimento uns com os outros, saberes, práticas, ponto de vista, e estão se comunicando e trocando informações o tempo inteiro. E, pra isso, precisam usar todas as linguagens disponíveis, tem que produzir vídeo, rádio, fotografia, musica, funk rap, dança, rebolado, sexo. Tudo é linguagem do conhecimento, tudo crie e transforma. E gera

cultura diferentes, a gente tá falando de cultura de rede, de autonomia, de participação.

Na Renajoc, tem a questão da comunicação entendida mais do que técnica, como ecossistema, das relações humanas. Hoje temos um entendimento mais amplo do que achar que vai ter oficina de rádio em todo o país. A gente tá discutindo o capitalismo, economia solidária, machismo, crise ambiental, e sem simplesmente achar que são os governos que vão resolver os problemas do planeta. Tem gente aqui do campo, com práticas sustentáveis. E temos a raiz, não adianta achar que na cúpula vai resolver. Aqui a gente tem o chão, os explorados, indígenas, agricultores e enfim, seja quem for vamos construindo isso juntos. Então a relação é essa, quanto mais a gente se comunica, aprende junto, ensina, muda essa cultura de ser, mais o capitalismo vai ter problemas. Mais a gente vai conseguir criar espaços onde a gente consiga viver de forma diferente, produzir, sobreviver materialmente, se relacionar, questionar e transformar de formas diferentes. Como se fala: “não tem que achar que o mundo vai ser melhor depois da revolução. A gente tem que mudar aqui e agora”. A gente não quer um capitalismo melhor. A gente quer outra coisa.

Webert da Cruz Elias, 21 anos, nasci em Ceilândia e hoje moro em Brasília. Comecei nas participações em espaços de discussão política da sociedade civil e movimento social quando eu tinha 14 anos. Eu era aprendiz nos Salesianos e trabalhava um dia na semana e nos quatro dias eu fazia um curso administrativo, por conta da aprendizagem no espaço de trabalho. Nesse espaço de curso tinha uma articuladora que puxava atividades para fazer o link dos aprendizes com espaços de discussão dos direitos da criança e do adolescente. E comecei a ser chamado para participar desses espaços, das formações, encontros. No começo meio perdido, sem entender muito os termos, e sem saber como fazer que esses espaços de participação de crianças e adolescentes sejam mais plenos, dialogados com perfil e contexto da criança e do adolescente, ainda puxados e pensado por adultos, para criança e adolescentes e não com crianças e adolescentes. Fui participar das Conferências e tinha um processo de cobertura educacional. Eu estava pensando em estudar alguma coisa na área da comunicação, jornalismo, e larguei minha vaga como delegado e fui pra cobertura educacional. Minhas conclusões foram que na cobertura educacional, as crianças e adolescentes participantes entenderam

mais esse espaço burocrático, chato, duro, quadrado da conferência, e as propostas, que eram a construção de um plano decenal do direito da criança e do adolescente, do que os próprios delegados. Tinha que pegar a pauta, ler minimamente, pra perguntar o que que tava acontecendo. E a gente perguntava sobre o plano decenal, ... e a partir de uma formação de dois dias fazendo atividade, com o pessoal do Inesc, ANDI, outros sujeitos do DF. Eu fui eleito pra ir pra nacional, e a nacional, quem estava puxando era a Viração, com uma diversidade de adolescentes de todo o país. E foi incrível a cobertura da Conferência Nacional da Criança e do Adolescente, me identifiquei muito com os processos educacionais e quando acabou, eu quis continuar.

O processo de participação cidadã, quando eu era adolescente nesse processo, mudou totalmente as configurações a partir do momento em que eu comecei a me envolver com a educação, que começou a mudar o processo de entendimento, de apropriação, de responsabilidade. Existe um processo aí de acreditar na responsabilidade das pessoas, da criança e do adolescente, do sujeito. E de responsabilizá-lo não no sentido de botar um peso, mas de perguntar: “você quer fazer? Então você propõe e faz”. Eu tive que trabalhar bastante esse processo, pra eu começar a me envolver, e criar as responsabilidades que eu tenho hoje como militante dos direitos humanos, da democratização da comunicação, de participação mesmo, de entender que é um espaço que eu preciso participar da política enquanto sociedade civil, enquanto cidadão, pra construir coisas, pra mudar a realidade, pra poder ter a minha fala também ouvida. E nessa construção eu enxergo que tem várias outras falas que não são ouvidas, por uma série de questões muito contextuais, espaço quadrado demais, burocrático demais, difícil demais, e não consegue envolver essas outras vozes que estão aí dissonantes, insatisfeitas com os processos de representação política, de participação política que não é efetivo, os conselhos não dão conta de representar a diversidade que existe na sociedade.

Eu entendo a educação como um instrumento que precisa ser parar de ser subestimado, que é o processo de educação para as mídias, de formação crítica para a mídia, criar espaços e processos mais horizontais e participativos, espaços onde a gente consiga se expressar. Acho que é um instrumento que os movimentos sociais e educadores precisam entender. É um instrumento de mobilização, mobilização popular. É uma metodologia, uma perspectiva de trabalho que consegue

minimamente facilitar os processos de diálogo, de responsabilizar os sujeitos pra participação cidadã. Hoje é muito subestimado, quando a gente nos espaços de democratização da comunicação, para a própria democratização da comunicação.

A Renajoc é um espaço que se não houver militância, não tem Renajoc. Começar a participar dos espaços em Brasília foi muito complicado. Eu não entendia bulhufas. Inclusive da Frente Parlamentar pelo Direito à Comunicação, era bem complicado. E estar em Brasília, que é construir o espaço de participação nacional, que tem que ser construído em todos os Estados, mas aqui em Brasília tem essa coisa mais pesada, pois tem além das atividades da Renajoc, tem esses espaços nacionais de participação.

Eu acho que a Renajoc por si só já é uma experiência de participação cidadã. Por si só é um processo educ comunicativo. Claro que nem todos os sujeitos vieram da educação, então às vezes tem jovens que vêm de outros movimentos, que querem debater a democratização da comunicação e têm uma fala muito academicista, não consegue dialogar em espaço popular, que são espaços que estão tentando construir a compreensão popular da pauta. Esse é um buraco que envolve o movimento como um todo da Democom. “E talvez antes de mudar nós tenhamos muito a aprender”, que foi algo que eu li no site do Outras Palavras.

Os movimentos de juventude eu acho que já possuem mais autonomia. É claro que tem os espaços de disputa, hierárquicos, processos que não dá autonomia pro sujeito, e a Renajoc vem com a vontade de criar uma rede com processos de educação e a gente está lidando com essa pauta o tempo todo. Temos ainda que criar processos de comunicação, comunicação entre pares, os ecossistemas comunicativos, com outros jovens. E estar juntos, adolescentes e jovens, também traz outros desafios. Nossos desafios são pensar tudo isso, trabalho político, formação de base, processos educativos e de libertação do sujeito e autonomia do sujeito.

Tem um aspecto de muitas vezes a juventude não conseguir participar de movimentos juvenis porque precisa trabalhar, estudar. Uma das coisas mais ousadas que a gente teve no *É nós que fala* foi debater o trabalho e sustentabilidade. Sustentabilidade tanto pras práticas educ comunicativas e de educação popular alternativa ou seja lá qualquer que seja o nome disso, mais na prática de poder entender como a gente criar processos entre a gente de maneira cooperada, associativa, de sustentar tanto a

nossa militância quanto o nosso trabalho. Eu trabalho 44 horas, estudo, e encontro respiro participando dessas redes. E sei que a gente tá em busca de uma outra cultura, de outra formação de sujeitos e de cooperação.

Não adianta cobrar do Estado uma sociedade mais democrática se eu não estou vivendo processos mais participativos, autônomos, onde esteja cooperando com meus companheiros. A educomunicação fala na horizontalidade, mas o meu trabalho não é horizontal.

2. ENTREVISTA PAULO LIMA - DIRETOR EXECUTIVO DA VIRAÇÃO

Trajetória

Antes de tudo, acho que desde 1984, quando eu comecei a participar de grupos de jovens ligada à Paróquia a qual eu participava em Fortaleza, a gente criou um jornal chamado Diálogo, jornal da Paróquia, e eu fui um dos responsáveis junto com o padre João, da época. Interessante que se chamava Diálogo. Era isso mesmo que a gente queria que fosse, um diálogo entre jovens, adolescentes, paroquianos em geral, em uma caminhada que a gente estava fazendo. A gente tinha Comunidade Eclesiais de Base na nossa Paróquia.

O que virou Viração depois, o pontapé inicial acho que tem a ver com uma história pessoal ligada a essa trajetória, formada a partir das comunidades eclesiais de base, a partir da Teologia da Libertação, passando também por um momento ligado à renovação carismática, tentando criar espaço nesses movimentos para ter uma conexão maior com a realidade. Depois entrei no Seminário e continuei trabalhando com comunicação popular, tentando criar espaços para que os jovens adolescentes pudessem manifestar aquilo que tinham dentro de si mesmos, narrar suas histórias, lutas, anseios, medos, enfim, isso por meio de rádio popular, teatro, jornais escritos, versos e outras técnicas que a gente também utilizava nos anos 80.

Algo que foi fundamental pra mim foi ter participado de uma formação durante uma semana em Teixeira de Freitas, no sul da Bahia, organizado por um coletivo de São Paulo, chamado grupo 13 de maio, e lá nós tínhamos oficinas de várias linguagens, e isso foi em 86. Tinha rádio popular, e eu participei desse percurso de formação que durou a semana inteira de imersão, tinha vídeo popular, teatro popular, enfim.

Isso me marcou muito e eu sempre pensei nisso, por que a gente a gente tem que favorecer uma participação plural, em que sentido, para contribuir para que possamos oferecer em nossos projetos, propostas, algo que possa abarcar todos os sentidos e sensações das pessoas. Que a gente possa oferecer um leque para que as pessoas possam experimentar como se vê o fazendo vídeo, como se estuda o fazendo rádio, como se vê no fazendo fotos, como escuta sua voz fazendo teatro popular ou algo nessa linha, enfim, oferecendo um pouco essas possibilidades para que possam se desenvolver integralmente.

Daí a gente ficou pensando um pouco na Viração como um espaço para trabalhar o conceito da comunicação integral. Até por tinha uma moda com as novas tecnologias e a gente aparece com uma técnica que é dos tempos da caverna, que é o jornal mural. Que é uma tecnologia, entre as mais antigas de comunicação e em 2006, quando a moda era o Orkut, a gente vinha com essa possibilidade de trabalhar com o Jornal Mural nas Escolas.

Isso para falar da importância dessa comunicação integral. Talvez, oferecendo um leque de possibilidades, e isso favorece muito a participação. E não só, simplificando as coisas. Por que não é apenas oferecer espaços, nos âmbitos e possibilidades virtuais pra se comunicar, pra favorecer a participação, mas é talvez simplificando de modo a chegar até essas pessoas chamadas de beneficiários de nossos projetos, participantes, chegar a uma mensagem mais simples de uma forma a encorajá-los a participar.

Um exemplo concreto é convidar o jovem para escrever para a revista Viração, por que isso causa medo para todo mundo. “Nossa, escrever pra uma Revista, o que é isso?”

Se for pra escrever com a gramática do jornalismo, do jornalista, então é impossível para esses meninos por que falta algumas competências. Agora se for pra escrever, pra contar suas histórias, de outra forma, isto é, ele possa narrar suas histórias com as competências que ele tem. Claro que isso vai melhorando, a partir do momento que ele entra pra fazer parte de um grupo, e aí entra outro conceito que a gente sempre defendeu: trabalho em grupo, a cooperação, a colaboração.

Não sou eu sozinho que participo sozinho de uma coisa, mas eu em grupo, não é? E a gente procura favorecer nas nossas linhas de formação e ação o trabalho em grupo ou até em dupla também. Por que aí vai favorecer mais ainda essa simplificação, essa narração de histórias suas, porque um colabora com o outro, um ajuda o outro, às vezes um é mais forte em um aspecto, e isso é muito importante no trabalho de grupo. O fato da gente ter iniciado sempre com grupos informais de jovens seja no mundo da escola tem sua razão de ser. Por que o Conselho Editorial Jovem, que inicialmente se chamava assim, e depois os próprios jovens chamaram de Virajovem, precisava favorecer essa participação. Então vamos oferecer um espaço, um espaço físico e virtual inicialmente chamado Revista Viração. Talvez um aspecto anterior a isso seria o aspecto da diversidade regional. Eu venho de Fortaleza e muito me incomodava ler

revistas ou publicações muito marcadamente carioca ou paulista, do sudeste. Se a gente vai criar algo novo vai ter que ser marcado pela diversidade regional.

Participação da juventude

Pro nascimento da Viração foi muito marcante o Fórum Social Mundial. A gente estava em um contexto sociocultural de grandes esperanças, não era apenas o Brasil naquele momento de redemocratização, era o mundo que estava em um momento de redemocratização. Mas sobretudo de um húmus cultural, de um terreno fértil para as experimentações. O que a gente percebia com a história do Fórum Social Mundial era que tinham muito de juventude comprometida, no campo da comunicação era uma juventude já com percurso de formação jornalística, eram jovens estudantes de jornalismo ou jovens jornalistas. E aí, o Planeta Porto Alegre, por exemplo, nosso colega Antônio Martins, a Rita Freire (Ciranda), a gente trabalhava junto no sentido de ambiente conjunto de trabalho e tudo mais, na época eu trabalhava na Revista Sem Fronteiras, era uma Revista pra adultos no caso, e eu fui percebendo isso, que tinha esse húmus sociocultural que favorecia o surgimento de novas coisas.

Então, se tinha que ser nova, não podia ser com os jovens jornalistas, com os jovens estudantes de jornalismo apenas, e eu fui percebendo que talvez seria o caso de imaginar um outro espaço para fortalecer esse movimento mundial por uma comunicação livre, talvez imaginando trabalhar com adolescentes também. E adolescentes estão no mundo da escola. E isso foi interessante.

Então a gente não foi trabalhar com adolescente que tá fora da escola. E realmente não foi. A proposta nossa de criação de Conselho Editorial Jovem, que depois foi se transformando, era um pouco idealizada. Era igual a coisa da “heterização” do pobre como categoria política, e eu trabalhei muito isso, pois me formei no bojo da Teoria da Libertação, e a gente refletia muito sobre isso. Então, às vezes, idealizar o pobre é perigoso, idealizar o adolescente, ou então idealizar a participação do adolescente e do jovem.

A gente apanhou muito, porque logo no começo, de cara, a gente tava criando um monte de coisa e o pessoal sem querer participar. Olha que interessante, que contraditório. Isso foi uma crise existencial pra gente no começo. Por que o pessoal não quer participar, ou então porque o pessoal fica atônito, fica surpreso, maravilhado diante de uma possibilidade e isso o faz ficar em uma inércia, parado. É um momento

de estalo, dá um medo, um momento de susto. Um momento de ruptura, acho que é isso.

A ruptura leva ao susto e talvez à paralização. Concretamente foi isso. Então a gente falava: “Galera, estão aqui 36 páginas. Vamos encher isso de alguma coisa.” Como fazer isso? Como criar instrumentos e mecanismos para sair dessa ruptura, dessa paralização momentânea. A tá, vamos trabalhar em grupo, porque senão vai ser impossível. Vamos chamar pessoas, e aí é outra diversidade, de sentimentos desses adolescentes e dessas juventudes que inicialmente a gente não falava no plural. A gente foi adquirindo esse discurso fazendo. Isso é interessante. Algumas palavras que hoje estão introjetadas na história da Viração, elas foram surgindo ao longo do percurso e foram se consolidando, enfim.

Mas no início tinha essa coisa: vamos ter também uma diversidade de pessoas, de experiências, de lugares sociais. Então, um lugar social, também é um conceito da teologia da libertação que eu trouxe. Como favorecer uma diversidade de lugares sociais. Então tem um jovem ligado ao movimento negro, no conselho pedagógico da Viração na época, esse grande grupo de pessoas que colaboraram com o percurso inicial até hoje, tinha a Bel Santos, ligada ao movimento negro, e a gente já tinha trabalhado junto em Sapopemba, e que convidou a Luana, uma jovem que não era de nenhuma organização. Aí convidamos jovens ligados a movimentos estudantis. Então a gente pensou, vamos entrar em contato com ONGs, associações e coletivos que trabalham com essas temáticas: Ação Educativa, que trabalha a questão da educação, universidade, tinha outras instituições também que a gente foi conhecendo, a Associação de Apoio de Meninos e Meninas da Sé, escolas.

O destino fez com que eu encontrasse o Ismar, por acaso na casa de um amigo. Ele falou do Educom.radio, que estava acontecendo nas escolas e estava em uma fase inicial, e a gente pensou, vamos aproveitar as oportunidades que surgem. Se tinha esse caminho para chegar até a escola, vamos aproveitar.

Aí, jovens representantes de escolas públicas, do segundo ciclo do fundamental, passaram a participar do conselho editorial da Viração. Aí veio o Douglas Lima, por exemplo. E a gente imaginou a diversidade de lugares sociais, com jovens de escola pública, mas de escolas particulares também, de movimentos sociais, de grêmios, representantes de diversos setores, de diversos lugares socioculturais.

A diversidade regional veio no início com a colaboração da ANDI, com as organizações da Rede ANDI e a gente localizou a Ciranda, Terramar, Catavento,

Matraca. Foi surgindo um pouco isso, talvez eu tivesse que ir fazendo uma trajetória histórica das organizações.

O objetivo principal da Revista Viração era favorecer um Fórum de debates a partir dessas experiências que já aconteciam na verdade. A gente só queria potencializar. E talvez até, agora 10 ou 11 anos depois, não apenas potencializar, mas criar novas experiências. Mas no início não tinha nada disso não. A gente só queria criar um canal de debate sobre as experiências dos jovens a partir também dos parâmetros curriculares, que se falava muito, o direito à educação, saúde, cultura, à mundialidade. Tanto que no número um tivemos uma reportagem escrita do Iraque, pela Bia Barbosa (militante do movimento pelo direito à comunicação).

A gente identificava várias experiências e faltava espaço para dar visibilidade a elas, pois eram muito localizadas. Isso é interessante. Estava localizada onde? Dentro da escola, dentro da organização, dentro de São Paulo, dentro de Fortaleza. Então, como favorecer espaços onde os jovens que participam dessas iniciativas possam em nível nacional, e aí sim a gente foi ousado, permitir ter uma visibilidade nacional.

Espaço de rupturas

Acho que a ruptura tem a ver com a construção cultural sobre determinados temas de ordem individual, de ordem social, coletiva, ideológica, psicológica. Talvez isso seja muito forte por causa dessa presença espiritual do Paulo Freire. E outros pensadores que direta ou indiretamente influenciaram essa nossa lógica de trabalhar, esse nosso pensamento, porque isso se tornou um pensamento coletivo.

Por que? Por que a palavra libertação, mesmo estando fora de moda, ela é muito forte e ela tá dentro da Viração embora a gente não fale ela. Libertação quer dizer isso, quer dizer romper com algo que nos aprisiona. Que correntes são essas? Aquilo que um grande amigo nosso falava de “estados mentais”. Ou seja, existem umas correntes de estados mentais, uns lugares comuns que se tornaram ideologias, que nos aprisionam. Por exemplo, um deles é de que crianças e adolescentes não têm o que dizer, porque falta experiência. Esse é um estado mental que tem que ser rompido. Por que a gente tem que encarar todas as pessoas, independentemente da idade, de zero a 150 anos, como sujeito de direito. Se a criança e o adolescente é sujeito de direito, eu não posso chegar para ela e bater na cara dela, dar um tapa. Eu não posso nem bater no bumbum. Quando eu faço isso com uma criança, com um adolescente, é uma agressão, pois todos são sujeitos de direitos. Mais ainda desafiador para quem

é pai, para quem é mãe quem tem uma outra função. Encarar o adolescente como sujeito de direito é muito difícil. A gente talvez de forma inconsciente, talvez seja isso, a gente foi construindo estados mentais sem pensar muito nisso. A gente foi começando a pensar quando, fazendo o percurso, e participando de coisas, por exemplo, a Fundação Abrinq, no começo, organizava eventos e a gente participava, e nesses eventos tinham especialistas em direitos da criança e do adolescente que traziam todo um arcabouço lógico dos direitos. O fato de participar de espaços públicos, digamos assim, de debates. A gente foi trazendo isso e adquirindo a lógica dos movimentos sociais. E aí a nossa linguagem passou a ser menos violenta, menos sexista, menos homofóbica, menos machista, menos violenta. Tanto é que a gente dentro da Viração a palavra índio não entra, mas entra povos indígenas, a palavra AIDS é em caixa baixa, a gente foi incorporando ao longo do percurso o olhar do outro que é de um movimento, de um lugar social. E a gente foi construindo esse olhar, de forma coletiva, de forma mais plural.

Tanto é que se perguntarem qual é olhar da Viração, eu acho que é esse olhar plural. Ela fez um exercício de se deslocar, um exercício de deslocamento, para afastar o olhar a partir de um outro lugar social, de um adolescente negro, de periferia, quilombola. Claro, o olhar de um adolescente plural foi idealizado no começo. Mas foi sendo realizando, deixando de ser ideia, para ser uma realidade na estrada. Fazendo o percurso fazendo. É interessante como esses olhares foram sendo incorporados, como a Viração foi incorporando esses olhares.

Um outro lugar do jovem com ele mesmo, com a família, com a sociedade

É um processo contínuo de rupturas, de quebras de paradigmas, para todos que estão envolvidos no processo, desde as pessoas que cuida do administrativo ou aquela que faz a limpeza. Então a gente encarar todas as pessoas como atores dessa cena educacional é fundamental.

Outra coisa, a gente nunca teve formação em educação. A gente nunca teve aulas com o Ismar, eu nunca tive aula com o Ismar. Ninguém da equipe nunca teve aula com o Ismar. Você será a primeira pessoa. Ou outras pessoas que saíram da Viração e foram estudar na graduação, mestrado ou doutorado. Ninguém na Viração é especialista em educação. Paulo Freire dizia uma coisa muito legal: primeiro a gente faz, depois dá o nome. Daí chegou o Ismar e deu o nome aquilo que a gente estava fazendo. Tudo bem, se quer colocar esse chapéu, não tem problema. É bom

dizer isso pois é aquilo que a gente dizia aqui, a gente não fala a palavra educomunicação com adolescente, com jovem, com quem a gente está trabalhando. A gente passou a falar porque a gente queria consolidar um campo político e profissional, não apenas um campo do saber, mais um campo de disputa profissional. Foi em 2007 ou 2008 que passamos a utilizar essa palavra muito mais fortemente.

Teve uma mudança aí também, e isso é importante dizer.

Esse processo é contínuo e envolve todo mundo. Como é que eu posso criar instrumentos e mecanismos para desenvolver o senso de pertencimento.

Lá na Itália, desde 2010 estamos trabalhando em uma escola do ensino médio, sobre educomunicação ambiental projeto Vamos Cuidar do Planeta, uma campanha internacional. Sabe o que aconteceu? A copeira da escola, vendo tudo aquilo que a gente estava fazendo, e ela também participando de uma forma ou de outra, ajudando o pessoal o lixo ela criou o copômetro. Ela criou um artefato na vertical que fica ao lado dessas maquininhas de café. As pessoas depois de tomar o café, o invés de jogar o capô no lixo, eles jogam o copo no copômetro. E aí vai acumulando e vai medindo. Tem uma escola de medição lá e aí ela sabe por dia quantos copos os estudantes gastam de copos. No final do ano tem lá uma medição, 1.000 copos por semana, é uma coisa assim. E isso se torna um objeto de reflexão da escola.

Essa foi a ideia da copeira. Ou então, durante o Jornal Mural, tinha pessoas da limpeza que era entrevistado pelos meninos e também colaboravam com receita de bolo, com dicas. Mas esse pensamento surgiu a partir do que, de quando a gente leu aquela belíssima poesia do Paulo Freire, a Escola É. A gente utilizava essa poesia nas oficinas e tudo mais.

Essa ruptura é contínua e é um processo que envolve todo mundo.

Ruptura pode ser um capítulo. Comunicação integral.

Atualmente a gente está trabalhando com outra ruptura, que é da visão de adolescente. Aliás a primeira ruptura que a gente começou a fazer é da palavra protagonismo juvenil. Talvez tenha sido uma das primeiras rupturas que a gente conseguiu fazer, ruptura lógica.

Contribuiu muito pra isso a gente ter participado da Rede MAB (Movimento de Adolescentes do Brasil). Em 2006, a gente foi convidado a participar de um evento em Recife, onde eu conheci a Maria Adrião, e a gente começou a incorporar também nesse movimento que traz pra nós palavras novas, enriquecidas de um conteúdo,

práticas, e não só teoria, e não falar mais de protagonismo juvenil, mas de participação juvenil. Então a palavra participação passou a ser incorporada de maneira muito mais intensa, então a gente aboliu a palavra protagonismo, né. É todo mundo junto que tá em cena.

E então veio o conceito que o NCE trabalha de Educomunicação com palavras novas, o ecossistema comunicativo, gestão democrática, são coisas que, foram sendo identificadas dentro do nosso processo inicial, e que claro, depois foram aperfeiçoadas. Todos os aspectos iniciais foram sendo aprofundados, melhorados, qualificados, da linguagem até as práticas. A partir da contribuição dos parceiros.

A Viração desde o começo foi um projeto colaborativo. As pessoas foram entrando, as organizações parceiras que foram trazendo coisas para melhorar esse processo. Eu me lembro como se fosse hoje do Galera Repórter, por exemplo, que uma jovem fez uma grande crítica depois da entrevista ao Lars Grael, que era o coordenador de juventude do Estado do São Paulo, foi em 2004. Naquela época não tinha internet como temos hoje e aconteceu um ruído na comunicação e ela não chegou a participar ativamente da edição final do Galera Repórter. E ela ficou brava e falou que tínhamos que melhorar esse sistema. Que era imposição, que a Revista tinha que ir pra gráfica, enfim. E o processo tem que ser dialético. Melhora aqui, ali, enfim.

Os parceiros foram trazendo coisas. O Ibeac, por exemplo, trouxe essa ideia da **pedagogia do caminho**, do percurso. A gente não pode programar tudo. Tem coisas que a gente vai construir junto com os meninos. A gente foi incorporando isso.

Participação dos adolescentes e jovens

Depois de 11 anos, a gente pega alguns resultados de projetos, processos e ações que a gente promoveu e a gente vai percebendo que deu um salto de qualidade. A participação ficou muito mais qualificada, efetiva, realizada e menos idealizada. Por exemplo, chegou o número de março de 2014 da Viração e lendo ela a gente percebe o quanto está incorporado nela o conceito de participação com diversidade, diversidades sociais, diversidades de linguagem, de pensamento, enfim. E se a gente pegar um dos projetos da Viração também, projetos de intervenção política, a gente percebe isso muito forte também. A gente percebe transformação e mobilização social.

A gente contribuiu muito humildemente pra favorecer uma participação social que leve a uma incidência política. A gente percebe alguns lugares públicos de debates sendo

ocupados por alguns adolescentes e jovens, dentro dos movimentos sociais de esquerda, que não é fácil, sendo reconhecido por esses interlocutores dos movimentos sociais. Aí dentro também tem-se muito a trabalhar no sentido do conceito do direito de adolescentes e jovens a participar, como sujeitos políticos, como atores políticos, que tem algo também a contribuir, até a lugares de debates, de intervenção política, como os Fóruns de Criança e Adolescente, como os conselhos também, e a própria criação do Conselho Nacional de Juventude (Conjuve) a Viração teve uma participação muito efetiva ali dentro na criação, no fortalecimento, levando a pauta da comunicação e da participação de adolescentes e jovens, mas também no campo de promover ecossistemas comunicativos, gestão democrática e tudo aquilo que tem a ver com a educomunicação.

Pouco a pouco estamos conseguindo promover uma participação efetiva de adolescentes e jovens. No mundo da escola, por exemplo, das escolas que foram nossas parceiras e como se sentiram transformadas.

Essa participação está no âmbito das políticas de juventude, nas Conferências de Juventude, na criação do CONJUVE, e as políticas públicas nacionais, estaduais e municipais, no âmbito também da comunicação, favorecendo processos de participação direta de adolescentes e jovens na I Conferência Nacional de Comunicação, que se aconteceu também por nossa ação.

A criação da Renajoc vai nessa linha também. É um marco histórico pois saiu da Rede de Virajovens para fazer algo mais plural, menos Viração, e na incidência política a Renajoc também é um marco histórico. E nos últimos cinco anos a Viração trabalhou muito com o fortalecimento de políticas de juventude. Talvez tenha que continuar fortalecendo o campo do fortalecimento dos direitos de crianças e adolescentes junto com outros parceiros tentar dar uma resposta mais concreta para esse desafio nos próximos cinco anos. Será que não é o caso de pensar um pouco nessa linha?

E um outro campo de incidência política que é o campo da justiça ambiental-social e climática. A Viração está se tornando um sujeito político nesse âmbito. Algo que começou como uma coluna na Revista, foi sendo discutida também nas oficinas, se fortalecendo com a entrada de novos educadores, de entrar na missão.

Na Educação a gente foi tentando responder ao desafio da qualidade do ensino médio. Eu lembro que isso se tornou mais forte em 2008, quando a gente participou de um seminário internacional na Argentina, organizado pelo Ministério da Educação e Unicef, e aí que a gente imaginou esse projeto Mais Educomunicação.

Esses quatro campos de incidência política que a gente tem dado contribuição.

3. ENTREVISTA MÁRIO VOLPI – COORDENADOR DA ÁREA DE ADOLESCÊNCIAS DO UNICEF (06 de março de 2015)

História e formação:

A minha formação é Filosofia e depois eu fiz mestrado em Políticas Sociais na **UNB** (Universidade de Brasília). A minha história é de ter trabalhado, desde 1985, com adolescentes que viviam afastados da convivência familiar, num internato da época do **Código de Menor***(explicar o que é), que tinham crianças abandonadas, pobres, infratores que estavam afastados da convivência familiar e, portanto, internados nessas instituições.

Tive contato com o MNMMR (Movimento Nacional dos Meninos e Meninas de Rua), participei uma reunião em 1986 no Rio de Janeiro, quando o movimento tinha acabado de ser fundado em Brasília. E a partir daí eu comecei a fazer um trabalho em Curitiba, como educador social de rua. Essa minha experiência me colocou em contato com essa rede de educadores que trabalhava o Brasil inteiro com alternativas de atendimento.

Em 1988 fui para São Leopoldo, onde continuei trabalhando como educador social de rua. Em 1990 fui eleito para ser o coordenador nacional do MNMMR, foi quando e mudei para Brasília.

Concilieei uma formação em Filosofia com um Mestrado em Políticas Sociais com uma prática de trabalho institucional com crianças e adolescentes e depois fiz um trabalho mais alternativo ligado aos movimentos sociais de educador social de rua e fiz esse trabalho de coordenar o MNMMR até 1995. Então eu fui trabalhar com o INESC (Instituto de Estudos Sócio-Econômicos) que faz o acompanhamento aqui no Congresso Nacional Brasileiro dos projetos de lei e do debate legislativo de interesse da sociedade civil e depois, em 1999 eu fui trabalhar no UNICEF, onde estou até agora.

Minha formação acadêmica está voltada, primeiro, à Filosofia e depois e esse campo mais aplicado das Políticas Sociais. Esse processo sempre se misturou em função das minhas práticas sociais os conteúdos da Pedagogia, do Direito, da Comunicação e da Filosofia (que é a base da minha formação). Meu ponto de partida é sempre no campo do Direito e da Pedagogia. Eu transito por essas áreas e diria que eu tenho uma visão mais multidisciplinar dos temas, mas com enfoque na questão do Direito e na questão pedagógica.

Concepção sobre participação de crianças, adolescentes e jovens no âmbito dos direitos

A ideia que a gente construiu no país é de que a participação é um direito. Então ela vem sendo construída a partir da ideia da criança e do adolescente como sujeitos de direitos. Se você tem direitos, e o princípio da Convenção Internacional dos Direitos da Criança, o princípio da indivisibilidade dos direitos, determina que se você tem direitos, você tem direito a todos os direitos. Então não dá pra dividir, achar que Saúde, Educação, Esporte, Cultura é mais importante. Não, todos os direitos são importantes. Eu me posiciono muito nessa perspectiva da indivisibilidade dos direitos e de que a participação é um desses direitos, tão importante quanto todos os outros. Então, a minha concepção de participação está ligada a essa primeira perspectiva que é um direito. Agora, pra dialogar com a sociedade e com os próprios docentes a gente tem mostrado por meio de estudos, análises, pesquisas que além de ser um direito a participação é também uma forma de reduzir a vulnerabilidade de crianças e adolescentes. Uma criança ou um adolescente que participa ele tem mais instrumentos pra reivindicar seus direitos, ele tem mais atores sociais com os quais ele se relaciona e com os quais portanto ele pode trocar ideias, perguntar opiniões, falar do que está acontecendo na sua vida e ele tem mais conhecimento também sobre formas de se proteger.

Nós fizemos uma pesquisa acho que foi em 2007, que mostrava que adolescentes que participavam em qualquer coisa, na igreja, na escola, no escoteiro, na associação de moradores, grupo de futebol, qualquer tipo de participação a gente perguntava “você participa” de alguma dessas iniciativas e colocamos lá uma lista imensa e a outra era você não participa. Então, quando a gente compara os dois grupos, o que diz que não participa e a que diz que participa, o que participa tem menos vulnerabilidade naquela pesquisa referente a três pontos: à exclusão escolar, envolvimento em situações de violência e à gravidez na adolescência.

A gente poderia até citar outros pontos de vulnerabilidade, mas a gente ficou apenas com esses três que mostraram então uma segunda visão importante sobre a participação que essa ideia de que a participação empodera o adolescente e a criança de forma que reduz a sua vulnerabilidade com relação aos seus próprios direitos.

Então eu acho que tem duas coisas importantes aí que são: direito à participação e o empoderamento para reduzir a vulnerabilidade.

Mudanças de concepção sobre a participação

Minha monografia de conclusão do curso já foi sobre a importância da participação para a promoção dos direitos da criança e do adolescente. Na época, ela estava muito relacionada a um conceito que eu poderia chamar hoje em dia de utilitário. Eu mostrava como, nos cursos que a gente tinha de serralheria, tipografia, como a participação deles melhorava a aprendizagem, como a participação de crianças e adolescentes nos projetos comunitários, na discussão do planejamento das atividades, como isso fazia bem para o seu desenvolvimento. Ainda era uma perspectiva da participação como algo que ajudava a melhorar o desenvolvimento da criança e do adolescente.

Hoje eu vejo que o debate foi evoluindo e foi agregando um componente mais importante que é esse do direito à participação. E quando você trata de direito não dá pra ficar discutindo se faz bem ou se faz mal. Direito é direito, não é. Acho que a gente transitou dessa visão mais utilitária da participação, de que ela faz bem, pra uma visão mais de princípio da participação como um direito da criança e do adolescente.

Comunicação e a construção do direito à participação

A comunicação fez o mesmo percurso de transformação que o direito à participação. Ela também nos projetos, nos movimentos sociais, nas iniciativas relacionadas aos direitos da criança e do adolescente, a comunicação sempre foi meio. Era sempre assim: vamos fazer uma oficina de jornal, de rádio, de vídeo pra permitir que os adolescentes se expressem porque por meio disso a gente conhece mais da sua vida, sua história, a gente pode denunciar as perspectivas nas quais eles são vítimas.

Então, assim como a participação era vista como algo instrumental, a comunicação também tinha essa percepção no começo dos projetos. Ela evoluiu pra um debate no início da década de 90 e se consolidando mais pro final dos anos 90 pra uma visão também de direito à comunicação. E hoje totalmente consolidado como um direito à comunicação em todas as suas formas. A gente recentemente fez uma pesquisa sobre o uso da Internet pelos adolescentes onde ficou claro que eles querem estar na Internet, que eles têm direito de estar na Internet, e que a Internet reproduz numa certa medida as mesmas formas de desigualdade e exclusão que existe na sociedade. Então quem está menos na Internet: os jovens do campo, os negros, os das famílias mais pobres, que têm deficiência. Os mesmos mecanismos de exclusão social que estão presentes na sociedade está presente também na Internet. Por isso que hoje se

torna importante afirmar que o direito à comunicação tem que ser dado a todas as formas de comunicação e não um direito à comunicação como um direito abstrato. Ele é muito concreto e significa você poder se expressar, se comunicar, transmitir sua mensagem para a sociedade, pros seus pares, para todas as pessoas, para as pessoas de outros países, de forma mundial, entre culturas.

Eu vejo que a comunicação também saiu desse campo específico de ser um instrumento pra ajudar as pessoas a desenvolverem suas habilidades, a expressarem suas opiniões, pra se transformar em um direito inalienável, direito humano fundamental. Acho que isso foi uma construção que tirou o caráter estritamente tecnológico da comunicação e inseriu o caráter de direito humano fundamental que modifica então toda essa visão da comunicação que tá muito baseada nos monopólios, nas concessões, nos grandes meios de comunicação. Ela modifica essa percepção e gera uma necessidade de fortalecer todo um movimento que existe no país de democratização dos meios de comunicação.

Porque a comunicação não é só percebida pelos meios. Democratizar os meios por que a comunicação é um direito humano fundamental. Não há ainda na sociedade brasileira essa visão. Há uma certa supervalorização da Internet e um debate que vai no sentido “tudo bem os monopólios porque tem a Internet e com a Internet você pode fazer o seu blog, pode entrar nas redes sociais e pode manifestar sua opinião”. Mas não é só isso. Isso é um pedaço muito pequenininho do direito à comunicação que é mais do que isso. Ele transcende a esses meios e tem a ver com um dar voz aos atores da sociedade que historicamente não eram ouvidos.

Nas políticas e ações do Unicef

Transformação do direito à participação e comunicação ela passou primeiramente por um processo de formalização, por meio de convenções, de leis internacionais, acordos. Depois de leis nacionais e regulamentações. Então tem um processo que é mais antigo, que aconteceu até de forma mais rápida, mas tem uma distância aí desse processo formal e o mundo real.

Para se traduzir esses direitos para uma situação concreta da vida foi preciso e ainda é preciso apoiar muitas iniciativas e projetos, programas e políticas.

Unicef faz um esforço de identificar iniciativas que caminham pra essa área de valorização desse direito a partir da perspectiva de identificar projetos que podem inspirar políticas públicas. Por exemplo nós tivemos um projeto com cinco ONGs que

trabalhavam com essa área de comunicação e a ideia era ver como as novas tecnologias de comunicação e informação podem chegar à sala de aula. Então nós apoiamos projeto na Bahia, Rio de Janeiro, São Paulo, em Belo Horizonte e Recife. Naquela ocasião o que a gente queria fazer, a gente queria mostrar que aquilo que as ONGs aprenderam desenvolvendo oficinas, atividades, debates, com adolescentes e jovens podia ser traduzido para um cotidiano das escolas levando esse direito para a prática da comunidade escolar. Depois daquele projeto nós tivemos outros com diferentes parceiros como Viração, ANDI (Comunicação e Direitos), Auçuba, Gabironda (Amazônia) e temos até hoje essa linha de apoiar projetos que levam para diferentes setores da sociedade os conhecimentos sobre participação e comunicação pra dentro de espaços que possam influenciar políticas públicas. Isso gerou, por parte, por exemplo, do MEC (Ministério da Educação) um olhar mais aberto para a educomunicação, tem um reconhecimento da educomunicação como uma forma de produzir conhecimento, novas práticas e novas metodologias.

Acho que essas iniciativas todas, esses diferentes grupos, essas redes que estavam em torno desse tema conseguiram chegar até os Ministérios nas áreas das políticas públicas onde o tema da participação ... por exemplo, o Ministério da Saúde fez uma grande conferência sobre doença mental e garantiu sempre a participação de adolescentes e jovens discutindo o tema da saúde mental com os profissionais, os usuários, com outros atores e é tão importante observar que sempre essa presença dos adolescentes e jovens está combinada com uma estratégia de comunicação, porque sempre tem uma oficina de comunicação, ou algum tipo de espaço de comunicação onde os jovens que estão participando desses espaços tentam levar para os outros jovens o que está sendo debatido nesse contexto. Foi assim em 2008, no Congresso Mundial de Enfrentamento à Violência Sexual de Crianças e Adolescentes, construiu um espaço jovem lá, tinha uma espécie de Agência de Notícias criadas pelos próprios adolescentes, tinha equipamentos de câmera e microfone, tinha uma rádio instalada dentro do Rio-Centro na qual os jovens faziam programas, se comunicavam, entrevistavam ministros.

Essa junção dessas diferentes iniciativas é o que o Unicef procurou sempre apoiar e agora mais recentemente apoiando redes de adolescentes: pelo esporte seguro e inclusivo, a rede de adolescentes vivendo com HIV, Renajoc, Rede de Adolescentes do Semi-árido, Rede de Adolescentes da Amazônia, Rede de Adolescentes Indígenas, que é uma forma de fortalecer a participação deles e o fortalecimento da

participação está intrinsecamente ligado à capacidade deles de se comunicar-se entre si para constituir a Rede e a comunicar-se com a sociedade e com os gestores de políticas públicas para garantir que sua opinião seja levada em conta nas horas de tomadas de decisões sobre políticas públicas. Então essa trajetória do Unicef sempre tentou conciliar essa ideia de fortalecer projetos, empoderar esses atores para que eles consigam fazer suas vozes serem ouvidas nas políticas públicas.

Congresso Mundial

Funciona muito bem essa relação do direito à participação com o direito à comunicação e usou muito a estratégia de preparação dos adolescentes que vieram e um outro aspecto relevante é que embora esse fosse um Congresso de chefes de Estado, de dirigentes ele tinha 10 % de participação de adolescentes, o que é um número bastante representativo. Então tinha 3.000 participantes e trezentos delegados adolescentes. Isso permitiu que a presença dos adolescentes influenciou os debates. Não foi apenas a presença simbólica de estar em uma mesa, de falar, dar um depoimento, não. Houve mesmo a presença dos adolescentes em todos os grupos de trabalho, em todas as mesas e às vezes com opiniões muito parecidas com a dos adultos, mas às vezes com algumas coisas muito específicas e que, se não fosse a presença dos adolescentes num congresso desse tamanho alguns temas não teriam sido levado em conta.

Eu acho que ele é um bom exemplo. Ele foi usado exatamente por que ele conseguiu conciliar muito bem a questão do diálogo intergeracional entre adultos e adolescentes.

Como tem interferido no formato e espaços de políticas públicas no país?

Na verdade eu acho que existe hoje um consenso importante sobre a necessidade de criar espaços de participação quando se discutem políticas públicas que envolvem crianças e adolescentes. Se você perguntar para gestor tanto da Assistência Social, da Educação, da Saúde, todo mundo vai concordar. Mas eu acho que o país não avançou como deveria na criação efetiva desses espaços.

Eu citei o Fórum de Saúde Mental, que incluiu a participação dos adolescentes, a gente tá fazendo um grande seminário de discussão do ensino médio, onde vão estar os maiores pesquisadores dessa temática do Brasil e de 240 participantes, 80 são adolescentes então 30% são adolescentes e jovens. No debate sobre educação já tem a presença dos adolescentes, mas no cotidiano das políticas sociais ainda é

preciso ampliar, por exemplo, na gestão escolar. É um tema que nós temos batido muito, tem muitas iniciativas no Brasil, mas ainda não é algo massificado e consolidado como um direito. Ainda há a dificuldade de algumas escolas em ter a presença de adolescentes e crianças no conselho escolar. Por exemplo, os grêmios estudantis, que é um grande espaço de participação também e acabaram sendo tomados muitos por um trabalho de proselitismo político-partidário. Também dificulta porque o garoto já entra condicionado a um determinado tipo e modelo de participação do grupo que é majoritário naquela escola ou que controla o movimento estudantil. De qualquer forma isso não é uma crítica totalmente negativa. É mais que o espaço que poderia ser mais amplo acaba ficando um pouco mais restrito. Mas é um espaço presente na sociedade.

Na nossa avaliação o país tem uma boa visão sobre a participação e agora ele precisa transformar essa visão em práticas das políticas públicas no cotidiano. A gente já tem a presença de adolescentes e jovens na Conferência Nacional da Criança e do Adolescente, na Conferência da Juventude, mas agora a gente precisa ter essa participação no cotidiano dos Conselhos de Direitos. Nós já temos a participação de crianças em atividades de audiência pública no trabalho de vereadores, na assembleia legislativa, mas agora precisamos ter uma participação dessas crianças no processo de discussão do orçamento público, dos programas, das ações que esses governos municipais vão desenvolver. No semi-árido por exemplo, nós temos cerca de 600 Núcleos de Cidadania de crianças e do adolescente. Por meio da iniciativa do Selo Unicef Município Aprovado, estimulou os municípios a criar um núcleo com oito meninos e oito meninas que vão organizar uma agenda no município sobre os direitos criança e adolescente e vão propor para o Conselho de Direitos da Criança e do Adolescente.

O Unicef na Amazônia e no Nordeste mobiliza cerca de 1.100 municípios, quase 800 já têm esses núcleos de crianças e adolescentes formados. Nossa expectativa é que partir da criação desse núcleo os conselhos municipais despertem para a importância de criar instâncias no município para a participação. A participação não pode ser feita apenas por meio de eventos, quando a gente faz uma conferência, a gente convida os adolescentes, quando a gente faz uma pesquisa a gente ouve os adolescentes, quando a gente faz um evento grande a gente convida... acho que não, acho que tem que ser na prática do dia a dia.

Essa dimensão de criar espaços no cotidiano é que precisa ser melhorada no país.

Processos de educomunicação

Eu não vejo muito a educomunicação como uma ferramenta única de participação. Eu vejo que, por exemplo, essa ideia da educomunicação de ser um espaço mais crítico, ter uma visão mais ampla, de usar os processos de comunicação como uma força dos processos educativos e vice-versa, isso depende muito de cada grupo. Se você pegar, por exemplo, as redes dos adolescentes elas usam muito estratégias de comunicação, mas muito pouco de educomunicação. Eu acho que ainda essa dinâmica da educomunicação ainda não foi muito incorporada por esses movimentos sociais nessa área dos direitos da criança e do adolescente.

Eu vejo muito esforço por exemplo da Viração, da USP, da RENAJO, dos Virajovens, mesmo nos eventos que a gente faz pelo Unicef as atividades de a gente procura desenvolver por meio da educomunicação, mas eu não saberia dizer se esses dois processos são bem relacionados.

Eu acho que sem dúvida não dá pra ter educomunicação sem participação. O processo de educomunicação implica na participação dos seus atores. Não é uma comunicação de uma linha só. Mas eu vejo que esse conceito ainda não é um conceito que tenha um consenso na sociedade. Ainda será preciso trabalhar muito na disseminação dessa compreensão. As pessoas ainda fazem uma separação entre as dimensões da educação, da comunicação, a dimensão da participação. São coisas que dentro da cabeça das pessoas ainda não estão estruturadas de uma forma integrada. Eles são parte de um mesmo processo, mas elas não são um todo. Acho que aí tem uma tensão interpretativa, hermenêutica sobre como os diferentes grupos entendem a educomunicação. Acho que é tarefa sua tentar entender isso.